



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A CONSTRUÇÃO DO REINO
A IGREJA UNIVERSAL E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
SOTEROPOLITANAS
1980-2002**

ADRIANA MARTINS DOS SANTOS

**Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em História Social do Programa de
Pós-Graduação em História Social da
UFBA.**

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elizete da Silva

SALVADOR – BA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Santos, Adriana Martins dos.

A construção do Reino: a Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002) / Adriana Martins dos Santos. – 2009.

195 f. il.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 2009.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Elizete da Silva

1. Neopentecostalismo 2. Igreja Universal do Reino Deus. 3. Política I. Silva, Elizete da. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A CONSTRUÇÃO DO REINO
A IGREJA UNIVERSAL E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
SOTEROPOLITANAS
1980-2002

ADRIANA MARTINS DOS SANTOS

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. Dr^a. ELIZETE DA SILVA

PROF^a. Dr^a. EDILECE COUTO

PROF. Dr. IRANEIDSON SANTOS COSTA

SALVADOR – BA
2009

Agradecimentos

“Aprendi que se depende sempre, de tanta muita diferente gente, toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”.

Estas palavras de Gonzaguinha definem bem o sentimento que carrego neste momento.

Agradeço à minha família, que através de ações e palavras, tornou possível este trabalho, principalmente meus pais, Manoel e Maura, ambos em diferentes momentos, importantes colaboradores para a formação da minha identidade. À minhas irmãs, Daque, Neuza, Maria e Ana Rita, um agradecimento especial pelo eterno estímulo. Ao meu irmão Nil e a Antonio Marcos pelo apoio técnico. Aos meus sobrinhos, Ian Gabriel, Pedro, Luciana e Henrique, por dividirem a tia com os livros e o computador. À Viviane, ouvinte voluntária - involuntária de variadas versões da dissertação.

Aos colegas de graduação, Mário e Itamar, que sempre me incentivaram a vencer os percalços da vida acadêmica e despertaram-me o interesse pelos temas religiosos e políticos.

Aos colegas de pós-graduação, bons companheiros nas disciplinas e nos eventos acadêmicos (e extra-acadêmicos) compartilhados. Bruna e Alex e as nossas brincadeiras dos primeiros semestres que também ajudaram no processo de aprendizagem. Eliana e nossas aventuras-desventuras na estrada. Igor Trabuco, pela “troca” de fontes e informações.

Fernando Pessoa disse certa vez que o mundo estava cada vez menos formado por gente coexistível e por isso inventava seus próprios amigos ou companheiros de espírito. Por sorte, uma vez que não tenho a genialidade do poeta português, encontrei tais pessoas na vida real. Grimaldo Zachariadhes e Zózimo Trabuco me mostraram que era possível “conviver com meus irmãos na terra”, além de muitas outras coisas.

Agradeço também ao professor Valdemir Zamparoni, pelas palavras e gestos de incentivo, desde o período da graduação, e aos professores Edilece Couto e Muniz Ferreira, pelas críticas e sugestões ao trabalho apresentado na Qualificação. A Iraneidson Costa sou grata pela presença na banca de defesa da Dissertação ao lado da professora Edilece Couto, a quem também devo agradecer pela atenção e auxílio em importantes momentos da vida acadêmica.

Aos meus alunos do Colégio Estadual Antonio Carlos Magalhães que doaram parte do material utilizado na pesquisa. A Elias Santos e Jorge Luís pelo gentil e hábil atendimento nos arquivos da Assembléia Legislativa da Bahia

Sou grata às pessoas que me concederam entrevistas e informações, sem as quais a realização deste trabalho não seria possível.

À professora Elizete da Silva, que acompanhou este estudo desde os tempos da graduação, um agradecimento não apenas pela preciosa orientação acadêmica, mas também por mostrar que ética, competência e cordialidade podem caminhar juntas.

Por fim, agradeço ao CNPq que viabilizou financeiramente a concretização desse estudo.

**Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do
tráfego.**

**Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.**

**Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.**

Sua cor não se percebe.

Suas pétalas não se abrem.

Seu nome não está nos livros.

É feia. Mas é realmente uma flor.

(...)

**É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o
nojo e o ódio.**

(Carlos Drummond de Andrade)

Dedico esta “flor” à minha família.

Resumo

Durante a primeira metade do século XX, grupos pentecostais estiveram distantes da vida política. Mas, no começo dos anos 80, em muitas cidades do Brasil, eles decidiram se envolver no espaço público. Esta dissertação analisou a participação política de um desses grupos, de vertente neopentecostal, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), na cidade de Salvador, entre os anos de 1980 a 2002, fazendo um exame da atuação dos políticos da IURD, seu relacionamento com as questões de gênero e as transformações da sociedade brasileira. Fez um estudo de como os elementos doutrinários e a interpretação dos mesmos orientaram a vida dos fiéis e seu modo de atuação a partir de suas prescrições religiosas e direcionamento político. Examinou também o envolvimento de líderes religiosos e fiéis na construção de um projeto político: a criação do Reino de Deus na Terra.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus, Neo-Pentecostalismo, evangélicos na política.

Abstract

During the first half of the twentieth century, Pentecostal groups were distant of the political life. But, in the beginning of the 80's, in many cities of Brazil, they decided if they will involve in the public space. This dissertation analyzed the political participation of one of these groups, the Universal Church of the Kingdom of God (IURD), in Salvador's city, between the years from 1980 to 2002, taking an exam of the acting of the politicians of the IURD, his relationship with the questions of type and the transformations of the Brazilian society. It did a study from as the doctrine elements orientated the lives of his members, the way as these interpreted and was carried out their behavior by the religious prescriptions and his political direction. It examines also the involvement of the religious leaders and their followers in the construction of a political project: the creation of the kingdom of God on earth.

Keywords: Universal Church of the Kingdom of God; Neo-Pentecostalism; evangelicals in politics.

Glossário de Siglas

ABAM	Associação das Baianas de Acarajé e Mingaus
ABC	Associação Beneficente Cristã
AD	Assembléia de Deus
ADHONEP	Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno
ALBA	Assembléia Legislativa do Estado da Bahia
ASFIEEB	Associação Federativa das Igrejas Evangélicas e dos Evangélicos do Brasil
CNBPEB	Conselho Nacional dos Bispos e Pastores Evangélicos do Brasil
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DL	Diário do Legislativo
DOM	Diário Oficial do Município
EBI	Escola Bíblica Infantil
EMBASA	Empresa baiana de Águas e Saneamento
FGV	Fundação Getulio Vargas
IAPSEB	Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LBV	Legião da Boa Vontade
PAS	Partido da Ação Social
PFL	Partido Da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMR Partido Municipalista Renovador
PPB Partido Progressista Brasileiro
PR Projeto de Resolução
PRB Partido Republicano Brasileiro
PRONA Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PSB Partido Socialista Brasileiro
PSC Partido Social Cristão
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
UCSAL Universidade Católica do Salvador
UNEB Universidade do Estado da Bahia
UPI União Parlamentar Interestadual

Sumário

Introdução	1
Fontes.....	2
Referencial teórico.....	8
O Reino de Deus na ALBA: políticos iurdianos no Legislativo baiano	14
Pentecostalismo e Igreja Universal do Reino Deus	15
A construção do reino	26
O reino da Política na Bahia.....	63
A título de conclusão	84
O Reino de Deus no Legislativo Municipal: bolinhos de Jesus, Orixás do Tororó e outras histórias	87
Panorama da atuação iurdiana no Legislativo	88
Orixás e o Dique	99
Bolinhos de Jesus.....	106
Outras histórias	110
A título de conclusão	113
O Reino de Deus entre a cabeça e a coroa: perfis femininos e masculinos na Igreja Universal	115
O homem é a cabeça da Igreja?	118
A coroa governa o mundo: a atuação das mulheres de Cristo no Reino da Política	132
A Igreja Universal do Reino Deus e questão do aborto	139
A título de conclusão	143
O Reino de Deus na Terra: Discurso e prática política iurdiana	146
Direita, esquerda ou centro: a trajetória política da IURD	150
Percursos discursivos da IURD na política.....	159
A título de conclusão	170
Considerações finais	173
Fontes.....	176
Bibliografia.....	179

Introdução

Compreender como se deu a inserção e participação da Igreja Universal do Reino Deus (IURD) no cenário político soteropolitano entre os anos de 1980 a 2002, momento em que ocorreu a sua expansão e consolidação no cenário nacional é o principal fundamento desta dissertação. O objetivo geral do estudo é investigar como a Igreja Universal interveio e representou seus interesses (políticos, teológicos, econômicos) nas instituições políticas de Salvador, de 1980 a 2002. Em 1980, este grupo religioso chegou a Salvador e 2002 representou um momento de auge, uma vez que nas eleições realizadas neste ano elegeu vários candidatos, incluindo dois deputados federais baianos, Zelinda Novaes e Reginaldo Germano, os quais receberam oficialmente o seu apoio bem como o primeiro senador iurdiano, Marcelo Crivella, pelo Rio de Janeiro. Entre os principais objetivos deste trabalho se incluiu a exploração de significados de cunho religioso na prática política, no universo conceitual e ritual da IURD, observando mudanças e permanências discursivas relacionadas ao papel que esta exercia na sociedade, além da identificação e análise da atuação institucional de seus representantes junto ao Estado.

O fato do comportamento dos fiéis e políticos ter sido definido em termos oficiais pelos líderes religiosos, e de, no conjunto desses mesmos líderes, ter existido uma hierarquia, apontou para a necessidade de investigar, de que forma as relações de poder construídas dentro da IURD, influenciaram a atuação de seus representantes nas instituições políticas. Além disso, as práticas políticas da Igreja Universal foram analisadas como hegemônicas e não universalizantes, tendo em vista que o discurso iurdiano sobre o papel dos fiéis e candidatos, não foi lido da mesma forma e aceito por todos os membros desse grupo. Sabe-se do problema que existe ao se estabelecer um grupo religioso ou mesmo quaisquer outras comunidades como objeto de estudo, sem levar em conta as diferenças internas existentes nos mesmos, diferenças que não dizem respeito apenas à divisão do poder, mas a questões de classe, cor, gênero, dentre outras clivagens sociais. Apesar das dificuldades, o desafio foi proposto e as tentativas de superá-lo tiveram como resultado este trabalho.

Problema

A questão central que norteou a elaboração deste trabalho foi inquirir quais os fatores que levaram a Igreja Universal do Reino Deus a ter uma atuação política partidária de forma

organizada, participação esta que a levou ao noticiário em posição destacada nos principais eventos políticos que marcaram a Nova República, como na primeira eleição direta para presidente, realizada em 1989, cujo vencedor foi o candidato Fernando Collor de Mello. Chamou atenção também o fato de 13 anos após esta primeira eleição, no pleito de 2002, novamente a IURD conseguir relevo na cena política ao apoiar o petista Luís Inácio da Silva, que havia sido hostilizado pelo grupo em eleições anteriores, notadamente nas eleições de 1989 e 1994.

A atuação dos evangélicos e as transformações que sofreu não seriam possíveis sem as modificações discursivas que ao mesmo tempo em que refletiram as transformações ajudaram a disseminar e justificar diante dos fiéis a necessidade desta ampliação. A presença da IURD na Assembléia Legislativa da Bahia e na Câmara Municipal de Salvador esteve de certa forma articulada a construção deste “reino na terra”, uma “administração pública à luz do Evangelho”, aliás, este foi o título bastante sugestivo de um seminário organizado, em 1995, por vereadores evangélicos no legislativo soteropolitano para discutir a relação entre os cristãos e a política.¹ Relação que se tornou cada vez mais próxima.

Fontes

Devido ao patrimônio conseguido pela Igreja Universal do Reino Deus ao longo dos anos, composto de jornais, revistas, editoras e redes de TV, foram amplas as fontes possíveis para uma análise da participação política iurdiana, que partiram da própria instituição religiosa. A *Revista Plenitude* foi o primeiro instrumento de mídia impresso pela IURD em 1983, tendo sido publicada até o início dos anos 90, quando deixou de circular, só retomando suas atividades no final dessa década, quando voltou a ser impressa. O jornal *Folha Universal*, publicado desde 1992 com o objetivo de divulgar matérias de interesse do grupo religioso, principalmente reportagens sobre os políticos da denominação. Além destes dois impressos também foram utilizadas as publicações da Editora Gráfica Universal, que desde a fundação da IURD até os dias atuais vem publicando uma série de livros, explicitando a doutrina e a opinião da hierarquia iurdiana sobre os mais diversos temas, inclusive os temas políticos. A participação da IURD nas diversas conjunturas sociais, políticas e econômicas pode ser observada em outras publicações, desligadas deste grupo religioso, destacando-se as revistas *Veja* e *Isto é*, assim como os jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Folha de São Paulo*,

¹ *DOM, DL*, 30/11/1995, p. 1.

principalmente nas datas relacionadas aos momentos significativos deste grupo em nível nacional, além dos próximos e posteriores aos períodos eleitorais.

Outro importante corpo documental utilizado no trabalho foi e que se encontrava na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e na Câmara Municipal de Salvador. Na primeira, consultou-se o material legislativo produzido pelos deputados iurdianos. Já as fontes utilizadas para estudar a atuação dos vereadores tiveram que ser diferentes das empregadas na análise das lideranças estaduais. A ausência de uma pasta dos representantes legislativos no Município de Salvador, sem quaisquer resumos biográficos ou informações sobre projetos, requerimentos, indicações ou moções dos mesmos obrigou a busca de informações no *Diário Oficial do Município (DOM)*, que nem sempre estiveram completos ou permitiram saber com maior exatidão que solicitações foram de fato atendidas. Não foi possível fazer um trabalho quantitativo da atuação destes “políticos de Cristo” e optou-se, diante das dificuldades, pela análise qualitativa. Esta forma de observação dos dados permitiu que as “tramas” e “enredos” fossem mais livremente construídos, pois o cotidiano ganhou destaque, o que não implicou na ausência de método, pois, baseou-se na análise de 14 anos de um jornal “Diário”.²

O uso das entrevistas com as lideranças religiosas, os fiéis e os políticos foi um elemento importante da pesquisa. Embora este trabalho não seja propriamente situado no campo da “História Oral”, se utilizou de muitos aspectos teóricos e metodológicos relacionados à área, em especial, as investigações de como a construção da memória pode ser influenciada por muitos fatores, afinal “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. (Le Goff, 1996: 426) O controle da construção da memória tem sido um elemento importante nos processos de dominação e a existência de uma “memória oficial” apenas demonstra que esta foi a “versão” da história que conseguiu se afirmar em meio a muitas outras. Como um bom trabalho deve buscar diferentes versões, a realização de entrevistas com os membros da Igreja Universal foi utilizada para reconstruir a história do grupo em Salvador, comparando-as com outras fontes relacionadas ao período, como as reportagens sobre a IURD publicadas pelos jornais. Foi importante também para identificar e analisar como as diferenças dentro do grupo religioso resultaram em diferentes visões da participação política.

² Foram consultadas edições do *Diário Oficial do Município* de 1989 a 2002. Até 1995 as informações sobre o legislativo eram publicadas dentro do próprio *DOM*, sendo bastante precárias, inclusive sem a publicação das atas das sessões realizadas, mas neste ano surgiu o *Diário do Legislativo (DL)*, uma publicação anexa com informações significativas sobre as atividades desenvolvidas pelos vereadores.

Para analisar o discurso produzido pela Igreja Universal do Reino Deus em relação à sua inserção e participação na política foi identificado no material doutrinário e devocional publicados pela Gráfica Universal, no jornal *Folha Universal*, nas entrevistas com pastores e membros, a forma como os líderes e os leigos pensaram esta relação. Mas para além da teoria, foi observado como este discurso oficial, apreendido ou não pelos fiéis, se confrontou com a prática dos políticos que se candidataram e se elegeram para segui-lo. Comparou-se a construção deste discurso na sua relação de continuidade com o de outros que o antecederam no meio evangélico, como o do assembleiano Josué Sylvestre, assim como a atuação dos políticos iurdianos na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia foi precedida pela presença de representantes de outros grupos evangélicos.

Os candidatos que receberam o apoio da IURD durante o período estudado foram identificados a partir da leitura da página política da *Folha Universal* e da realização de entrevistas com os fiéis. A partir disto foi feita uma análise da atuação destes indivíduos no Legislativo municipal e estadual, procurando perceber em que medida estes agiram como representantes dos interesses iurdianos, propondo leis que beneficiaram este grupo ou demarcando um espaço dentro do Estado para o atendimento de suas demandas.

A maior justificativa dada pelos líderes e leigos para a entrada da Igreja Universal do Reino Deus na política foi a necessidade de proteção contra os ataques que estaria sofrendo de seus inimigos. A gama de supostos adversários da IURD era bastante variada incluindo desde grupos religiosos com os quais rivalizava como o Catolicismo e as religiões de origem africana a concorrentes comerciais como a Rede Globo. Estudando a Igreja Universal no Rio de Janeiro, Maria D. Machado constatou que apenas em 1996, observou-se o crescimento dos projetos assistenciais e seu maior uso como justificativa para a presença de “homens de Deus” na política, quando desde 1986 candidatos da Igreja Universal disputavam e ganhavam cargos públicos com expressivas votações (Machado, 2003: 31).

O carisma institucional³ esteve desde os primeiros tempos presente na construção da relação da Igreja Universal do Reino Deus com a política. Foram candidaturas construídas pela instituição, utilizando pessoas que já eram conhecidas ou não pelo público iurdiano. Os “conhecidos” o eram porque estavam em contato com os possíveis eleitores por se encontrarem presentes na mídia da IURD ou participando de seus projetos sociais. A explicação para o êxito de suas campanhas não foi apenas em razão do apoio direto através da

³ Carisma institucional porque para que o conjunto das habilidades e o poder de encantar, de seduzir, que fez com que um indivíduo exercesse autoridade e fascinação sobre os fiéis tivesse efeito, este teve que passar pela chancela do grupo, que definia quem apresentava ou não este dom.

indicação pura e simples por parte dos pastores e bispos, amplamente adotada nos primeiros anos, mas também pela sua inserção no “reino” midiático do grupo. Um bom exemplo desse novo tipo de candidatura pode ser percebido observando a trajetória política do ex-deputado estadual e candidato a vice-prefeito de Salvador na chapa em que Antonio Carlos Magalhães Neto foi aspirante a prefeito, nas eleições municipais de 2008. Márcio Marinho apresentava o programa *Coisas da Vida*, veiculado pela TV Itapoan (Rede Record), e conseguiu em 2002, na sua primeira disputa a um cargo público, se eleger deputado estadual. Marinho não só aparecia na mídia iurdiana, como também teve várias vezes seu nome ligado a atividades de cunho social, durante o período que apresentava o programa. Além disto, participava da vida política soteropolitana e baiana através da atuação dos que já haviam sido eleitos pela Igreja Universal. Folheando as páginas do *Diário Oficial do Município* de Salvador seu nome foi encontrado várias vezes participando das solenidades promovidas pelos políticos do grupo. A integração, ou melhor, dizendo, a unidade talvez tenha sido um fator que tenha marcado a diferença entre os “políticos evangélicos” e os “políticos iurdianos”. Uma das primeiras ações de Márcio Marinho ao tomar posse na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 2003, foi desarquivar todos os projetos dos deputados iurdianos que haviam encerrado sua legislatura em 2002, Zelinda Novaes e José de Arimatéia.

O envolvimento de políticos ligados à IURD com movimentos populares e sua participação na discussão das questões mais imediatas ligadas aos problemas da população mais pobre, que formava a maioria de seu público, estimulou a observação da atuação deles no espaço legislativo buscando identificar se o assistencialismo como mecanismo eleitoral precedeu de forma organizada os meios de inserção dos candidatos iurdianos na esfera do poder em Salvador e de que forma teria se realizado esta ação. Numa edição da *Folha Universal* de 15 de Março de 1998, a página política criticava anteprojeto apresentado para acabar com a bigamia, leis que prejudicaram a expansão da IURD no rádio e vereadores que traíram a confiança do grupo, mas publicou também reportagens sobre imposto sindical, projetos salariais e corrupção na Câmara Federal. Novamente, a comparação entre a atuação iurdiana, a de outros políticos evangélicos e os elementos que foram “herdados” da cultura política baiana e soteropolitana serviu como “bússola” para o encaminhamento da análise, que se baseou na observação das indicações e projetos apresentados pelos vereadores e deputados iurdianos e as reportagens publicadas sobre estes mesmos políticos no jornal oficial da Igreja Universal.

Em 1998, várias reportagens publicadas pela *Folha Universal* referindo-se à política nacional apresentaram críticas ao governo federal e cobrança de apoio eleitoral dado no

passado, pois na visão da instituição a contrapartida do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) não estava ocorrendo. Joviniano Carvalho Neto observou que já existiam indícios desse descontentamento em 1995 quando os conflitos entre a IURD e Rede Globo se acirraram:

Seus pastores lembraram que FHC tinha procurado (com Jose Serra) a Universal pedindo apoio “antes de começar a subir nas pesquisas de opinião”, que haviam votado neles e agora os estavam vendo permitindo a perseguição contra eles, acenaram com a possibilidade de procurarem Brizola e Lula ainda que para aliança conjuntural; interrogaram a FHC e Marco Maciel como poderiam defender nas próximas eleições, “certas idéias liberais e de direita ou de centro” quando “a Rede Globo usa o poder instalado para nos perseguir?”. (Carvalho Neto, 1997: 20).

Reportagens sobre os problemas sociais do País começaram a ter destaque, ressaltando a incompetência do governo federal para resolvê-los, assim como questionamentos sobre o futuro eleitoral do Brasil. O discurso sobre Fernando Henrique Cardoso foi marcado por críticas. Por outro lado, Luis Inácio da Silva passou a ser tratado de maneira neutra ou favorável, sem os tradicionais ataques de que foi vítima nas eleições de 1989 e 1994, tanto dentro dos templos iurdianos quanto nos meios de comunicação do grupo. É importante lembrar que em 1997, no último ano do primeiro mandato de Fernando Henrique a IURD pagou R\$ 98 milhões de multa à Receita Federal, referente a não pagamento de imposto de renda de anos anteriores. Assim, não foi com grande surpresa que a partir do segundo governo de FHC a Igreja Universal começou a perceber os problemas do governo federal.

A aproximação dos políticos da Igreja Universal do Reino Deus com o PT e Luis Inácio da Silva nas eleições de 2002 foi fruto desse processo. Seus líderes admitiram que ocorreu uma mudança no pensamento político do grupo durante a década de 1990 e que haviam errado ao apoiar Collor e Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, na Bahia, onde os setores conservadores, representados pelo líder político Antonio Carlos Magalhães, há mais de uma década dominavam a política, não ocorreu uma aproximação entre os políticos ligados a IURD e o PT baiano, ou qualquer outro setor de oposição. Estes permaneceram filiados a partidos que formaram a base governista na Assembléia Legislativa. Na página política do jornal *Folha Universal*,⁴ eles estavam geralmente presentes para mostrar melhorias que a comunidade iurdiana, através de seu intermédio, obteve junto ao governo estadual. Em Salvador, como os políticos iurdianos que se apresentaram em várias eleições aliados do

⁴ Foram analisadas jornais de 1996 a 2004.

Carlismo reagiram à aproximação com a “Esquerda” realizada em âmbito nacional?⁵ Esta problemática criou condições para pensar como as questões políticas mais amplas e seus arranjos e rearranjos influenciaram a atuação dos políticos iurdianos durante o período estudado. Tentando dar inteligibilidade a este processo foram comparadas as informações presentes nas publicações oficiais iurdianas com reportagens produzidas pela mídia nacional e local, destacando-se os jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Folha de São Paulo* e analisando a atuação parlamentar dos deputados apoiados pela Igreja Universal do Reino Deus. A reação dos fiéis às mudanças ocorridas também foram observadas através das entrevistas.

As investigações realizadas sobre a presença da Igreja Universal do Reino Deus na política procuraram não ignorar o papel importante que uma análise das questões de gênero poderia dar a pesquisa, levando-se em conta que a presença de candidatas e políticas apoiadas pela Igreja Universal representou uma aparente contradição ao seu ideário oficial, marcado por uma visão tradicional do papel da mulher na vida familiar e religiosa, exemplificados pela submissão desta à autoridade do marido e a quase inexistência de mulheres ocupando posições de poder na estrutura eclesiástica. O espaço da política partidária mostrou-se como um dos poucos ambientes para a atuação das mulheres iurdianas no sentido de conseguir exercer cargos diretivos, embora, a ação política dos que receberam o apoio da IURD, independente de condição de gênero, estivesse subordinada à vontade do grupo, este marcadamente androcêntrico.

Procurou-se identificar como a relação entre gênero e religião construiu-se historicamente dentro da Igreja Universal e, por conseguinte, como influenciou na sua atuação política. Embora reconhecendo a presença de outras diferenças sociais, a meta principal foi ressaltar como estas duas clivagens (religiosas e de gênero), especificamente, puderam servir como ponto de partida (e chegada) para reflexões sobre as experiências sociais dos membros deste grupo religioso. Estudou-se o discurso construído pela Igreja Universal do Reino de Deus sobre o papel ideal a ser desempenhado por homens e mulheres. Foram utilizados como fontes principais os livros *o Perfil do Homem de Deus*, *o Perfil da Mulher de Deus* e o jornal *Folha Universal*. Neste periódico se buscou principalmente os artigos direcionados às mulheres e uma parte do jornal no qual foram dados conselhos às pessoas que encaminharam suas dúvidas e questionamentos para os responsáveis da seção⁶, além do noticiário político.

⁵ A utilização da palavra Esquerda diante do clima de “pasteurização” política vivenciadas anos últimos anos pode ser problemática, mas também pode ser em parte justificada pelo fato de que à época estudada os grupos se identificavam e eram identificados por tal designação.

⁶ *O bispo responde e Orientação* foram os nomes dados para estas secções do jornal dedicadas a tirar dúvidas dos leitores.

Referencial teórico

A contribuição do historiador inglês, Edward Palmer Thompson, esteve presente a cada passo da pesquisa fornecendo os horizontes mais amplos, principalmente pela forma como entendeu o papel dos conceitos para a realização dos estudos históricos. Para E. P. Thompson, o conceito deveria funcionar como uma categoria heurística em constante diálogo com a realidade estudada, fornecendo os instrumentos necessários para sua observação, sem, no entanto, substituir o papel das informações encontradas nas fontes. Como ele mesmo observou, quando a realidade não corresponde aos princípios do conceito é melhor abandonar o conceito e ficar com a realidade. Esta perspectiva teórica, de certa forma, está respaldada na sua própria trajetória historiográfica. Na crítica que fez às idéias marxistas que vigoravam antes dele, baseadas, sobretudo, numa análise atenta dos fenômenos históricos, não somente os relacionados aos períodos por ele estudados, mas também aos que vivenciou.

Em Folclore, Antropologia e História Social, Thompson rompeu com a idéia de que a cultura poderia ser entendida como simples reflexo da base social. Na perspectiva thompsoniana a cultura aparece como um sistema de significados partilhados, mas também como uma arena onde se desenvolvem os conflitos sociais, um palco privilegiado para que esses conflitos possam ocorrer. Não é apenas:

Entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas a cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sobre uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema. E na verdade o próprio termo cultura, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições dentro do conjunto. (Thompson, 1998: 17)

A cultura como os outros conceitos utilizados por Thompson, são validados no confronto com a realidade. E dentro dessa realidade o cultural não aparece como simples reflexo da ordem econômica. Como Bourdieu também observou:

Se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial, da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de

fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhe são socialmente inerentes. (Bourdieu, 2005: 48)

Bourdieu observou que a religião cumpre a função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, o que de certa forma traz consigo algumas considerações que este faz em torno do conceito de campo religioso. Neste campo os atores sociais agem, de forma consciente ou inconsciente, de acordo com seus interesses de grupo. “A religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a esse grupo ou classe, na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social”. (Bourdieu, 2005: 46)

Não existe uma relação automática entre classe/religião, mas os demais aspectos sociais interferem na construção e mudança do fenômeno religioso. Os grupos religiosos transformam seu discurso em verdade, legitimando-o e contrapondo-se às outras formas religiosas. Esta é uma característica fundamental da religião, construir verdades, construir objetos e espaços sagrados, mas que foram elaborados em contextos específicos e atendendo a interesses de grupos determinados:

As relações de transação que se estabelecessem, com base em interesses diferentes, entre os especialistas e os leigos, e as relações de *concorrência* que opõem os diferentes especialistas no interior do campo religioso, constituem o princípio da dinâmica do campo religioso e também das transformações da ideologia religiosa. (Bourdieu, 2005: 50)

Bourdieu observa que Max Weber fez uma divisão das religiões universais, a partir das categorias profissionais. Nesta, o Cristianismo apareceu representado pelo “camarada artesão itinerante”, enquanto o Islamismo foi pelo “guerreiro conquistador do mundo”. A tentativa de articulação do pensamento Weberiano com a teoria marxista está presente na produção intelectual de Pierre Bourdieu, pensando a partir dos estudos de Weber a relação de afinidade eletiva que se estabeleceu entre Protestantismo e valores capitalistas. Evitando-se assim o “economicismo”, que também foi combatido por E. P. Thompson, pois os fatores econômicos não seriam *a priori* determinantes para a compreensão de determinado processo social, mas em diversos momentos poderiam perder espaço para outros elementos, tais como os religiosos, por exemplo. Bourdieu observa que a ocupação de uma pessoa não determina seu lugar na estrutura social, sendo influenciado por outras marcas de distinção.

A relação de homologia que se estabelece entre a posição da Igreja na estrutura do campo religioso e a posição das frações dominantes no campo

do poder e na estrutura do campo do poder e na estrutura das relações de classe, fazendo com que a Igreja contribua para a conservação da ordem política ao contribuir para a conservação da ordem religiosa, não elimina as tensões e os conflitos entre poder político e poder religioso. (Bourdieu, 2005, 72)

O historiador francês Georges Gusdorf, num livro em que compara a Revolução Francesa e a Revolução Americana, em capítulo específico, discorre sobre as diferenças do papel desempenhado pela religião nos dois processos. Levando em conta as heranças históricas que se fizeram presentes no momento de eclosão dos dois conflitos, Gusdorf observou que na Revolução Americana não existiu os traumas e as violências ocorridas nos momentos críticos da Revolução Francesa. Isto porque os revolucionários franceses lutavam contra o Antigo Regime, que ainda mantinha na França daquele momento uma organização social dividida em ordens, com grandes privilégios para o clero e a nobreza. Neste contexto a Igreja Católica exercia um considerável poder. Já a constituição da herança histórica dos Estados Unidos da América tinha sua origem num processo de colonização baseado no povoamento, em oposição à colonização de exploração que teria se dado em outras áreas.

A instalação das treze colônias inglesas na América ocorreu durante o século XVII por colonos europeus que fugiram das perseguições religiosas em vários países da Europa, mas também pela ação dos protestantes puritanos que estavam sendo açoitados na Inglaterra por se oporem as relações amistosas que vinham se estabelecendo entre os reis “católicos” como Carlos I e a Igreja Católica, dentre outros motivos. Estes colonos, observa Gusdorf, não foram para América, tal como os aventureiros que colonizaram a América do Sul e a América Central, com o objetivo de enriquecer e voltar para o seu país de origem, mas, sim, em busca de liberdade para praticar sua fé, através da construção de um novo lar, também.

Ao contrário dos revolucionários franceses para os quais a religião foi vista como um instrumento de combate à liberdade, para os primeiros colonizadores e futuros revolucionários norte-americanos as práticas religiosas eram sua fomentadora. Viver a fé significava exercitar a liberdade. As formas de organização política que surgiram entre os colonizadores protestantes se baseavam nas mesmas instituições democráticas que eram praticadas nos espaços religiosos. O individualismo que se encontrava presente na doutrina protestante, com o princípio do sacerdócio universal influenciava numa prática política mais aberta, ao mesmo tempo em que o dever de todos lerem a Bíblia, fazia com que grande parte dos colonos fosse alfabetizada. A liberdade política na França se afirmou negando a religião, enquanto na Revolução Americana, essa liberdade emergiu dos próprios princípios religiosos.

O trabalho de Gusdorf demonstra que a conciliação realizada por Pierre Bourdieu entre o método marxista e o weberiano não somente é possível, mas que pode enriquecer bastante a pesquisa. A “afinidade eletiva” que teria existido entre o capitalismo e o Protestantismo pode ser uma maneira mais rica de responder à “velha” discussão sobre o que teria influenciado mais a religião ou economia nos países protestantes capitalistas. Este debate também teve conseqüências na trajetória destes grupos no Brasil. Ao comparar a história americana com a brasileira não é de admirar que muitos dos políticos locais tenham se colocado ao lado de grupos protestantes em oposição ao Catolicismo que muitas vezes foi acusado de ter favorecido o “atraso político” da sociedade brasileira. O Protestantismo era a religião das nações desenvolvidas. O Brasil que vinha sentindo a ação, primeiro do imperialismo inglês e depois do imperialismo americano, notadamente a partir da segunda metade do século XIX, se rendia as representações do “sonho americano”, do país da liberdade. A “utopia implícita no protestantismo”, como bem lembrou Rubens Alves. (ALVES, 2005: 280)

François Houtart observou que o papel de representação exercido pela religião em relação à natureza era muito mais acentuado no passado, quando o homem vivia num contexto social caracterizado pela dependência maior em relação aos fenômenos naturais. À medida que as forças produtivas se desenvolveram, as representações religiosas se voltaram para as relações sociais de produção. Este fenômeno teria ocorrido apenas em sociedades desiguais, onde havia a necessidade de uma explicação religiosa para se criar um consenso na aceitação das diferenças sociais, sem a necessidade de coerção. O que não significou que o consenso criado em torno da aceitação das diferenças sociais tivesse sempre uma conotação religiosa (Houtart, 1994: 56). Na sociedade capitalista, o consenso se estruturou através das formas não religiosas, o que não impediu que em diferentes contextos este ainda continuasse a assumir um papel de legitimação da ordem social vigente. A Igreja Universal do Reino Deus integrou bem suas representações ao contexto da economia neoliberal, uma vez que construiu suas crenças com fortes ligações com a lógica de mercado do capitalismo.

A Igreja Universal do Reino Deus ao mesmo tempo em que ocupou os espaços deixados de lado por um Estado Neoliberal que deixou de assumir as funções protetoras que até então eram consideradas suas prerrogativas⁷, possibilitou que as pessoas assimilassem muitas das características do mesmo, criando, por exemplo, um tipo “especial” de individualismo, uma vez que mesmo padronizando comportamentos, deu margens a exacerbação de sentimentos e desejos individuais. A IURD ofereceu seus bens religiosos no mercado religioso operando a

⁷ Embora o Estado Brasileiro não tenha ocupado as funções sociais que lhe eram impostas dentro de uma lógica “assistencialista”, estas permaneciam enquanto princípios norteadores.

partir de uma “teologia” apoiada em valores econômicos, uma maneira de entrar na lógica do mercado Neoliberal, mas com um respaldo cultural baseado em práticas populares, restaurando valores comunitários, entretanto com uma boa dose de individualismo, consubstanciada na Teologia da Prosperidade.

O conceito de representação de Roger Chartier, que está articulado ao de práticas e apropriação foi também um importante referencial na pesquisa. Para Chartier a representação tanto pode ser vista como a “exibição de uma presença”, quanto permitir “ver uma coisa ausente”. As representações estão vinculadas ao conjunto da realidade social dos grupos humanos, sendo produto desta, mas também ajudando a construí-la. Estas idéias ou imagens que são “criadas” mantêm sempre correspondência com os objetos que lhe deram origem. As práticas desvendariam as apropriações realizadas pelos homens em sociedade. As representações criadas por estes indivíduos e grupos acabariam por revelar esse processo. (Chartier, 1988: 27). Apesar dos documentos usados pelo historiador serem textos, existe uma “experiência humana” que este discurso tenta “traduzir”, “mistificar”, “interpretar” ou “revelar”:

Toda análise cultural deve levar em conta esta irredutibilidade da experiência ao discurso, resguardando-se de um uso incontrolado da categoria de texto, indevidamente aplicada à práticas (ordinárias ou rituais) cujas táticas e procedimentos não são, em nada, semelhantes às estratégias produtoras dos discursos. (Chartier, 1995:12)

“As inteligências não são desencarnadas”. (Chartier, 1988: 26) Existem diversos componentes sociais que interferem, tanto na construção das representações, quanto nas apropriações que realizadas pelos indivíduos e grupos sociais. Os membros da IURD criaram representações que independentes ou não de suas vontades traduziram as suas *posições e interesses objetivamente confrontados*, ao mesmo tempo em que descreveram a sociedade tal como pensavam que ela era, ou desejavam que fosse.

Bourdieu também ressaltou o papel exercido pelas leituras que os grupos fazem a partir da sua posição na sociedade. Pensando as questões religiosas argumentou que:

Quanto maior for a distância econômica, social e cultural entre o grupo dos produtores, o grupo dos divulgadores e o grupo dos receptores, tanto mais ampla a reinterpretação. Em consequência, a forma que a estrutura dos sistemas de práticas e crenças assume em um dado momento do tempo (a religião histórica) pode afastar-se bastante do conteúdo original da mensagem e só pode ser inteiramente compreendida por referência à estrutura completa das relações de produção, de circulação e de apropriação da mensagem, e por referência à história desta estrutura. (Bourdieu, 2005: 51)

O próprio Pentecostalismo no desenrolar de sua trajetória no Brasil soube incorporar elementos do cotidiano, tornando mais atraente a participação dos novos membros no grupo em comparação com as formas de Protestantismo que o antecederam. Muitas das práticas religiosas presentes na Igreja Universal do Reino Deus, como o uso dos meios de comunicação de massa e as campanhas milagrosas de cura, já vinham sendo praticadas pela Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), por exemplo, desde a sua fundação em 1958 (Freston, 1993: 84). A Igreja Universal inovou, porém, ao integrar seu discurso à lógica de mercado, em uma sociedade neoliberal, ao mesmo tempo em que acentuou o diálogo com práticas que faziam parte da religiosidade brasileira. Como observa François Houtart, na sociedade capitalista o consenso pode ser conseguido através das formas não religiosas, o que não impede que nos diferentes contextos estas formas ainda assumam um papel de legitimação da ordem social vigente, como certamente ocorreu com a Igreja Universal, que incorporou bem suas representações ao contexto da economia Neoliberal. (Houtart, 1994: 56)

Buscando identificar o limite entre continuidades e rupturas religiosas e políticas, procurou-se trabalhar os autores anteriormente citados, mas tendo consciência que um dos maiores problemas na construção de um conhecimento a cerca da sociedade já havia sido levantado por Karl Marx, nas primeiras linhas do *Dezeto Brumário*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (Marx, 1986: 203)



Capítulo I

O Reino de Deus na ALBA: políticos iurdianos no Legislativo baiano

O Senhor Jesus disse que se devia dar a César o que é de César, mas a Deus, o que é de Deus. É bom saber que o próprio lugar de César pertence a Deus. Os cristãos primitivos anunciavam isso dizendo que “Só Jesus é Senhor”. A IURD ostenta com alegria, em todos os seus templos, a inscrição Jesus Cristo é o Senhor, proclamando a todo mundo em quem deposita sua confiança. É tempo de pensar em eleições, o povo de Deus precisa mostrar que realmente deve estar no comando.⁸

Pentecostalismo e Igreja Universal do Reino Deus

A entrada da Igreja Universal do Reino Deus no campo religioso baiano foi antecedida pela presença de outros grupos protestantes históricos e pentecostais. A formação das primeiras comunidades protestantes no Brasil imperial no século XIX, inclusive na Bahia, esteve relacionada com a entrada de imigrantes. Manteve-se a oficialidade da Igreja Católica, porém os outros grupos religiosos passaram a ser tolerados. Esse Protestantismo inicial foi considerado como de imigração. Seus praticantes estavam mais interessados em preservar a fé nacional e garantir assistência a seus membros, anglicanos e luteranos, e não tinham preocupação missionária.

Os Anglicanos chegaram ao País como comerciantes nas grandes cidades e os luteranos, como pequenos colonos no interior da região sul e sudeste. Os anglicanos foram os primeiros protestantes a se estabelecer oficialmente na Bahia em 1821, grupo formado por comerciantes britânicos residentes em Salvador que se dedicavam ao comércio do açúcar, fumo e ao ramo de transportes e atuaram como banqueiros, na indústria metalúrgica e de tecidos e na construção de estradas de ferro. Os cultos anglicanos eram realizados em inglês, o que demonstra em parte a ausência de preocupação proselitista deste grupo. (Silva, 1997: 7)

A partir de 1850, ao Protestantismo de imigração se seguiu o Protestantismo missionário ou de propaganda que tinha como fato novo o objetivo de atrair brasileiros para suas fileiras. Estes grupos concentraram-se em grande parte na capital do Império. Foi a primeira tentativa de colocar o Protestantismo como uma opção religiosa para brasileiros de forma organizada, embora a ausência de um maior diálogo com a realidade cultural brasileira tenha dificultado o sucesso do proselitismo. Esse Protestantismo missionário se tornou possível graças a uma maior liberação do Estado brasileiro em relação às práticas não católicas

⁸ Carlos Rodrigues, *Folha Universal*, 21/06/1998, p. 12b.

e coincidiu com um momento de crise e contestação do Segundo Reinado, Império este intimamente associado à Igreja Católica (Teixeira, 1975, p.30 a 37).

A Igreja Evangélica Fluminense foi a primeira congregação protestante brasileira a cultivar em português. Fundada em 11 de julho de 1858, por Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah Poulton Kalley, abriu caminho para a entrada de outros grupos. Durante a década de 1860 missionários enviados pela Junta das Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América formaram as primeiras organizações presbiterianas brasileiras: as igrejas do Rio de Janeiro (1862), de São Paulo (1865) e de Brotas (1865). Francis Joseph Schneider, Theodore Houston e Alexander Latimer Blackford formaram o primeiro núcleo de missionários presbiterianos vinculados a Missão do Brasil, que teve como objetivo desenvolver o trabalho no País a partir de São Paulo. Schneider organizou a primeira igreja presbiteriana na capital baiana, em 21 de abril de 1872, com a presença de três membros, o reverendo Schneider e sua esposa, além de um casal de brasileiros que havia se convertido. (Silva, 1999: 57) A missão enviou após a fundação do grupo outros missionários que ficaram responsáveis pela organização de vários pontos de pregação e escolas paroquiais.⁹

Com o ideal missionário, os batistas chegaram à Bahia em 1882, depois de uma passagem por Santa Bárbara, em São Paulo, para que os quatro missionários norte-americanos, enviados pela junta de Missões dos Estados Unidos, Richmond, William e Ana Bagby, Zacarias e Kate Taylor aprendessem a língua portuguesa. Estes acompanhados pelo ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque em 15 de outubro de 1882, organizaram e foram os primeiros membros da Primeira Igreja Batista do Brasil.

O Pentecostalismo, que pode ser definido como uma dissidência radical do Protestantismo histórico no início do século XX, e cuja característica básica é a descida do Espírito Santo nos fiéis, expressa pelo falar em línguas estranhas, a glossolalia, chegou ao Brasil em 1910 e 1911. Nestes anos foram fundadas a Congregação Cristã do Brasil e a Assembléia de Deus, respectivamente, trazendo as características principais do movimento de origem norte-americana. A origem da palavra Pentecostalismo vem da descrição, no capítulo II de atos dos Apóstolos, do dia do Pentecostes em que, cinquenta dias após a subida de Jesus aos céus, o Espírito Santo sobreveio aos apóstolos, em Jerusalém, fazendo com que a multidão que participava da cerimônia falasse em línguas estranhas.

O fenômeno pentecostal reintroduziu nas igrejas evangélicas um caráter “novo” no comportamento dos fiéis durante a liturgia, que passou a ser marcado pela emoção,

⁹ http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/pdf/art_educ_7_2.pdf Acesso em 23/04/2008.

sentimentalismo forte, gritos, choro, decorrentes do fato dos fiéis estarem possuídos pelo Espírito Santo. Este fenômeno “surgiu” em 1901 nos Estados Unidos, possuindo sementes no Protestantismo histórico norte-americano, já que os ingleses, quando chegaram aos EUA, adaptaram o Protestantismo inglês às novas condições encontradas para a colonização de um território até então desconhecido, fugindo de certas concepções rígidas, racionais, do calvinismo puritano, e adotando, como nos casos dos metodistas na pregação do Oeste americano, manifestações emocionais. Nas pregações protestantes americanas dos séculos XVIII e XIX, assim como nas alemães e inglesas, já se encontravam elementos que posteriormente fizeram parte da sistematização do Pentecostalismo.

O Pentecostalismo desenvolveu-se em torno das discussões da doutrina da santificação elaboradas pelo metodista inglês John Wesley no século XVIII. Segundo Wesley, o homem tinha que se dedicar à santificação. Teólogos e evangelistas adeptos do movimento chegaram à conclusão de que, para atingir a etapa final do processo de santificação tinham que receber o batismo do Espírito Santo. Partindo deste princípio, o pastor Charles Parham fundou colégio e igreja no estado de Arkansas para estudar a maneira prática do Espírito Santo se manifestar no homem, concluindo que seria através da glossolalia. O fenômeno concretizou-se na passagem do ano de 1901, quando uma das alunas de Parham, Agnez Ozman, recebeu a oração diretamente do pastor, falando em línguas estranhas. Era o começo do Pentecostalismo. De início restrito apenas ao estado de Arkansas, o fenômeno pentecostal passou, a partir de 1905, a expandir-se para outros estados americanos, como o Texas, e cidades como Los Angeles e Chicago. (Campos, 1996: 36)

Inicialmente isolados, os movimentos pentecostais começaram a se unir dando origem às igrejas Assembléias de Deus, que se tornaram uma instituição independente em 1919. Paralelamente à organização da Assembléia de Deus, observa-se o surgimento de outras denominações protestantes pentecostais nos EUA: A Igreja do Evangelho Quadrangular e a Congregação Cristã.

A Assembléia de Deus foi formada no Brasil através da ação dos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. Estes imigraram para os Estados Unidos e lá entraram em contato com o movimento pentecostal. Após se conhecerem em uma Convenção Pentecostal em Chicago, os dois suecos disseram ter recebido de Deus uma chamada especial para disseminarem o Evangelho em um local chamado Pará. Partiram de New York, chegando a Belém do Pará, no dia 19 de novembro de 1910. Congregaram-se com a comunidade batista de Belém, até que suas idéias entraram em choque com a doutrina tradicional da igreja hospedeira. No dia 18 de

junho de 1911, os missionários Berg e Vingren, fundaram na cidade de Belém do Pará, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil. (Campos Jr., 1995: 30).

A Assembléia de Deus chegou à Bahia em 1930, através da ação dos missionários Otto Nelson e Adina Petterson Nelson, na cidade de Canavieiras. Um ano depois foi realizado o primeiro culto assembleiano em Salvador, na Rua Carlos Gomes.

Pentecostalismo: divisões no sub-campo e entre seus estudiosos

As divisões criadas pelos estudiosos do Pentecostalismo no Brasil foram quase tão amplas quanto as que se verificaram dentro do próprio campo religioso pentecostal. Como seria muito difícil comentar todas, a opção adotada foi a discussão de três autores que apresentaram elementos importantes para a compreensão do fenômeno. A primeira opção foi a leitura de Paul Freston, sociólogo inglês radicado no Brasil, por ser conhecida amplamente pelos pesquisadores da temática. As outras duas tipologias analisadas foram as de Antonio Gouvêa Mendonça, teólogo e sociólogo paulista de origem presbiteriana, e Paulo Siepierski, teólogo de ascendência batista, que apesar de apresentarem divergências, concordaram em não enquadrar a Igreja Universal do Reino de Deus e os grupos religiosos que a sucederam como protestantes ou mesmo pentecostais, situando-as dentro de um quadro de novos fenômenos religiosos ligado à chamada pós-modernidade.

Paul Freston fez uma divisão do Pentecostalismo no Brasil marcada por um critério social e econômico, ligados a contextos específicos de surgimentos desses grupos. A primeira onda, a partir de 1910, correspondeu ao início do Pentecostalismo no País, com a presença da Assembléia de Deus e Congregação Cristã do Brasil; a segunda onda, nos anos 50 e 60, com a criação da Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Evangélica “O Brasil para Cristo” e Igreja Pentecostal Deus é Amor. Neste momento, o Brasil estava passando por um processo de urbanização, com a consolidação da chamada sociedade de massas. A terceira onda, no final dos anos 70 e início dos 80, surgiu num clima de crise social, de desemprego, violência e tráfico de drogas, no Rio de Janeiro, com o aparecimento da Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça e Igreja Renascer em Cristo. Esta fase teria dado início ao Neopentecostalismo.¹⁰ (Freston, 1993: 66).

Mendonça seguiu a divisão proposta por Martin Dreher, que diferenciou os chamados evangélicos em três grupos: os históricos, que seria formado pelos grupos ligados à Reforma,

¹⁰ Termo utilizado por Ricardo Mariano e Paul Freston para nomear a Igreja Universal e os grupos pentecostais que a seguiram, fundadas a partir da década de 1970.

os evangélicos, relacionados ao Movimento de Oxford, se apresentando em confronto com o Catolicismo e os pentecostais.¹¹

Para Mendonça os pentecostais mais antigos seriam os Clássicos, incluindo neste grupo a Congregação Cristã, Assembléia de Deus, Igreja Evangélica O Brasil para Cristo e Igreja do Evangelho Quadrangular, que apesar da “ausência de uma reflexão teológica elaborada” teriam elementos que permitiriam a sua classificação, tais como glossolalia, uso da Bíblia, Confissões. Somando-se a isto também a formação de escolas teológicas e edição de livros, revistas e jornais. Concordou com Martin Dreher na inclusão destes grupos entre os evangélicos. Já os Neopentecostais não seriam nem evangélicos, nem pentecostais ou mesmo cristãos:

Uma teologia simples que atribui todo mal, desde doenças até problemas existenciais ou econômicos, a “encostos”, bruxarias e demônios de toda sorte, vem sendo seguida desde as tendas dos anos 1950. O que se conhece como “teologia da prosperidade”, parte positiva do culto neopentecostal, traz as características salvacionistas da superação da força do mal. O instrumento simbólico e prático desta salvação vem sendo colhido pelas igrejas neopentecostais no vasto arsenal simbólico das religiões cristãs e não-cristãs, sinal visível de um sincretismo progressivo (Mendonça, 2006: 98).

Os grupos Neopentecostais seriam classificados como “magias” buscando legitimar-se dentro de uma tradição evangélica. Para Antônio Gouvêa Mendonça a queda dos protestantes históricos contribuiu para o aumento das pessoas que se identificaram como sem religião. Estes teriam abandonado o Protestantismo pelo “cansaço”:

A solidão da fé protestante, a exclusiva dependência individual tanto quanto à ética como à salvação, assim como o continuo envolvimento nas atividades paroquiais tidas como dever inelutável, contribuem muito para este cansaço ou enfado. Uma como que “neurose do tempo” originada da “mordomia do tempo” que, por sua vez, tem suas raízes no conceito de trabalho, subtrai ao fiel protestante todos os ensejos que ele tem como para o lazer ou para as outras coisas. (Mendonça, 2006: 90)

As classes médias e altas teriam ido para a categoria dos sem religião, enquanto as camadas baixas da população se enquadraram no que ele chamou a princípio de religiões pós-modernas ou do “aqui e agora”. Para Gouveia as religiões tradicionais perderam espaços para as pós-modernas porque:

¹¹ O Movimento de Oxford ocorreu na Inglaterra no século XIX e seus organizadores tentaram conciliar o Anglicanismo e o Catolicismo retirando dos dois sistemas coisas que encaravam como negativas: o excesso de racionalismo do Protestantismo e o Papismo do Catolicismo.

Enquanto as tradicionais insistem numa ética salvacionista que expressa grandes princípios dogmáticos universais transcendentais, as pós-modernas pregam e agem fora de sistemas de verdades eternas e firmam-se na pura contingência das necessidades imediatas. A um Deus transcendente que age em outra escala de tempo, opõem um Deus imanente que opera na contingência humana. Não há verdades eternas, mas verdades provisórias que “são verdadeiras” na provisoriedade do existir, na contingência do sujeito. (Mendonça, 2006: 91)

Para Paulo D. Siepierski a década de 1970 foi caracterizada pela eclosão de movimentos religiosos que romperam a unidade doutrinária que até então o Pentecostalismo teria possuído. Uma característica importante do Pentecostalismo latino-americano teria sido sua formação sobre bases pré-milenaristas enquanto o que se desenvolveu nos Estados Unidos foi pós-milenarista.

A escatologia pentecostal tem como elemento central a crença em um período de mil anos de paz e prosperidade na Terra, ou seja, um milênio. Portanto, o pentecostalismo é um movimento milenarista. Mas, ao contrário da escatologia reinante no Protestantismo norte-americano do século XIX, que era pós-milenarista, ou seja, acreditava que o retorno de Cristo ocorreria no final do milênio, a escatologia pentecostal é acentadamente pré-milenarista, centralizada na expectativa do iminente retorno de Cristo para a inauguração de seu reino milenar. (Siepierski, 2003: 73)

Paulo Siepierski fez uma crítica das tipologias que tentaram compreender o fenômeno com o objetivo de construir sua própria. Questionou a tipologia criada por Paul Freston, criticando sua divisão em ondas e sua suposta dificuldade em perceber o Pentecostalismo “nas estruturas sociais, econômicas, mentais”. Críticas também foram feitas a Jose Bittencourt Filho, que dividiu o Pentecostalismo em clássico, originado dos movimentos missionários e, autônomo, cuja principal característica foi a presença de líderes fortes; a Mendonça, que classificou os novos grupos surgidos a partir da década de 1970 de religiões de cura divina ou pós-modernas, como foi visto anteriormente; a Brandão por considerá-las como pequenas seitas e a Ricardo Mariano por ter cunhado o termo Neopentecostais.

Para Mariano, as diferenças teológicas significativas entre o neopentecostalismo e as vertentes pentecostais que o precederam são a ênfase na guerra espiritual, a teologia da prosperidade e a eliminação dos sinais externos de santidade. Na realidade, tais diferenças teológicas são consequência de uma mudança na escatologia e representam um distanciamento substancial dos novos pentecostalismos em relação aos precedentes. Tal distanciamento salta aos olhos quando percebemos que, paralelamente ao desenvolvimento, e de certa forma provocando-os, do conceito de guerra espiritual, da teologia da prosperidade e do abandono dos sinais externos de santidade, houve uma alteração escatológica

importantíssima, tênue no princípio, mas agora já bastante perceptível. A roda da história girou novamente, provocando um paulatino abandono do pré-milenarismo e um lento, porém seguro, retorno ao pós-milenarismo. Tamanho distanciamento indica que o fenômeno não é simplesmente uma nova forma de pentecostalismo, um neopentecostalismo, mas de um pós-pentecostalismo. (Siepierski, 2003: 78)

Os grupos chamados de Neopentecostais seriam pós-milenaristas. Siepierski defende que o Pentecostalismo é pré-milenarista, portanto, para este autor, estes grupos não poderiam ser considerados pentecostais. Para Mendonça a posição pré-milenarista dos chamados evangélicos brasileiros explicaria a relação que mantiveram com a política, baseada numa concepção de condenação e afastamento. A entrada dos protestantes na política poderia ser pensada pela sua condição de pequena comunidade, dentro de uma lógica minoritária. Suas lideranças teriam entrado apenas para conseguir ganhos imediatos, enquanto os “fiéis” mantiveram-se afastados. Mesmo a presença de políticos seria pensada a partir desta perspectiva. Os novos grupos religiosos que Siepierski chamou de pós-pentecostais teriam retornado a concepção pós-milenarista, o que explicaria o seu envolvimento com a política no sentido de construir o início do “Reino de Deus” na terra. (Siepierski, 2003: 84)

A Igreja Universal desde seus primórdios se considerou como um grupo protestante. Em um dos primeiros livros lançados pelo grupo no início dos anos 1980 esta vinculação se encontrava evidente. No livro *Libertação da Teologia*, o Pastor Edir Macedo fez questão de ressaltar esta continuidade, apesar de reconhecer as diferenças existentes, destacando o preconceito que julgava existir por parte dos chamados protestantes históricos em relação aos “novos crentes”, os grupos pentecostais, principalmente aqueles enquadrados por Paul Freston na segunda e terceira onda.

No meio evangélico, embora se afirme uma dependência quase que total do Espírito Santo para o entendimento das Escrituras Sagradas, e se propague isso como sendo um dos mais importantes pontos de nossa fé, na prática, tal coisa não tem acontecido. Criou-se uma “Teologia Protestante”, defendida arduamente pelos que usam o apelido farisaico de “conservadores”. Estes creditam a todos aqueles que em relação a essa “Teologia”, subtraem, acrescentam ou destoam de algum ponto doutrinário, o selo dos hereges, anticristos ou falsos profetas, com a mesma veemência do clero católico romano.

É lamentável observar o quadro em que vivem os evangélicos, principalmente no Brasil, país onde o Evangelho tem um grande campo de ação. Quantos livros e folhetos têm sido escritos por grupos evangélicos para criticar, discordar ou até mesmo zombar de outros grupos, também evangélicos? Muitos desses escritores criticam simplesmente por causa da ênfase dada a determinado aspecto da pregação cristã. (Macedo, 1997: 42).

De fato o questionamento das práticas religiosas iurdianas contou com a participação de católicos e membros das religiões afro-brasileiras, mas também com a de representantes dos demais grupos evangélicos, tanto os chamados protestantes históricos, quanto os demais grupos pentecostais. Em famosa reportagem exibida pela extinta TV Manchete em 1989 este confronto foi visível. Na reportagem apareceram depoimentos de pastores de uma Denominação Batista e da Assembléia de Deus que buscavam desvincular-se de quaisquer ligações com as práticas litúrgicas e a “teologia” da Igreja Universal do Reino Deus.

O pior de tudo, creio eu, é a terrível discriminação. Algumas denominações não aceitam a transferência de membros sem que sejam novamente batizados. Em outras palavras, o único batismo certo seria o dessas igrejas! Se alguém pertencer a uma denominação que dá ênfase ao revestimento como o Espírito Santo e aos dons espirituais, dificilmente será bem aceito em uma comunidade “tradicional”. Mesmo que seja recebido como “irmão”, jamais terá acesso ao púlpito e será sempre visto com cuidados especiais.

Se, por outro lado, o indivíduo crê na cura divina e enfatiza a ação do Espírito Santo na libertação de pessoas possuídas por demônios, a situação se torna mais complexa, pois há o risco de não ser aceito nem pelos “tradicionalistas”, nem por outras denominações, sendo considerado um “marginal” do Evangelho. (Macedo, 1997: 42).

A ênfase na cura e exorcismo presentes na rede simbólica construída pela Igreja Universal teria representado na visão do Protestantismo tradicional um aspecto que excluiria grupos com características semelhantes as da IURD do “seio” protestante ou evangélico. Para Edir Macedo representavam apenas uma ênfase na “ação do Espírito Santo”, que não deveria ser desprezada pelos “irmãos”.

A partir da análise da forma como setores do Protestantismo histórico e pentecostal se posicionaram em relação ao chamado Neopentecostalismo foi possível compreender a dificuldade que autores ligados a estas denominações como Antonio Gouvêa Mendonça e Paulo Siepierski¹² tiveram de enquadrar a Igreja Universal do Reino Deus dentro da tradição protestante. Mendonça disse ter acompanhado o surgimento destes grupos na década de 1970 e revelou o espanto, que provavelmente não foi apenas de um pesquisador, mas também de um “protestante tradicional,” diante das inovações consideradas pelo Bispo Edir Macedo apenas como novas ênfases:

Douglas Teixeira Monteiro, então meu orientador nos estudos de mestrado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São

¹² Antonio Gouvêa Mendonça foi pastor da Igreja Presbiteriana Independente e Paulo Siepierski teve formação teológica em universidade batista nos Estados Unidos da América.

Paulo, acompanhava esse movimento, principalmente pelo rádio nos programas da madrugada. Fui com ele uma noite a uma grande concentração de Wanderley Messias num estádio em Osasco. Fui a outras também. Convenci-me de que as reuniões desse missionário nada tinham a ver com o cristianismo e muito menos com evangélicos ou pentecostais. Nenhum sinal de Bíblia ou de qualquer outro símbolo por mais simples que fosse de um culto evangélico. O próprio Wanderley apresentava-se de black tie como se estivesse num show, como um líder de banda. Estádio lotado diante do drama da luta entre demônios do bem e do mal. Nada mais. (Mendonça, 2006: 90)

Compreensível o estranhamento de pessoas criadas na “melhor” “tradição” protestante, que se orgulhavam de ter como a maior contribuição para a sociedade brasileira o desenvolvimento do setor educacional, contando com “respeitáveis instituições em todos os níveis”, diante das “inovações” de Wanderley Messias e os outros que o sucederam. Entretanto, o também fiel protestante histórico Paul Freston discordou da opinião de que grupos religiosos com a Igreja Universal do Reino de Deus não fossem evangélicos:

Alguns evangélicos negam que a IURD seja evangélica, vendo-a como sincrética. Alegam que ela não aceita a doutrina e a ética comportamental clássicas do Pentecostalismo. É verdade que a IURD segue uma estratégia de diferenciação: “já vivemos... a pregação protestante com Lutero... a avivalista com João Wesley e agora temos que sair da mera pregação carismática... para a pregação plena” (Macedo sd: 118). Mas o que Macedo propõe como “pregação plena” é bem pentecostal: “que Jesus Cristo salva, batiza com o Espírito Santo, mas também, e antes de tudo, que liberta as pessoas que estão oprimidas pelo diabo”. (...)

A IURD ensina a “marca tribal” do Pentecostalismo (Hollenweger 1972: 485), a glossolalia como evidência do batismo com o Espírito Santo. Contudo, é verdade que os membros da IURD falam quase casualmente das línguas; o deslumbramento é transferido para as curas (associadas muitas vezes ao exorcismo) e a prosperidade. Isso não reflete, necessariamente, uma diferença de experiência, mas uma diferença de expectativa com respeito à ênfase apropriada nos “testemunhos”. (Freston, 1994: 136).

As observações de Paul Freston apresentaram-se como bastantes pertinentes, pois não partiram da construção de um Protestantismo ou Pentecostalismo “ideal” para, a partir daí, julgar se a Igreja Universal do Reino Deus seria ou não protestante ou pentecostal, mas tentaram compreender de um ponto de vista histórico as “inovações” presentes, sem desprezar as permanências em relação aos grupos que lhe antecederam, assim como as próprias representações construídas em torno de sua origem.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso,

o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (Chartier, 1988: 17)

É bastante instigante a imagem presente na primeira capa do livro *A Libertação da Teologia* e que se repetiu em outras edições. Trata-se da representação de uma corrente quebrada, demonstrando como a própria Igreja Universal se viu como continuidade e ruptura, não deixando de se apropriar das contribuições dadas pelos que a estudaram para a construção de sua própria identidade:

A Igreja Universal do Reino Deus se originou do pentecostalismo, iniciado no Brasil no início do século XX, que foi uma espécie de reação ao comodismo e elitismo das igrejas chamadas “tradicionalistas”. O nome “pentecostal” vem da Festa das Semanas ou Pentecostes, espaço de sete semanas ou 50 dias, calculados a partir do primeiro dia após o sábado de Páscoa. Suas pregações enfatizam o batismo como o Espírito Santo, a cura divina, a salvação e a volta de Jesus Cristo. O crescimento foi notório e a IURD se espalhou por todo o território nacional, convertendo muitas pessoas ao Senhor Jesus. Os pastores eram formados fazendo valer principalmente a experiência com Deus, em vez do nível de instrução de cada um. (Universal, 2003: 8)

Os próprios membros da Igreja Universal do Reino Deus se definiram como protestantes, identificando-se ao mesmo tempo como uma “novidade”, que viera para enfatizar mais a experiência que o “conhecimento”, característica que para as lideranças iurdianas havia predominado nos grupos religiosos protestantes que o antecederam:

O Neopentecostalismo chegou como uma espécie de nova Reforma no cristianismo, um movimento que tem revelado novos líderes, descomprometidos com as denominações tradicionais e cujas igrejas são autônomas: cada uma provê material para suprir as suas necessidades. Igrejas que fazem a evangelização em massa e propagam a cura divina, a prosperidade financeira, a libertação dos demônios e o poder sobrenatural da fé. O Senhor Jesus é apresentado como Ele é, um Deus Vivo e poderoso, capaz de resolver os mais diversos problemas, até mesmo os ditos insalúveis, e curar as doenças classificadas como incuráveis.

Com isso, a IURD contribui para engrossar o contingente de evangélicos no País. (...)

Em sua caminhada a passos largos, a Igreja Universal não se acomoda nem se contenta com os números alcançados, assim como não se atemoriza frente aos obstáculos e às adversidades. Determinada em cumprir a ordem de evangelização mundial, dadas pelo Senhor Jesus em Marcos 16.15, “...Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura”, a IURD traçou a meta para as próximas décadas: vencer o desafio missionário de conquistar os povos do mundo muçulmano, hindu e budista, penetrando nos países mais pobres e menos evangelizados da Terra. (Universal, 2003: 9).

Esta auto-identificação estava presente no livro comemorativo dos 25 anos de fundação da IURD lançado no início de 2003. Mais de duas décadas depois de seu surgimento a Igreja Universal traçou “novos horizontes” em busca de fiéis pelo mundo. Mas antes de aumentar as “fileiras evangélicas” na Terra foi necessário “engrossar o contingente de evangélicos no País” e a evangelização da “Bahia de todos os Santos” fez parte deste projeto.

A construção do reino

A Igreja Universal foi criada no Rio de Janeiro por Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares e Roberto Augusto Lopes em 1977. Durante a década de 1980, os últimos deixaram o grupo, e coube a Macedo o seu controle. Embora não seja o grupo de origem pentecostal com o maior número de membros, cabendo este feito à Assembléia de Deus (4,5 milhões) e à Congregação Cristã do Brasil (2,2 milhões), apresenta, até o momento, o maior ritmo de crescimento registrado para um grupo religioso no Brasil. Começou com quatro membros em 1977 e, segundo o censo de 2000, possuía, vinte e três anos após sua fundação, dois milhões de membros (Mariano, 2003: 59).

A expansão da Igreja Universal do Reino Deus no Brasil foi gradativa, mas contínua e ascendente. Logo que se estabeleceu no Rio de Janeiro, o grupo se fixou, dois anos depois, em São Paulo e em Minas Gerais. Em 1980, chegou à Bahia e ao Paraná, espalhando-se logo depois pelo território brasileiro. Ainda em 1980, fundou um templo nos Estados Unidos da América. Todavia, sua expansão internacional se deu, de maneira mais ostensiva, a partir da década de 1990, com a fundação de diversos templos em vários países da América Latina, Europa, Ásia e África. O continente africano constituiu-se em um território fértil para o crescimento da IURD, notadamente nos países de língua inglesa e portuguesa.¹³

O cenário social no qual a Igreja Universal do Reino de Deus se inseriu na cidade de Salvador não se diferenciava muito do Rio de Janeiro da crise social, do desemprego e da violência de que fala Freston ao analisar o surgimento deste grupo. A chegada dos anos 80 do século XX no Brasil veio acompanhada do acirramento da crise que já estava sendo vivenciada desde 1974 com o fim do “milagre econômico”. Esta situação pode ser percebida observando alguns indicadores sociais e econômicos. A nova década iniciou com 64,5% do contingente populacional economicamente ativo do País recebendo de 0 a 2 salários mínimos, com apenas 1,5% da população situada na faixa dos que ganhavam mais de 20 salários mínimos; a taxa de inflação era de quase 100% em relação ao ano anterior; um elevado índice de desemprego, diminuição do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e uma dívida externa de mais de 80 bilhões de dólares. (Kraychete, 1983: 41)

A capital da Bahia neste período não contrastava com o cenário desenhado nacionalmente. As transformações econômicas que ocorreram em Salvador e sua região

¹³ Na Bahia, a presença e o crescimento da Igreja Universal do Reino Deus em Moçambique foi estudada por Dowyvan Gaspar em sua dissertação de mestrado. (Gaspar, 2006).

metropolitana com o processo de industrialização iniciado na década de 1960 não se traduziram em melhoria nas condições de vida da maioria da população. As disparidades de renda foram ampliadas. Ocorreu também um crescimento do setor terciário, mas este, muitas vezes representou muito mais a elevação da taxa de informalidade na Economia do que aumento das atividades ligadas à modernidade, tais como, crescimento do turismo ou do mercado financeiro. Esta informalidade significou no mais das vezes subemprego e ocupações mal remuneradas:

Um fato revelador da deteriorização das condições de trabalho é o aumento do número de pessoas excluídas dos benefícios sociais e trabalhistas. Em 1981, 26,8% do total de pessoas ocupadas na RMS não possuíam carteira de trabalho assinada. Em 1990, esse percentual aumenta para 30%. No setor de prestação de serviço, mais de 56 % da população ocupada não possuía carteira de trabalho assinada. Na indústria da construção civil e no comércio, esse índice se situava em torno de 24%. (Kraychete, 1994: 41)

André Corten, em seu livro *Os pobres e o Espírito Santo*, observou como os grupos religiosos pentecostais expressaram sentimentos e valores dos “pobres”, muito mais do que aqueles que teriam se voltado para estes segmentos como objeto de ação privilegiada, a exemplo da Teologia da Libertação, que foi um modo de ver as questões sociais a partir do diálogo com o marxismo realizado por setores da Igreja Católica na segunda metade do século XX. Enquanto o Catolicismo, através da Teologia da Libertação, teria se tornado uma “religião para os pobres”, o Pentecostalismo conseguiu se realizar enquanto uma “religião dos pobres”, pois com ele os pobres se identificavam. A Teologia da Libertação conseguiu atingir apenas setores de uma classe média baixa, enquanto os setores “mais baixos” foram dominados pelo Pentecostalismo.

A teologia da libertação construía uma categoria de pobre mas uma categoria exígua. Era o pobre conscientizado, isto é, também a elite dos meios populares – aliás esta ia comportar-se como elite separada dos outros “alienados”. É um discurso sobre o sofrimento para os que podem livrar-se dele – a conscientização é uma maiêutica não acessível a todos. O Pentecostalismo constrói uma categoria de pessoa simples – de “gente humilde” – numa valorização antiintelectualista e antiliberal. Ela repousa numa proximidade ainda grande do clero com os crentes – o clero não é ainda formado “academicamente” numa institucionalização de classe média. (Corten, 1996: 209)

Numa das primeiras reportagens publicadas pelo *A Tarde* sobre a presença da Igreja Universal na Bahia foi observado que esta se incluía entre as inúmeras “seitas” que se

aproveitavam das “empregadas domésticas ingênuas e ou ignorantes”.¹⁴ Em pesquisa realizada em 1989 na cidade de Salvador, coordenada por Wilson Gomes, foi constatado que 90% dos fiéis da IURD eram mulheres, sendo 69,67% donas-de-casa. Das 30% que trabalhavam fora de casa, apenas 5% ganhavam mais que um salário mínimo. A renda familiar dessas pessoas girava em torno de dois salários mínimos. (Gomes, 1993). Dona-de-casa nas classes populares não significa que estas mulheres não exerciam atividades remuneradas. Como observou Bacelar em sua pesquisa de campo realizada no Pelourinho entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980:

Quase em sua totalidade, a população declarou trabalhar, cuidando dos trabalhos domésticos no âmbito do lar, para sua família e/ou outros grupos sociais, em atividades que vão desde arrumação da casa e o cuidado das crianças, até lavar, costurar ou mesmo cozinhar “para fora”. Verifica-se na maioria dos casos, a conjugação das atividades indispensáveis à complementação da renda familiar, mas consideram como atividade principal a de dona-de-casa, inclusive como símbolo de status. (Bacelar, 1982: 65)

Muitos pesquisadores apontam que a Igreja Universal cresceu justamente entre os setores mais pobres da população, aqueles que sofreram mais com a crise econômica, e que encontraram na IURD um caminho para sua afirmação na sociedade em meio às atribuições da vida cotidiana.

É já amplamente debatida a questão da fraqueza das instituições públicas e as leis brasileiras. A crise ética que atinge a nossa sociedade afeta mais facilmente as minorias. Quando não há suporte moral para as leis os mais fracos são os que mais sofrem. As minorias são as menos protegidas pela lei e também as mais suscetíveis a infringi-la. As camadas populares anseiam por leis rígidas e punições fortes, porque da manutenção da lei depende sua sobrevivência física e moral. Convivendo com a ilegalidade cotidiana, os pentecostais não encontram na esfera social uma plausibilidade ou apoio para nenhuma ética. Busca este suporte na esfera sobrenatural. (Mariz, 1994: 221)

O crescimento da Igreja Universal junto a estas camadas, inclusive parece ter sido valorizado pelas lideranças iurdianas na instalação deste grupo religioso na cidade. Quando da ocasião da primeira visita do então pastor Edir Macedo à Bahia em Dezembro de 1982, Marta, 64 anos, costureira, moradora da Chapada do Rio Vermelho, contou que o líder da IURD foi aconselhado pelo então também pastor Paulo Guimarães a não realizar a reunião no templo localizado no Tijolo, ao que Edir Macedo reagiu energicamente:

¹⁴ A *Tarde*, 09/12/1984, p. 2.

Pastor Macedo... Não tem como fazer a reunião aqui nesta igreja, não tem como. Ai o Bispo Macedo perguntou por quê. Por causa que aqui a rua é muito fedendo, o povo mijá na rua, é rua de... de mulher da vida. Ele disse: é nesta rua que vai ser instalada a Igreja Universal.¹⁵

Neste depoimento pode ser observado um trabalho de reconstrução da memória da entrevistada, pois quando Edir Macedo visitou a Rua do Tijolo em 1981 (1982?), a Igreja já estava funcionando nesta local há um ano. A IURD foi fundada em 20 de julho de 1980, sob a liderança do então Pastor Paulo Roberto Guimarães.¹⁶ Em outro trecho da entrevista Marta deu mostra de fatores que possam ter influenciado esta reconstrução, uma vez que observou que apesar do templo no Tijolo não existir mais, as pessoas não se esqueceram dele.

O templo a que a entrevistada se refere estava localizado na Rua do Tijolo, número 2, no subsolo do Edifício Themis, Centro de Salvador, numa região da cidade conhecida à época por abrigar o chamado baixo meretrício. As informações prestadas pelas publicações iurdianas sobre os primeiros momentos deste grupo na Bahia coincidem com o depoimento de fiéis que freqüentaram estas primeiras reuniões: os cultos eram assistidos em pé, em um ambiente pouco ventilado; as correntes eram temáticas, ou seja, cada dia da semana era dedicado a resolução de um determinado problema, como por exemplo, às sextas-feiras onde era realizado a “Corrente do Descarrego” para “livrar as vítimas de feitiço e situações afins”. Havia uma aglomeração de pessoas que freqüentavam as reuniões realizadas várias vezes ao dia e o sucesso conseguido no Rio de Janeiro se transferiu para Bahia. As publicações iurdianas explicaram o fato:

Quarto estado brasileiro a receber um templo da Igreja Universal, a Bahia, conhecida como “terra de todos os santos e todas as magias”, apesar da influência da cultura africana, vem se rendendo à força do trabalho e da evangelização...

Uma das principais características do povo baiano é a capacidade de exercitar a fé na busca de seus objetivos. Quando tomam conhecimento de que a causa de seus infortúnios é estritamente espiritual, procuram uma saída e acabam encontrando a solução em Jesus indo a um templo da IURD, onde um verdadeiro trabalho de libertação é realizado. (Universal, 2003:88)

Apesar da forte presença dos cultos de origem africana ou terá sido este um dos elementos que favoreceram este crescimento? Em trecho da defesa apresentada pelos advogados da Igreja Universal do Reino de Deus nos processos movidos contra este grupo que

¹⁵ Entrevista realizada pela autora em 14/01/2008. Os nomes dos entrevistados foram substituídos para evitar possíveis problemas relacionados às declarações dadas pelos fiéis entrevistados.

¹⁶ DOM, DL, 14 de junho de 2002, p. 3.

acusavam suas lideranças de praticarem curandeirismo e charlatanismo, destacaram-se algumas considerações feitas em torno da legitimação das práticas religiosas iurdianas:

Charlatanismo e o curandeirismo a que se refere o Código Penal dirigem-se a hipóteses manifestadas diversas, isto é, a práticas que lesam a incolumidade pública, não ao exercício de práticas religiosas, asseguradas pelo texto constitucional, que, além de não lesar os bens jurídicos apontados, não violam a moral e os bons costumes. Seria uma contradição descomunal se, nos dias de hoje, em que permitimos cenas pornográficas no horário nobre da televisão, em que as drogas circulam na porta das escolas, numa época como esta de extrema crise, concentrássemos o pesado instrumental do Direito Penal para fazê-lo desabar sobre líderes de seitas religiosas que se propõem a aliviar as dores e sofrimentos espirituais ou psíquicos dos que não têm acesso aos meios sofisticados e caríssimos para cura dos seus males por métodos tradicionais.¹⁷

Observa-se que para a IURD o curandeirismo aparece como um crime apenas nos casos em que não está relacionado com práticas religiosas. Nestas, ele era justificado até como alternativa a métodos mais “sofisticados”, os quais a população não tinha acesso. Estes procedimentos eram, portanto, legítimos apenas quando praticados nos “espaços certos”, e a Igreja Universal apareceu como um desses locais, onde a magia tornava-se aceitável. Como observa Bourdieu:

Uma vez que a religião, e em geral todo sistema simbólico, está predisposta a cumprir uma função de associação e de dissociação, ou melhor, de distinção, um sistema de práticas e crenças está fadado a surgir como magia ou como feitiçaria, no sentido de religião inferior, todas as vezes que ocupar uma posição dominada na estrutura das relações de força simbólica, ou seja, no sistema das relações entre sistemas de práticas e de crenças próprias a uma formação social determinada. Desta maneira, costuma-se designar em geral como magia tanto uma religião inferior e antiga, logo primitiva, quanto uma religião inferior e contemporânea, logo profana (aqui, equivalente de vulgar) e profanadora. Assim, a aparição de uma ideologia religiosa tem por efeito relegar os antigos mitos ao estado de magia ou feitiçaria. Como observa Weber, é a supressão de um culto sob a influência de um poder político ou eclesiástico, em prol de uma outra religião, que, reduzindo os antigos deuses à condição de demônios, deu origem no curso do tempo à oposição entre a religião e a magia. (Bourdieu, 2005, 43)

A Igreja Universal do Reino de Deus, ao inaugurar o Neopentecostalismo na segunda metade do século XX pode ter conseguido efetivo sucesso entre a população mais pobre justamente por atender ou incorporar elementos que já faziam parte das práticas religiosas da população brasileira. A IURD chegou a Salvador em 1980, prometendo cura para as doenças

¹⁷ *Folha Universal*, 2/03/1997, p. 4b.

das pessoas, curas espirituais, mas também físicas, já que na lógica deste grupo religioso uma era decorrente da outra. Num texto do jornal *A Tarde* publicado em período próximo ao da fundação da Igreja Universal da Bahia, as informações encontradas sobre as práticas religiosas vigentes forneceram alguns elementos para compreender o sucesso que a IURD conseguiu no cenário religioso soteropolitano a partir de uma perspectiva mais estrutural. Em coluna assinada por Conceição Brook, representante da classe média alta, esta articulista comentou no jornal a sua viagem para o campo acompanhada de seus filhos. Quando Brook chegou ao seu destino deparou-se com um problema inesperado: seu filho menor ficou doente. Uma pessoa da localidade teria dito que a doença do menino poderia ser “mau olhado” e lhe sugeriu que chamasse Dona Anésia, uma rezadeira famosa na localidade. Depois de alguma dúvida, Anésia foi chamada. Seguiu-se ao episódio o pleno restabelecimento da criança, levando Conceição Brook a fazer algumas reflexões sobre sua relação com determinadas práticas vigentes na sociedade, mesmo em face de um processo de “racionalização”:

E eu fiquei a imaginar: Eu, com diploma de curso superior, com curso de universidades estrangeiras, eu que tenho uma religião que defendo e pratico e que busco explicações racionais para os meus atos, eu, impregnada de baianidade, estou a transmitir para meu filho de quatro anos a crença em rezadeiras e maus olhados...

Mas disso não me envergonho, pois se eu nem sei, muitas vezes me explicar a mim mesma, como vou querer reconhecer e explicar as muitas manifestações da grandeza de Deus? Quem sabe se D. Anésia com seu raminhos e sua fé não operou realmente uma cura?...

Eu não sei. Só sei que se bem não fizer, mal é que não faz.¹⁸

Existia nas concepções religiosas brasileiras e soteropolitanas uma tradição da prática de cura e milagres, mesmo em face de soluções “mais racionais”. As promessas de cura recebiam uma resposta imediata e massiva, sobretudo quando de origem religiosa. Como Bispo Carlos Rodrigues comentou certa vez: “A IURD é a igreja do coreto no sentido de que prega para o povo, fala a sua linguagem e compreende o seu coração”¹⁹. E uma das formas de expressão da realidade popular foi o uso da “magia” no seu cotidiano. Demanda que a IURD soube atender, buscando no repertório religioso de origem africana e do Catolicismo parte dos elementos que constituíram sua própria prática religiosa. A Igreja Universal do Reino Deus praticou uma religiosidade carregada de conteúdos e formas mágicas em seus cultos ao mesmo

¹⁸ *A Tarde*, 06/12/1981, Cad. 2, p. 16.

¹⁹ *Folha Universal*, 06/07/1997, p. 2.

tempo em que a rejeitou formalmente enquanto prática religiosa legítima, atacando as religiões de origem africana. Como bem lembrou Vagner Silva:

Combater essas religiões é menos uma estratégia proselitista voltada para retirar fiéis deste segmento, embora também tenha esta função, é mais uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de religiões impositivas (mágicas e estáticas) com a vantagem de legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão. (Silva, 2007: 209)

A IURD utilizou elementos que seriam típicos do que se convencionou chamar magia, mas de forma organizada, institucionalizada, denominacionalmente, ao propor resolver todos os problemas dos fiéis em rituais de cura e exorcismo. A Igreja Universal do Reino Deus não mediu esforços para tirar proveito evangelístico da mentalidade e do simbolismo religiosos brasileiros, apelando deliberadamente para o “sincretismo”. (Mariano, 1996: 130).

A “terra de todos os santos e todas as magias” apresentou-se como um espaço privilegiado para o crescimento da Igreja Universal do Reino Deus. Do primeiro templo no Tijolo em 1980 passou para aproximadamente 400, em 2003, segundo informações oficiais do próprio grupo. (Universal, 2003: 88) Fontes extra-oficiais também confirmaram este quadro de sucesso. Mário Justino, pastor da IURD durante os anos 1980, que foi expulso do grupo no início da década de 1990, escreveu e lançou em 1995, no mesmo ano em que ocorreu o episódio que ficou conhecido como “chute da Santa”, um “livro denúncia” sobre a Igreja Universal que apresentou informações deste crescimento. Este ex-pastor se julgava uma vítima de Edir Macedo, dizendo, inclusive, ter considerado a possibilidade de assassiná-lo. Sabe-se que não existem depoimentos neutros. Este talvez seja menos do que a média, pelas condições de produção que foram citadas. No entanto, por ter pastoreado na Bahia durante a década de 1980, fez um relato da atuação da IURD em território baiano, que torna valioso o seu testemunho:

Na nossa programação comentávamos, ao som do piano de Richard Clayderman ou da flauta de Zamfir, os problemas que afligem a maioria dos humanos: desemprego, vícios, doenças, problemas conjugais e financeiros. Depois de um debate no qual discutíamos os efeitos destes problemas na vida das pessoas, apresentávamos a solução para tudo isso com uma única visita a um dos endereços da Igreja. Uma vez que a pessoa ia à igreja, ela era orientada a fazer uma corrente de doze semanas. Corrente na qual viria a se tornar emocionalmente presa. (Justino, 1995: 48)

Justino observou o papel das correntes no processo de adesão de novos membros. Estas acabavam funcionando como um meio eficaz de atração, uma vez que conseguiam “prender” o visitante num período de tempo que garantia o processo de conversão. O objetivo destas

correntes era a realização de um propósito²⁰ da pessoa que dela participava. Caso não conseguisse completar a corrente, ou mesmo, se a completasse e o pedido não fosse atendido, a culpa não era de forma alguma atribuída à Igreja Universal ou a Deus, pois a não realização desta teria se dado por forças externas ao grupo e aos seus líderes. Em depoimento, Antonia, 62 anos, vendedora autônoma, moradora da Chapada do Rio Vermelho, membro da IURD há 24 anos, apresentou algumas razões para justificar a saída de pessoas do grupo:

Em todas religião passa por problemas, todas. Não tem essa que não passe e outra que eu fui... fui chamada para ser liberta e pregar a palavra de Deus. Têm muitos que já entrou e já saiu porque aqueles que entrou e saiu não foi firme, não entrou com o pé direito pra o que vir, o que acontecer não se, não arrancar da rocha. E aqueles que foi na flor da terra, na flor da areia, se debandou, e aquele que foi firme, entrou firme na rocha não vai sair por obstáculo. Foi buscar firme o senhor Jesus e não abandona por nada. Como eu mesmo, pode acontecer o que acontecer, pode levantar falso ali, levantar falso aqui, não tá me dizendo nada porque eu fui buscar o Senhor Jesus, não fui buscar problema.²¹

Para Antonia existiam (e ainda existem) pessoas em que a Palavra foi “plantada” “na flor da rocha” e aqueles que entraram com o pé direito, estando “firme na rocha”. A depoente falou ainda dos “falsos” que foram levantados contra a IURD, que não a impediram de continuar no grupo. Inclusive para alguns as acusações apareceram como mais uma prova da verdade pregada pela Igreja Universal. “Só se joga pedra em árvores que dão bons frutos”. Esta foi uma resposta dada por Raquel, 41 anos, empregada doméstica, moradora do Vale das Pedrinhas, quando perguntada sobre como percebia as diversas acusações que a Igreja Universal do Reino Deus recebeu ao longo de sua história.²²

As primeiras acusações foram relacionadas ao crime de charlatanismo que estaria sendo praticado pelos pastores iurdianos. O crescimento das “seitas” protestantes, grupo no qual a Igreja Universal estava incluída foi comentada pela revista *Panorama da Bahia*, em 1985. Tal como em alguns locais do País, na Bahia, o termo seita assumia nestas ocasiões um sentido pejorativo. Uma das explicações oferecidas para o avanço evangélico teria sido o envolvimento de setores da Igreja Católica com os movimentos sociais sob influência da Teologia da Libertação. No artigo, o então Bispo auxiliar de Salvador Boaventura Kloppenburg, um crítico ácido da Teologia da Libertação, foi citado como especialista no estudo do crescimento de grupos protestantes na Bahia. Um dos motivos que atribuiu para o

²⁰ Propósito era o pedido de solução para determinado problema que estivesse atingindo a vida do fiel.

²¹ Entrevista realizada pela autora em 20/01/2008.

²² Entrevista realizada pela autora em 23/03/2008.

aumento de tais "seitas" foi o envolvimento da Igreja Católica em certas questões: as questões sociais. (Zachariadhes, 2007: 139).

O citado "estudo" dos grupos não-católicos realizado por Kloppenburg pode ser considerado bastante proveitoso, não por trazer informações dignas de confiança sobre o crescimento evangélico, mas porque serviu para mostrar que setores dirigentes católicos naquele momento pouco sabiam a respeito dos outros grupos religiosos. Um dos dados que permite perceber este desconhecimento foi a falta de critérios para diferenciá-los. A Igreja Universal do Reino Deus, que fazia menos de cinco anos na época da reportagem tinha sido instalada em Salvador, apareceu como "modelo", provavelmente para desgosto de muitos grupos evangélicos que já faziam parte do campo religioso soteropolitano desde o século XIX. A IURD foi considerada na reportagem como uma das mais vigorosas "seitas" pelas práticas litúrgicas presentes em seus cultos:

De todas as seitas difundidas na Bahia, a Universal do Reino de Deus – que já esteve envolvida com a polícia depois que ficou constatada a denúncia de que os bálsamos oferecidos aos fiéis não passavam de sal de cozinha e azeite doce – é a mais vigorosa. A seita promete salvação eterna e lança mão do fanatismo religioso para prender seus fiéis. É comum nas reuniões da Universal a prática de "correr a sacolinha" bem como a indução de que, por uma determinada quantia, o adepto pode ter o privilégio de reunir em sua casa alguns amigos e vizinhos e receber a visita do pastor, que promete torná-los "pilares da fé"²³

A revista divulgou que, segundo Kloppenburg, os grupos protestantes constituiriam 15% da população soteropolitana naquele momento. Os dados não corresponderam ao que foi informado pelas pesquisas realizadas pelo IBGE sobre o período. Estas pesquisas informaram que os protestantes em 1970 representaram 3,5% da população, crescendo continuamente, passando a compor apenas em 2000 o contingente de 13,3% da população de Salvador.

As legendas presentes na reportagem fazem ver que o jornal comentava o crescimento dos grupos não-católicos, principalmente evangélicos, a partir de uma perspectiva da religião hegemônica que se sentia ameaçada em face ao crescimento da "concorrência": "A Igreja Católica ameaçada – o vertiginoso crescimento dos adventistas, batistas, pentecostais, já é preocupante", "Dom Avelar Brandão: preocupado com as religiões não-católicas", "A proliferação das seitas é uma ameaça ao Catolicismo", estes foram os títulos e subtítulos presentes na reportagem e podem funcionar como exemplos de como o "tom" utilizado foi marcado pela tomada de uma posição: a católica e "tradicional", uma vez que também foram

²³ Revista *Panorama da Bahia*, 25/01/1985, p. 19.

percebidas críticas “veladas” a setores católicos ligados à Teologia da Libertação, que estariam criando “espaços” para a difusão de tais “seitas” ao se preocuparem mais com a conscientização política que com o “despertar da fé cristã”.²⁴ A primeira metade da década de 1980 foi justamente o momento em foram registrados os maiores ataques de setores conservadores da hierarquia católica a estes grupos. (Costa, 2007: 191)

Modificações no campo religioso brasileiro

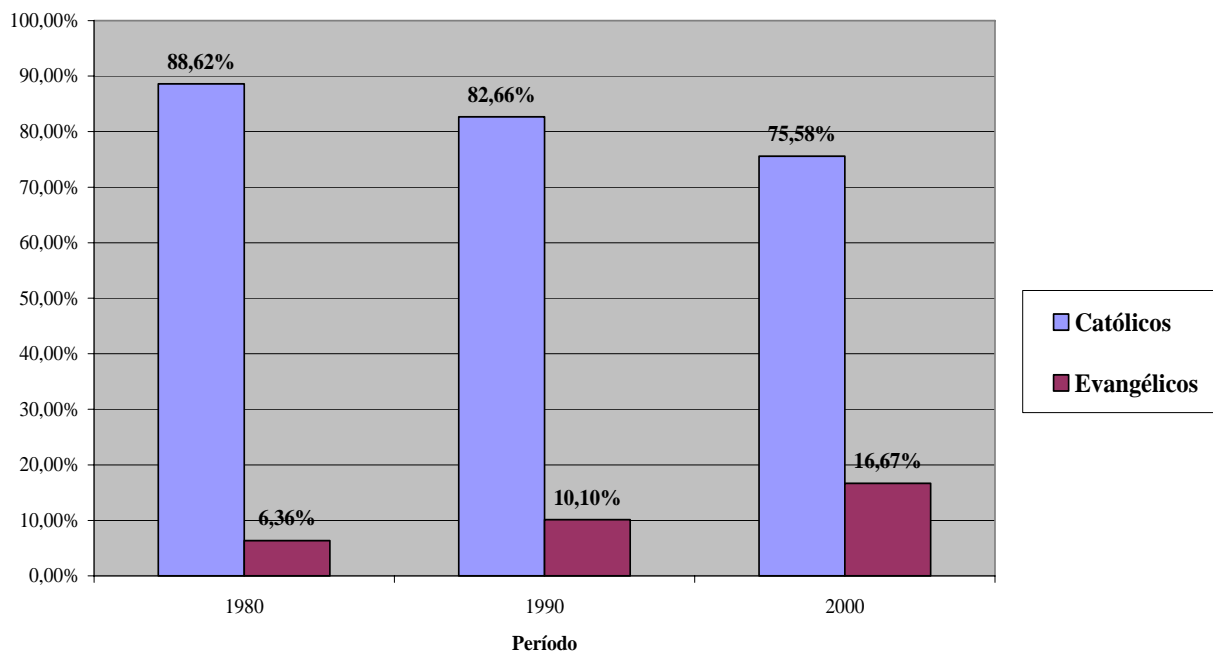


Tabela 1 - Dados da Fundação Getúlio Vargas obtidos na pesquisa Economia das Religiões: Mudanças Recentes, Disponíveis no site <http://www4.fgv.br/cps/simulador/site%5Freligiosos2/> .

²⁴ Revista *Panorama da Bahia*, 25/01/1985, p. 19.

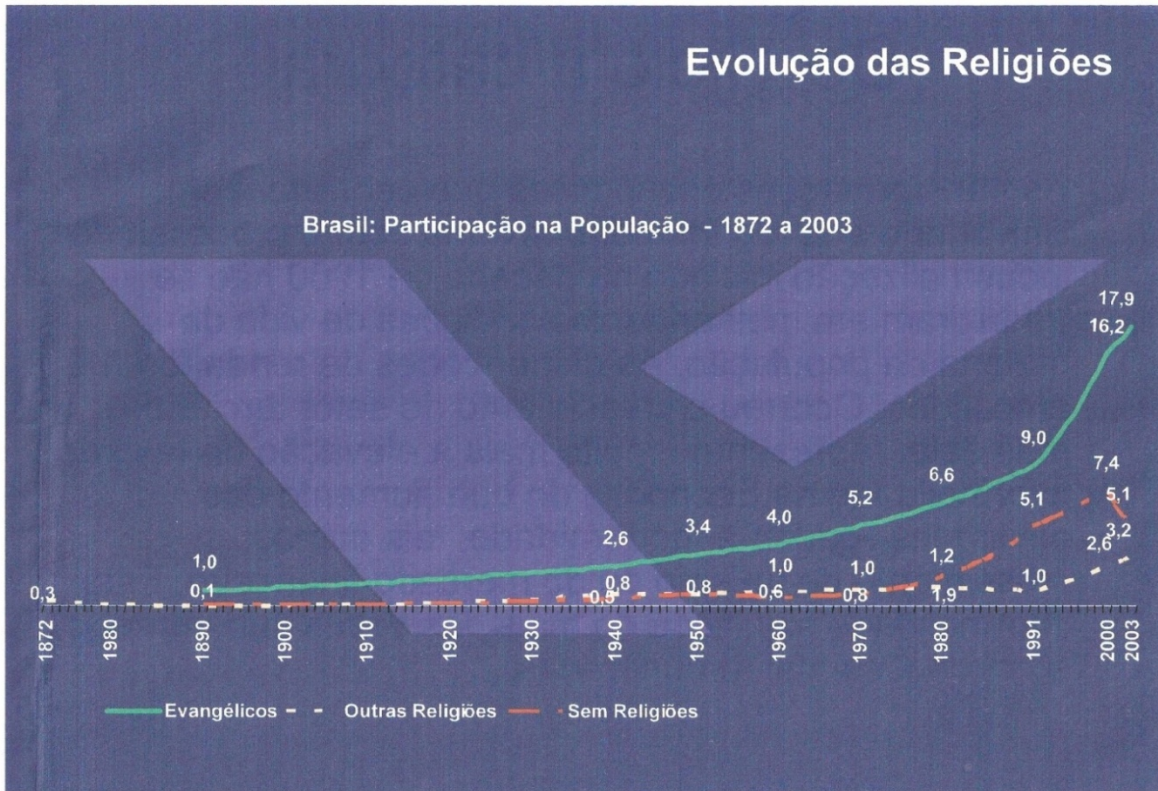


Tabela 2 – Fonte: CPS/FGV a partir de dados do IBGE.

Capitais menos católicas do Brasil

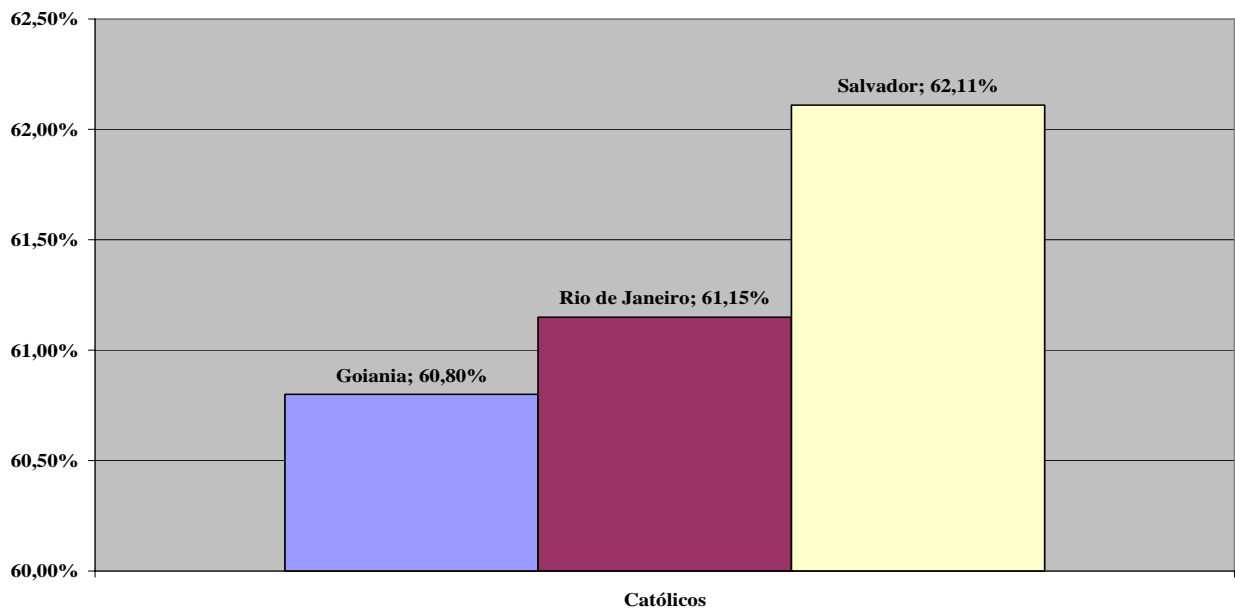


Tabela 3 – Dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) no Censo Nacional realizado em 2000.

Com cultos bastante movimentados e com uma prática de arrecadação de dízimos e ofertas e a realização de curas milagrosas, a Igreja Universal do Reino Deus conseguiu efetivo crescimento entre as camadas populares, dando nova dimensão ao campo religioso soteropolitano, gerando reações nos grupos religiosos então presentes, principalmente o hegemônico Catolicismo. Segundo Pierre Sanchis, a Igreja Católica teria reagido de três maneiras ao crescimento protestante, notadamente dos pentecostais nas décadas de 1960 a 1990. Alguns setores atribuíram o crescimento das chamadas “seitas” ao fato da Igreja Católica ter esquecido certos papéis religiosos e se voltado para temas mundanos, se envolvendo com questões sociais e políticas. Esta foi a opinião corrente dos que se posicionaram contrários à Teologia da Libertação, considerada como a responsável por tal situação e viram como solução para o “problema” uma maior ênfase nos aspectos religiosos. Outros afirmaram que a “perda” teria se dado em função da defasagem de sacerdotes e um dos meios pensados para superar tal situação seria o aumento do ministério. Já uma minoria não teria visto o crescimento destes grupos como um problema, sendo encarado como reflexo apenas do fato de que poucos seriam realmente os católicos. (Sanchis, 1994)

Um artigo publicado por Wilson Gomes na Revista do CEAS²⁵, um dos primeiros trabalhos que refletiam sobre a atuação das “seitas” em território baiano, defendeu esta posição, reconhecendo o papel realizado pelos setores ligados à Teologia da Libertação junto a grupos populares. Para Gomes a Igreja Católica não poderia acusar os teólogos da Libertação de fazer com que o “povo” abandonasse a Igreja católica porque o “povo” sempre foi abandonado por ela. Os movimentos católicos pós Medelín e Puebla, ao contrário de diminuir o número de católicos, teriam representado um esforço para chegar ao povo, pois a partir deles teria ocorrido um aumento dos “católicos conscientes”. Os católicos que abandonaram a ICAR teriam sido os “típicos católicos”, ou seja, aqueles que apenas recorriam aos serviços religiosos uma vez ou outra e que eram porque se acreditavam como tal. Neste momento o que estava posto em cena foi o debate a cerca do crescimento da concorrência ao Catolicismo por supostas falhas da Igreja Católica porque esta teria deixado de se preocupar com aspectos religiosos.

Estava ocorrendo um crescimento numérico dos evangélicos, identificado por setores dirigentes da Igreja Católica baiana no período anterior a 1985, entretanto não se pode contar com os dados citados na reportagem, pois careceram de qualquer precisão. Não é possível

²⁵ Caderno do CEAS é uma publicação bimestral realizada pelo Centro de Estudos e Ação Social fundado pelos jesuítas na década de 1960, que manteve relação estreita com setores católicos baianos ligados à Teologia da Libertação.

saber se as informações numéricas confusas foram frutos de erros de edição ou se o próprio Bispo Kloppenburg as cometeu. O mais flagrante exemplo dos “equivocos” encontrados no artigo é o de uma das ilustrações que apresenta a legenda “Os batistas estão espalhados por todo interior do estado”, mas contém uma imagem de um templo da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Convém ressaltar que a tendência de crescimento evangélico na Bahia e em Salvador se confirmou nas décadas seguintes como temiam as lideranças católicas. A capital baiana de acordo com o Censo de 2000 estava entre as três capitais menos católicas do Brasil, só perdendo para Rio de Janeiro e Goiânia. Já uma pesquisa realizada pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em 2003, apontou Salvador como a capital menos católicas do Brasil. Enquanto a média brasileira de católicos seria de 73,79%, a soteropolitana foi de 57,90%.

Para o Cardeal Avelar Brandão o sucesso conseguido pelas “seitas” foi resultado da “exploração da boa fé” que vinha sendo realizada pelas lideranças destes grupos. Os pastores teriam aliciado os fiéis com promessas de soluções para os problemas, ao mesmo tempo em que se aproveitaram de situações de distúrbios mentais para fomentar os rituais de exorcismo que faziam parte de suas liturgias.²⁶ A Igreja Universal mais uma vez ganhou destaque na reportagem ao assumir uma posição defensiva diante das acusações às “seitas” que certamente tomavam suas próprias práticas como referencial:

Os não-católicos, sobre quem pesam as acusações de extorquirem dinheiro dos fiéis sobre argumentação de tratar-se de amor a Deus, não aceitam pacificamente a pecha. E devolvem aos católicos, garantindo que o expediente é utilizado por todos. O pastor Edson Soares, 38 anos, responsável por tirar demônios dos seguidores da Igreja Universal não poupa as palavras:

- Eles nos criticam mais do que nós a eles. Setenta por cento dos católicos são macumbeiros e ninguém diz nada. Os macumbeiros fazem ameaça, rituais macabros e ninguém toma iniciativa contra eles. Quanto ao dinheiro que arrecada, o pastor, que é acusado também de promover lavagem cerebral e alienar menores, explica que cada um dá o que pode, pois “a oferta é uma prova de amor do povo para com Deus. Jesus também pediu ofertas.”²⁷

Lavagem cerebral, alienação de menores, extorsão de dinheiro dos fiéis, estas foram as principais acusações sofridas pela IURD durante o período de implantação e crescimento na Bahia na década de 1980. As informações identificadas na reportagem coincidiram com a descrição feita por Mário Justino sobre o mesmo período:

²⁶ Revista *Panorama da Bahia*, 25/01/1985, p. 18.

²⁷ Revista *Panorama da Bahia*, 25/01/1985, p. 18-19.

Quando eu era um simples fiel, não imaginava o que se passava nos bastidores, depois que a cortina cai. Os atos de alguns pastores logo me levaram a descobrir que a Igreja Universal nada mais era do que uma empresa com fins lucrativos como qualquer outra na ciranda financeira. A única diferença era o produto vendido: sal que tira vício, lençinhos molhados no “vinho curativo” – o conhecido K-suco -, água da Embasa, que dizíamos ter vindo do Rio Jordão, azeite Galo, que dávamos ao povo como legítimo óleo ungido proveniente de Jerusalém, e uma longa lista de outros produtos tão falsos quanto as gotas de leite extraídos dos seios da Virgem Maria, que eram vendidas na Europa, nos primeiros séculos, aos otários em busca de milagres. (Justino, 1995: 49)

Na década seguinte as mesmas acusações foram encontradas na imprensa baiana. Quando do acirramento das tensões entre católicos e iurdianos no episódio do “chute da Santa”, que foi uma agressão realizada pelo Bispo da Igreja Universal do Reino Deus, Sergio Von Helder, na madrugada de 12 de outubro de 1995, em um programa transmitido pela Rede Record, em que o líder iurdiano chutou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. O *A Tarde* publicou uma charge apresentando uma possível sociedade entre Edir Macedo e o diabo. (Ver imagem 1) Ainda se manifestou na coluna Opinião, que expressava a posição oficial adotada pelo jornal:

Acusada de movimentar fábulas em dinheiro, a ponto de adquirir redes de rádio e TV, cinemas no interior de estados etc., para não falar no imbróglia em que se meteu, há algum tempo, com a Polícia Federal, seu chefe maior, o “bispo” Edir Macedo, apontado como responsável por fraude fiscal, a seita parece tomada de pânico e seus pregadores partem para as bravatas, ora denunciando a imprensa por supostamente desenvolver campanhas contra ela, ora admitindo que pregadores atinjam gratuitamente outras religiões, como a católica, com atitudes só admissíveis aos loucos.

Acontecimentos como os vistos nas teias da Record vem a público porque existe uma platéia disposta a apoiar tais atos. É neste ponto que o analfabetismo, a miséria e a saúde mental da maioria da população pobre e ignorante favorecem os que vivem de vender o nome de Deus em vão e estão com seus negócios estabelecidos onde haja crise e fermento. Com efeito, a Igreja Universal já montou seus tentáculos em Moscou, no Oriente, em Portugal e nos Estados Unidos.²⁸

A Igreja Universal do Reino Deus não se manteve passiva nos conflitos em que esteve envolvida e assim como definiu suas práticas a partir dos elementos presentes nos outros grupos, encontrou nas acusações que lhe eram dirigidas um contra-discurso que se mostrou bastante eficiente. Este contra-discurso foi marcado pela uniformidade dos iurdianos no que diz respeito ao papel de perseguida que a Igreja Universal assumiu para combater denúncias e

²⁸ *A Tarde*, 16/10/1995, Opinião, p. 6.

acusações que lhe foram feitas ao longo dos seus 32 anos de existência. Em 1997 a *Folha Universal* publicou uma carta de um leitor, que justamente reafirmava esta condição de “perseguida”:

Estou indignado com um jornalzinho aqui de Salvador que é tendencioso, parcial, mentiroso, caluniador e maligno.

Este jornalzinho não cansa de deturpar a verdade e manipular a opinião pública, principalmente contra a Igreja Universal do Reino Deus, explorando as velhas denúncias da Receita Federal contra a IURD, acusações estas, sempre infundadas e sem provas.

Apesar disso, a IURD está aí, firme e forte graças ao nosso Deus, completando seus 20 anos de lutas e vitórias apesar de perseguições e calúnias de instrumentos do diabo, como esta rede de jornalismo, que só dá ênfase as coisas diabólicas. Mas é reconfortante saber que este jornal está debaixo dos nossos pés, pois somos mais que vencedores naquele que nos fortalece: Jesus.

Parabéns, IURD. A última chance de Deus para o mundo!²⁹

O jornal a que o entrevistado se refere provavelmente foi o *A Tarde* que na edição de 8 de julho de 1997 publicou na seção nacional que a Receita Federal havia multado a Igreja Universal em 98 milhões e que tradicionalmente fez ao longo da década de 1990 reportagens com um tom de denúncia em relação a IURD. Este tom acusatório se acentuou em outubro de 1995, durante o episódio do “chute da Santa” com a publicação de várias reportagens negativas sobre a IURD, quando o jornal sugeriu a exclusão deste grupo religioso da televisão.³⁰



Imagem 1- Charge publicada pelo jornal *A Tarde* na época da “guerra santa” gerada pelo episódio do “chute da santa”

Esta carta chama a atenção porque as idéias por ela defendidas quase que aparecem como uma reprodução do discurso oficial da Igreja Universal do Reino Deus em relação ao tema. Nesta mesma edição do jornal foram produzidos diversos artigos comentando os 20 anos de fundação do grupo e o “presente” que eles receberam do governo, a multa de 98 milhões de Reais aplicada pela Receita Federal. Esta carta pode ter sido forjada ou selecionada para representar uma confirmação dos fiéis ao que foi dito pelas lideranças, no entanto, as pesquisas sobre a IURD ressaltaram que é digna de nota a capacidade que este grupo religioso

²⁹ *Folha Universal*, 10/08/1997, p. 2 a.

³⁰ *A Tarde*, 16/10/1995, Opinião, p. 6.

teve em manter a uniformidade nas opiniões emitidas por todos os seus membros sobre os mais diversos temas, e o discurso de que a Igreja Universal é um grupo perseguido talvez seja uma dos mais recorrentes.

Diariamente, emissoras de rádio e TV em todo país transmitem programas da Igreja Universal, onde bispos e pastores mantêm contato direto com o povo falando de sua fé, dando uma palavra de orientação, conforto e edificação. Uma das coisas das quais até são acusados, é que quase todos falam de forma muito parecida à maneira do bispo Macedo, e com conteúdo também semelhante. Isso demonstra a unidade doutrinária da Igreja e mostra a preocupação de falarmos a mesma linguagem. Quais as outras denominações evangélicas que têm tido cuidado semelhante?³¹.

As entrevistas realizadas confirmam estas observações. Talvez as declarações que vem recentemente sido dadas pelo Bispo Edir Macedo sobre o aborto se torne um tema que possa vir a criar disputas dentro do grupo. Todas as pessoas entrevistadas se disseram contrárias a tal medida, se recusando a acreditar que o Bispo Macedo tivesse realmente defendido tal postura. Como foi ressaltado pela reportagem da *Folha Universal*, “uma das coisas das quais até são acusados, é que quase todos falam de forma muito parecida à maneira do bispo Macedo”. Esta postura dos fiéis de duvidar da veracidade da opinião do líder iurdiano que não corroboravam com as suas próprias, levanta a observação de que o “profeta” Edir Macedo não foi

Tanto o homem “extraordinário” de que falava Weber, mas o homem das situações extraordinárias, a despeito das quais os guardiães da ordem pública não têm nada a dizer, pois a única linguagem de que dispõem para pensá-las é do exorcismo. É pela capacidade de realizar, através de sua pessoa e de seu discurso como palavras exemplares, o encontro de um significante e de um significado que lhe era preexistente mas somente em estado potencial e implícito, que o profeta reúne as condições para mobilizar os grupos e as classes que reconhecem sua linguagem porque nelas se reconhecem. (Bourdieu, 2005, 75)

Durante o período estudado, maiores controvérsias não foram identificadas e uniformidade discursiva se fez presente. Da mesma forma que quando as promessas não foram cumpridas para os fiéis, Deus não pôde ser considerado como o responsável, sendo a culpa atribuída ao diabo, quando a Igreja Universal recebeu críticas ou acusações, estas não foram levadas em conta, pois Jesus, o “sócio majoritário” da IURD significava perfeição e a Ele nada poderia ser imputado, muito menos denúncias de um “jornalzinho” soteropolitano e da Receita Federal. Afinal, como observa uma dos hinos cantados pelos fiéis iurdianos nos primeiros anos do culto:

³¹ *Folha Universal*, 06/07/1997, p. 3b.

“Muitas seitas e religiões
Arrastavam grande multidões
Que sofrendo
Seguiam enganadas outra direção
Mas um dia uma igreja se ergueu
Pra fazer a vontade do rei
Vem, amigo conheça a verdade
É a vontade de Deus
Muito tempo assim se passou
Muitos milagres aqui se operou
Sua verdade, seu poder e sua luz
Ao mundo mostrou...
Um povo forte de fé se tornou
É a Universal, Igreja do Senhor”³²

E outra mais conhecida, cantada na maioria das reuniões afirmava: “Se Deus é por nós, quem será contra nós”.³³ Os hinos e a liturgia em geral seriam uma forma de imprimir o discurso da hierarquia no conjunto dos fiéis/leigos. Se Deus estava realmente do “lado” da Igreja Universal não é possível saber, mas certamente ela mostrou ao mundo baiano e soteropolitano *seu* “poder” ou desejo de poder.

De Tijolo em tijolo à Catedral

Os locais que a Igreja Universal do Reino Deus teve como sedes em Salvador representam um pouco da trajetória deste grupo religioso neste Estado. Num primeiro momento, ela se instalou na Rua do Tijolo, local habitado e freqüentado por pessoas que passavam por uma série de conflitos sociais, existenciais e que formavam o público alvo da mensagem iurdiana. Uma reportagem publicada pela *Veja*, em 1995, logo após o episódio do “chute da Santa”, tentava explicar as razões do sucesso iurdiano no campo religioso brasileiro. As condições que favoreceram o crescimento da IURD foram parecidas com o cenário traçado pelos fiéis a respeito da Rua do Tijolo, analisados anteriormente:

³² A vontade do rei, LP Deus de amor, Série Universal, Universal Produções, não datado.

³³ Se Deus é por nós, quem será contra nós? LP Deus de amor, Série Universal, Universal Produções, não datado.

“É uma igreja capaz de mobilizar uma parte da população que estava marginalizada”, diz a socióloga Maria das Dores Campos Machado, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que estuda o assunto. “Ali, as pessoas recebem uma motivação.” A Universal cresce muito nas capitais, em especial São Paulo, Rio e Salvador - por coincidência, ou não, são as que têm a maior concentração de adeptos de cultos afro-brasileiros e do kardecismo, ramos que a Universal mais combate. Nas capitais, o local do fermento está na periferia, não no bairro dos Jardins, em São Paulo, ou na beira da Vieira Souto, no Rio. Ela se interessa por um público que o Estado esqueceu, ocupando seus vazios. A igreja acolhe mendigos, drogados e prostitutas. Não causa espanto a nenhum obreiro se, num templo, entra um travesti em trajes sumários. Eles o acolhem e ouvem seus problemas. Dão conforto espiritual e solidariedade.³⁴

Como um dos objetivos da Igreja Universal do Reino Deus foi a busca de “libertação dos indivíduos” e a construção de uma “vida com abundância”, pautando sua ação na reintegração de indivíduos, reestruturação de lares destruídos e recuperação de viciados, presos e egressos, compreensível a escolha da periferia e não das “áreas nobres” para a implantação dos primeiros templos. Mendigos, drogados e prostitutas, dentre outros grupos marginalizados pela sociedade eram as camadas sociais mais encontradas no Pelourinho na década de 1980. Numa pesquisa realizada pelo antropólogo Jéferson Bacelar sobre relações familiares e prostituição no Maciel³⁵, este autor observou como as tentativas de restauração e integração do Pelourinho à cidade, na época representada pelo Projeto Pelourinho, não significaram modificações nas condições de vida da população que habitava esta área. Em boa parte piorou, pois muitos proprietários de prédios deixaram de investir em reformas, esperando a renovação que seria realizada sem gastos, aumentando os preços dos aluguéis, elevando a exploração da população mais pobre da área a níveis maiores que os anteriores. (Bacelar, 1982:55)

Num segundo momento, a mudança para a Rua Dois Leões representou a possibilidade de expansão do grupo porque esta região, na época, era um local de grande fluxo de pessoas, ligando as duas cidades (alta e baixa) através do túnel Américo Simas, entrada para a Baixa dos Sapateiros, área da cidade conhecida por abrigar um forte comércio popular, próximo a um grande hospital da Cidade, o Hospital Santa Isabel. Ou seja, poderíamos dizer que a sua localização favorecia a possibilidade de expansão do grupo, o que de fato ocorreu durante a década de 1980. Os relatos coletados falam da grande quantidade de pessoas que freqüentavam o templo da Igreja Universal no Bairro Dois Leões. Percebe-se a força que este

³⁴ *Veja*, 25/10/1995.

³⁵ O Maciel está localizado no centro antigo da cidade de Salvador, na subárea administrativa do distrito da Sé, no conjunto do Pelourinho, sendo formado pelas ruas Gregório de Matos, João de Deus, J. Castro Rebello, Inácio Acciolly, Santa Isabel, Francisco Muniz Barreto, Frei Vicente e Leovigildo Carvalho. (Bacelar, 1982: 51)

templo possuía, uma vez que ele continuou sendo durante muito tempo a sede da IURD na Bahia, tendo sido nele realizadas reuniões importantes para decisão da cúpula iurdiana. Em Projeto de Lei (PL)³⁶ apresentado pela deputada estadual Zelinda Novaes, a principal representante dos interesses iurdianos no legislativo baiano, durante a década de 1990, foi encontrada a ata de uma reunião que foi realizada neste local em 12/01/1991, na qual foram definidos os planos gerais para a expansão do grupo em todo País, com anotações sobre novos locais de culto que seriam comprados ou alugados.³⁷

A importância do templo também está na memória dos fiéis, pois apesar de ter se expandido por diversos bairros da cidade, continuou a servir de referência para os mesmos. As pessoas entrevistadas informaram que mesmo existindo templos da Igreja Universal próximos a suas casas, elas continuaram a frequentar ocasionalmente a sede no Dois Leões durante muitos anos até que esta foi transferida, em dezembro de 1995, para o Templo Maior, que é o templo da IURD localizado na Avenida Antonio Carlos Magalhães, numa das regiões mais valorizadas da cidade, de grande fluxo de pessoas e capitais, próximo a um dos maiores shoppings da cidade, o Iguatemi.

A própria transferência da sede para o Iguatemi foi encarada como fruto de uma batalha na qual a IURD saiu vitoriosa. Em entrevista, Marta, frequentadora da Igreja Universal do Reino de Deus desde 1981, disse ter acompanhado na década de 1990 a construção da Catedral da Fé. Ela relatou que contribuiu assiduamente para a compra do terreno e posteriormente para a construção deste templo e revelou que em cada uma das colunas do Templo Maior, como também é conhecido, está o nome dela e de seus filhos.

Tem o nome da minha família toda ali naquelas colunas, cada uma. Toda sexta feira a gente... toda segunda feira de manhã, era segunda e sexta meio-dia, segunda feira meio-dia tinha uma coluna pra... pra fazer e ele ia orar. O Bispo, o Pastor ia orar e todo mundo levava os pedidos, o nome da família e botava ali dentro. (...) A máquina vinha jogava cimento e enchia. Ali dentro está o meu nome e o de minha família, ninguém tira eu da presença do Senhor. Ninguém.³⁸

Todos os que participaram da construção da Catedral da Fé no Iguatemi, tiveram seus nomes colocados dentro das colunas. Símbolo de prestígio e meio de conseguir bênçãos. “Ninguém tira eu da presença do Senhor”, eis uma das afirmações que chama atenção na entrevista de Marta. A presença de seu nome dentro das colunas lhe garantia a proximidade

³⁶ Projeto de Lei é um conjunto de normas que deve submeter-se à tramitação no legislativo com o objetivo de efetivar-se através de uma lei.

³⁷ Projeto de Lei 9508/91 de 22/05/91.

³⁸ Entrevista realizada com Marta em 18/01/2008.

com o Senhor. A “luta” travada contra o diabo, que na fala da entrevistada se manifestou durante todo período de arrecadação das ofertas para a compra do terreno, afirmando que este não seria jamais de propriedade da Igreja Universal do Reino Deus, foi também bastante ressaltada pela iurdiana. As manifestações sistemáticas deste nas sessões de arrecadação, teriam tido como efeito um maior esforço para que o “povo iurdiano” se empenhasse para derrotá-lo. No dia em que a compra foi anunciada, os fiéis junto com o Bispo saíram do pequeno templo que estava localizado num terreno ao lado da atual sede, que à época era um matagal, a fim de realizar no local uma oração de agradecimento.

A relação que a Igreja Universal do Reino Deus manteve com o dinheiro já aparecia como uma novidade em Salvador, no início da década de 1980. É interessante observar como entre 1980 e 1985 as manchetes sobre a Igreja Católica se referiram ao seu envolvimento nas “grandes questões sociais e políticas” que movimentavam o País e a IURD aparecia envolvidas em escândalos que incluíam acusações de charlatanismo e extorsão.³⁹

Vida com abundância foi um livro que circulou nos templos da Igreja Universal do Reino Deus nos primeiros anos do grupo na Bahia. Neste livro foi apresentado o pensamento oficial da igreja a respeito do papel que a riqueza teria na vida do crente. Ao contrário do Catolicismo tradicional que apresentava a riqueza como algo negativo, o Bispo Edir Macedo assume neste livro abertamente a “Teologia da Prosperidade” apresentando a riqueza como evidência de uma vida abençoada por Deus. A Teologia da Prosperidade se desenvolveu nos Estados Unidos por volta da década de 1970, tendo como um dos principais difusores Kenneth Hagin. De acordo com ela os cristãos deveriam ter êxito e vitória nesta vida. Estava baseada na Confissão positiva que preconiza que o pedido a Deus baseado na fé sempre seria atendido. Quem cresse na Palavra teria todos os benefícios do Senhor. (Campos, 1996: 365) Assim definiu Macedo a fé possuidora:

Ser cristão é ser filho de Deus e co-herdeiro de Jesus; dono, por herança, de todas as coisas que existem na face da Terra; proprietário de todo o Universo. Isto não é arrogância nem utopia; pelo contrario, é ocupar a posição que Deus quer que ocupemos, viver na real condição de filho de Deus, manifestando a Sua glória e exuberância. (Macedo, 2003: 15) (...)

Se plantamos fé, colhemos milagres como resposta. Se damos crédito à miséria, vivemos na miséria, mas se cremos que Deus cumpre as Suas promessas e cobramos isso d’Ele, então vivemos a verdadeira vida; uma vida com abundância, conforme Jesus nos prometeu. (Macedo, 2003: 41)

³⁹ *A Tarde*, 09/12/1984, p. 2.

Visibilidade, status e poder simbólico são três componentes que explicam a construção da Catedral da Fé numa das áreas mais nobres de Salvador. A mudança da sede da IURD para a região do Iguatemi simbolizou o apogeu de sua trajetória na Bahia, que não foi sempre tranqüila, sem conflitos, avanços e recuos, mas que, no entanto, observando os números da IURD no Estado, foi vitoriosa. Apesar dos tropeços relatados por membros e ex-membros ou mesmo das denúncias que ocorreram na Bahia, como em outros estados e cidades do Brasil, até 2002, pode-se falar de mais sucessos que adversidades, nas disputas empreendidas no campo religioso baiano e soteropolitano. Em 1995 o jornal *Folha de S. Paulo* observou que entre os estados nordestinos era na Bahia que Igreja Universal conseguiu mais se desenvolver:

A força e a influência dos cultos afro-brasileiros na Bahia não impediram também no Estado o avanço da Universal.

Mesmo afirmando em suas pregações que Candomblé e Umbanda são "rituais do demônio", a Igreja Universal do Reino de Deus teve na Bahia um maior desenvolvimento do que em qualquer outro Estado do Nordeste.

Hoje a Universal tem 150 templos na Bahia, segundo o bispo Jorge Cunha, principal líder da igreja no Estado. Possui também sete emissoras de rádio, sendo duas FM e cinco AM.⁴⁰

O reino da política

Protestantismo e política no Brasil

A Igreja Universal do Reino Deus não foi o primeiro grupo de origem protestante ou pentecostal a se envolver com a política. A própria história do Protestantismo no Brasil foi marcada pelo constante diálogo com os representantes do Estado. A entrada dos primeiros grupos organizados de protestantes no País esteve ligada à necessidade de preservação dos interesses políticos e econômicos do governo português, que abriu os portos às nações amigas em 1808 e precisava oferecer condições de vida para os comerciantes não católicos que vieram aqui negociar, principalmente os ingleses. Muitas conquistas dos grupos protestantes só puderam ser realizadas com o auxílio de políticos simpáticos a esse segmento religioso. A lei nº 1144 de 11 de setembro de 1861 foi uma conquista para os protestantes, uma vez que, através dela, o casamento entre não católicos passou a ser regulado, assim como os registros

⁴⁰ *Folha de São Paulo*. 22/10/1995

de nascimento e óbito. A presença de políticos simpáticos ao Protestantismo contribuiu para sua aprovação. (Teixeira, 1975: 26)

Estudando as representações políticas criadas por grupos batistas e anglicanos na sociedade baiana no Império e na República Velha, Elizete da Silva observou que apesar de existirem diferenças entre a atuação dos diversos grupos, como os batistas da Missão Independente, que assumiu uma postura muito mais crítica em relação aos problemas apresentados pela democracia estabelecida no Brasil a partir de 1889, do que, por exemplo, membros da Convenção Batista, diferentes setores protestantes que se encontravam no País sob a hegemonia do catolicismo viram na implantação da República a possibilidade concreta de liberdade religiosa e separação entre Igreja e Estado.

A chegada da República foi saudada pelos missionários e pelos batistas em geral como um novo tempo de liberdade religiosa, quando cessariam as perseguições que sofreram e as humilhações decorrentes da hegemonia do Catolicismo e do agressivo proselitismo de sua mensagem, sempre colocada em oposição às doutrinas católicas. No imaginário batista, a democracia era o seu modelo eclesiológico, portanto, a República naturalmente se coadunaria com a sua forma administrativa. Taylor chegou a afirmar que foi Cristo quem fundou a Igreja Batista e “a sua forma de governo isto é a forma independente ou republicana, que Christo mesmo instituiu e que se acha revelada no novo testamento”. Porém, os limites da “democracia e da república batistas eram dados pelo contorno da assembléia dos fiéis, da eclésia composta de salvos, não tem nenhuma dimensão coletiva e a transformação da sociedade dar-se-ia através “do indivíduo regenerado, ponto de partida na regeneração do mundo político, religioso, econômico e social”. (Silva, 2002: 597)

Acreditaram ser possível transformar a sociedade brasileira através da conversão dos indivíduos que dela faziam parte. Os problemas sociais seriam resolvidos quando o Brasil deixasse de ser uma nação católica e se transformasse em um País protestante. Grupos protestantes que se encontravam no país sob a hegemonia do catolicismo viram na implantação da República a possibilidade concreta de liberdade religiosa e separação entre Igreja e Estado. A república veio em 1889 trazendo a tão almejada separação. Entretanto, a posição protestante ainda era de minoria religiosa, o que explica em parte sua quase completa ausência da política durante a República Velha, que de República tivera muito pouca coisa porque o poder continuou concentrado nas mãos de uma parte muito pequena da sociedade.

No século XX, Ari Pedro Oro dividiu a presença protestante na política brasileira em cinco fases,⁴¹ sendo que a última iniciou-se em 1986. Neste ano a Igreja Universal conseguiu eleger um de seus fundadores, Roberto Augusto Lopes, deputado federal. Para Oro, a partir desse momento houve uma mudança qualitativa nessa participação, uma vez que não se tratava apenas da eleição de um político ligado à determinada denominação, que conseguiu certo apoio de parte de seu grupo para defendê-lo, quando necessário, mas de um candidato religioso que buscava em primeiro lugar servir aos interesses da instituição religiosa, representando assim uma inovação do modo de fazer política realizada pelos protestantes em todas as suas vertentes. Enquanto na IURD, coube ao Conselho de Bispos decidir os nomes do candidato, nos outros grupos foi freqüente o indivíduo achar que tinha condições e buscar o apoio. (Oro, 2003: 290)

É necessário relativizar, no entanto, os limites desta “inovação” da Igreja Universal nas relações como o poder. Estudando a atuação de evangélicos na política entre a Constituinte e o impeachment, Freston observou que o discurso de alguns membros da Assembléia de Deus em relação à política apresentou-se como bastante próximo ao que foi adotado pela IURD, principalmente ao longo da década de 1990. Foi indiscutível o papel que as eleições constituintes de 1986 tiveram na demonstração da visibilidade do movimento evangélico.

Em primeiro lugar, um aumento numérico, fazendo com que, em apenas cinco anos, o mesmo número de protestantes chegassem ao Parlamento quanto em toda a história anterior. Em segundo lugar, uma mudança de composição eclesial. Os pentecostais, antes insignificantes, passaram a predominar, quase reproduzindo sua vantagem numérica no campo protestante. O número de históricos permaneceu estável. (Freston, 1993: 193)

A maior participação dos evangélicos na política partidária se deveu em parte ao seu crescimento numérico, notadamente os dos grupos pentecostais. A elaboração da nova Constituição em 1988 foi marcada pela presença de grupos de interesses e os evangélicos se encontravam presentes nesta “disputa”. Os movimentos sociais então emergentes colocaram lutas identitárias ou afirmativas por direitos civis na pauta do dia, superando uma perspectiva apenas classista ou burocrática. Mulheres, negros, trabalhadores, homossexuais e outros grupos buscaram atender suas demandas. Dentre estes grupos, estavam os evangélicos, que afirmavam entrar no cenário político para se defender das supostas perseguições que a

⁴¹ Fase Metodista (de 1946 a 1951), fase Presbiteriana (de 1951 a 1975), fase Batista (de 1975 a 1987), após 1987, predomínio da pentecostal Assembléia de Deus. (Oro, 2003, p. 282).

elaboração de uma nova Constituição teria para a liberdade religiosa no País, com a possível reafirmação do Catolicismo como religião de Estado e conseqüente perseguição aos “crentes”.

É necessário lembrar o momento religioso e político do Catolicismo. A preocupação pentecostal com a liberdade religiosa, aparentemente anacrônica, coincidiu com o recrudescimento de um espírito menos ecumênico na hierarquia católica. Em janeiro de 1985, os bispos enviaram ao Vaticano um relatório que insinua que a CIA estaria por trás do crescimento das “seitas”. As idéias pentecostais quanto às pretensões da Igreja Católica não são mais distantes da realidade do que algumas visões católicas sobre as “seitas”. Não é difícil imaginar como os membros destas se sentiam, sabendo dos vínculos de Tancredo com a hierarquia católica. Teorias da conspiração florescem nos dois lados e devem ser analisadas por sua função na disputa religiosa. (Freston, 1993: 214)

A Assembléia de Deus conseguiu eleger 13 deputados federais em 1986, tendo sido a grande representante deste processo de mudanças. Ao lançar candidatos oficiais não escolheu representantes nas instâncias populares como os sindicatos ou movimentos sociais, mas sim pessoas de condição social inferior, que haviam se destacado dentro do grupo, como pastores, radialista, cantores e evangelistas. (Freston, 1993:211) Josué Sylvestre, líder assembleiano e assessor do Senado à época da Constituinte, foi um dos principais articuladores deste movimento de “renovação” evangélica.

Para Sylvestre, seria necessária uma mudança na forma como os evangélicos estavam agindo durante os períodos eleitorais, defendendo que não bastavam eleger políticos que eram membros destes grupos religiosos ou simpáticos aos mesmos, mas sim, os que estivessem realmente comprometidos com a causa evangélica. Reagiu contra a simples eleição de “amigos do Evangelho”, que para ele eram os políticos que se diziam simpatizantes da causa evangélica, mas que não tinham uma ligação real com este grupo. Estes apareceriam sempre nos momentos próximos as eleições buscando os grupos dos “irmãos” em troca de pequenos benefícios, sobretudo, materiais, para logo depois desaparecer. Sylvestre defendeu a tese de que os votos que lhes eram destinados deveriam ser substituídos por outros dirigidos aos políticos evangélicos, de fato. Até porque estas melhorias proporcionadas aos grupos evangélicos em troca de apoio político provavelmente teriam sido pagas com o erário público, “fazendo com que os homens e mulheres de Deus contribuíssem para a manutenção da corrupção no país” e acrescentou:

O pior, sobretudo, é a falta de representatividade posterior. Terminada a eleição, no desempenho do mandato, aquele deputado ou vereador, mesmo que permaneça “amigo”, não é um representante nosso, não entende as nossas particularidades, não tem o nosso ideal nem estará à disposição de

Deus e do Seu povo (Prov. 28:5). Sua linguagem e seu comportamento não serão traçados com base na palavra de Deus e, se por ventura, houver necessidade de um voto decisivo que interesse à família evangélica em oposição a pontos de vista defendidos pela Igreja Católica ou pela influência crescente da Umbanda nos setores governamentais, é claro que aquele “amigo” vai votar segundo a orientação da CNBB ou dos “pais de santo” e “chefes de terreiro”. (Sylvestre, 1988: 54).

A defesa de interesses evangélicos que poderiam ser atingidos pelos inimigos da fé, eis a justificativa central para o envolvimento dos “irmãos” na política. Entretanto, nem todos os grupos evangélicos modificaram a sua relação com a política ou tiveram o mesmo posicionamento político fisiologista defendido por Sylvestre. A Igreja Pentecostal Deus é Amor e a Congregação Cristã do Brasil mantiveram a postura de afastamento, tanto das lideranças quanto de seus fiéis. Havia também a presença do que foi chamada à época de uma Esquerda Evangélica, que foi bastante questionada por Josué Sylvestre, representante dos interesses da maioria conservadora:

Não há como entender um político cristão atuando numa linha extremista de agitação e de radicalizações de esquerda e nem há possibilidade de conciliar marxismo com cristianismo. Igualmente não há como aceitar um político evangélico comprometido com a extrema direita, defendendo posições reacionárias, votando deliberadamente com os interesses dos que exploram a massa trabalhadora, não se compadecendo dos milhões de famintos, doentes, desempregados e miseráveis que sobrevivem nos campos e nas cidades do nosso país. Ser do centro, ser conservador é uma coisa. Ser reacionário num país como o Brasil é inconcebível para alguém que traga no coração e na consciência as marcas de Jesus Cristo e se preocupe em obedecer a palavra de Deus. (Sylvestre, 1988:25)

Apesar de se afirmarem conservadores ou de Centro o que Pierucci identificou, analisando a participação dos evangélicos na Constituinte em 1988, foi a formação ou articulação do que chamou uma “nova direita cristã”:

Sexo e família entrelaçam-se no miolo de seu discurso bíblico-fundamentalista para tecer de novo o discurso das direitas não-religiosas, para reorientar as direitas no sentido de uma revalorizado conservadorismo cultural e comportamental, de um conservadorismo social no plano das maneiras, dos estilos de vida, complementando seu conservadorismo econômico e seu anticomunismo com uma diferente concepção dos inimigos a combater e um elenco diferente das “questões” que realmente importam, que realmente representem a vontade do povo, as preocupações vitais da maioria. No Brasil eles se dizem “conservadores”, não se dizem “de direita”; mas se contrapõem explicitamente à esquerda. Não apenas à velha como também à “nova esquerda”, à esquerda dita “radical”, que quer mudar tudo, principalmente as pautas de comportamento e estrutura da família. (Pierucci, 1996: 178)

Esta “nova direita” se voltou, inclusive, contra aqueles membros mais à Esquerda que questionavam os seus posicionamentos políticos, o que levou a um “racha” no grupo. Ainda em 1986 era possível perceber que a bancada evangélica era um mito. Mesmo dentre os três representantes baianos as diferenças puderam ser observadas, pois, enquanto o presbiteriano ecumênico Celso Dourado, que fazia parte da chamada Esquerda Protestante, teve atuação parlamentar mais progressista e sem a postura moralizante que marcou as votações na Constituinte, Eraldo Tinoco (Batista) e Milton Barbosa (Assembléia de Deus), ambos com ligações estreitas com Antonio Carlos Magalhães, mostraram-se “conservadores” como a maioria evangélica. Conservadorismo este que não foi apenas moral, mas político e social, o que lhes valeu a nota 0,25 e 3,75, respectivamente, na avaliação realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que premiou o presbiteriano Dourado com 9,75. O então deputado baiano havia participado dos comitês de Direitos Humanos e Anistia existentes na Bahia e conservou, durante o período da Ditadura Militar, as portas da Igreja Presbiteriana Unida e do Colégio presbiteriano 2 de Julho abertas ao diálogo com organizações ligadas à Esquerda. A sua votação só foi superada por dois outros representantes evangélicos, Benedita da Silva (Assembléia de Deus) e Edésio Frias (Batista), que obtiveram 10. (Freston, 1993: 227)

Ao analisar a presença dos evangélicos na sociedade brasileira ao longo do século XX a primeira impressão é a de que Antonio Gouvêa Mendonça estaria certo na sua afirmação de que a participação dos protestantes na política poderia ser pensada a partir de sua condição de pequena comunidade, dentro de uma lógica minoritária, tendo suas lideranças se inserido neste meio para conseguir ganhos imediatos e mantendo os “fiéis” afastados, como já foi anteriormente observado. Apesar da presença de um Protestantismo Progressista que se organizou no Brasil a partir da década de 1950 preocupando-se com as questões sociais e políticas, quando se observou a atuação da maioria dos evangélicos o que se identificou foi uma postura de aparente afastamento, mas que se traduziu em acordos tácitos com os governos estabelecidos, que visavam principalmente conseguir concessões através de barganhas políticas. Elizete da Silva, analisando o posicionamento dos batistas durante o período de 1964 a 1986, observou como a lógica clientelista esteve presente nas relações estabelecidas entre as lideranças desta denominação e os representantes estatais:

A barganha e o clientelismo político, que trocava votos por serviços assistencialistas, foi a tônica da intermediação que o Dr. Raimundo Brito desenvolveu entre os batistas e os militares. O Hospital Evangélico da Bahia, empreendimento capitaneado pelos batistas, especialmente pelo Pastor Valdívio Coelho e Dra Alzira Coelho Brito foi a concretude da política do “é

dando que se recebe” e do alinhamento da Denominação Batista ao regime militar. Segundo o Pastor Ebenézer Cavalcanti se referindo ao deputado federal Brito: “Sua vida ficará marcada na História pela fundação e funcionamento do Hospital Evangélico da Bahia, a que tem dado o melhor dos seus esforços”. (Silva, 2008: 12)

<i>Parlamentares</i>	<i>UF</i>	<i>Igreja</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>
Antonio de Jesus	GO	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	x	x
Arolde de Oliveira	RJ	Batista	x	x	x	x	x	x	x
Benedita da Silva	RJ	Assembléia de Deus							
<u>Celso Dourado</u>	BA	Presbiteriano							
Costa Ferreira	MA	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	x	x
Daso Coimbra	RJ	Congregacional	x	x	x	x	x	x	x
Edésio Frias	RJ	Batista							
Eliel Rodrigues	PA	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	x	x
Enoc Vieira	MA	Batista	x	x	x	x	x	x	x
<u>Eraldo Tinoco</u>	BA	Batista	x	x	x	x	x	x	x
Eunice Michiles	AM	Adventista	a	x	x	x	x	x	x
Fausto Rocha	SP	Batista	x	x	x	x	x	x	x
Gidel Dantas	CE	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	x	x
Jayme Paliarin	SP	Evangelho Quadrangular	x	a	x	x	x	x	x
João de Deus	RS	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	x	x
José Fernandes	AM	Assembléia de Deus							
José Viana	RO	Assembléia de Deus	x				x	x	x
Levy Dias	MS	Presbiteriano	x	x	x	x	x	x	x
Lézio Sathler	ES	Presbiteriano							
Lysáneas Maciel	RJ	Confissão Reformada							
Manoel Moreira	SP	Assembléia de Deus	a				x	x	x
Mário de Oliveira	MG	Evangelho Quadrangular	x	a	x	x	x	x	x
Matheus Iensen	PR	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	x	x
<u>Milton Barbosa</u>	BA	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	x	x
Naphtali Alves	GO	Igreja Cristã Evangélica	x	x	x	x	x	x	x
Nelson Aguiar	ES	Batista							
Orlando Pacheco	SC	Assembléia de Deus	x	x	x	x	x	a	x
Paulo Delgado	MG	Batista							
<u>Roberto Augusto</u>	RJ	Universal	x	x	x	x	x	x	x
Roberto Vital	MG	Batista	x	x	a	x	x	x	x
Rubem Branquinho	AC	Presbiteriano	x	x	x	x	x	x	x
Salatiel Carvalho	PE	Assembléia de Deus	a	b	x	x	x	x	x
Sotero Cunha	RJ	Assembléia de Deus	x		a		x	x	x

1. Voto a favor do “Preâmbulo” do “centrão”.
 2. Voto a favor da emenda do “centrão” sobre direito de propriedade.
 3. Voto contra desapropriação de propriedades produtivas.
 4. Voto com a UDR na questão da reforma agrária.
 5. Voto a favor dos cinco anos para futuros presidentes.
 6. Voto a favor dos cinco anos para Sarney.
 7. Fizeram parte do “centrão”.
- a: ausente b: abstenção.

Tabela 4 – Como votaram os evangélicos na Constituinte. Questões chaves levantadas por Pierucci ao analisar o comportamento evangélico.

O advogado e professor da UFBA Raimundo Brito foi o principal articulador político dos batistas junto aos governos militares a partir da década de 1960. Raimundo e outro conhecido político evangélico, Clériston Andrade, foram os principais “representantes” soteropolitanos deste segmento durante o período militar e tiveram suas atuações marcadas pela colaboração com Antonio Carlos Magalhães. Clériston Andrade foi prefeito de Salvador com apoio carlista entre os anos de 1971 a 1975, sendo indicado pelo próprio ACM, em 1981, ao cargo de governador. Não chegou a disputar as eleições porque morreu em um acidente de avião neste mesmo ano. Os evangélicos interpretaram o seu sucesso político como um símbolo do crescimento de sua importância na sociedade baiana:

Os batistas baianos jamais haviam chegado tão próximos das entranhas do poder. Clériston Andrade era um atuante diácono da Igreja Batista São, posteriormente da Igreja Batista da Graça, tão envolvido nas lides denominacionais que a grande imprensa se reportava ao mesmo como “pastor batista”. Tanto no Jornal Batista, quanto no Jornal Batista Bahiano foram registrados recorrentes reportagens e eventos enaltecendo a atuação do “nosso irmão prefeito Dr. Clériston Andrade”. (Silva, 2008: 13)

Na década seguinte, o comportamento de Roberto Augusto Lopes, representante da Igreja Universal na Constituinte, seguiu a linha adotada pelos evangélicos “conservadores”. Como a Teologia da Libertação e o pensamento de “Esquerda protestante”, Edir Macedo e “sua teologia” não viram a pobreza como algo natural, condição normal do ser humano. Mas enquanto estes grupos propuseram soluções coletivas e políticas para o enfrentamento do problema, Edir Macedo atribuiu a solução destes a modificações individuais ligadas à fé:

A Teologia moderna pensa estar dando um grande passo pelo fato de estar se preocupando com os problemas relativos ao homem. A Igreja Católica e as igrejas protestantes liberais estão se mancomunando, no sentido de fazer algo em prol da sociedade, começando pelo combate aos males sociais e penetrando cada vez mais no campo das ideologias que “poderão mudar o mundo”.

O grande erro é que, embora o homem viva em sociedade, o seu maior problema está dentro de si. Mesmo que os males exteriores sejam extintos, ainda assim o ser humano será completamente infeliz se não conhecer o Senhor Jesus. (Macedo, 1997: 64)

Assim é que ao fazer no livro *A libertação da Teologia* uma crítica ao racionalismo presente nos grupos que chamou de protestantes tradicionais não deixou de refletir sobre setores deste Protestantismo ligados aos movimentos sociais. Para Macedo a Igreja Católica Romana e o Protestantismo liberal estariam estudando a “teologia à luz dos acontecimentos históricos e sociais, argumentando que, sem atualização, ela seria uma falsa teologia”, e ao agir desta maneira estariam mais preocupadas com o “estudo dos estudos sobre Deus” com o que seria mais importante para o Bispo da IURD: “o estudo de Deus”.

Os religiosos do nosso tempo compreendem, lêem sobre essa função, mas infelizmente, não a exerce. O amor pelas almas tem sido trocado pelo amor às tribunas, aos livros ou aos grandes teólogos, cujas idéias estudam, dissecam e têm prazer em discutir, mas nada transformam.

Pregam um Jesus social, necessidades humanas e soluções sociais para os problemas; essas coisas, entretanto, jamais proverão o amor. Um emprego dá dinheiro, mas não dá felicidade; um cobertor promove calor, mas não acalenta; uma comunidade patrocina encontros, mas não leva ninguém a se encontrar. Se o amor não revestir tudo isso, todo esforço será vão. A Terra está cheia de sementes religiosas e a cada dia vemos o ódio florescer. Quanto mais doutrinas e ensinamentos, mais contendidas e iras. O

Senhor Jesus Cristo tem sido empurrado pela Igreja e rejeitado pela sociedade, a culpa é daqueles que pregam erroneamente e vêm no Evangelho não o amor de Deus, uma mensagem puramente social e religiosa. (Macedo, 1997: 37)

Uma solução religiosa foi o que propôs Edir Macedo. De um lado negou que a pobreza fosse condição natural do ser humano, o que também fizeram os que haviam buscado “um Jesus social”, mas ao mesmo tempo rejeitou a idéia de que estes problemas seriam resolvidos através do trabalho social da igreja. “Hoje em dia, conhecer profundamente as escolas filosóficas, os problemas sociais e a política tornou-se mais importante para os pregadores do que conhecer a Graça de Deus”. (Macedo, 1997: 62) Macedo defendeu que a resolução dos problemas religiosos teria como consequência a solução dos problemas sociais. Seria, portanto, necessário se “prevenir do espírito puramente social e teológico que muitos imprimem ao Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo”. Para o Bispo iurdiano, os “grandes teólogos” ao fazerem isto estavam “esquecendo-se da verdadeira missão, que é a de trazer para Deus almas redimidas pelo sangue do cordeiro”. (Macedo, 1997: 89) Assim, a solução apresentada por Macedo para os problemas sociais passaria pela evangelização. A igreja precisaria demonstrar poder e pregar a Palavra, fazendo mais do que anunciar a morte de Cristo para a salvação.

Mário Justino disse que não ocorreu um envolvimento da Igreja Universal do Reino Deus com a política até pelo menos 1982 quando este grupo teria apoiado Sandra Cavalcante ao governo do Rio. Em 1986, a IURD elegeu Ronaldo Augusto Lopes para a Constituinte. A eleição do co-fundador da IURD em 1986 representou o início de uma trajetória política ascendente da Igreja Universal do Reino Deus até as eleições de 2002 quando suas lideranças conseguiram a desejada vaga no Senado da República. Mas antes que isto ocorresse foi necessário construir um capital político e a Bahia assumiu um papel considerável neste processo ao se observar que já em 1990 se encontravam entre os três deputados federais eleitos com apoio iurdiano, o baiano Luis Moreira, ligado a Antonio Carlos Magalhães. Os outros dois, Aldir Cabral e Laprovita Vieira, representavam o Rio de Janeiro. Luiz Moreira conseguiu se reeleger nas eleições de 1994 e 1998, sempre à disposição do grupo religioso para lutar por seus interesses.

As razões apresentadas pela Igreja Universal para atuar na política partidária foram bastante semelhantes das que se valeu o assembleiano Josué Sylvestre a fim estimular a participação de evangélicos no “reino da política”. Para a IURD, era a necessidade de defesa dos seus interesses, uma vez que se colocou como um grupo perseguido desde o primeiro

momento, que a levava a disputas eleitorais, na tentativa de preservação da comunidade religiosa:

Há senadores, deputados e vereadores criando projetos de lei que virão impedir o crescimento da Igreja no Brasil? Não podemos permitir isso, e por essa razão Deus deu a cada servo Seu uma missão, a qual requer um compromisso com Ele, com a Igreja e com o país, que consiste em pôr um ponto final na desgraça que os políticos comprometidos com as forças do mal têm causado ao nosso povo. (Caetano, 2002: 26).⁴²

Carlos Rodrigues, articulador político da IURD, publicou em 1998 um pequeno livro denominado *A Igreja e a Política* no qual ainda se vislumbravam a presença do tom de “guerra santa” que reinou durante toda a década de 1990, quando a entrada da IURD na política era justificada com o argumento de combater seus perseguidores. Este argumento permaneceu como algo recorrente no discurso das lideranças e dos fiéis, sendo retomado a cada vez que a Igreja Universal estava em conflitos com outros grupos. Dificilmente a IURD reconhecia as críticas que sofria sem apelar para essa atitude, bastante expressa em inúmeras de suas publicações oficiais. Durante a visita à Salvador de um senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à presidência dos EUA, o vereador Alexandre Bittencourt Madureira fez um interessante comentário, que demonstrava como em terras baianas este discurso defensivo também esteve presente:

Depois de passar pelo Rio e São Paulo, o pastor Jesse Jackson, senador do Partido Democrata, líder do movimento negro e ex-candidato à presidência dos EUA, foi para Salvador (BA), onde participou de um almoço oferecido pelo Movimento Negro e de uma reunião com o governador Paulo Souto. Embora não conhecendo toda cidade, o senador ficou espantado com a diversidade religiosa da região. Jackson ainda teve a oportunidade de falar com o pastor e vereador Alexandre Bittencourt, da Igreja Universal, o qual lhe confessou que a maior discriminação no Brasil não é racial, mas a religiosa, principalmente contra os cristãos que pregam o Evangelho de uma maneira aberta. Jesse Jackson mostrou-se disposto também a defender a causa dos evangélicos.⁴³

Desde o início quando lançou seu primeiro candidato, Roberto Augusto Lopes, pôde-se perceber a estratégia da Igreja Universal para eleger seus protegidos políticos. Dividindo-os entre os templos de maneira que não houvesse dispersão de votos, a IURD conseguiu um crescimento na sua participação política a cada pleito. Este método também permitiu que

⁴² Geraldo Caetano, Bispo da Igreja Universal, convertido desde 1979 e que desempenhou funções eclesiásticas na IURD desde 1980.

⁴³ *Folha Universal*, 15/12/1996, p. 7 b.

peças totalmente anônimas, até mesmo para o público interno, fossem eleitas com expressivas votações. A propaganda política foi realizada no próprio jornal do grupo. (Ver imagem 2)



Imagem 2 - A propaganda política esteve presente no jornal da IURD nas eleições de 1998.

Ari Pedro Oro apresentou dados significativos sobre a força desse poder institucional. Poder este que explica por que essas pessoas sem nenhuma expressão política, anônimas, com o apoio da Igreja Universal do Reino Deus conseguiram alcançar um cargo político. Comparando os candidatos que tiveram apoio da IURD nas eleições de 1998 e que perderam essa indicação em 2002, observou a queda de votação entre os dois pleitos, com reduções bastante significativas:

Foi o que se verificou no Rio Grande do Sul com o ex-pastor Paulo Moreira, que em 1998, apoiado pela Igreja foi eleito com 60.474 votos. Nas eleições de 2002, quando não contava mais com o apoio da Igreja, obteve 2.464 votos. No Rio de Janeiro a candidata Magaly Machado, em 1998, foi eleita deputada estadual pelo PFL com 33.678 votos. Nas atuais eleições concorreu à deputada federal pelo PSB, apoiada pela Igreja Nova Vida, e obteve 9.418 votos. (Oro, 2003: 291)

Na Bahia, Reginaldo Germano pode ser apontado como um exemplo das dificuldades que os políticos que perderam apoio da IURD tiveram para se reeleger. Agraciado em 2002 com um mandato de deputado federal, tentou disputar novamente o pleito de 2006, sem o respaldo da Igreja Universal, que decidiu não apoiá-lo, uma vez que Germano teve seu nome associado a “Máfia das Sanguessugas”.⁴⁴ Em 2002, conseguiu 65.607 votos nominais disputando pelo Partido da Frente Liberal, ficando com 1,102% dos votos válidos. Nas

⁴⁴ A “Máfia das Sanguessugas” foi um esquema que envolvia o pagamento de propina aos deputados para elaboração de emendas ao Orçamento destinadas à compra de ambulâncias. *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2006 e 03 de junho de 2006.

eleições de 2006, quando se encontrava no Partido Progressista, caiu para 2.090 votos, o que correspondeu a 0,032% dos votos validados pela Justiça eleitoral.

Poder-se-ia argumentar que a diminuição dos eleitores de Germano se deu ao fato de estar envolvido com escândalos políticos e não em razão de não ter recebido o apoio da IURD. É difícil saber qual a opção mais adequada uma vez que ela não estava posta para os membros que acreditavam que político evangélico e honestidade eram sinônimos: não recebeu os votos porque não foi apoiado e não foi apoiado porque não era honesto. A decisão sobre ser íntegro ou não em último caso dependeu das lideranças que puderam atacar ou defender um candidato “corrupto”. Caso a alternativa escolhida fosse a defesa, este deixava de ser “desonesto” e passava a ser “perseguido”.

No entanto, a ligação que deveria existir entre político iurdiano e honestidade representou uma “faca de dois gumes” para as próprias lideranças que o instituíram tendo em vista que quando, por exemplo, foi provado o envolvimento do Bispo Carlos Rodrigues com escândalos políticos de forma irrefutável as suas relações com o grupo foram cortadas, sendo tratado com a mesma “rigorosidade” que ajudou a construir. Não apenas perdeu o cargo que ocupava dentro da hierarquia religiosa do grupo, como também teve sua expulsão decretada pelo Partido Liberal, na época, dominado pela IURD.⁴⁵

A busca de um maior controle do grupo religioso sobre o mandato dos candidatos que ajudou a eleger já aparecia como uma plataforma defendida por Josué Sylvestre na década de 1980.

“Primeiro os domésticos da fé”, ensina o apóstolo Paulo.

Mesmo que o candidato evangélico não tenha condições financeiras nem influência política para dar uma ajuda para a igreja ou conseguir a nomeação de alguém, é preferível votar nele. Eleito, terá condições de ser um ponto de apoio. *E se, obtendo essas condições, o político evangélico nada fizer de útil, de prático, de importante para a comunidade, ou deixar o Evangelho de Cristo por causa de um mandato, nada mais fácil do que derrotá-lo em eleições futuras*”. (Sylvestre, 1988: 55) grifo meu.

Bispo Rodrigues foi o principal articulador político da Igreja Universal do Reino Deus durante a década de 1990 e não pensava diferente de Sylvestre. “Nós da Universal temos que nos esforçar para dobrar a nossa bancada pois os nossos deputados quando não produzem, perdem o mandato”.⁴⁶ A fidelidade à Igreja Universal era uma virtude imprescindível ao candidato iurdiano. Os interesses do grupo religioso vinham sempre em primeiro lugar.

⁴⁵ *Folha de São Paulo*, 24 de junho de 2006.

⁴⁶ *Folha Universal*, 10/08/1997, p. 3 a.

Ocorreu um verdadeiro controle do mandato dos que foram eleitos para representar as causas da IURD, para aprovar leis favoráveis ao grupo e impedir o andamento de projetos que o prejudicassem. Isso explica em parte porque a maior parte de atuação iurdiana na política se deu no Legislativo, nas Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais e na Câmara Federal. Se o Estado pode ser interpretado por alguns como um espaço onde a dominação de classe se realiza, ele também pode ser entendido como um local de negociação entre os diversos grupos sociais. E dentro do Estado, o legislativo apareceu como *locus* privilegiado para as transações, permutas, trocas, acordos. Como observou Consuelo Sampaio estudando o poder legislativo na Bahia na Primeira República, esta esfera da atividade política apresentava algumas características, independente da fraqueza ou força que possa vir a desempenhar em qualquer sistema político:

Ele assume grande significado em pelo menos três aspectos: a) como representação microcômica das forças sociais e de seus interesses diversificados; b) como arena para articulação de alternativas políticas que atendam àqueles diferentes interesses e, c) como agência de socialização política e recrutamento das lideranças nacionais e regionais. (Sampaio, 1985: 18)

As pesquisas que se referem à atuação da IURD em um plano nacional revelaram que os principais projetos iurdianos visavam a expansão e o fortalecimento do grupo, a oposição à Igreja Católica e o controle do comportamento. (Carvalho Neto, 1997: 11) Ou seja, buscavam atender interesses específicos deste grupo: combater os privilégios, que segundo a IURD, a Igreja Católica possuía; leis como a união civil entre pessoas do



Imagem 3 - *Folha Universal* comemora “vitória” dos iurdianos em 1998.

mesmo sexo, já que os evangélicos condenavam e ainda condenam o homossexualismo, ou mesmo projetos e indicações que facilitassem o crescimento do número de templos da IURD, respaldando operações como a compra de cinemas e de emissoras de rádio, que foi uma dos principais meios de expansão desse grupo na década de 1980.

O projeto de lei ambiental⁴⁷, que na visão do grupo atingia diretamente o direito de culto dos evangélicos rendeu muitas páginas da *Folha Universal* e atritos com o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Quando finalmente os parlamentares iurdianos conseguiram fazer as modificações desejadas, houve uma comemoração muito grande e este fato foi colocado como um exemplo de que a atuação desses indivíduos eleitos pela IURD no campo político possibilitou enfrentar muitas perseguições. (Ver imagem 3) Foram palavras do Bispo Rodrigues:

Quiseram os inimigos dos evangélicos aproveitar essa lei para tentar impedir o crescimento da Igreja, querendo criminalizá-la e penalizar os pastores. Quiseram através da poluição sonora, colocar artigos capciosos para impedir a pregação religiosa. Mas nossos deputados federais evangélicos, através de orientação e meu acompanhamento, lutaram e venceram.⁴⁸

Na Assembléia Legislativa da Bahia, reclamações contra esta lei também ocorreram. Através da indicação **10157 de 14/08/97**, a deputada Zelinda Novaes protestou contra este projeto de lei ambiental que tramitava no Congresso Nacional e que na visão da deputada “prejudicava as igrejas evangélicas”. Zelinda Novaes conseguiu inúmeras assinaturas para este protesto, o que demonstra que houve uma mobilização da deputada no sentido de impedir dentro de suas possibilidades que esta lei fosse aprovada, fazendo sua parte nesta “batalha” empreendida pela IURD:



Imagem 4 - charge publicada pelo jornal *Folha Universal* ironizando as manobras do presidente Fernando Henrique Cardoso na campanha pela implantação da reeleição para cargos executivos no Brasil em 1998.

Desde o ano passado que, mobilizados pelo bispo Carlos Alberto Rodrigues, os evangélicos lutam contra a aprovação da lei que poderia colocar pastores na prisão, fechar igrejas e apreender material de evangelização. Eles não conseguiram a anulação imediata ao falar com o presidente da República, mas receberam a promessa de que os artigos prejudiciais aos templos religiosos seriam vetados através de medida provisória, o que aconteceu no último dia 12.⁴⁹

⁴⁷ O projeto de Lei Ambiental tinha como objetivo funcionar como um instrumento legal para regular as atividades relacionadas ao meio ambiente, tais como desmatamento, poluição, caça e pesca predatória. Um de seus artigos dizia respeito à poluição sonora, prevendo punição para grupos religiosos que ultrapasassem o limite permitido pela futura lei.

⁴⁸ *Folha Universal*, 22/02/1998, p. 8 b.

⁴⁹ *Folha Universal*, 22/02/98, p. 1 a.

A posição adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi influenciada, em parte, pela pressão que este vinha recebendo de setores evangélicos que eram contrários à dita lei. A Igreja Universal do Reino Deus fez “sua parte”, seja através dos meios de comunicação que controlava, seja por meio de suas bancadas (federal e estadual). A IURD apoiou Fernando Henrique Cardoso no primeiro mandato, mas passou para a oposição no segundo. A justificativa dada para essa transformação é a de que o governo FHC teria dado pouca atenção aos problemas sociais. Ari Pedro Oro nota, no entanto, que coincidentemente, em 1997, a IURD foi multada em 98 milhões de reais pela Receita Federal (Oro, 2003: 287), além da já comentada pressão exercida em razão da votação da lei de impacto ambiental, que na visão dos líderes iurdianos prejudicava diretamente as igrejas evangélicas. A *Folha Universal* de 20 de julho de 1997 trouxe uma charge de Max, desenhista responsável pelos “comentários visuais” da IURD, muito instigante: nesta um homem vestido com camisa onde estava escrito governo, esperava distante que a dinamite localizada no coração, símbolo da IURD, fosse disparada. Outra charge publicada ainda em junho de 1996 questionava as pretensões de Fernando Henrique Cardoso em relação à reeleição, o que poderia demonstrar que o apoio nunca foi totalmente fechado e que dependia da qualidade das “trocas” estabelecidas. (Ver imagem 4) Outros projetos supostamente ligados ao governo federal também começaram a desagradar a Igreja Universal, como a possibilidade de retirada da isenção tributária das Igrejas e Instituições religiosas.

O novo perfil desenhado pelas pesquisas para o candidato do PT agrada até o bispo Macedo, fundador da Igreja Universal. O bispo já tornou público que está arrependido de ter apoiado Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994.

- Erramos duas vezes, ao apoiar Collor e Fernando Henrique. Não vamos mais repetir isso, declarou o bispo Macedo a uma revista nacional.⁵⁰

De 1998 a 2002, ocorreu um alinhamento entre o PL, principal partido político ligado a Igreja Universal, e o Partido dos Trabalhadores. O que pode ser visto nos comentários positivos em relação ao PT e Luís Inácio da Silva nos livros publicados pela Gráfica Universal. Referindo-se às agressões de um militante petista a um templo da IURD, Bispo Rodrigues comentou:

Apesar de toda confusão, classificamos sua atitude como isolada, não representando, portanto o pensamento da direção do PT em BH. Afinal, o seu quadro conta com pessoas honradas e dignas que, por várias vezes,

⁵⁰ *Folha Universal*, 21/06/1998, p. 7 b.

manifestaram seu respeito a todas as religiões, fato esse demonstrado também pela imparcialidade em suas decisões, que tem trazido benefícios à comunidade...

Acreditamos, ainda, que ele tenha sido atacado por forte amnésia, visto que o PT sabe muito bem o que é ser perseguido pela Globo. (Rodrigues, 1998a: 76)

Observa-se uma identificação criada com esse grupo, mesmo que exista no caso uma referência apenas regional. Quando a cúpula do Partido dos Trabalhadores foi envolvida num escândalo de corrupção, embora a IURD não deixasse de fazer críticas a esse grupo político, o deputado federal e coordenador político iurdiano, Bispo Carlos Rodrigues, saiu em defesa de Luís Inácio da Silva:

Quanto a Lula, não vejo nada demais um admirador seu lhe emprestar a casa para morar. Luís Inácio já demonstrou ser um político diferente, homem de vida simples, desapegado dos bens materiais, aquele que vive por um ideal. (Rodrigues, 1998b: 32). (Ver imagem 5)

Na Bahia, onde os setores conservadores há mais de uma década dominavam a política, não ocorreu uma aproximação entre os políticos ligados à IURD e o PT baiano, ou qualquer outro setor de oposição durante a década de 1990, como se fez no plano nacional. Os primeiros permaneceram filiados a partidos que formaram a base governista na Assembleia Legislativa. Observando a página política do jornal *Folha Universal*,⁵¹ percebe-se que estavam geralmente presentes nos jornais para mostrar melhorias que a comunidade iurdiana obteve junto ao governo estadual e municipal ou através de atos simbólicos que estavam ligados a este público, como a comemoração do dia da Bíblia:



Imagem 5 - De “diabo” a aliado: PL e PT compuseram a mesma chapa nacional nas eleições de 2002

Em sessão especial requerida pela deputada Zelinda Novaes, do PFL-BA, membro da Igreja Universal do Reino Deus, foi comemorado, no dia 1º de dezembro, na Assembleia Legislativa da Bahia, o dia da Bíblia. Deputados, pastores, evangélicos, servidores e convidados lotaram [m] o plenário da casa em sessão dirigida pelo presidente da Assembleia, deputado Otto Alencar (PL). Zelinda Novaes destacou em seu discurso a importância da Bíblia com seus 31 mil versículos, onde se encontram as respostas para todos os questionamentos da vida. “As verdades expressas na Bíblia fundamentaram a Carta Internacional dos Direitos do Homem”, disse a

⁵¹ Foram analisadas jornais de 1996 a 2004.

parlamentar. Participaram também da Mesa que dirigiu os trabalhos a deputada Magaly Machado (PFL-RJ), da Igreja Universal; o representante da Ordem dos Ministros Evangélicos – Seção Bahia, Ivan Pitzer; o pastor da Igreja Luterana, Weidner Schizer; o pastor da Igreja Batista do Caminho das Árvores, Átila Brandão⁵²; o pastor da Primeira Igreja Batista, Rosevaldo Araújo; e mais os evangélicos Eduardo Mendonça, Djaime Nabor Sampaio e Renato Schindler”.⁵³

A presença de membros de diferentes grupos religiosos evangélicos (batistas, luteranos e iurdianos) demonstrou, em certa medida, uma característica da atuação de Zelinda Novaes na Assembléia Legislativa da Bahia que foi a de atender demandas de diversos segmentos que faziam parte do campo protestante baiano. No entanto, convém ressaltar que assim como o “discurso político” iurdiano teve antecedentes como Josué Sylvestre, a presença de “defensores do evangelho” na ALBA também se fizera presente na legislação que antecedeu o primeiro mandato de Zelinda Novaes, de 1987 a 1990, através da atuação do deputado estadual Gerson Gomes, ligado à Assembléia de Deus (AD). Esta atuação foi estudada por Igor Trabuco Silva em Feira de Santana. Silva identificou que o aproveitamento do potencial político evangélico já estava sendo realizado em terras baianas mesmo antes de 1986, contrariando a tese de Paul Freston, que viu esta data como marco desta nova relação dos evangélicos com a política:

Gerson Gomes da Silva foi o primeiro candidato evangélico da AD a ingressar no mundo político. Gerson traçou uma longa carreira política como candidato a vereador, deputado estadual e prefeito em Feira de Santana. A candidatura de Gerson Gomes iniciou em 1951, mas só apenas em 1962 foi candidato a vereador, pelo Partido Republicano – PR, com o aval da cúpula diretora da AD e, tendo como um dos seus apoiadores Francisco Pinto, político feirense.

A candidatura formal de Gerson Gomes em 62 já indicava o despertar da consciência política assembleiana, que sabia do seu potencial eleitoral, como já tinha interesse em participar formalmente da política feirense. Gerson Gomes foi o escolhido pelo seu prestígio no meio evangélico, não só assembleiano, pois tinha contato e aproximação com lideranças evangélicas de outras denominações, além de ser conhecido em diversos distritos feirenses pelo seu trabalho missionário. (Silva, 2008: 71)

Em sua segunda Legislatura na Assembléia Legislativa da Bahia⁵⁴, Gerson Gomes encaminhou 47 projetos, dos quais 26 foram aprovados. 45 projetos solicitaram que fossem consideradas de Utilidade Pública diversas organizações sociais, dentre as quais 32

⁵² Líder evangélico candidato a governador da Bahia no pleito de 2006 e a vários cargos legislativos em anos anteriores. Nesta eleição ficou em terceiro lugar com 189.596 votos. <http://www.tse.go.br/internet/index.html>

⁵³ *Folha Universal*, 22/12/1996 p. 4b

⁵⁴ A primeira foi pelo MDB de 1979 a 1983. <http://www.al.ba.gov.br/biografia.cfm?varCodigo=209>. Acesso em 01/03/2008.

evangélicas, 15 fundadas pela Assembléia de Deus. Dos 26 projetos que se transformaram em lei, 10 eram de associações da AD. Exemplos não faltaram para uma atuação mais corporativa, realizando-se desta forma, o objetivo de Sylvestre, que também era o de Rodrigues, “a presença de homens e mulheres que temem a Deus ocupando as cadeiras das casas legislativas e o comando dos postos executivos”. (Sylvestre, 1988: 50)

O reino da Política na Bahia

Na política baiana a Igreja Universal do Reino Deus conseguiu um considerável crescimento. Em 1988, elegeu Domingos Bonifácio, então pastor do grupo. Este foi reeleito em 1992, contando já nesta legislatura com a ajuda de Geraldo Alves Ferreira, convertido pela IURD em seu mandato. Em 1996 conseguiu reeleger Bonifácio e Ferreira e apresentou um novo vereador, o pastor Alexandre Madureira Bittencourt. Em 2000, foi a vez de Eronildes Vasconcelos, que mereceu destaque no cenário político por ter conseguido expressiva votação, alcançando uma vaga no legislativo municipal, embora fosse completamente desconhecida. Apesar de contar com votação de várias cidades da Bahia, Zelinda Novaes, eleita nas eleições de 1990, 1994 e 1998 para o cargo de deputada estadual e no pleito de 2002 para o de deputada federal, tinha como base política, Salvador, uma vez que a maioria de sua votação veio da capital. O mesmo pode ser dito de José de Arimatéia, companheiro de Zelinda Novaes na Assembléia Legislativa da Bahia de 1999-2002 e Márcio Marinho que a substituiu no pleito de 2002 na disputa por uma vaga na Assembléia Legislativa da Bahia, saindo vencedor. Na Câmara Federal, a IURD baiana elegeu em 1990, 1994 e 1998, Luiz Moreira e em 2002, além de Zelinda Novaes, o pastor Reginaldo Germano. Este, como suplente já estava no legislativo federal desde a eleição de 1998, assumindo a titularidade em 2000.

Campos afirma que uma provável razão para a entrada da IURD no cenário político teria sido o objetivo de formar um lobby a fim de defender seus interesses econômicos (Campos, 1996: 458). Mesmo aceitando a idéia defendida por Campos, é difícil deixar de imaginar que, ao entrar nas esferas do poder político, os representantes eleitos por esse grupo deixassem de escapar dos mecanismos desta, “afetando” em contrapartida as suas motivações iniciais. Foi a partir desta perspectiva que foram analisados os projetos dos políticos iurdianos apresentados na Assembléia Legislativa da Bahia entre 1991 e 2002. As pesquisas que

analisaram os projetos lançados pelos representantes da Igreja Universal destacaram que nos momentos iniciais estes atendiam a interesses específicos do grupo, o que esclareceria em certa medida a tendência governista da maioria de seus políticos. Uma vez que os representantes políticos da IURD desejavam as benesses do poder, seja para comprar emissoras de rádio e TV ou conseguir estacionamentos próximos aos templos, dificilmente apoiariam os que dele não estivessem próximos. Na Bahia, também não foi diferente, pois Zelinda Novaes era ligada ao político Antonio Carlos Magalhães e se manteve carlista durante seu mandato e José de Arimatéia, que era do PMDB, quando se elegeu, em 2001, se filiou ao Partido da Frente Liberal⁵⁵, dominado por ACM. (Carvalho Neto, 1997:10)

Na Bahia, o carlismo nunca foi apenas resultado do talento político ou do apetite pessoal de poder de Antonio Carlos Magalhães. O carlismo foi a expressão política de interesses, valores e atitudes de elites baianas e nacionais que apostaram na supressão autoritária do pluralismo para apressar, por cima, uma modernização que lhes preservasse “dedos e anéis”. A modernização conservadora foi percebida por Paulo Fábio Dantas Neto ao analisar o período de gestação do carlismo, durante o período militar.

A modernização baiana pode parecer emulação rumo ao poder pessoal, como se 1964 tivesse sido, na Bahia, a revolução de um só, canibal de seus outros atores e criaturas. Para ficar tudo mais insólito, o vencedor supostamente exclusivo fez-se príncipe transformista, capaz de trocar cabeças cortadas por outras cooptadas e com o tempo obter, para sua implacável dominação, consenso hegemônico que intriga, ainda que passivo.

Esse era o script de 1964? Nem tanto. A nova ordem militar e o novo *status quo* econômico, dispostos a interditar qualquer vida política inteligente na Bahia, premiaram dois quadros da política regional expropriada, Antonio Carlos e Luís Viana Filho, com a missão e a reputação de delegados federais gerentes da modernização da sua terra. Entregue-lhes o timão, sob estrita vigilância de cima, seguiu-se, dobrada a esquina, a construção não prevista de uma situação de poder pessoal que, também como o tempo, foi usada para dar, ao centauro baiano uma dimensão nacional. (Dantas Neto, 2006: 280)

O acesso progressivo de ACM ao poder, no período da Ditadura, lhe possibilitou a formação de um capital político e enriquecimento material que lhe permitiu a manutenção do carlismo durante e após a redemocratização. ACM acumulou poder, a partir da maneira como se aproximou das lideranças militares, o que teve como resultado o apoio de muitos políticos do interior e da capital. A barganha política, o clientelismo, o patrimonialismo, “herdados” do “antigo” sistema político continuaram a estruturar a relação entre os detentores do poder político e os diversos segmentos sociais.

⁵⁵ <http://www.al.ba.gov.br/biografia.cfm?varCodigo=85>. Acesso em 01/03/08.

Quando a Igreja Universal do Reino Deus chegou à Bahia em 1980, Antonio Carlos Magalhães já havia ocupado os cargos de prefeito de Salvador (1967), Governador (1970 e 1978) e o carlismo estava plenamente estabelecido no Estado. A colaboração com o carlismo, demonstrada pelo apoio político dado em troca das “velhas” concessões que marcaram a política brasileira e baiana, foi a marca maior da atuação dos políticos iurdianos durante o período estudado. Para lembrar Dantas Neto: os políticos da IURD também tiveram sua cota, se não na gestação do Carlismo, pelo menos na sua consolidação durante a década de 1990. Colaborações anteriores, como as realizadas pelo batista Clériston Andrade, já haviam marcado a relação entre poderes políticos baianos e evangélicos.

A “política de Cristo” no legislativo baiano

A Igreja Universal do Reino Deus foi instituída por três sócio-fundadores, que desde o início ocuparam papel de destaque. Geralmente como em outros grupos pentecostais, os fundadores tenderam a exercer uma influência posterior, até a rotinização do carisma, que pode ser entendido como um mecanismo que garantiu a preservação do grupo religioso, através da criação de um corpo de sacerdotes, diante de possíveis ataques sofridos por seus “profetas”. A Igreja Universal passou a ser considerada mais importante que Edir Macedo. Esse processo de desligamento da figura do Bispo Macedo à IURD começou “coincidentemente” depois dos escândalos em que esteve envolvido no início dos anos 1990. (Campos, 1996: 390)

Homens exerciam a liderança do grupo e os conflitos posteriores, que tiveram como resultado a saída de Romildo Ribeiro Soares e Ronaldo Augusto Lopes parecem ter sido frutos de lutas internas pelo poder. No princípio, a ordenação de pastoras era permitida, mas estas, em último caso, tiveram que se submeter à autoridade da liderança masculina. Continuaram a existir pastoras na IURD nas décadas posteriores ao seu surgimento, embora em número bastante reduzido quando comparados à quantidade de pastores. (Machado, 2006: 133) O ano de 1994 parece ter sido um momento crítico para a questão da ordenação feminina na Igreja Universal, pois, neste, um grupo de pessoas lideradas pela ex-pastora iurdiana Regina Nadir Soares Pereira fundou a Igreja Aliança com Deus, uma dissidência da IURD.

Este novo grupo recebeu um relativo apoio dos líderes iurdianos, uma vez que foi publicada na *Folha Universal*, um mês após sua fundação, em julho, uma reportagem sobre esta saída, que tinha um tom favorável quando comparado aos usados em tentativas anteriores de rompimento. Campos observou que essa saída não representou um grande risco para o

grupo, podendo servir como um célula da IURD e revelou, através da citação de trechos consideráveis da entrevista que realizou com Regina Pereira, o tom de deferência utilizado pela ex-iurdiana em relação ao Bispo Macedo e à Igreja Universal do Reino de Deus. A reportagem acabou por reforçar o prestígio da IURD, assim como em outros trechos demonstrou a situação ambígua que vivia as pastoras, que embora ocupassem posições de destaque nos templos que lideravam, estavam submetidas à autoridade masculina em casa, devendo obediência a seu esposo, assim como aos seus superiores dentro do grupo religioso:

Não fui eu que escolhi Jesus, mas sim Ele que me escolheu. Então Jesus me dá condição de ser uma esposa e, dentro de minha casa, o meu marido é a cabeça. Na Igreja a cabeça sou eu... não posso ir para a frente de uma Igreja, falar de Jesus, se eu não estou vivendo aquela vida abençoada que Jesus deu, não estou sendo obediente ao meu marido, não estou cumprindo os meus deveres dentro de casa (...) ser pastora é uma coisa maravilhosa. Em todos os lugares que eu fui enviada, na época da IURD (...) o povo sempre me recebeu bem. Fui pastora do Jardim América durante dois anos, e o povo nunca olhou para mim com olhos preconceituosos. (Campos, 1996: 447)

Regina Nadir Soares Pereira não acusou a Igreja Universal de preconceito em relação às mulheres, dizendo ter recebido um tratamento favorável, embora reconhecesse que o trabalho feminino tenha ficado “atrofiado” dentro deste grupo, um dos motivos que a teria levado a sair e fundar a Igreja Aliança com Deus, com o “apoio” do Bispo Macedo e sem qualquer “rebeldia”.

Enquanto dentro dos espaços internos de poder as mulheres tiveram dificuldades para assumir postos de comando, a política significou um espaço alternativo para esta demanda, como um possível meio de dirimir os conflitos internos que poderiam advir desta submissão de gênero presente no discurso das lideranças religiosas. O crescimento da presença da Igreja Universal do Reino Deus nas disputas eleitorais coincidiu com o de candidatas iurdianas. Maria Machado viu nisso mais uma demonstração do cálculo político presente na forma com que a IURD atuou desde o momento que se envolveu nesta atividade. Da mesma forma que procurava só lançar candidatos que tinham condições efetivas de ganhar, teria aumentado o número de candidatas para aproveitar a legislação eleitoral que estabelecia um percentual mínimo para o gênero feminino, potencializando assim suas chances de vitória no pleito, uma vez que o aumento de mulheres atuando na política ou como candidatas se deu, sobretudo, a partir de 1996, devido à determinação do Tribunal Superior Eleitoral de um percentual mínimo de mulheres que teriam que estar presentes nos partidos que concorreram às eleições municipais desse ano. (Machado, 2006).

Convém observar que poderia haver outros motivos que não os puramente calculistas para explicar essa participação da mulher. Já em 1996, uma reportagem publicada pela *Folha Universal* analisava o crescimento da presença feminina na política, com apresentação das principais políticas brasileiras e também as evangélicas e dentro delas as iurdianas⁵⁶. Zelinda Novaes estava entre as citadas na reportagem, mas aparecia como deputada estadual do PFL – RJ. Na verdade, Novaes era deputada estadual eleita com apoio da Igreja Universal do Reino Deus já em 1990, pelo Estado da Bahia.

Zelinda Novaes e Silva Jarske formou-se em Economia, 1976, e em Direito, 1994, pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL, e em Administração pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, em 1984. Especializou-se em Orçamento e Finanças Públicas no Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM, 1984-1985. Em 1990, Zelinda Novaes foi candidata pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Entrou para o PFL (Partido da Frente Liberal) em 1992 e nesta legenda disputou as demais eleições que participou.

A estréia de Zelinda Novaes no legislativo baiano, em 1990, foi precedida pelo desempenho de vários cargos administrativos na prefeitura de Camaçari. Em 1994 e 1998, conseguiu se manter neste cargo novamente para defender os interesses desse grupo, obtendo nas eleições de 2002 o cargo de deputada federal. Portanto, podemos já ver uma efetiva presença de uma mulher atuando com um importante cargo político, desde o início da década de 1990 no estado da Bahia. É claro que ela estava subordinada aos interesses das lideranças masculinas, mas não podemos deixar de ressaltar, que isso poderia permitir que dentro das brechas presentes nesta relação de subordinação, o estabelecimento de pautas que estavam mais ligadas à sua condição de gênero. Foi identificada entre as moções⁵⁷ apresentadas pela deputada estadual Zelinda Novaes no ano de 1995, uma de aplauso à União Parlamentar Interestadual (UPI), por ter realizado o 1º Encontro Nacional de Mulheres Parlamentares e terem tido a iniciativa de incluir mulheres na sua diretoria.⁵⁸ A presença dela em Comissões ligadas ao tema e sua atuação como líder do PFL – Mulher⁵⁹ acabou por demonstrar certa continuidade nesta linha de atuação.

Embora a deputada Zelinda Novaes tenha construído no seu último mandato no legislativo baiano uma imagem de defensora da mulher, o que a levou, inclusive, a receber prêmios, a sua primeira legislatura (1991-1994) não foi marcada pela apresentação de projetos

⁵⁶ *Folha Universal* 27/10/1996, p. 1b.

⁵⁷ Moção é uma proposição feita por algum participante em uma assembléia, para que seja avaliada e votada, que pode ser relativa a qualquer acontecimento que surja nessa assembléia ou fora dela.

⁵⁸ Moção Nº 2028/95 apresentada em 19/12/1995.

⁵⁹ <http://www.al.ba.gov.br/biografia.cfm?varCodigo=103>. Acesso em 27/11/2007.

visando atender interesses femininos. Entre os 26 projetos que deu entrada no período, apenas um poderia ser enquadrado dentro desta perspectiva. Trata-se do PL 9478/91 de 14/05/91. O projeto determinava que os maridos das seguradas tivessem também o direito de receber benefícios de contribuição previdenciária da servidora estadual. Passou pela comissão de Educação, Esporte e Serviço Público e de Finanças e Orçamento tendo sido aprovado, inclusive pela medida considerada avançada, permitindo que o direito das esposas fosse estendido aos maridos, partindo do princípio de que homens e mulheres eram iguais e que, portanto, teriam os mesmos direitos e deveres garantidos por lei. A deputada justificou sua proposta argumentando que se as mulheres dos segurados tinham direito ao benefício não haveria motivos para que os maridos não tivessem. Este projeto foi vetado pelo poder executivo, provavelmente, para não onerar as contas públicas com esta nova despesa.

No último ano de seu primeiro mandato, Zelinda Novaes deu entrada a quatorze projetos, sendo que treze tinham como finalidade declarar de utilidade pública diversas organizações assistências e um pretendia fazer uma homenagem ao ex-prefeito e ex-candidato a governador Cleriston Andrade, dando o nome deste a Comissão de Direitos Humanos da ALBA. Trata-se do projeto de Lei 1.523/94 de 22/06/1994.

Não existe nenhuma indicação de Zelinda Novaes que esteja relacionada a uma postura de defesa de interesses de gênero em seu primeiro mandato no legislativo baiano, mas os interesses religiosos estiveram presentes. Em 1993, Novaes enviou duas indicações ao poder Executivo: a primeira foi a Indicação 8332/93, não datada, e a segunda 8233/93 de 06/07/93, acabou sendo enviada em conjunto com Jonas Alves, ex-filiado do Partido Democrata Cristão, também ligado a entidades evangélicas. Ambas tratavam do mesmo tema, pois sugeriam ao Governador do Estado que indicasse à Secretaria da Fazenda a criação de uma tarifa especial para pagamento do consumo de energia elétrica e água nos templos religiosos. A indicação 8332/93 pedia a isenção de ICMS nas contas da COELBA e EMBASA. Já a 8233/93 dava uma maior margem de negociação com o governo, pois poderiam ser criadas alternativas que atendessem o interesse dos templos, sem que fosse necessário o cancelamento do imposto. As moções apresentadas por Zelinda Novaes também não fazem referência a questão de gênero, valendo esta observação para as duas primeiras legislaturas de Zelinda Novaes que em relação às mulheres apresentou apenas a moção 2028/95, já anteriormente comentada.

Em 22/05/91, a deputada iurdiana apresentou o projeto de lei 9508/91 que declarava de utilidade pública a Igreja Universal do Reino Deus. Assim Zelinda Novaes justificou seu projeto:

O projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Igreja Universal do Reino de Deus está acompanhada de toda documentação exigida.

A referida igreja vem desenvolvendo não só atividade evangélica com também um grande trabalho social voltado, sobretudo, para a comunidade carente.

Ademais, o trabalho intenso que a igreja vem desenvolvendo no sentido de alcançar um expressivo contingente de indivíduos viciados e marginalizados, tem tido grande êxito.⁶⁰

No mês seguinte, em 13/06/1991 apresentou outro projeto ligado a interesses iurdianos. O PL 09561/91 visava declarar de utilidade pública a Associação Cristã Reino de Deus, com sede e foro na cidade de Feira de Santana. A justificativa deste projeto assemelhava-se a do PL 9508/91, pois segundo a autora a associação estava resolvendo os problemas de “pessoas de baixa renda”, “crianças órfãs e desnutridas”, “viciados” e de “pessoas em total degradação moral”. A associação era ligada a Igreja Universal do Reino Deus de Feira de Santana, tendo sido fundada em 1987.

Em seu último ano do primeiro mandato enviou ainda no dia 20/05/1994 o projeto de lei 10192/94 que declarava de utilidade pública a Associação Baiana Beneficente Sócio-cultural do Reino de Deus, com sede e foro em Salvador. Esta associação era um grupo assistencial fundado em 20/08/1984 que havia perdido por causa da lei 6697/86 o prazo para revalidação da utilidade pública, o que levou a deputada a dar entrada em um novo projeto. Zelinda Novaes pediu seu arquivamento em 18/08/1994, por considerar que a lei 6.670 de 21/07/94 resolveria o problema⁶¹, já que foi criada para regularizar a situação de grande número de instituições que se viram privadas deste benefício estadual em função da lei 6697/86.

Estes três projetos foram os que mais nitidamente estavam presentes os interesses iurdianos. Mas existiram outros que atendiam estes interesses de forma indireta, permitindo que se criassem laços com outros grupos religiosos ou mesmo leis que estavam de acordo com as práticas defendidas pela Igreja Universal do Reino Deus. O projeto de lei 10074/93 de 08/11/93, que não teve prosseguimento, dispunha sobre a utilização das instalações da rede escolar do Estado para a realização de eventos cívico-culturais e desportivos, observando que com tal medida as instalações poderiam servir como espaços públicos alternativos para os movimentos culturais, esportivos e religiosos realizarem seus eventos. Entre os projetos de

⁶⁰ PL 9508/91 de 22/05/1991.

⁶¹ Esta lei tornou desnecessária a necessidade do projeto, uma vez que permitia que a revalidação fosse possível para as instituições que haviam perdido o prazo. As duas leis citadas estão disponíveis no site da Assembléia Legislativa. <http://2.casacivil.ba.go.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm>

utilidade pública apresentados por Zelinda Novaes encontram-se como beneficiadas diversas associações fundadas por grupos evangélicos.

A defesa dos interesses da Igreja Universal do Reino Deus continuou no segundo mandato de Novaes. Neste, ela apresentou 25 projetos, dos quais 10 estavam ligados a demandas evangélicas. Em 1996, conseguiu em apenas dois meses declarar de utilidade pública estadual a Associação Beneficente Cristã (ABC),⁶² entidade filantrópica criada pela IURD, em 1994, para gerenciar as atividades sociais desenvolvidas pelo grupo. Outras demandas desta instituição também estiveram na pauta dos projetos de Zelinda Novaes, como a indicação 10019/97 de 07/05/97 que sugeriu ao presidente da Telebahia a instalação de um telefone público comunitário na ABC. Segundo dados fornecidos por Novaes, 500 pessoas freqüentavam por mês este centro social. Ela ainda enviou a assembléia uma solicitação de moção de aplauso “à Igreja Universal do Reino Deus pela ação altruísta e filantrópica, ajudando aos flagelados da seca do Nordeste”.⁶³ Mas, talvez uma das moções que mais evidencie essa ligação da deputada com a IURD tenha sido a que repudiava o governo do Chile pelas dificuldades que a Igreja Universal estava encontrando para se manter neste país:

Inadmissível, revoltante, incompreensível a atitude do governo chileno ao considerar ilegais no país os integrantes da Igreja Universal do Reino Deus. Alega o governo do Chile que esta igreja não está legalizada, ora, “vox populi vox Dei”, o povo aceita, logo a mesma é legal, assim como, cremos, a democratização deste País, salvo melhor juízo. Será que, pregar o evangelho, beneficiar os irmãos, é crime? Repensar, rogamos àqueles dirigentes, afim de que tenhamos um mundo melhor.

Aos queridos irmãos pastores, externamos nossos sentimentos de paz, amor e solidariedade pelas ações evangélicas; pois, sua coragem e desenvoltura granjearam-lhe a possibilidade de alargar horizontes, porém, cremos, seu nível espiritual não permite maior permanência no local que atingiu; lembre-se que nossa Casa tem edificação Universal e só Deus nos transfere a fé para remover montanhas. Estamos nesta MOÇÃO, manifestando repúdio ao Governo chileno pelas medidas tomadas, no momento que o seu povo o aceitou pela democracia que deveria reinar naquele País e que hoje vai de encontro aos DIREITOS HUMANOS e discrimina nossos irmãos que pelo credo, pregam a paz a fé e o amor.⁶⁴

A motivação desta moção de repúdio foi a expulsão do Chile de 19 integrantes da Igreja Universal do Reino Deus, entre eles, seis pastores. A Embaixada chilena em Brasília declarou na época que os pastores da Igreja Universal haviam entrado no Chile como turistas, mas que passaram a desenvolver atividades de proselitismo religioso, apenas depois, eles solicitaram a

⁶² PL 10791/96 de 15/05/96.

⁶³ Moção 3045/98 de 07/05/98.

⁶⁴ Moção 2877/97 de 09/12/97.

mudança do visto para que pudessem se fixar no país. Este pedido foi negado. Diante deste fato a hierarquia iurdiana reagiu:

Em São Paulo, 1.500 pessoas se concentraram na frente do consulado do Chile, na avenida Paulista (região central). O deputado federal Wagner Salustiano (PPB-SP), que pertence à igreja e liderou a manifestação, foi recebido pelo cônsul, Alfredo Salazar.

Durante o ato, os manifestantes gritavam palavras de ordem como "Ah, eu sou de Cristo" e acusavam o país de ser uma "ditadura".⁶⁵

A deputada não negou que do ponto de vista legal, os membros da Igreja Universal poderiam ser expulsos, já que desrespeitaram a lei chilena. Mas justificava o descumprimento da lei: "o povo aceita, logo a mesma é legal" e atacou o governo chileno lembrando-lhe que ainda está num processo de redemocratização, e que, portanto, seria necessário que desse provas disto. Neste ponto, ela seguiu uma argumentação contra as autoridades chilenas que estava sendo articulada nacionalmente pelo grupo:

Para o deputado Salustiano, a suposta perseguição aos pastores demonstra que o Chile não é um país democrático. "O Eduardo Frei, presidente do Chile, é um mentiroso. Ele anda pelo mundo dizendo que a ditadura naquele país acabou, mas não é verdade."

Na nota, a embaixada chilena também rebate essa acusação, que tem sido veiculada pela Rede Record, que pertence à Universal.

"O governo respeitará estritamente as decisões do Supremo Tribunal, como corresponde a uma democracia, desmentindo desta maneira as insensatas declarações de líderes da Igreja Universal de que supostamente 'não há liberdade nem democracia no Chile'".

A igreja tem 20 templos no país e cerca de 7.000 seguidores. Para o bispo Carlos Rodrigues, responsável pela área política da Universal, a Igreja Católica do Chile está por trás da suposta perseguição. "No Chile há uma simbiose entre a Igreja Católica e o governo."⁶⁶

A Igreja Católica teria responsabilidade no episódio, pois segundo a versão defendida pela a IURD a perseguição ocorreu porque o cônsul brasileiro no Chile, um ex-padre, teria enviado informações sobre processos que estariam sendo movidos contra a IURD no Brasil que a comprometeriam. O final da crise acabou sendo "feliz" para os iurdianos, pois, os pastores ficaram escondidos no Chile por um tempo, mas com a



Imagem 6 – Manchete da *Folha Universal* destacou atuação de políticos

⁶⁵ *Folha de São Paulo*, 06/12/97.

⁶⁶ *Folha de São Paulo*, 06/12/97.

intervenção de políticos iurdianos puderam voltar ao Brasil através de um acordo o que não implicaria numa sanção. Esta sanção incluiria a impossibilidade de fazer viagens internacionais por um longo tempo. O acordo previa que os pastores poderiam retornar ao Chile com um novo visto de um ano.⁶⁷ A vitória iurdiana também foi comemorada pelo jornal *Folha Universal*. (Ver imagem 6)

A maioria das indicações encaminhadas por Novaes à ALBA foi aceita. Uma das poucas que teve um parecer desfavorável foi a 9796/96 de 21/11/1996, que pedia ao presidente da República que fosse enviado ao Congresso um projeto de lei proibindo a comercialização do tabaco em todo País. Em 25/02/97 a Comissão de Constituição e Justiça votou pela não aprovação da indicação. Embora a medida da deputada fosse considerada nobre, o tema foi interpretado como polêmico e, sobretudo, traria prejuízos aos produtores e ao próprio governo que perderia uma considerável receita. Este pedido estava de acordo com uma prática comumente adotada pelos políticos evangélicos que geralmente pautaram seus mandatos em atitudes de combate às drogas, ao álcool e a medidas morais liberalizantes, uma vez que os protestantes brasileiros, tanto os chamados históricos quanto os pentecostais, consideravam o uso de tabaco e o consumo de bebidas alcoólicas como vício e pecado.

O projeto de lei 11517/98 de 06/07/98 seguiu também esta tendência moralizadora, dispondo sobre a proibição da exposição de vídeos pornográficos pelas locadoras em locais de fácil acesso aos usuários. Assim justificou Zelinda Novaes sua reivindicação:

Os filmes pornográficos são verdadeiros atentados ao pudor, os quais, em nada contribuem para a cultura dos cidadãos, principalmente das crianças e dos adolescentes que tem a mente em formação. Esses filmes vêm deturpando o conceito de família e desviando os jovens em suas sadias evoluções nos estudos e nas pesquisas científicas para um mundo melhor.

No segundo mandato de Zelinda Novaes apareceram dois projetos ligados à questão de gênero. O primeiro foi o PL 11299/97 de 20/10/97, que pedia a criação da Creche Penitenciária Feminina. O projeto não foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça mais uma vez devido ao artigo 77, VII da Constituição estadual. Mandou ainda o PL 11474/98 de 19/05/98, dispondo sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios contra a mulher praticados por pessoa jurídica estabelecidas no Estado da Bahia. Este projeto sugeria medidas pertinentes em defesa dos direitos da mulher, que se fossem aprovadas determinariam avanços na luta feminina pela eliminação das desigualdades no mercado de trabalho,

⁶⁷ *Folha Universal*, 17/05/1998, p. 7 b.

prevendo, por exemplo, punições para atos de discriminação da mulher na disputa por vagas e por assédio sexual no ambiente de trabalho. Entretanto, foi arquivado em 01/02/2003.

O terceiro mandato de Zelinda Novaes foi marcado pela diminuição dos projetos que pediam a concessão de utilidade pública para associações. Dos 33 apresentados, apenas 4 estavam enquadrados nesta categoria, e foram os únicos que conseguiram se transformar em leis. O destino seguido pelos demais foi o arquivamento. Nenhuma das associações beneficiadas fazia parte da rede assistencial da IURD. Apenas uma associação evangélica conseguiu ser reconhecida como de utilidade pública: foi a Cruzada Maranata de Evangelização, com sede e foro no município de Salvador, fundada em 1984. O presidente desta associação era Átila Brandão, que também foi um dos fundadores. Entre os projetos de lei submetidos à aprovação, 10 atendiam a interesses evangélicos. Um deles foi o PL 12135/2000 de 23/08/2000 que obrigava a impressão nos rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas produzidas no Estado da Bahia de mensagens que abordassem os malefícios do álcool. Foi um dos 29 projetos de sua autoria arquivados pelo legislativo em 01/02/03.

Enquanto nenhum projeto de lei citava o nome da Igreja Universal do Reino Deus, as moções apresentadas por Zelinda Novaes demonstravam a relação de proximidade que existia entre a deputada e este grupo religioso. Moções de Congratulações pelo 2º aniversário de implantação da Rede Record; 75 anos da Rádio Sociedade da Bahia;⁶⁸ 22º aniversário da IURD e ao Bispo Marcelo Crivella pelo projeto Nova Canaã foram aprovadas na ALBA, devido à solicitação da deputada iurdiana.⁶⁹ A Fazenda Nova Canaã, localizada no município de Irecê, estado da Bahia foi financiada pela IURD, em parceria com empresas privadas, através do Projeto Nordeste. A fazenda tinha uma área de cerca de 4,5 km² e empregava uma estrutura semelhante à dos kibutzim israelenses, realizando atividades econômicas que beneficiavam a população local. (Machado, 2003: 314). O Bispo Marcelo Crivella, responsável pelo projeto, conseguiu relativo destaque no meio evangélico e midiático pelo papel desempenhado na realização de tal empreendimento.

O reconhecimento público que a presença dos políticos do grupo poderia proporcionar foi valorizado pela Igreja Universal do Reino Deus, que publicava na *Folha Universal* as homenagens recebidas:

Apesar dos olhares de reprovação dos católicos e espíritas, o vereador Rubens Ávila – PDT (foto), líder do governo, ocupou o plenário da Câmara

⁶⁸ A Rádio Sociedade e a Rede Record eram e ainda são de propriedades da Igreja Universal do Reino Deus.

⁶⁹ Moções 3479/99 de 16/06/99, 3276/99 de 24/03/99, 3528/99 de 05/06/99 e 3597/99 de 30/07/99, respectivamente.

Municipal de Pelotas-RS, para sugerir envio de congratulações ao bispo Edir Macedo pelos 20 anos de fundação da Igreja Universal. Prevaleceu o princípio da democracia e o requerimento foi aprovado.⁷⁰ Afinal, quer os adeptos de outras entidades religiosas gostem ou não, o crescimento da IURD é fato incontestável. Ao justificar o pedido, Rubens Ávila afirmou que “a Igreja Universal cumpre funções sociais da mais alta relevância, mantendo instituições de atendimento a menores de rua, discutindo temas de interesse comunitário e prestando assistência material e espiritual aos mais necessitados”. Para o vereador, até os que combatem a IURD reconhecem que ela é hoje uma realidade, fazendo parte do contexto nacional em todos os sentidos.⁷¹

Esta exposição dos políticos evangélicos na mídia iurdiana foi uma constante durante a década de 1990, podendo ter tanto efeitos positivos como negativos para os candidatos em evidência. Isto porque a forma como a Igreja Universal estruturou sua relação com os candidatos pode ter dificultado e muito uma atuação mais autônoma. “Precisamos ter sempre em mente que a autoridade que Deus nos delega é exclusivamente para se fazer a Sua santa vontade. Quando escolhe um homem ou mulher, é para determinada tarefa que Ele escolhe!”. (Macedo, 2001a: 87).

Para receber o apoio da IURD, os candidatos (as) precisavam apresentar algumas características, que os diferenciasse dos não evangélicos ou iurdianos. A primeira delas foi a condição de ser um escolhido por Deus para cumprir uma missão nas esferas do poder. O que significou dizer que não era o candidato que se apresentava para concorrer à eleição, e sim o grupo que determinava quem ia ser o (a) “político (a) de Cristo”. A escolha dos elegíveis tinha que passar pelo conselho de Bispos, que avaliava a possibilidade de êxito nas eleições. Apenas com esse apoio formal da instituição, que os candidatos (as) puderam contar com a estrutura eleitoral da Igreja Universal. O Bispo Carlos Rodrigues era o principal responsável pela escolha desses candidatos, papel este justificado pela IURD, devido ao “profundo conhecimento quanto às intenções dos parlamentares anti-evangélicos”, podendo indicar a visão política necessária a um candidato apoiado pelo povo iurdiano.⁷²

Os candidatos e as candidatas tinham que cumprir os princípios morais prescritos pelo grupo religioso, o que não deixava de ser uma prevenção a possíveis ataques a imagem da IURD. A Igreja Universal lançou-se na política construindo um discurso que questionava a maneira tradicional de fazer política e reivindicando a sua moralização. (Campos, 1996: 453). O Protestantismo e o conhecimento bíblico apareciam como instrumentos capazes de realizar esta moralização, conforme as lideranças iurdianas:

⁷⁰ Requerimento é uma reivindicação ou pedido feito pelo deputado a um dos poderes executivos.

⁷¹ *Folha Universal*, 10/08/1997, p. 4 b.

⁷² *Folha Universal*, 21/06/1998, p. 4 b

Há quem condene a mistura de religião com política, mas diante da atual situação não há como contestar. Disse muito bem o ex-presidente dos EUA, George Washington: “Sem Deus e Bíblia é impossível governar o mundo”. Isto aconteceu em 1789. Nos dias de hoje, de um mundo que se autodestrói de uma forma diabólica, não há dúvida alguma que o ex-presidente americano tinha inteira razão. (...) o que se objetiva é colocar mais homens de Deus no comando do mundo. Mais importante ainda: homens tementes a Deus.⁷³

A fidelidade à Igreja Universal do Reino Deus era outra virtude imprescindível aos candidatos e candidatas iurdianos. Os interesses do grupo religioso estavam sempre em primeiro lugar. Foram eleitos para representar as causas da IURD, aprovando leis favoráveis ao grupo e impedindo o andamento de projetos que a prejudicassem. Esta visão pode ser bem exemplificada observando a forma com este grupo apresentou a vitória de uma de suas candidatas às eleições de 1996:

Belo Horizonte teve a vereadora mais votada da capital mineira. Com 13.061 votos, Maria Helena Alves Soares (PFL), apoiada pela Igreja Universal do Reino de Deus, será não apenas um reforço na bancada evangélica na Câmara Municipal – que conta agora com um total de 38 representantes, oita [o] a mais que na primeira legislatura – como também na bancada feminina.

O mais impressionante na vitória de Maria Helena é que ela nunca tinha se candidatado antes e era completamente desconhecida nos meios políticos. Funcionária pública e diretora licenciada da Associação Beneficente Cristã de Minas Gerais, a nova vereadora trabalhava na recuperação de presidiários, prostitutas e viciados em drogas. Ela foi bem votada em todas as zonas eleitorais da cidade.⁷⁴

A reportagem fez questão de ressaltar que a candidata teve apoio da IURD e representaria um reforço na bancada evangélica. É digna de nota também a informação de que a mesma atuava na Associação Beneficente Cristã, contando provavelmente com o apoio desta para conseguir se eleger. As práticas clientelistas fazem parte da constituição e evolução da política brasileira e a Igreja Universal a manejou na sua relação com o poder. Podemos perceber a própria ligação da IURD com os políticos que elegeu, como uma relação baseada na troca de favores. Esta deu o mandato a seus candidatos e candidatas com a condição de que estes retribuíssem esse apoio. Inúmeros são os exemplos de críticas feitas aos mesmos políticos quando a contrapartida não foi à esperada:

⁷³ *Folha Universal*, 06/07/1997, p. 4 b

⁷⁴ *Folha Universal* 27/10/1996, p. 1 b

O vereador de Mogi das Cruzes (SP), Guaraci Galocha (PDT), eleito com apenas 1.500 votos sendo um dos últimos colocados, decepcionou seus eleitores ao contratar familiares para trabalhar em seu gabinete...

Apesar do gesto politicamente incorreto do vereador, o que mais decepcionou seus eleitores foi o fato de Galocha, após eleito, não ter dado apoio a Associação Beneficente Cristã.⁷⁵

Nesse controle exercido sobre os candidatos a Igreja Universal não distinguiu homens e mulheres na hora de punir. Apesar dos homens sofrerem menor controle que as mulheres, eles estavam também submetidos à autoridade maior de Deus, representada pelos seus superiores na IURD. Deputados (as) e vereadores (as) que depois de eleitos não atenderam aos desejos da IURD tiveram seus mandatos analisados pelo jornal *Folha Universal* de forma bastante negativa. Segundo a liderança, a participação na política desses foi manchada pelo desvio de conduta, uma vez que tinham como dever representar os interesses da IURD e não o fizeram.

Pode-se perceber o clientelismo praticado pela Igreja Universal observando o papel desempenhado pelo assistencialismo que pode ter servido não somente para criar uma imagem favorável desse grupo, como também para promover os membros que dele participaram e que tinham interesse político. O assistencialismo como justificativa para o envolvimento eleitoral parece não ter precedido de forma organizada os meios de



Imagem 7 - *Folha Universal* registrando a ação filantrópica da IURD.

inserção dos candidatos iurdianos na esfera do poder, uma vez que as justificativas defensivas, que viam esta entrada como proteção contra o ataque de seus inimigos, apresentou-se como uma forma inicial de captação de votos. Mas, embora este não tenha sido o principal argumento utilizado, ele também fez parte do repertório iurdiano. Muitas vezes políticos apoiados pela IURD foram colocados à frente de seus projetos e logo depois saíram candidatos a cargos importantes. Convém observar que a vereadora eleita com expressiva votação em Belo Horizonte participou da ABC, além de ter contado com o pedido de votos nos templos⁷⁶. (Ver imagem 7)

Em 2000, uma candidata desconhecida no meio político, conseguiu se eleger vereadora na cidade de Salvador (BA). Eronildes Vasconcelos foi uma das três vereadoras eleitas para

⁷⁵ *Folha universal*, 15/03/1998, p. 8 b.

⁷⁶ O pedido de votos nos templos para os candidatos apoiados pelas lideranças iurdianas foi e continua sendo prática corrente dentro deste grupo religioso.

ocupar uma cadeira na Câmara Municipal. Nascida em 1972, tia Eron, como era conhecida pelos eleitores, teria, desde os doze anos de idade, realizado trabalho voluntário junto às comunidades carentes, sendo, além disso, apresentadora de programas de rádio, atuando também na Escola Bíblica Infantil (EBI), da Igreja Universal do Reino de Deus.⁷⁷ Antes de Eron Vasconcelos, Alexandre Bittencourt Madureira, vereador iurdiano eleito no pleito de 1996 na cidade de Salvador, já se encontrava vinculado à rede assistencial da IURD como secretário na mesa diretora da ABC soteropolitana⁷⁸ e recebeu também publicidade na *Folha Universal*:

A Igreja Universal do Reino Deus, na Rua do Tijolo, cedeu o espaço para que fossem entregues as cestas básicas aos desempregados. Antes da distribuição, o pastor Alexandre Bittercourt pregou:

- Esta situação que para vocês é desesperadora, creio que será apenas momentânea, mas para isso é necessário que Deus venha fazer morada em seu coração, porque uma pessoa que tem o Espírito de Deus não vive no desespero, na angústia e nem ansiosa por necessidade de bens materiais. Não olhe para religião, pois esta foi a maior arma que o diabo encontrou para dividir o ser humano e afastá-lo de Deus.⁷⁹

Não olhe para a religião, mas olhe para as obras que a IURD vem realizando. Esta pareceu ser a mensagem implícita na exposição dos trabalhos sociais desenvolvidos pela Igreja Universal. Trabalhos estes que conseguiram, inclusive, eleger um senador, o primeiro iurdiano, que contou com o “apoio” do sertão baiano para isto. Com vimos entre as moções apresentadas por Zelinda Novaes se encontrava uma que homenageava o Bispo Marcelo Crivella pelo desenvolvimento do projeto Nova Canaã.

Atualmente, pode-se dizer que, no Brasil, a maior prova de amor ao povo é o projeto Nordeste, uma luta contra a seca, desenvolvida pelo Bispo Marcelo Crivella juntamente com a Associação Beneficente Cristã Rural (ABC - Rural), no sertão da Bahia.⁸⁰

O assistencialismo também esteve presente na ação da IURD na política, mas não foi a Igreja Universal que a inventou, embora tenha exercido papel importante, conjuntamente a outros grupos evangélicos na sua consolidação. Com o Projeto Nordeste desenvolvido no sertão da Bahia, Crivella conseguiu um destaque importante, entre o quadro de membros da Igreja Universal, mas também em outros grupos religiosos. Aqui na Bahia este “intercâmbio”

⁷⁷ <http://www.cms.ba.gov.br/vereadores/default.asp>. Acesso: 22/07/2007.

⁷⁸ PL 10791/96 de 15/05/96.

⁷⁹ *Folha Universal*, 30/03/1997, p. 6.

⁸⁰ *Folha Universal*, 11 de junho de 2000, p. 8.

entre evangélicos esteve presente na legislatura de Zelinda Novaes, mas foi antecedida pela de Gerson Gomes, que também defendeu outros grupos evangélicos além da Assembléia de Deus. O diálogo com outras denominações foi justificado pela IURD. “Devemos orar sim, mas também dialogar com os irmãos de outras denominações, para nos unirmos em torno de um candidato, que será assim eleito para o bem da Obra de Deus”. (Caetano, 2002: 25).

Talvez o acalentado sonho do Brasil governado por um político evangélico estivesse por trás da união buscada pelos diversos grupos ou fosse apenas, um meio de reagir a sempre julgada perseguição que os “crentes” afirmavam sofrer no “maior País católico do mundo”, o fato é que de um jeito ou de outro Gerson Gomes e Zelinda Novaes tentaram implantar um pouco do “reino de Deus” na ALBA.

Deputado Pastor José de Arimatéia

João Mendes de Jesus, Bispo da Igreja Universal, fez em livro doutrinário publicado pela Gráfica Universal avaliando as atividades desempenhadas pelo personagem bíblico José de Arimatéia para justificar aos cristãos a necessidade que o cristianismo teve de contar com a presença de pessoas ligadas à atividade política para resolver problemas “práticos”, como providenciar o enterro de Cristo junto às autoridades romanas ou para impedir perseguições contra seu grupo religioso. Assim personagens bíblicos como Abraão, José, Moisés, Débora, Samuel, Davi, Ester e Mordecai, Daniel, Neemias, Jeremias e José de Arimatéia foram analisados pelo autor iurdiano para “demonstrar de maneira direta que Deus usou, ao longo da narrativa bíblica, inúmeras pessoas para O servirem publicamente, afim de que o seu povo fosse livrado, julgado e governado”. (Jesus, 2001: 7). Desta maneira, seria não somente admissível a participação dos “crentes” na política, mas necessária para protegê-los das perseguições sofridas atestando assim “a importância moderna dos “Josés de Arimatéia”. (Jesus, 2001: 111).

José de Arimatéia cumpriu um importante papel, que foi o de preservar e proteger o corpo de Jesus, evitando assim que ele se perdesse, o que certamente dificultaria a prova maior do cristianismo que é o túmulo vazio de Jesus! O que devemos esperar dos servos públicos de Jesus em nossos dias tem forte relação com o papel cumprido por José de Arimatéia. Devemos esperar que um cidadão cristão, ao assumir um cargo público, sirva acima de tudo, como exemplo de discípulo do Jesus, servindo-O de maneira ostensiva, sempre na expectativa de poder proteger o Corpo de Cristo, hoje representado por sua Igreja na face da terra. (Jesus, 2001: 110)

Dentre estes “Josés de Arimatéia” modernos se encontrava José de Arimatéia Coriolano de Paiva, técnico em contabilidade e pastor da Igreja Universal do Reino Deus, que exerceu suas atividades religiosas no Rio Grande do Norte, sendo posteriormente transferido para Bahia. Ele atuou na Associação Beneficente Cristã (ABC) de Ilhéus, no período de 1996-98, quando se candidatou com apoio da IURD ao cargo de deputado estadual, sendo eleito no pleito de 1998 com 21.929, pelo PMDB, para representar os interesses do grupo entre 1999 e 2002 na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. As cidades em que Arimatéia conseguiu maior votação foram Feira de Santana (7.548), Salvador (4.119), Camaçari (1.958) e Lauro de Freitas (1.812).⁸¹

Na ALBA, Arimatéia apresentou 17 moções no seu primeiro ano de mandato⁸². Destas, 6 prestaram homenagens a grupos ou personalidades evangélicas, sendo que uma oferecia Congratulações à Fundação Igreja Presbiteriana pela passagem do seu aniversário (3318/99 de 19/04/99) e as demais estavam direcionadas à Igreja Universal do Reino Deus. Foram todas de Congratulações: 3379/99 de 11/05/99, pelo reconhecimento da ABC como de Utilidade Pública Estadual; 3485/99 de 16/06/99, 2º ano de aquisição da TV Itapoan pela Rede Record; 3311/99 de 30/06/99, criação da ABC-Rural em Irecê; 3529/99 de 09/07/99, comemoração do 22º aniversário da IURD; e a 3622/99 de 05/08/99 pela concessão do título de cidadão baiano a Carlos Rodrigues, na época o principal articulador político da IURD. As sete indicações apresentadas pediam ao governo estadual a realização de obras em algumas cidades do interior baiano como Santo Amaro da Purificação, Ilhéus e Feira de Santana. Apenas uma solicitava melhorias na capital, a indicação 10884/99 de 03/05/99, que solicitava ao governador do estado a implantação do projeto Viver Melhor no bairro de São Marcos.

As demais indicações de Arimatéia pediam: a implantação do projeto Viver Melhor no município de Ilhéus (10763/99 de 25/03/99); a duplicação das ações do programa Sertão Forte na zona rural de Feira de Santana (815/99 de 13/04/99); o envio de uma aeronave tipo helicóptero, para compor o quadro de equipamentos da Polícia Rodoviária Federal do estado da Bahia (10816/99 de 13/04/99); o asfaltamento da estrada que ligava Ilhéus à Ribeira das Pedras (10892/99 de 04/05/99); que o município de Santo Amaro da Purificação se tornassem sede de empresas que seriam vinculadas ao processo produtivo da FORD (11287/99 de 14/07/99); a criação de uma fábrica de doces de goiaba e de banana na cidade de Santo Amaro da Purificação (11288/99 de 14/07/99).

⁸¹ <http://www.tse.gov.br/internet/index.html> Acesso em 05/05/08.

⁸² Uma vez que no arquivo da ALBA só foram encontradas moções e indicações do deputado referentes ao primeiro ano de seu mandato, em 1999, serão discutidos de maneira mais detalhada apenas os projetos apresentados por Arimatéia, que se referem a toda sua legislatura.

Atuando na Assembléia Legislativa o pastor e deputado estadual José de Arimatéia encaminhou durante o seu mandato 15 projetos de lei. Nenhum dos projetos enviados visava pedir concessão de utilidade pública estadual para associações, inclusive as evangélicas, o que talvez explique porque não conseguiu suas aprovações. Este fato não impediu que interesses evangélicos fossem representados através de outros tipos de projeto.

Em seis projetos as demandas comumente atribuídas aos evangélicos foram atendidas. O projeto de lei 11862/1999 de 11/05/99 determinava a inclusão no acervo de todas as bibliotecas públicas do estado da Bahia, de exemplares da Bíblia Sagrada, em linguagem braile. Deveriam estar à disposição do público pelo menos cinco exemplares da Bíblia com a tradução de João Ferreira de Almeida. Outro enviado em 19/10/99, dispôs sobre o comportamento do usuário no interior do transporte coletivo. Sugeriu que não fosse permitido o embarque de passageiros sem camisa e com roupa de banho nestes espaços e assim justificou a medida adotada:

O transporte coletivo é utilizado por diversas pessoas de diversas idade [s] e credos que não se sentem bem quando alguns usuários estão vestidos sumariamente em trajes de banho (sungas, biquínis, e muitas vezes sem camisa).

Esta questão se reveste de importância porque o cumprimento desta lei esta alicerçada na prevalência do interesse da coletividade sobre o simples interesse individual.⁸³

Os projetos 11883/1999 de 09/11/99 e 12169/2000 de 18/10/00 dispuseram sobre a obrigatoriedade da instalação de telefones públicos em localidades próximas a igrejas, associações e casas de recuperação e a concessão do Complexo Desportivo formado pelo Estádio Otávio Mangabeira, Ginásio Antônio Balbino e demais áreas que o integravam, para a realização de cultos religiosos anuais, respectivamente.

Em 18/10/2000 José Arimatéia deu entrada ao projeto 12168/2000 que solicitava a inscrição da expressão “Deus seja louvado”, nos vales-transportes emitidos no Estado da Bahia. A justificativa do projeto revela elementos que permitem compreender os aspectos simbólicos que estiveram presentes na inserção iurdiana na política.

A apresentação em tela tem por escopo a inscrição nos bilhetes de vales-transportes confeccionados e utilizados em nosso estado da expressão DEUS SEJA LOUVADO, por representar, apesar de singela, uma direta adoração ao nosso Deus eterno, supremo, onipresente, onisciente e onipotente Senhor Jesus Cristo, cuja medida significará, sem dúvida, importante acalanto e refrigério àqueles que fazem uso diuturnamente de tais

⁸³ PL 11895/1999 de 19/10/99

bilhetes, além de mostrar-se como uma alternativa forma de evangelização, isto é, divulgação de boas novas para toda a população baiana.

Posto isto, nobres parlamentares, sempre em prol do atendimento do bem comum, do bem estar social e do alcance dos interesses de nossa comunidade, é que conto como o apoio de Vossas Excelências na aprovação deste projeto.⁸⁴

Nitidamente apareceu como algo “natural” a reivindicação de interesses religiosos num estado laico. Na visão do deputado Arimatéia a expressão nos vales-transportes poderia funcionar como uma forma de evangelização e a própria expressão serviria como “acalanto e refrigério” para os que passavam por problemas. Em termos materiais quais seriam as conseqüências práticas para os eleitores do pastor iurdiano? Seus problemas materiais resolver-se-iam com a utilização da frase em questão? Possivelmente, os problemas “concretos” não seriam resolvidos, mas a vitória se daria em termos simbólicos, pois significaria a afirmação das práticas religiosas evangélicas na sociedade baiana. Não se deve esquecer que entre as maiores vitórias supostamente conseguidas pelos evangélicos no processo de elaboração da Constituição de 1988 estavam a manutenção do nome de Deus no preâmbulo da Constituição e de uma Bíblia Sagrada sobre a mesa diretiva dos trabalhos. (Sylvestre, 1988: 33)

Na mesma linha foi o projeto de lei 12589/2001 apresentado em 13/12/01 que dispôs sobre a inserção e o exercício dos templos de qualquer culto no contexto cultural do estado da Bahia. Era uma proposta de lei que apenas reafirmava a liberdade de culto no estado, fato já garantido pela Constituição do Brasil. Arimatéia estava ciente disto, inclusive citou o artigo 5º, INCISO VI da Constituição, que tratava a respeito do tema. O que parece está por trás do projeto foi a não identificação na sociedade da cultura dita baiana com os cultos evangélicos ou com o Protestantismo. Coloca em letras destacadas: “O VALOR MAIOR DESTA PROJETO É PERQUIRIR A VERDADEIRA CONSIDERAÇÃO QUE O POVO BRASILEIRO DEVE TER EM SUAS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, COMO UMA PRESERVAÇÃO DE SUA PROPRIA HISTÓRIA E VALORES”.

A “terra de todos os santos e de todas as magias” também deveria dividir espaço com a “Bahia de Jesus Cristo”, pois a presença dos evangélicos (e iurdiana) já havia se tornado um fato na sociedade baiana, como sugeria uma reportagem da *Folha Universal* que falava sobre uma reunião marcada para consagração de pastores. “Não foi Gilberto Gil, Caetano Veloso nem Daniela Mercury, mas o Senhor Jesus o motivo da presença de quase 15 mil baianos no

⁸⁴ PL 12168/2000 de 18/10/2000.

Ginásio Antônio Balbino, em Salvador, numa sexta-feira à noite.”⁸⁵ Não foi para ver cantores que exaltavam a “cultura negra”, inclusive as crenças religiosas afro-descendentes, que os quinze mil baianos se deslocaram para este local, mas sim para participar de evento exclusivamente evangélico e com eventos culturais como “a apresentação de uma peça teatral intitulada O nascimento de Jesus, representada por obreiros e integrantes do Grupo Jovem e de Evangelização”.

Como noticiou a *Folha Universal*, quando da decretação do dia 1º de dezembro como o Dia Municipal de Consciência Evangélica na câmara municipal de Feira de Santana, por iniciativa do vereador feirense e iurdiano, José Fernando dos Santos Silva (PSC), a atividade desempenhada pelos evangélicos no estado era inegável:

O vereador José Fernando, na justificativa à Câmara, falou da importância dos evangélicos pregando o amor e prosperidade e, principalmente, a salvação através do Evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo. E lembrou a luta dos evangélicos também pela causa educacional, oferecendo os seus templos, durante o dia, para servirem de escolas, originando a formação de inúmeros colégios de primeiro e segundo graus, além de fundações, e a criação de diversas unidades educacionais evangélicas, contribuindo para o desenvolvimento do Estado da Bahia.⁸⁶

Projetos com os 12168/2000 de 18/10/2000 e o 12589/2001 de 13/12/01 ajudariam a solidificar no imaginário baiano a presença evangélica, assim como a criação de datas comemorativas ligadas ao grupo desempenharam um papel simbólico importante em um País, estado e cidade com tantos “feriados católicos”. A disputa com os outros grupos religiosos, presentes no campo religioso baiano, principalmente com o catolicismo esteve presente também nas análises políticas realizadas pelo jornal *Folha Universal*:

O senador Antonio Carlos Magalhães bem quer podia ser visitado por alguém da bancada evangélica no Congresso Nacional*** Depois da morte do filho, Luiz Eduardo, ACM contou em recente entrevista à revista VEJA que não consegue ter paz de tantas saudades do filho. Para se consolar, procurou o bispo católico do Rio, D. Eugêneo Sales*** É hora de colocar as diferenças políticas de lado e levar a ACM a Palavra confortadora do Deus vivo.⁸⁷

⁸⁵ *Folha Universal*, 11/05/1997, p. 2 b.

⁸⁶ *Folha Universal*, 11/05/1997, p. 4 b.

⁸⁷ *Folha Universal*, 21/06/1998, p. 6 b.

Apesar de tanto Zelinda Novaes, quanto José de Arimatéia terem sido aliados do carlismo durante o período dos seus mandatos, isto não impediu que houvesse conflitos entre os interesses da Igreja Universal do Reino Deus e o governo então dominado pelo grupo do político baiano Antonio Carlos Magalhães, que mantinha “relações amistosas” com outros grupos religiosos presentes no estado, inclusive com as tão combatidas religiões dos “orixás, caboclos e guias”.



Imagem 8 - Instalação das esculturas dos orixás do Dique do Tororó se tornou fonte de atritos entre evangélicos e os governos baiano e soteropolitano.

A revitalização do Dique do Tororó, realizada em 1998, que incluiu a instalação de esculturas dos orixás pela prefeitura de Salvador, então dirigida pelo prefeito Antonio Imbassahy, e que contou com apoio do governo estadual, cujo representante era Paulo Souto, rendeu uma série de críticas dos grupos evangélicos, sobretudo da Igreja Universal, que condenou este ato de valorização de elementos religiosos afro-brasileiros, através da ação do poder público. Esta foi a última obra da política de valorização turística da capital baiana, inaugurada pelo governador antes de sair para se candidatar a uma vaga no Senado nas eleições de 1998. (Ver imagem 8) A publicação de uma carta na *Folha Universal* revela um pouco deste estranhamento:

“É com muita alegria que participo desse maravilhoso jornal questionando mais uma vez as investidas do diabo contra o povo de Deus. Em plena implantação das 12 entidades espíritas colocadas no Dique do Tororó em Salvador, os frutos dessas entidades começaram a surgir, principalmente no meio político, de onde veio a permissão para que elas fossem colocadas no Dique do Tororó, apenas para ganhar votos...

Pode-se ver isso na misteriosa morte dos peixes do Dique do Tororó. Fica aqui a passagem bíblica na qual disse o Senhor Jesus. “Ou fazei a arvore boa e o seu fruto bom ou a arvore má e o seu fruto mal: porque pelo fruto se conhece a arvore”.⁸⁸

Em *Orixás, caboclos e guias* Edir Macedo fez uma associação das religiões de origem africanas a práticas consideradas diabólicas, condenando os rituais com sacrifícios de animais e outras práticas ligadas aos cultos afro-brasileiros. Justificou o livro, afirmando ser um meio de conscientização dos que se encontravam envolvidos com esta “prática demoníaca”, sem nenhuma pretensão de agressão aos seus seguidores:

⁸⁸ *Folha Universal*, 21/06/1998, p. 2.

Espero que esse livro não seja um pomo de discórdia e que também não seja considerado meramente polêmico ou discriminatório. Se assim acontecesse me arrependeria de tê-lo escrito. Quero sim, que sirva como bússola que mostre o caminho certo a todos os navegantes errantes deste mundo; que leve o leitor a examinar cuidadosamente, sem preconceitos, a religião que tem praticado. Desejo que somente o nome de Jesus Cristo, meu Salvador e meu Senhor seja glorificado pelo bem que possa causar. (Macedo, 1984: 14)

“Desejo que somente o nome de Jesus Cristo, meu Salvador e meu Senhor seja glorificado pelo bem que possa causar”. A entrada na política seria mais uma batalha na “guerra santa” que a Igreja Universal estaria travando com as forças do mal, uma luta contra as forças demoníacas que tentavam dominar o mundo e abrir espaço para as práticas dos cultos afro-brasileiros poderia trazer conseqüências trágicas, como a mortandade dos peixes do Dique ou quem sabe uma possível perda de votos evangélicos.

A título de conclusão

Durante os três mandatos que Zelinda Novaes ocupou na Assembléia Legislativa foram apresentados 84 projetos de lei, dos quais 37 viraram leis e transformaram em entidades de Utilidade Pública Estadual várias organizações sociais. As principais beneficiadas foram as associações evangélicas, dentre as quais, quatro iurdianas. O título de utilidade pública gerava vantagens para as organizações favorecidas, pois com o benefício, as instituições tinham isenção fiscal e poderiam pleitear financiamento público. Um deputado ou vereador poderia conceder o título para organizações ligadas aos seus cabos eleitorais, que no caso dos políticos iurdianos, foram os próprios pastores e bispos, com o objetivo de beneficiar sua candidatura.

Algumas transformações foram observadas na atuação de Zelinda Novaes no Legislativo baiano: em primeiro lugar, a deputada só conseguiu aprovar projetos de lei que solicitavam utilidade pública para associações. Nestes, bastava anexar os documentos necessários e enviar. Quando tentou realmente legislar, propondo leis que atingiriam um público mais amplo, nada conseguiu. As práticas assistencialistas foram permitidas, provavelmente, porque estavam respaldadas na cultura política brasileira, sendo isto o que se esperava que o político fizesse. Gerson Gomes da Assembléia de Deus seguiu esta norma, pois entre os 47 projetos que apresentou apenas dois não pediam declaração de utilidade pública.

Todavia, conseguiu a aprovação de um, o PL 7259/88 de 28/03/88, que proibia o uso de tabaco em repartições públicas estaduais e nos transportes de massa.⁸⁹

Zelinda Novaes deu entrada a 47 projetos que pretendiam legislar de fato e não os transformou em leis, o que demonstra que existiam limites para o atendimento das demandas dos deputados ligados a interesses de grupos específicos, principalmente porque eles se cruzavam com os de outros que também disputam espaço no legislativo, assim como em outras áreas políticas. Uma questão foi conseguir isenção de tributos, a partir de uma lógica clientelista que via as ações dos governantes como concessão, outra bastante diferente, proibir o comércio de tabaco ou mesmo de bebidas alcoólicas, que tantas divisas traziam ao governo e a outros grupos sociais, que também se faziam representar na Assembléia Legislativa.

O pastor José de Arimatéia também enfrentou as mesmas dificuldades de Zelinda Novaes, pois dos 15 projetos que lançou, nenhum foi aprovado. Nem os 6 com demandas evangélicas, nem os outros que afetariam um número maior de pessoas. Talvez, a dificuldade do pastor Arimatéia tenha sido devido ao fato dele não ter tentado aprovar nenhum projeto pedindo utilidade pública estadual para associações de caráter evangélico ou não, tipo de solicitação comumente atendida na ALBA, como a análise das legislaturas de Novaes e Gomes parece corroborar. Ademais, vale ressaltar a inexperiência política deste, se comparada com o percurso anteriormente traçado tanto por Gerson Gomes, que já havia sido deputado no período anterior à legislatura analisada, quanto por Zelinda Novaes que antes de se eleger no pleito de 1990, ocupou vários cargos administrativos em Camaçari.

A construção de um pedaço do “Reino de Deus” na ALBA contou com os iurdianos Zelinda Novaes e José de Arimatéia. A “política de Cristo” conseguiu beneficiar uma série de associações através de seus projetos de utilidade pública, defender a IURD através de moções e requerimentos. O mesmo pode ser dito do “homem de Deus” Arimatéia, que levou para Assembléia Legislativa do Estado da Bahia idéias de como louvar o nome do Senhor até no transporte coletivo. Uma considerável parte de suas solicitações não foi atendida, mas isto se deveu provavelmente tanto as disputas no campo religioso que interferiram na esfera pública, quanto à própria lógica interna da política que “condicionou” muitas das ações dos políticos evangélicos. Afinal, seus parceiros, do carlismo, tinham também outros “aliados religiosos”. O que não impede a observação de que uma parte considerável dos objetivos dos iurdianos, incluídos aí tanto as lideranças quanto os fiéis, tenham sido alcançados. Quando perguntada sobre quais tinham sido os frutos do trabalho das pessoas ligadas à IURD na esfera política,

⁸⁹ Este projeto virou a lei 5790 promulgada em 04/05/1990.

uma das fiéis não titubeou em fazer um balanço positivo desta presença, constatando a ajuda recebida pelo grupo. “Ajuda sim porque apóia as associações, apóia no termos de proteger a igreja em si de muitas calúnias, muitas denúncias, muitas coisas que eles acham que é... que eles botam na Justiça. Ai o político vai lá e mostra... mostra a verdade”.⁹⁰ A verdade dividida, quem sabe, conforme seu capricho, sua ilusão ou sua miopia.⁹¹

No “novo modelo teológico” desenvolvido pela Igreja Universal do Reino Deus no início da década de 1980 já se vislumbravam indícios para se pensar a relação dos crentes com a política de uma maneira diferente da postura tradicional de afastamento conferida aos evangélicos, uma vez que ao pregar que o “Reino de Deus” deveria ser construído aqui e agora, que a riqueza material deveria ser conquistada pelos crentes, sendo a missão da igreja ter muita prática, poder, manifestação e fé, seria muito difícil permanecer isolada das disputas políticas. O seu crescimento numérico tornou possível este envolvimento, embora as bases na qual esse se deu tenham permanecido muito próximas de seus antecessores: assistencialismo e trocas políticas. De certa forma a crítica aos seguidores do “Jesus mais social” defendidos por setores católicos ligados à Teologia da Libertação e aos chamados Protestantes Progressistas, presentes em livros como a *Libertação da Teologia*, lançado por Macedo no início da década de 1980, já era representativo de um movimento mais amplo ligado a nova forma que os pentecostais iriam se relacionar com a política a partir das eleições de 1986 e que a Igreja Universal do Reino de Deus ajudou a consolidar na década de 1990.

⁹⁰ Entrevista com Raquel, realizada em 23/03/2008.

⁹¹ Referência ao poema Verdade dividida de Carlos Drummond de Andrade que discute como a verdade depende do ponto de vista adotado por cada pessoa, a partir de seu “lugar social”.

Capítulo II

O Reino de Deus no Legislativo Municipal: bolinhos de Jesus, Orixás do Tororó e outras histórias



A atuação dos vereadores “iurdianos” na Câmara Municipal iniciou-se no final da década de 1980 e embora não se possa afirmar de forma direta, parece ter seguido o que foi proposto por Josué Sylvestre ao estimular a participação de evangélicos nas eleições municipais de 1988: “Vamos trabalhar com sabedoria para fortalecer a nossa representatividade e estabelecer alicerces firmes para os próximos pleitos”. (Sylvestre, 1988: 18). Esta participação se avolumou durante a década de 1990 e hoje ainda se apresenta como destacável dentro do cenário político.

Ao analisar a presença iurdiana na Câmara de Salvador a maior dificuldade encontrada foi dar conta das diversas conjunturas desta atuação porque dentro do período estudado (1988-2002) estiveram presentes quatro legislaturas e atuaram três prefeitos. Enquanto foi possível ao analisar a participação dos deputados estaduais iurdianos na Assembléia Legislativa vê-los principalmente como aliados do carlismo que vigorou durante todo período estudado, o mesmo não pode ser realizado ao examinar o desempenho dos vereadores, tendo em vista que os dois primeiros mandatos, o de Fernando José e o de Lídice da Mata não foram “prefeituras carlistas”. Apenas com a eleição de Antonio Imbassahy (1996) que a aliança entre carlismo e Igreja Universal do Reino Deus foi plenamente estabelecida na Câmara Municipal de Salvador.

Panorama da atuação iurdiana no Legislativo

Na política baiana, a Igreja Universal do Reino Deus alcançou um considerável crescimento, notadamente em Salvador, uma vez que nas eleições de 1988 já contava com um aliado na Câmara Municipal, o vereador Domingos Bonifácio, levando-se em conta que havia chegado ao Estado e capital em 1980. Em 1992, conseguiu a reeleição do “Bom Domingos”, forma como era conhecido Bonifácio entre os fiéis entrevistados e durante a legislatura (1993-1996) converteu Geraldo Alves Ferreira, vereador do PSDB. Em 1996, o pastor Alexandre Madureira Bittencourt juntou-se aos outros dois representantes que lograram se reeleger. Em 2000, apenas Eronildes Vasconcelos tornou-se uma representante dos interesses iurdianos no legislativo municipal, uma vez que Bonifácio participou das eleições, mas só atingiu a suplência. Entretanto, a eleição de Vasconcelos obteve destaque no cenário político por ter adquirido expressiva votação, alcançando uma vaga na Câmara Municipal, embora fosse completamente desconhecida.

Tabela 5 - Votação dos vereadores iurdianos (1988 – 2000)

Vereador	1988	1992	1996	2000
Domingos Bonifácio	8481	3255	5563	7753*
Geraldo Alves Ferreira	-	3424	7821	-
Alexandre Madureira	-	-	7567	-
Eronildes Vasconcelos	-	-	-	12910
Total	8481	6679	20951	20663

* Conseguiu apenas a suplência.
 Fonte: Tribuna Superior Eleitoral.

Atuação de Bom Domingos

O iurdiano Domingos Bonifácio teve longa carreira como vereador soteropolitano. Atuou de 1989 até 2002 e já em seu segundo mandato fez parte da mesa diretora da Câmara, continuando a ocupar esta posição na legislatura seguinte. Eleito em 1988 como o segundo vereador mais votado da capital, perdendo apenas para o cantor Gilberto Gil, Bom Domingos como ficou conhecido pelos eleitores iurdianos, apresentou em seu primeiro mandato uma atuação discreta enquanto “político de Cristo”, propondo apenas um projeto de defesa de interesses da Igreja Universal do Reino Deus. O PL 266/90 solicitou que fosse concedida a IURD a condição de associação de Utilidade Pública Municipal e foi lançado no final do segundo ano do primeiro mandato.⁹² Durante a prefeitura de Fernando José quem se destacou na utilização do Estado para tentar aprovar leis que estivessem de acordo com a “causa evangélica” foi o vereador Alvaro Martins, de origem batista, radialista e jornalista de profissão, com inúmeros projetos que beneficiavam associações e igrejas, inclusive de forma direta através da sugestão de isenções fiscais, além das tradicionais concessões de utilidade pública a grupos ligados a sua prática religiosa. (Tabela 6)

⁹² DOM, 20 a 21 de Novembro de 1990, p. 16.

Na legislatura seguinte (1993-1996) foi identificado apenas um projeto que ligava Domingos Bonifácio a Igreja Universal do Reino Deus. Tratava-se do Projeto de Resolução 59/96 de 15/08/1996⁹³, que concedia a Comenda Maria Quitéria a então deputada estadual Zelinda Novaes, cuja ligação com a IURD já foi analisada no primeiro capítulo. Apenas no terceiro mandato a relação de Bonifácio com a casa evangélica se tornou mais explícita.

O que teria levado Domingos Bonifácio a cada vez mais apresentar-se como um “político de Cristo” no legislativo municipal soteropolitano? Possivelmente, o crescimento da presença evangélica de uma forma geral na política brasileira tenha interferido, uma vez que passou a ser comum a presença dos “crentes” no espaço público a fim de defender seus interesses específicos. Quando Bom Domingos assumiu o mandato em 1989, a sua associação a Igreja Universal do Reino de Deus foi ressaltada pela imprensa local. Apesar disto, lançou apenas um projeto beneficiando diretamente o grupo. A ausência de uma bancada evangélica na primeira legislatura que participou talvez tenha criado limites para o seu desempenho. Quando se reelegeu em 1992, já existia um número maior de vereadores evangélicos atuando.

A força dos evangélicos em todas as esferas do legislativo brasileiro pareceu estar diretamente ligada à sua capacidade de agir como um bloco unido por interesses comuns, em razão de sua condição minoritária na sociedade. As demandas iurdianas foram mais atendidas à medida em que cresceu sua participação, com a presença de novos vereadores, e a partir do momento em que agiu em conjunto com outros grupos religiosos ligados ao seu credo. A tabela 7 mostra um levantamento dos projetos que foram apresentados pelos evangélicos, que em conjunto com Alvaro Martins e os iurdianos analisados formaram a chamada bancada evangélica na Câmara Municipal de Salvador entre os anos de 1989 e 2000.

Em 1997, Bom Domingos apresentou dois projetos com interesses comumente associado aos evangélicos. O PL 06/97 de 04/03/1997 sugeria a instituição na cidade de Salvador da Semana da Consciência Evangélica que deveria ser comemorada no mês de dezembro, na mesma semana em que fosse comemorado o Dia da Bíblia. O PL 188/97 de 20/10/1997 que autorizava o chefe do Poder Executivo a promover liberação, permissão e concessão de obras de arte a diversos segmentos sociais, inclusive religiosos. Este projeto será mais bem analisado posteriormente, mas significou possivelmente uma reação de Bonifácio a colocação de estátuas representando orixás no Dique do Tororó. Apresentou ainda a moção

⁹³ DOM, DL, 20 de novembro de 1996, p. 2.

06/97 de 11/08/1997 aplaudindo a Rede Record de Televisão pela implantação da emissora na Bahia, através da TV Itapoã.⁹⁴

No ano seguinte, Domingos Bonifácio encaminhou dois projetos, um de resolução e outro de lei. No primeiro, o PR 22/98 de 01/06/1998, concedia a medalha Thomé de Souza ao Bispo da Igreja Universal do Reino Deus Marcelo Nascente Pires, que anteriormente já havia recebido o título de cidadão soteropolitano graças à atuação do também vereador iurdiano Geraldo Alves Ferreira. O projeto de lei encaminhado foi o 106/98 de 16/06/1998, que obrigava os motéis e estabelecimentos similares a determinar o preenchimento da ficha de controle, visando impedir a frequência de menores de 18 anos de idade, enquadrando-se num quadro de controle dos costumes, típico dos políticos evangélicos neste momento.⁹⁵

Atuação de Super Geraldo

O Geraldão ou Super Geraldo, forma como era designado o vereador do Partido Social Democrata Brasileiro Geraldo Alves Ferreira, fez parte da base de sustentação da prefeita Lídice da Mata entre os anos de 1993 a 1996. Durante seu primeiro mandato se tornou membro da Igreja Universal do Reino Deus e passou a partir deste momento a compor o quadro de “defensores” do grupo em Salvador. Seis meses após assumir o segundo mandato, em 1997, destituiu-se do PSDB e foi para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), passando desta forma a continuar como vereador governista. Durante os primeiros meses de 1997 Geraldão apresentou indícios de que suas relações com o partido não eram as mesmas e todas as vezes que apareceu nas reportagens publicadas do *Diário do Legislativo* encheu de elogios atos administrativos do prefeito eleito, embora ainda fosse um “vereador opositorista”. A sua fala ainda no primeiro mandato ao comentar a derrota sofrida pelo seu partido e a sua reeleição deram mostras de que uma conformação ou talvez uma adaptação com a nova situação política estaria por vir.

O vereador Geraldo Ferreira, inicialmente, agradeceu a Deus, à Igreja Universal e ao povo, sua eleição, em 1º lugar do seu partido, 1º lugar entre os evangélicos e 1º lugar da Igreja Universal e 4º lugar entre os mais votados. Continuando, comentou as eleições. Considerou que a administração da prefeita Lídice da Mata não criará nenhum obstáculo à nova administração e que facilitará o acesso às informações ao novo prefeito, colocando a cidade acima das divergências políticas. Que a democracia se constrói e se consolida à base de respeito entre os vitoriosos e

⁹⁴ DOM, DL, 05/03/1997, p. 10; 22/10/1997, p. 4 e 12/08/1997, p. 2, respectivamente.

⁹⁵ DOM, DL, 02/06/1998, p. 3 e 19/06/1998, p. 4, respectivamente.

derrotados e que o único vitorioso, acima de tudo, é o povo que elegeu o novo prefeito e os novos vereadores e que quer soluções da nova administração e espera continuidade dos trabalhos até o último dia do mandato dos que ainda estão no poder. E isso, reiterou, considera que é um compromisso da Prefeita Lídice da Mata, como, também, dos vereadores que não se reelegeram.⁹⁶

E esta adaptação não demorou muito. Sua filiação ao PTB se deu em setembro de 1997.⁹⁷ A partir deste momento a mesma “garra” demonstrada para defender Lídice da Mata foi utilizada para proteger Antonio Imbassahy, embora sua presença na Câmara tenha sido marcada pelos muitos projetos criados para preservar os interesses iurdianos e evangélicos.

Antes mesmo da conversão, que se deu oficialmente em dezembro de 1996, as relações de Geraldão com a Igreja Universal do Reino Deus já se fizeram notar. Em 5 de setembro de 1994 apresentou o PR 33/94 concedendo a medalha Thomé de Souza ao pastor Wanderval Lima dos Santos, então liderança iurdiana na Bahia.⁹⁸ O pastor recebeu a medalha em junho de 1995 em uma concorrida cerimônia da Câmara Municipal.⁹⁹

Em 1995, apresentou o PL 03/95 de 06/03/1995 que dispunha sobre a isenção de renovação anual de alvará de funcionamento para templos religiosos e outras instituições do mesmo caráter. Assim justificou Geraldão sua proposta:

Ao apresentarmos o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a isenção da obrigatoriedade da renovação anual de licença de funcionamento para templos religiosos situados em Salvador, tivemos como preocupação atender a apelos dos inúmeros líderes religiosos, entender ser os templos religiosos, independente do tipo de culto que pratica, uma instituição de utilidade pública, de inegável benefício à população na medida que, com o seu trabalho de conforto espiritual atende por seu turno, aos apelos do povo. (...)

Justifica-se ainda, pelo fato de que são esses templos religiosos de forma geral, responsáveis por um trabalho de cunho social de amparo às pessoas mais carentes. O trabalho social, como se sabe, é de caráter filantrópico, isento de impostos e tributos, justamente pela sua natureza solidária com a população carente. Entendemos, assim, que paralelo ao conforto espiritual, são as igrejas, os templos de forma geral, também refúgio do povo que busca esse conforto religioso.¹⁰⁰

⁹⁶ *DOM, DL*, 16/10/1996, p. 2.

⁹⁷ *DOM, DL*, 01/09/1997, p. 1.

⁹⁸ *DOM*, 30/11/1994, p. 12.

⁹⁹ *DOM, DL*, 12/06/1995, p. 1.

¹⁰⁰ *DOM, DL*, 08/03/1995, p. 2.

Tabela 6 – Atuação de Alvaro Martins (1989-2000)

LEGISLARURAS	1989-1992	1993-1996	1997-2000
Projetos	<p>PL 42/90 Considerava de Utilidade Pública a Igreja Evangélica Batista Nova Esperança. DOM, 17 e 18 de maio 1990, p. 10.</p> <p>PL 43/90 Considerava de Utilidade Pública o Centro Comunitário Projeto Esperança DOM, 17 e 18 de maio 1990, p. 10. PR 34/90</p> <p>Concedia a Comenta Maria Quitéria à Alzira Coelho Brito. DOM, 16 a 20 de agosto de 1990</p> <p>PL 396/1991 de 03/09/1991 Ficava denominada Jesus de Nazaré a artéria pública conhecida com Rua B, situada no Loteamento do Parque, no bairro do Itaipara. DOM, 20 de novembro de 1992, p. 15.</p> <p>PL 202/92 Considerava de Utilidade Pública o Centro Comunitário Jesus é o Senhor DOM, 23 de novembro de 1992, p. 16.</p> <p>PL 162/92 Considerava de Utilidade Pública a Aliança Pró Evangelização das Crianças – APEC. DOM, 5 de novembro de 1992</p>	<p>PL 120/05 de 10/08/1995 Proibia a fixação nas fachadas de cinemas, casas de diversão e qualquer título, de exposições públicas de anúncios contendo cenas de sexo explícito ou expressões de caráter pornográfico. DOM, 04/10/1995, p. 2.</p> <p>PR 44/95 Concedia o título de cidadão de Salvador ao Pr. Nilson da Fanini, importante liderança batista. DOM, 21/11/1995, p. 4</p> <p>PR 45/95 Concedia o título de cidadão de Salvador ao Pr. Ezequiel Monteiro Neto, liderança batista baiana. DOM, 21/11/1995, p. 5.</p> <p>PL 246/95 Denominava de Praça da Bíblia a um logradouro público da cidade de Salvador. DOM, 29/12/1995, p. 3.</p> <p>PL 234/95 de 11/12/1995 Considerava de Utilidade Pública o Centro Comunitário Batista Emanuel – CCEBE DOM, 12/12/1995, p. 2</p> <p>PL 235/95 de 11/12/1995 Considerava de Utilidade Pública a Segunda Igreja Batista da Capital DOM, 12/12/1995, p. 2</p> <p>PL 19/96 de 01/04/1996 Estabelecia calendário para a realização de concursos públicos, levando em conta determinações religiosas. DOM, 02/04/1996, p. 2</p> <p>PL 75/96 de 03/06/1996 Disponha sobre a proibição de denominação de cunho religioso em logradouros, escolas, creches ou qualquer outro estabelecimento público do município de Salvador. DOM. 28/08/1996</p> <p>PL 92/96 DE 07/08/1996 Considerava de Utilidade Pública Municipal a Primeira Igreja Batista de Valéria. DOM, 08/08/1996, p. 9.</p>	<p>PL 177/99 de 11/08/1999 Denominava de Rua Waldomiro de Souza um logradouro público de Salvador. DOM, DL, 13/08/1999, p. 3.</p> <p>PL 215/99 de 30/08/1999 Considerava de Utilidade Pública Municipal a Igreja Missão Evangélica Deus Proverá. DOM, DL, 15/09/1999, p. 7.</p> <p>PL 205/99 de 25/08/1999 Considerava de Utilidade Pública Municipal a Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileiro. DOM, DL, 27/09/1999, p. 2.</p> <p>PL 287/99 de 24/11/1999 Considerava de Utilidade Pública Municipal a Igreja Missão Pentecostal Arca do Senhor DOM, DL, 26/11/1999, p. 4.</p>

Fonte: DOM, 1989-2000.

Ainda em 1995 propôs maior controle e fiscalização da venda de publicações de natureza pornográfica nas bancas de revistas de Salvador, determinando que este material devesse ficar protegido da exposição pública, através do PL 19/95.¹⁰¹

Mas as ligações de Geraldão com a Igreja Universal do Reino Deus neste momento não se apresentavam visíveis apenas através dos projetos lançados. A exibição de “Decadência” deu margens a discursos acirrados em defesa de seu grupo. “Decadência” foi uma minissérie de televisão exibida pela Rede Globo em setembro de 1995, com autoria de Dias Gomes e direção de Roberto Farias, que provocou a revolta do bispo Edir Macedo, de outras lideranças e dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, além de outros grupos evangélicos que se viram também atacados pela emissora. Na época da exibição da minissérie a Rede Globo estava em “guerra” com a Igreja Universal e havia publicado inúmeras reportagens contra o líder maior da IURD, que foram exibidas semanas antes da estréia da minissérie. A rivalidade midiática que estava por trás do evento foi comentada por Ferreira na sessão realizada em 18 de março de 1995:

O vereador Geraldo Ferreira lembrou que a Constituição promulgada em 1988 assegura ao cidadão brasileiro a liberdade de expressão e de religião em que cada cidadão pode cultuar seu Deus sem prejudicar o semelhante. Observou, entretanto, que no caso da série “Decadência”, da Rede Globo, está claro o propósito de deturpar, distorcer e enganar a opinião pública contra os evangélicos. Disse que a Globo anunciou que respeitava o direito de religiosidade e que a história era ficção baseada em fatos históricos, contudo misturou as imagens do uso da Bíblia e ao utilizar a Bíblia como imagem para atacar, fez isto indistintivamente. Disse que como representante do segmento evangélico é seu dever defender a comunidade, não aceitando passivamente, que meios de comunicação de massa queiram desvirtuar os propósitos do evangelho. Considerou que a situação esconde algum interesse escuso e refutou que se queira usar imagens para denegrir¹⁰² todo um trabalho das comunidades evangélicas. Finalmente, o orador considerou que o propósito da comunicação deve ser o de informar. Nesta missão, tem que respeitar o direito religioso e principalmente o direito de expressão garantido na Constituição Federal.¹⁰³

Os “interesses escusos” da Rede Globo de Televisão estavam, sobretudo, relacionados à concorrência crescente que a Igreja Universal do Reino Deus estava impondo ao grupo. Mas

¹⁰¹ *DOM, DL*, 24/03/1995, p. 3.

¹⁰² A utilização da palavra denegrir é bastante criticada pelo caráter racista que está implícito na seu emprego, entretanto, foi comumente aplicada por políticos/políticas evangélicos que pareceram não estar atentos as questões raciais presentes na sociedade baiana. Exceção poderia ser atribuída ao ex-deputado federal Reginaldo Germano que sempre demonstrou interesse particular por esta temática. Em programa exibido pela TV Itapoan denominado Balanço Geral, cartões eram usados para avaliar a positividade ou não da notícia. Quando Germano fez uma visita à emissora sugeriu que o cartão preto, que simbolizava as piores situações noticiadas, fosse excluído, por julgá-lo ofensivo à comunidade negra.

¹⁰³ *DOM, DL*, 20/09/1995, p. 6.

com seus ataques a IURD, a emissora, então do falecido Roberto Marinho, conseguiu a “união” dos evangélicos. Um dos principais protestos registrados na Câmara Municipal foi o do vereador batista Alvaro Martins:

O vereador Alvaro Martins – PT do B – protestou ontem, contra a polêmica minissérie “Decadência”, produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão. Segundo o Vereador, a telenovela global tenta desmoralizar os pastores evangélicos, tachando-os de “prostitutos, corruptos e ladrões. O objetivo da Rede Globo é esvaziar a igrejas evangélicas que crescem galopantemente no País”, afirma Alvaro Martins, ressaltando que se algum segmento exagera ou pratica irregularidades, ele deve ser caracterizado e não generalizado. “A Globo está denegrindo a imagem do Espírito Santo, deturpando e querendo fazer a Bíblia de papel higiênico.”¹⁰⁴

A Igreja Universal do Reino Deus apareceu mais uma vez na cena política dois meses após o lançamento da polêmica minissérie Global e desta vez, assumindo a posição de algoz, com a ocorrência que ficou conhecida como “chute da santa”. Mais uma vez Geraldão esteve presente para defender os interesses de seu grupo lamentando “o episódio envolvendo o Bispo Sergio Von Helder”, afirmando ter sido um fato “isolado” que não representava “o pensamento da Igreja Universal do Reino Deus” e elogiando o Bispo Edir Macedo por ter pedido “desculpas de público pelo ato do auxiliar”.¹⁰⁵

A defesa dos interesses iurdianos continuou. Em 10 de abril de 1997, lançou o PL 29/97 considerando de Utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente Cristã.¹⁰⁶ Como foi visto anteriormente, esta era a principal organização assistencial da Igreja Universal do Reino Deus e já havia recebido o benefício a nível estadual, em decorrência de um projeto de lei de Zelinda Novaes, em 1996.¹⁰⁷ Pediu também a concessão do título de cidadão soteropolitano a Marcelo Nascente Pires, liderança iurdiana através do PR 22/97 de 18/08/1997, que foi conferida em apenas dois meses:

Em solenidade bastante concorrida, realizada na noite de segunda-feira, o bispo da Igreja Universal do Reino Deus, Marcelo Nascente Pires, recebeu o título de Cidadão de Salvador. A homenagem, que contou com a presença de fiéis na Praça Municipal, foi uma iniciativa do vereador Geraldo Ferreira (Super Geraldo/PTB), sendo a quarta honraria concedida a um representante da Igreja Universal, pelo vereador.

Com o plenário lotado, a solenidade aconteceu às 19 h sendo assistida por centenas de integrantes da Igreja Universal, que foram levados à Praça Municipal em ônibus especiais, saindo de cada um dos principais templos de

¹⁰⁴ DOM, DL, 19/09/1995, p. 1.

¹⁰⁵ DOM, DL, 19/10/1995, p. 6.

¹⁰⁶ DOM, DL, 02/04/1997, p. 3.

¹⁰⁷ PL 10791/96 de 15/05/96.

Salvador. Da Praça Municipal os fiéis puderam acompanhar toda solenidade e, através do serviço de som, ouviram os pronunciamentos das lideranças evangélicas, convidadas ao evento.¹⁰⁸

A ocupação do espaço público nestes momentos parecia ser completa. Primeiro os vereadores eram eleitos, depois homenageavam as lideranças conferindo-lhes medalhas e títulos que eram amplamente divulgados para os fiéis com exemplo de valorização de suas práticas religiosas.

Em conjunto com outros vereadores evangélicos, o batista Beto Gaban, o assembleiano Eliel Santana e o pastor iurdiano Alexandre Madureira, Geraldo Ferreira apresentou o PL 69/98 de 11/05/1998 que dispunha sobre a instituição da “Marcha para Jesus” no âmbito do município de Salvador, considerado pelos autores como um evento significativo para os evangélicos, inclusive mundialmente.¹⁰⁹ Este projeto foi aprovado pela Câmara Municipal.

Em 1º de junho de 1998 solicitou a concessão de Utilidade Pública Municipal para Associação Pentecostal Pronto Socorro de Jesus, que tinha passado a denominar-se Associação de Amparo a Vida. Esta organização era dirigida pelo próprio Geraldo Ferreira, como pode ser observado em uma visita que este recebeu do prefeito Antonio Imbassahy logo após a sua posse, em 1997:

O vereador Geraldo Ferreira (Super Geraldo) anunciou ontem a sua saída do PSDB. A decisão, segundo ele, foi bem pensada e resultou da insatisfação gerada no partido que “não mais me satisfazia”. A alternativa, de acordo com Geraldo Ferreira, é buscar um outro partido onde haja coerência entre suas ações e a do partido. Ele não divulgou qual a legenda que irá integrar, embora, durante a sessão, representantes de outros partidos, como o PMN, PPB, PTB, PL e PFL tenham manifestado interesse no nome do vereador. A convite do vereador, o prefeito Antonio Imbassahy visitou na semana passada a Associação Pentecostal Pronto Socorro de Jesus, localizada na Rua Augusto França, nº 105, no Largo 2 de Julho, a qual é dirigida por Super Geraldo.¹¹⁰

Geraldão tinha acabado de sair do PSDB, partido da ex-prefeita Lídice da Mata, e o que os fatos sugerem estava bastante integrado com a nova administração.

Atuação do Pastor Alexandre Madureira

Como já foi anteriormente observado, Alexandre Bittencourt Madureira já se encontrava vinculado à rede assistencial da IURD como secretário na mesa diretora da

¹⁰⁸ DOM, DL, 20/09/1997, p. 1.

¹⁰⁹ DOM, DL, 26/08/1998, p. 5

¹¹⁰ DOM, DL, 03/06/1997, p. 1.

Associação Beneficente Cristã soteropolitana quando se elegeu vereador em 1996. A sua candidatura recebeu forte apoio das lideranças iurdianas provavelmente porque neste momento se iniciava um período de substituição dos antigos quadros por pessoas mais ligadas ao grupo. Cada vez mais pastores e bispos apareceram como candidatos e o vínculo religioso passou a ser mais explicitado. Mesmo antes de assumir seu nome esteve presente no Diário do Legislativo como mais um representante da bancada evangélica.¹¹¹

Durante o desempenho como vereador do pastor Alexandre Madureira foi identificado dois projetos de sua autoria que beneficiavam grupos evangélicos: o PL 158/97 de 17/09/1997 que considerava de Utilidade Pública Municipal o “Desafio Jovem Peniel”, ligada à Igreja Batista Peniel e o PL 128/99 de 01/06/1999 que dava a mesma concessão a Associação Desafio Jovem Salvador.¹¹² Sua atuação como representante dos interesses iurdianos esteve, sobretudo, vinculada a sua performance parlamentar através de discursos em plenário e nos jornais, do que na elaboração de regras escritas de alcance geral, emanada pelo poder legislativo do município e que deveriam se aplicar na sociedade. Também deve se considerar que não atuava sozinho, tendo como companheiros os vereadores Domingos Bonifácio e Geraldo Alves Ferreira.

Atuação de Tia Eron

Como o pastor Alexandre Madureira, as relações de Eronildes Vasconcelos com a Igreja Universal do Reino Deus eram bastante evidentes e seu desempenho legislativo não negou a sua proximidade com o grupo. Embora em seu primeiro ano de mandato tenha lançado apenas um projeto que poderia ser associado a políticos evangélicos, o PL 150/01 de 14/08/2001, que proibia o comércio de bebidas alcoólicas em postos de gasolina e apresentado uma única moção, a 14/01 de 10/12/2001, que parabenizava a Rádio Sociedade, cuja proprietária era a IURD, pelo Projeto Sociedade nos Bairros, em 2002, a ligação se tornou mais visível. Neste período, foram apresentadas três moções e cinco projetos.

Foram prestadas congratulações à Igreja Universal do Reino Deus pela comemoração dos 25 anos de sua fundação; à ADHONEP (Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno) pela realização de encontro, que contou com a presença do Bispo Marcelo

¹¹¹ *DOM, DL*, 30/11/1999, p. 1.

¹¹² *DOM, DL*, 19/09/1997, p. 2 e 09/09/1999, p. 4.

Crivella e a IURD pelo apoio dado no combate à dengue.¹¹³ Esta última foi assinada por 24 vereadores e a contribuição dada pelo grupo religioso mereceu reportagem no Diário do Legislativo.¹¹⁴ Eis um trecho da justificativa apresentada para a aprovação da homenagem:

Está sendo feita em Salvador uma grande campanha para combater o mosquito transmissor da Dengue, quem vem assolando a população. A Igreja Universal do Reino Deus também está nesta luta, ajudando os poderes públicos, utilizando para este fim, todos os seus recursos de comunicação, orientando a prevenção da Dengue e como tratar a doença.

A Igreja Universal do Reino Deus está envolvida com diversos programas sociais, atuando através do programa Coisas da Vida – que vai ao ar diariamente às 13:00 h, na TV Itapoan – e diversos programas de rádio que abordam os mais diversos temas, entre estes, o combate a Dengue.

A IURD também colocou à disposição da Secretaria de Saúde do Município, voluntários para prestar serviço no combate ao mosquito transmissor da Dengue.¹¹⁵

O PL 84/02 mostrava como os “poderes públicos” poderiam retribuir a ajuda recebida pela Igreja Universal do Reino Deus. Este propusera a renovação da concessão de Utilidade Pública Municipal dada a Associação Beneficente Cristã pelo projeto de lei 29/97, encaminhado por Geraldo Ferreira, em 1997. Em 14 de agosto de 2002, Eronildes Vasconcelos deu entrada ao PL 145/02 e ao PL 146/02 que declaravam de Utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente dos Evangélicos do Salvador, a Associação Federativa das Igrejas Evangélicas e dos Evangélicos do Brasil (ASFIEEB) e ao Conselho Nacional dos Bispos e Pastores Evangélicos do Brasil (CNBPEB).¹¹⁶ Para a vereadora iurdiana estas associações zelavam pela conservação dos direitos dos evangélicos:

A Associação Federativa das Igrejas Evangélicas e dos Evangélicos do Brasil e Conselho Nacional dos Bispos e Pastores Evangélicos do Brasil – ASFIEEB e CNBPEB foi fundada em 23 de fevereiro de 1989 e, desde então, desenvolve um grande trabalho a frente de autoridades eclesiásticas, bem como em toda a comunidade evangélica do Salvador.

Através de sua atuação, vem desempenhando um papel fundamental à medida que verifica e fiscaliza ações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário lutando sempre contra abusos que possam ser feitos através de discriminação religiosa, além da participação tanto na formação como nas discussões e finalizações das questões que requisitam um parecer, do ponto de vista dos cristãos.¹¹⁷

¹¹³ *DOM, DL*, 14/012/1001, p. 2, 31/08/2001, p. 23 e 22/03/2002, p. 2, respectivamente.

¹¹⁴ *DOM, DL*, 22/03/2002, p. 1.

¹¹⁵ *DOM, DL*, 22/03/2002, p. 2.

¹¹⁶ *DOM, DL*, 10/05/2002, p. 5, 16/08/2002, p. 4 e 16/08/2002, p. 4, respectivamente.

¹¹⁷ *DOM, DL*, 16/08/2002, p. 14.

Os últimos projetos de Tia Eron analisados para esta pesquisa também concediam benefícios fiscais a grupo com ligações evangélicas. O PL 239/02 de 18/12/2002 conferia a condição de organização de Utilidade Pública Soteropolitana a Escola Creche Rosa de Sarom e o PL 240/02, a Igreja Pentecostal Rosa de Sarom.¹¹⁸

Orixás e o Dique

O período legislativo de 1997 a 2000 foi o momento em que a Igreja Universal do Reino Deus possuiu o maior número de representantes eleitos para a Câmara Municipal durante os anos estudados e neste intervalo de tempo se verificaram alguns conflitos que ganharam visibilidade na sociedade soteropolitana. Os dois ocorreram em 1998 e diziam respeito à identificação que se construía na Bahia, notadamente em Salvador, entre as religiões de origem africana e “baianidade”. Em ambos os casos os vereadores iurdianos se juntaram a outros segmentos evangélicos que existiam na Câmara Municipal para lutar contra o que consideravam um exemplo de preconceito religioso: a valorização de um determinado grupo em detrimento de outros. Interessante é que acompanhada a política cultural do governo de Lídice da Mata (1993-1996) foram observadas algumas iniciativas semelhantes as do governo de Imbassahy na apreciação de grupos religiosos de origem africana sem que se percebessem contestações dos setores evangélicos, inclusive iurdianos.

A revitalização do Dique do Tororó, realizada em 1998, que incluiu a instalação de esculturas dos orixás pela prefeitura de Salvador, então dirigida por Antonio Imbassahy, contando com o apoio estadual do governo Paulo Souto, rendeu uma série de críticas dos grupos evangélicos, sobretudo os ligados a Igreja Universal do Reino Deus, que condenaram o que interpretaram como um ato de apreciação de elementos religiosos afro-brasileiros, através da ação do poder público. Situado no centro da cidade de Salvador, o Dique de Tororó é uma zona de tráfico intenso, entre a Estação Central da Lapa e o Estádio de futebol da Fonte Nova, comunicando o centro histórico com os bairros pobres do norte. O Dique tinha se transformado num esgoto a céu aberto, e a remodelação visava higienizar as águas e formar um parque com equipamentos nas suas imediações, funcionando como mais uma opção turística de Salvador. Várias edições do jornal *Folha Universal* lamentaram o episódio, que

¹¹⁸ *DOM, DL*, 20/12/2002, p. 4 e 5.

consideraram uma desvirtuação do Estado Laico e cartas publicadas pelo periódico chegaram a atribuir a mortalidade de peixes após a inauguração da área como consequência desta ação:

É com muito prazer que escrevo para este maravilhoso e abençoado jornal. Quero parabenizar a toda equipe pelas reportagens e matérias, principalmente por aquela a respeito das estatuas de entidades do espiritismo colocadas no Dique do Tororó. É uma afronta para os evangélicos, pois não só teremos a infelicidade de ver os peixes morrendo, como também veremos coisas piores ainda.

Creio que a difícil situação pela qual passa o nosso país é um castigo pela idolatria, pois a Bíblia diz: “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor.” (Salmos 33.12), ou seja, nossa nação só será feliz tendo Jesus Cristo como Senhor, e não as imagens dos orixás. O povo de Deus sempre foi perseguido por não aceitar se curvar diante de outros deuses.¹¹⁹

A Igreja Universal do Reino Deus protestou contra a instalação do monumento dos Orixás, que se apresentavam como símbolo da remodelação do Dique. A mobilização da IURD em relação à questão pode ser comprovada ao analisar tanto o noticiário do jornal do grupo quanto pela luta de seus políticos para evitar a conclusão do projeto. Ainda em 2000, cerca de três anos depois do início das disputas, as lideranças iurdianas lembravam o acontecido quando a empresa Lamsa, administradora da Linha Amarela, no Rio de Janeiro, decidiu colocar uma escultura de 12 metros de altura denominada “Exu dos Ventos” em um canteiro central da pista como forma de comemoração da reforma e ampliação da estrada que estava sendo realizada.

Caso parecido com o que está para acontecer no Rio de Janeiro, ocorreu na Bahia, em abril de 1998. Nada menos do que 12 imagens de orixás, cada uma medindo quatro metros de altura, foram colocadas no Dique do Tororó, um dos pontos turísticos de Salvador e que inspirou aquela canção de roda de criança: “Eu fui no Tororó beber água e não achei”.

Como acontece agora, os evangélicos tentaram convencer o então governador da Bahia, Paulo Souto, de que aquela atitude seria uma forma de privilegiar uma religião em detrimento das outras. A resposta foi de que o projeto de reurbanização já estava adiantado para ser interrompido. Foram feitas manifestações e nada adiantou. As imagens foram colocadas no Dique. Coincidência ou não, o fato é que a partir da colocação das estátuas dos “santos” no Tororó, cresceu o número de peixes mortos naquele local, situação que mais tarde foi controlada.¹²⁰

¹¹⁹ *Folha Universal*, 24/05/1998, p. 2.

¹²⁰ *Folha Universal*, 27/02/2000, p. 1b.

Tabela 7 – Projetos da bancada evangélica na Câmara Municipal de Salvador

VEREADORES/ LEGISLATURAS	1989-1992	1992-1996	1997-2000
PEDRO MELO	<p>PL 241/90 - Considerava de Utilidade Pública a Igreja Batista da Fazenda Grande DOM, 27 e 28 de novembro de 1990, p. 9.</p> <p>PL 242/90 - Considerava de Utilidade Pública a Igreja Batista Advento de Cristo DOM, 27 e 28 de novembro de 1990, p. 9.</p>		
ELIEL SANTANA		<p>PR 32/95 de 05/06/1995 - Concedia a Medalha Thomé de Souza a Nemésia Pereira da Silva, ligada à Igreja Pentecostal Assembléia de Deus. DOM, 16/06/1995, p. 2.</p>	<p>PL 228/98 - Denominava de Rua Missionário Oto Nelson um logradouro da cidade de Salvador. DOM, 11/12/1998, p. 4</p>
BETO GABAN			<p>Substituto ao PL 186/97 de 23/03/1998 - Revalidava a concessão de Utilidade Pública da Associação dos Diáconos do Campo Baiano. DOM, 24/03/1998, p. 3</p> <p>PL 269/99 de 08/11/1999 - Renovava a Concessão de Utilidade Pública Municipal ao Centro Comunitário Evangélico Batista Emanuel. DOM, 10/11/1999, p. 5</p> <p>PL 303/99 de 14/12/1999 - Considerava de Utilidade Pública Municipal a Igreja Presbiteriana do Caminho. DOM, DL, 24/03/2000, p. 16.</p> <p>PL 127/99 de 01/06/1999 - Considerava de Utilidade Pública Municipal a Igreja Batista Advento de Jesus. DOM, DL, 05/04/2000, p. 4.</p> <p>Substituto ao PL 311/99 de 12/04/2000 - Considerava de Utilidade Pública Municipal a Igreja Batista Volta de Jesus Cristo DOM, 14/04/2000, p. 4.</p> <p>PL 96/00 de 19/06/2000 - Considerava de Utilidade Pública Municipal a Igreja Pentecostal El Roy Ministério Jeová que Vê. DOM, 20/06/2000, p. 3.</p> <p>PL 33/02 de 20/03/2002 - Renovava a concessão de Utilidade Pública o Centro Comunitário Batista Emanuel – CCEBE DOM, 22/03/2002, p. 3.</p>

Fonte: DOM, 1989-2002.

Novamente uma mobilização de grupos evangélicos para evitar mais um ato de “homenagem” a “deuses pagãos” foi solicitada pelas lideranças iurdianas, inclusive, pelo maior representante político do grupo, o Bispo Carlos Rodrigues:

O presidente da lamsa diz que o “Exu dos Ventos” vai combater os “tranca ruas” que, ainda segundo ele, são os espíritos que provocam os acidentes de transito. Quer dizer, a questão não é estética nem cultural, é religiosa mesmo. Além disto, ele afirma, indiretamente, que a segurança do transito no Rio dependerá de um demônio.

Eu pergunto: o povo carioca deu permissão a esse homem para impor a fé que tem nos exus, em plena via pública? A outra pergunta que faço é: como fica aquele pastor evangélico que ajudou o prefeito Conde a se reeleger? Pois muitos religiosos evangélicos, inclusive da Assembléia de Deus – amada igreja – apoio o prefeito. E pergunto: e agora José? É uma pena, pois o prefeito Conde não vem fazendo uma mau governo, e eu tenho encontrado muitos evangélicos que querem votar nele, mas que, após este fato, estão dizendo que não terão mais condições de apoiá-lo. Na minha opinião, essa é uma coisa simples de resolver, era só dizer ao presidente da Lamsa que instalasse a estátua na casa dele ou até nos quintos do inferno.¹²¹

Bispo Rodrigues encerrou o manifesto conclamando os evangélicos a participar de um protesto público que seria transmitido pelos meios de comunicação da Igreja Universal do Reino Deus, mostrando mais uma vez pra que servia a posse de tais instrumentais midiáticos:

Convido, desde já, todo o povo evangélico a fazer uma corrente de oração e fé, de mãos dadas no local onde pretendem instalar o tal Exu, evento que será transmitido para todo Brasil. Nós, os deputados federais e estaduais evangélicos, iremos, de mãos dadas, queimar esta representação do demônio.¹²²

Os protestos dos evangélicos cariocas tiveram como resultado a desistência da empresa Lamsa de colocar a escultura. O fato foi comemorado pelo jornal no mês seguinte e mais uma vez o caso ocorrido na Bahia foi lembrado:

A vontade da população tem que ser respeitada, conforme foi publicado recentemente na Folha Universal, um artigo do deputado federal, bispo Rodrigues, questionando a iniciativa da empresa Lamsa, de instalar a estátua cultuada por religiões africanas, desrespeitando a diversidade cultural e religiosa que caracteriza o povo.

Na Bahia também ocorreu caso parecido, quando colocaram 12 imagens de orixás, cada um medindo quatro metros de altura, no Dique do Tororó, um dos pontos turísticos de Salvador.¹²³

¹²¹ *Folha Universal*, 27/02/2000, p. 3 a.

¹²² *Folha Universal*, 27/02/2000, p. 3 a.

¹²³ *Folha Universal*, 12/03/2000, p. 3 b.

Talvez a instalação dos Orixás no Dique tenha sido tão rememorada pelas lideranças por que embora tenham ocorrido mobilizações semelhantes, as reivindicações da Igreja Universal do Reino Deus não foram atendidas, mesmo diante de manifestações realizadas pelo grupo, como uma concentração no local, que contou inclusive com a presença de um trio elétrico.

Os jornais *Correio da Bahia* e *A Tarde* pouco registraram as disputas em torno da colocação das estátuas, nos meses que antecederam a realização do evento, mesmo durante o período em que as discussões na Câmara Municipal de Salvador foram mais acirradas, reflexo de uma reportagem publicada pelo jornal *A Tarde* em julho de 1997, quando se anunciou que o projeto iria realizar-se. As manchetes que antecederam e acompanharam a realização da inauguração ressaltaram apenas os benefícios que a cidade ganharia a partir de tal revitalização e a homenagem que se estava prestando a um importante elemento da cultura baiana. A obra também foi apresentada como a última grande realização do governador Paulo Souto, antes de renunciar ao cargo para se candidatar a uma vaga no Senado nas eleições de 1998.

Apesar da ausência de uma ampla divulgação dos jornais trabalhados na pesquisa, as discussões e críticas ao projeto aconteceram em várias sessões no legislativo municipal. A bancada evangélica, composta pelos três vereadores iurdianos, Alexandre Madureira, Domingos Bonifácio e Geraldo Ferreira, e por Alvaro Martins (batista), Beto Gaban (batista), Pedro Melo (AD) e Eliel Santana (AD), iniciou uma disputa acirrada no sentido de não permitir que os planos da prefeitura e do estado se realizassem. Um dos primeiros a questionar o projeto foi o assembleiano Eliel Santana. A ata da sessão realizada em 5 de agosto de 1997 registrou o protesto do vereador e de seus pares:

O Vereador Eliel Santana disse ao Vereador Antonio Lima que jamais desencadearia uma guerra santa ou discriminaria qualquer religião. Reiterou a insatisfação dos evangélicos com a utilização do espaço público do Dique do Tororó para colocação de símbolos e até mesmo culto de uma religião, conforme notícia do jornal *A Tarde*. Deixou claro o protesto consistente e ordeiro dos evangélicos, que será, inclusive, levado ao Governador, pelo constrangimento que causará a colocação de símbolos num local público. Disse que respeita o direito de credo de cada um, para tanto podendo existir o espaço privado do culto.¹²⁴

O principal opositor dos evangélicos na Câmara neste período foi o vereador Antonio Lima, considerado como representantes dos “candomblecistas”. Ele também fazia parte da base de sustentação do governo estadual e assumiu a posição adotada por seu grupo político, o

¹²⁴ *DOM, DL*, 06/08/1997, p. 5.

carlismo. O principal argumento que justificou a instalação das estátuas foi o de que estas não tinham a pretensão de representar um grupo religioso, mas eram, sobretudo, obras de arte. Se a religiosidade africana estava sendo valorizada, era apenas por seus aspectos culturais, que seriam inseparáveis da “cultura baiana” e considerou que a posição dos evangélicos resultava de preconceito religioso. Reagiu ao pronunciamento de Alexandre Madureira que dissera serem as práticas das religiões afro-brasileiras rejeitadas por Deus:

Respondeu que nesta casa deve-se tratar de assuntos políticos e não de assuntos religiosos, principalmente ferindo a sensibilidade de alguns credos com odiosidade e por fanatismo. Pediu respeito à cultura afro e a filosofia espírita. Disse que há muitos enganadores em nome de Deus, exigiu, ainda, o respeito, previsto constitucionalmente, as religiões e sobretudo a Deus que está acima de tudo e de todos.¹²⁵

Em setembro de 1997 uma carta enviada por um leitor foi publicada pelo jornal *A Tarde*. Na missiva, o batista Hildebrando Matos condenava as pretensões do governo municipal, ressaltando que tal fato não deveria se cumprir, pois desta maneira se desprezaria a forte presença evangélica na cidade e no estado:

Venho protestar contra o projeto de se colocar imagens do Candomblé no Dique do Tororó. Este manancial pertence a todos os baianos. Portanto, é também dos quase dois milhões e 400 mil evangélicos da Bahia e dos 800 mil protestantes de Salvador.

Nós evangélicos, cidadãos eleitores e contribuintes, não aceitamos a consolidação dessa triste idéia que afronta ao Deus vivo que reina para sempre.

Não concordamos ainda com a abertura do comércio aos domingos. Pois segundo o Evangelho de Mateus, Marcos, Lucas e João, neste dia Jesus Cristo ressuscitou para salvar a todos os homens, que nele crêem. Domingo é dia de reflexão e meditação e não de trabalhar.¹²⁶

É interessante observar que o autor da carta não considerou justo que o manancial “não fosse para todos os baianos”, beneficiando na sua visão apenas os praticantes do Candomblé, mas não encontrava problemas em ser contra ao projeto do comércio abrir aos domingos por motivos religiosos, ligados, sobretudo, ao seu próprio credo.

Os protestos contra a instalação das esculturas foram tantos que chamaram a atenção da imprensa nacional para o caso. O jornal *Folha de São Paulo* registrou a indignação dos evangélicos com os planos de urbanização do Dique do Tororó e como o vereador iurdiano

¹²⁵ *DOM, DL*, 06/08/1997, p. 5.

¹²⁶ *A Tarde*, 28/09/1997, p. 4.

Domingos Bonifácio assumiu a liderança do movimento, com o argumento de que a Constituição Federal os protegeria:

"O dique do Tororó é um local público e merece ser preservado deste tipo de imposição religiosa", disse o vereador.

Na semana passada, representantes dos evangélicos encaminharam ao governador Paulo Souto (PFL) uma carta pedindo a suspensão da obra.

Há três dias o governador também recebeu uma comissão de representantes dos evangélicos para discutir o projeto.

Segundo a assessoria do governador, a decisão de instalar as esculturas está mantida. Segundo seus assessores, Souto argumenta que as esculturas são obras de arte.

"Este pensamento do governador dá direito aos católicos de reivindicar a instalação de santos em locais públicos, assim como os budistas podem pedir a colocação de estátuas do seu líder maior (Buda)", disse José Bonifácio.¹²⁷

Os protestos evangélicos não surtiram efeito e a obra seguiu adiante sendo inaugurada em 2 de abril de 1998. Todavia, algum tempo depois desta derrota do segmento, um projeto muito interessante de Domingos Bonifácio foi apresentado na Câmara Municipal. Trata-se do PL 188/97 de 20/10/1997 que autorizava o chefe do Poder Executivo a promover liberação, permissão e concessão de obras de arte a diversos segmentos sociais, inclusive religiosos. Garantir o direito aos "católicos de reivindicar a instalação de santos em locais públicos", dos budistas pedirem "a colocação de estátuas do seu líder maior (Buda)" e quem sabe dos evangélicos construir praças com imagens de Bíblias estava subentendido na justificativa do projeto: "Nada mais justo é permitir que todos os segmentos sociais tenham os mesmos direitos, construindo seus símbolos, suas obras de arte e expondo-os nos diversos logradouros públicos da cidade, sem que haja nenhuma discriminação".¹²⁸

Diante da derrota sofrida através das articulações políticas foi necessário encontrar através de um projeto uma "contra-ofensiva simbólica", mesmo que contrariasse o que o próprio Bonifácio havia dito na entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo* ao observar que Estado era laico, citando o exemplo de budistas com direito a erigir imagens de Buda nos locais públicos, como algo que não deveria ser permitido pela Lei. Mas outros vereadores evangélicos também apresentaram reações peculiares diante da batalha perdida. Foi o caso do assembleiano Eliel Santana que previu sérias consequências para a cidade caso o projeto do governo se cumprisse: "acontecimentos nefastos" poderiam advir caso as

¹²⁷ *Folha de São Paulo*, 10/10/1997.

¹²⁸ *DOM, DL*, 22/10/1997, p. 4.

imagens dos orixás fossem colocadas. Este pronunciamento teve como resultado a oposição de seus pares na Câmara. Quem deu início as críticas foi o vereador João Carlos Bacelar:

Declarou-se estarrecido com as declarações do orador sobre a colocação de orixás no Dique do Tororó. Considerou que o mesmo que atribuir desventuras do país a qualquer religião, como aquelas que apontam a miséria na terra para então se herdar o céu. Refutou a praga, que, no seu entendimento, o Vereador Eliel Santana lançou sobre a cidade. (...) Ocupando a tribuna, o Vereador Fernando Duarte, também manifestou-se estarrecido com o discurso de Eliel Santana. Lembrou que Salvador é marcada pela cultura afro, nesse sentido serão colocadas esculturas de orixás no Dique do Tororó. (...) O vereador Antonio Lima (...) estranhou o comportamento do Vereador Eliel Santana, uma pessoa fidalga, cristã de coração, de creditar possíveis desventuras à colocação de orixás no Dique do Tororó. Lembrou que Salvador é uma cidade plural que permite os diversos cultos, por isso não pode aceitar imposições de um segmento religioso. O Vereador João Carlos Bacelar iniciou seu pronunciamento convidando os pares para a Sessão Especial, na próxima sexta-feira, para discutir a luta pela eliminação da discriminação racial. Manifestou protesto a todo tipo de discriminação, inclusive a intolerância religiosa. Disse ao vereador Eliel Santana que, a colocação das esculturas de orixás no Dique do Tororó tem caráter cultural e não religioso, inclusive as representações das religiões afro não solicitaram a colocação dos orixás. Lembrou que Salvador é uma cidade negra e reflete este traço em todas as manifestações, de religiosidade, arte e cultura. Considerou que “derramar” sangue mais cabe à exploração do povo por certas igrejas.¹²⁹

Diante de tantos protestos Eliel Santana se defendeu afirmando que não jogou praga na cidade, mas que fizera apenas uma advertência.

Alguns dias depois da inauguração da obra foram encontrados milhares de peixes mortos em razão da maneira incorreta como foi feita a restauração com a retirada de muitas plantas que oxigenavam o dique. Como já foi anteriormente comentado, em algumas publicações iurdianas o evento foi atribuído a um castigo divino em razão do “ato de idolatria” que teria sido praticado. As “pragas”, ou melhor, “advertências” de Eliel tiveram efeito? Não é possível saber, mas a coincidência tornou menos amarga a derrota dos evangélicos. Coitado dos peixes.

Bolinhos de Jesus

Originado nos cultos de candomblé, onde servia como uma oferenda a Iansã, o acarajé tem mais de 300 anos de existência e ao longo desse período, ocorreram uma série de

¹²⁹ DOM, DL, 18/03/1998, p. 5. Não havia indicação da data de realização da sessão.

mudanças na suas práticas de consumo: a receita já não levava apenas o tradicional feijão fradinho, passando a incorporar na massa outros ingredientes; as vestimentas que caracterizam as baianas foram substituídas por outras roupas; e a preparação do quitute passou também a ser feita por homens. Ou seja, a acarajé para muitas pessoas passou a ser apenas um produto como outro qualquer, sujeito às regras do mercado. Muitas evangélicas ao se converterem ao Protestantismo continuaram a vendê-lo, passando a chamá-los de “bolinho de Jesus”.

Em novembro de 1998, o prefeito de Salvador Antonio Imbassahy baixou uma portaria na qual determinava a padronização da venda de acarajés no município. Os grupos evangélicos que consumiam os “bolinhos de Jesus” e não os “acarás” do candomblé questionaram o ato do Executivo Municipal, pois mais uma vez acreditavam que as religiões de origem africana estavam de uma forma camuflada sendo impostas à população. Os evangélicos consideravam impuros os alimentos vendidos pelas “baianas autênticas” e preferiam consumir estes produtos em locais que julgavam imunes ao “contágio”.

Entre as regras estabelecidas pela prefeitura para normatização da venda de acarajés estava a de que as baianas deveriam vestir as roupas tradicionais, fato que contrariou muitas das vendedoras evangélicas. Entretanto, o conflito não ocorreu logo em 1998, uma vez que via de regra, o abismo entre a lei e seu cumprimento se fez presente. O debate “esquentou” mesmo a partir de 2000, quando a prática sócio-religiosa foi tombada como patrimônio imaterial e padrões novamente foram edificados para sua comercialização. No final daquele ano, uma baiana considerada como loira que tingia os cabelos, que não freqüentava terreiros, pois era evangélica, Deny Costa Ramos, ganhou a disputa pelo Acarajé de Ouro, um concurso criado pela *promoter* Lícia Fabio para eleger a melhor quituteira na modalidade. A votação foi realizada via internet e o resultado desagradou às baianas “tradicionais”, que buscaram efetivar ações para garantir o cumprimento da portaria municipal, respaldada pelo registro do acarajé como patrimônio imaterial.

A ABAM se juntou a outras entidades ligadas à preservação da cultura negra e pediu o registro do ofício no Livro de Registro dos Saberes:

Depois deste episódio, a Abam, que estava em atividade desde 1992, inicialmente com objetivos relacionados aos benefícios da previdência social para as vendedoras, reagiu institucionalmente à polêmica. Aliou-se a um dos terreiros recém tombados pelo IPHAN, o Opô Afonjá, e ao CEAO (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) para fazer o pedido de registro do acarajé, um produto representativo do ofício das baianas de tabuleiro, no Livro de Registro dos Saberes.

O pedido foi realizado quase logo depois da instituição do registro, no ano de 2002, e parecia haver uma certa premência, não só pela pontual indignação com o prêmio da loura evangélica, mas muito mais provavelmente por causa das constantes polêmicas cotidianas, com os evangélicos abrindo precedência para outro tipo de comercialização do acarajé, desvinculada da tradição das mulheres. (Martini, 2007: 239)

Em 2005, o registro foi concedido, sendo seguido de uma série de normatizações que passaram a regular a venda de acarajés, pelo menos nos pontos mais visíveis da cidade, principalmente os espaços destinados ao turismo. A prefeitura mais uma vez buscou a uniformização da atividade: As baianas deveriam usar roupas, tabuleiros e sombreiros padronizados. Somente as que usassem bata, torço e saia rodada poderiam vender o bolinho. Além disto, elas foram proibidas de vender cerveja e refrigerante em seus pontos. As quituteiras somente teriam licença para comercializar acarajé, abará, cocada, passarinha, doces caseiros, lelê, peixe frito, mingau e bolinho de estudante.

As medidas adotadas tinham como objetivo principal reagir ao processo de descaracterização que o produto vinha sofrendo, principalmente face aos conflitos com os evangélicos, que não se contentaram em se apropriar de mais um elemento da “religião inimiga”, mas ousaram renomeá-lo. O uso de roupas típicas de baianas não era comum ao modo de venda estabelecido por vendedoras evangélicas, que costumavam, muitas vezes colocar objetos em sua banca, que as diferenciasse dentro do grupo, como por exemplo, Bíblias e “sal ungido” na massa.

Os políticos evangélicos também entraram em cena para discutir a questão, justificando a ação das vendedoras evangélicas de acarajé como uma atividade comercial que deveria ser respeitada como tal, desprovida de quaisquer vínculos religiosos. A reação do segmento evangélico foi imediata, e se deu através dos jornais e da câmara municipal, como observou o antropólogo Bruno Reinhardt. Um de seus depoentes, uma liderança política do grupo, reintroduziu argumentações bastante semelhantes às presentes na polêmica dos “Orixás do Dique”:

Sobre o caso das baianas de acarajé. Nós acreditamos que a indumentária tal qual foi colocada também é uma preocupação de celebração do culto. Ora, não se pode obrigar a quem não quer celebrar esse culto a ter que celebrar. Se pra vender este quitute você tem que ser adepto de um culto, isto é um contra-senso. Estamos num país livre, laico, quem quiser vender quitute deve fazer tendo a religião que ele quiser! Então, se para vender um quitute tem de se estar cultuando dessa ou daquela forma é também uma violência que não pode ser feita. O uso das roupas é colocado textualmente pelos babalorixás e ialorixás como uma forma de celebração do culto. Nós não cultuamos as entidades dos candomblés e devemos ter a liberdade de

exercitar a religião que queremos. Se alguém quer vender quitute dentro de todo preceitos legais não pode ser obrigado a ter que celebrar um culto. (Reinhardt, 2006: 103)

Observa-se nesta declaração como novamente a discussão estava relacionada a uma suposta negação de um Estado laico, que estaria contradizendo o princípio da liberdade religiosa. É interessante observar como um grupo que muitas vezes justificou sua entrada na política com também decorrente de sua condição religiosa sempre estivesse tão preocupado com a laicidade estatal. Em 1996, o batista Alvaro Martins apresentou o projeto de lei 75/96 proibindo que espaços públicos recebessem nomeação religiosa. A sua justificativa seguiu a mesma argumentação:

Tomamos a iniciativa de apresenta[r] este Projeto de Lei, tendo em vista que o nosso município é composto de uma religiosidade bastante diversificada, fruto da liberdade de culto e da Democracia, pertinentes à nossa sociedade. A denominação de logradouros, escolas, creches ou qualquer bem público, não deve ter nenhuma tendência religiosa, haja vista que um patrimônio de toda coletividade com a denominação com cunho religioso tende a agradar a um segmento e desagradar outros.

Queremos citar, como exemplo, a denominação que recentemente foi dada ao abrigo para meninas carentes da Prefeitura de “Casa de Oxum”, que se constituiu claramente em homenagem ao culto afro, trazendo, desta forma, um desagrado aos evangélicos, católicos, carismáticos e outros segmentos que não coadunam com a filosofia religiosa praticada pelo candomblé.

Por estas razões, e também por sabermos que todos os segmentos merecem ser respeitados em suas convicções religiosas, apresentamos este Projeto que acreditamos ser justo, para apreciação dos nobres pares.¹³⁰

O vereador Alvaro Martins não desejava que logradouros públicos recebessem intitulações como “Casa de Oxum” porque estavam ligadas a determinadas crenças, mas ao que parece não pensava desta maneira em momentos anteriores, uma vez que foi autor de dois projetos que tiveram este objetivo. O PL 396/1991 e o PL 246/95 denominavam Jesus de Nazaré e Praça da Bíblia a logradouros públicos da cidade de Salvador.¹³¹ Certamente o que importava não era tanto a homenagem, mas quais grupos eram agraciados com a celebração.

As disputas religiosas com os grupos afro-brasileiros também se desdobraram em disputas pela visibilidade no espaço público. Infelizmente, para os evangélicos, pelo menos do ponto de vista cultural, os seus concorrentes levavam vantagem na disputa, uma vez que a presença da cultura ou das culturas negras na sociedade soteropolitana era muito forte e como esta sempre esteve muito ligada à religiosidade, era difícil estabelecer onde começava e

¹³⁰ PL 75/96 de 03/06/1996. *DOM, DL*, 28/11/1996, p. 7.

¹³¹ *DOM*, 20/11/1992, p. 15 e 29/12/1995, p. 3, respectivamente.

terminava uma e outra. Isto explica em parte porque as determinações em relação ao acarajé tiveram efeito apenas nos espaços de exploração turística da cidade:

A defesa da lei tem em vista, portanto, a permanência de uma tradição, da qual as vestimentas seriam simples sinais, indícios de um tempo que não há mais, signos excessivamente estéticos e intelectuais, desprovidos de eficácia e, portanto, tornados “símbolo”, “cultura”, e não mais “religião”. É essa capacidade do Candomblé jogar com a cena pública de Salvador tanto como “religião” quanto como representante privilegiado da matriz étnica e histórica de maior visibilidade na cidade que permite às suas lideranças uma maior capacidade de negociação, podendo ocupar com o seu argumento um ou outro desses pólos a partir da problemática com que se deparam. (Reinhardt, 2006: 104)

Outras histórias

A discórdia ou para usar a linguagem da membrezia iurdiana, a contenda, que envolveu os vereadores batistas, Beto Gaban e Alvaro Martins, no segundo semestre de 1996 não teve uma ligação direta com os vereadores e a bancada da IURD, a não ser um suposto apoio que estes teriam recebido do líder evangélico Átila Brandão, nas eleições municipais de 1996, também envolvido no conflito. Todavia, o episódio recebeu destaque por revelar as disputas presentes no campo religioso, evidenciando mais uma vez que a bancada evangélica só existia quando se objetivou lutar contra outras “bancadas”, contra um “inimigo comum”, como observou Pierucci ao estudar a atuação de deputados evangélicos na Constituinte:

Já em janeiro de 1987 a grande imprensa noticiava a articulação do “bloco dos evangélicos” como o primeiro passo da montagem de uma estratégia conjunta de atuação na Constituinte. Chamou-se a atenção, desde logo, para o fato de serem eles o primeiro grupo de constituintes ligados a diversos partidos a ter a iniciativa de formação de um bloco suprapartidário; e, em segundo lugar, para o objetivo comum que os unia acima de suas diferentes filiações partidárias: procurar barrar na Constituinte as iniciativas por eles consideradas anticristãs, como por exemplo a legalização do aborto. (Pierucci, 1996:182)

Quando as “bandeiras” não foram compartilhadas, fosse por divergências ideológicas ou disputas no campo religioso, as diferenças internas se fizeram notar. As disputas entre Beto Gaban e Alvaro Martins mostraram a “fragilidade” da chamada bancada evangélica na Câmara Municipal de Salvador.

Em 20 de outubro de 1996, o jornal *A Tarde* publicou uma nota de agradecimento do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), assinada pelo Pastor Átila Brandão na qual ele se apresentava como Secretário Nacional e Presidente da Seção Baiana da entidade agradecendo a várias lideranças evangélicas pelo seu “irrestrito apoio à candidatura de Antonio Imbassahy”. Congratulava-os, assumindo o papel de representante da categoria e elencava também os vereadores que teriam sido eleitos pelos “irmãos evangélicos”.¹³² O petista e batista Valter Pinheiro, citado na nota, que na época acabara de se reeleger para uma cadeira na Câmara Municipal, desmentiu o apoio e negou qualquer afinidade com Brandão. Entretanto, o mais exaltado dos queixosos em relação ao “Manifesto” foi o batista Alvaro Martins, que não se encontrava na lista dos recomendados. Afirmou que o “suposto líder” não teria autoridade para falar em nome dos evangélicos e o acusou de sérios desvios de conduta, propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades que teriam sido praticadas pelo Pastor batista:

O vereador Alvaro Martins (PL) solicitou a instalação de uma comissão de inquérito para apurar as irregularidades que apontou na utilização de terreno público doado pelo município à Igreja Batista Caminho das Árvores, ligada ao pastor Átila Brandão. Mas, devido ao pouco tempo que resta à atual legislatura e ao fato de já existir um parecer sobre irregularidades, elaboradas pela CPI de Terras, presidida pelo vereador Daniel Almeida (PC do B) para apurar “invasões do colarinho branco”, foi aprovada a proposta da denúncia ser investigada através da comissão de terras da Câmara, com base nesse parecer. O presidente da comissão, Pedro Melo (PL), se comprometeu a convocar o pastor para prestar esclarecimentos.¹³³

Durante o período de tempo que lhe restava de legislatura o vereador Alvaro Martins, que não tinha conseguido se reeleger, se dedicou a investigar os “desvios” de Átila Brandão, exigindo explicações para as irregularidades supostamente cometidas. Seus pares na Câmara, em especial, o vereador Beto Gaban, não deixaram de lembrar-lhe que alguns anos antes, ele mesmo havia solicitado a concessão de medalha honrosa ao pastor:

O vereador Alvaro Martins (...) falou sobre a questão da doação do terreno da Cruzada Maranata de Evangelização, que intermediou na gestão Fernando José. Disse que verificará se a doação, condicionada, atendeu aos objetivos, ou se houve desvio de finalidade para benefício do titular. Que provavelmente entrará com ação popular contra o Presidente da Cruzada, que estaria com casa em Miami e se perpetua como Presidente graças a um estatuto que ele mesmo elaborou. Disse que fez ofício ao Presidente da Cruzada para que ele esclareça a destinação dos recursos e fará denúncia ao

¹³² *A Tarde*, 20/10/1996, p. 13.

¹³³ *DOM, DL*, 24/10/1996, p. 1

Ministério Público e ao Ministério da Fazenda. Disse que esteve com o tesoureiro da instituição que lhe falou sobre a existência de cheques sem fundo, compras fictícias e títulos irregulares. Solicitou que fosse constituída uma Comissão para investigar a atuação do Presidente da Cruzada e a real destinação dos recursos. Em aparte, o Vereador Beto Gaban sugeriu que o Pr. Átila Brandão tivesse oportunidade de, da Tribuna Popular, prestar os esclarecimentos. Estranhou que há um ano atrás o orador tivesse concedido à Medalha Thomé de Souza ao Pr. Átila Brandão. Disse que teve o apoio, não só da igreja do Pr. Átila Brandão, mas de vários pastores. O orador disse que isentava o Vereador Beto Gaban e respondeu que na época em que intermediou a doação, o comportamento do Pr. Átila era correto.¹³⁴

Apesar de afirmar isentar o vereador Beto Gaban, a tribuna da Câmara verificou uma disputa acirrada entre os dois vereadores. Alvaro Martins era um defensor antigo dos interesses batistas e estivera ligado a Átila Brandão, mas disputas internas na denominação fizeram com que perdesse o apoio do líder da Cruzada. O então pastor passou a ter práticas pentecostalizantes, que o afastaram da Convenção Batista e do próprio Alvaro Martins, supostos representantes da “reta doutrina”. O principal aliado do líder da Cruzada Maranata de Evangelização passou a ser o jovem Beto Gaban, que recebeu aval oficial de Brandão nas eleições de 1996. Alvaro Martins conseguiu apenas a segunda suplência do Partido Liberal e diante disto pareceu ter se “rebelado”. O principais alvos de sua revolta foram o antigo aliado e o pupilo dele, Beto Gaban. O resultado eleitoral, entretanto, apenas tornou explícito um conflito que vinha ocorrendo desde 1995 e que foi registrado pelo jornal *Correio da Bahia*. A briga entre os dois vereadores batistas neste momento estava aparentemente relacionada à questões administrativas da Câmara Municipal, mas de fato, traduziam disputas na base de sustentação destes candidatos.

Na verdade, os vereadores brigam pelo espaço e os votos do segmento evangélico, antes dominado apenas por Alvaro. Gaban, ao se converter à Igreja Batista, passou a cobrar uma maior atuação da bancada evangélica na Câmara, o que não foi bem aceito pelos demais.¹³⁵

Com o início da nova legislatura em 1997 as investigações foram relegadas a segundo plano, uma vez que Alvaro Martins ficou afastado até 1999, quando voltou a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Salvador. Entretanto, não retornou com a mesma “sede de justiça” que o impulsionara apenas dois anos antes. Mais uma vez denúncias de irregularidades foram esquecidas e o caso terminou em “pizza”, ou quem sabe em “bolinho de Jesus”.

¹³⁴ Sessão realizada em 22 de outubro de 1996. *DOM. DL*, 24/10/1996, p. 4.

¹³⁵ *Correio da Bahia*, 18/10/1995, p. 3.

A título de conclusão

Quando se analisou a atuação dos vereadores evangélicos na Câmara Municipal de Salvador durante a década de 1990 foi possível observar como as disputas no campo religioso tiveram reflexo na esfera pública, ao mesmo tempo em que mantiveram uma relação bastante próxima com elementos da cultura política soteropolitana. As constantes homenagens propostas e realizadas pelos representantes dos diversos grupos religiosos às suas lideranças possivelmente tanto significaram a busca de legitimação, numa cidade em que o Catolicismo e as práticas católicas estiveram presentes a todo o momento como elemento constitutivo das festas públicas, quanto a necessidade de manter o vínculo com as suas bases eleitorais. As homenagens e concessões de medalhas e títulos de cidadão a personalidades mantinham forte relação com a busca de apoios políticos.

Na tentativa da ampliação deste capital político o diálogo com outras denominações apareceu como algo necessário. Este diálogo tanto poderia ser decorrente das afinidades que já vinham se criando dentro do campo com grupos afins a partir das próprias lideranças religiosas, quando partir do religioso político que na busca de garantir seu próprio crescimento e uma relativa independência procurava ampliar, além de manter sua base de apoio. Um exemplo de político que tentou ampliar seu esteio, o vereador Beto Gaban apresentou projetos e homenagens direcionadas a um número variado de denominações e não apenas aos batistas, seu grupo de origem. O mesmo poderia ser dito do Alvaro Martins que nos seu último mandato lançou projetos fora de sua área comumente adotada de atuação, que era o universo batista soteropolitano. A ampliação do campo de ação destes dois políticos provavelmente esteve relacionada ao fato de que ambos neste momento disputavam uma mesma seara, como foi visto anteriormente.

A Igreja Universal do Reino Deus conseguiu de certa forma assegurar que o potencial político dos vereadores não superasse a sua posição de “detentora dos mandatos”, mas isto não se realizou de maneira imediata, como algo natural, isto aconteceu à medida que seu “poder de fogo” foi se ampliando na sociedade. Observando o desempenho de Domingos Bonifácio em seus primeiros mandatos pode ser identificado que existia uma relativa independência em relação à IURD, apesar de ter estado ligado institucionalmente ao grupo como pastor e ter sido explicitamente eleito com os votos dos fiéis, o que aconteceu também com Geraldo Ferreira, Alexandre Madureira e Eron Vasconcelos. Contudo, estes últimos tiveram posteriormente uma atuação muito mais corporativa. Esta timidez no uso do poder

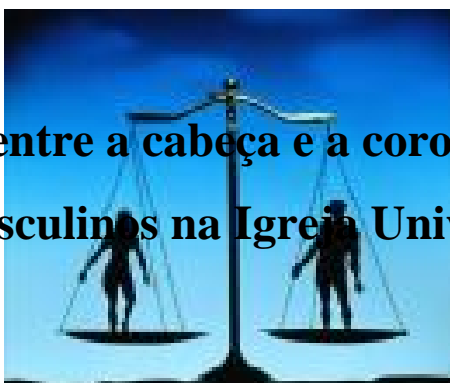
público para beneficiar seu grupo pode ter se refletido na suas votações, expressiva no primeiro mandato, mas tímida, no segundo. É interessante observar que de 1992 a 1996 a Igreja Universal do Reino Deus cooptou mais um vereador para o grupo, o Super Geraldo, que foi muito menos discreto na sua identificação com a IURD.

É possível, talvez, concluir que a atuação mais explicitamente evangélica no terceiro mandato de Domingos Bonifácio, como foi observado, decorreu da necessidade de garantir o seu posto, uma vez que outros modelos de atuação política estavam se afirmando. Este novo padrão pode ser vislumbrado, analisando a atuação de Eliel Santana, representante oficial da Assembléia de Deus na Câmara Municipal, um verdadeiro preposto dos assembleianos, que em 1996 teve sua candidatura a deputado estadual determinada por seu grupo religioso. Torna-se relevante também observar que os candidatos, tanto a nível estadual quanto municipal, possuíam um vínculo direto com o grupo, seja como lideranças religiosas ou fiéis. Domingos Bonifácio, Alexandre Madureira e José de Arimatéia eram pastores; Eron Vasconcelos, obreira; Zelinda Novaes e Geraldo Alves Ferreira, membros.

A presença de três representantes da Igreja Universal do Reino Deus somada a de outros vereadores que também se identificavam como “defensores dos interesses evangélicos”; a aliança com o carlismo tanto a nível estadual quanto municipal e o crescimento de grupos pentecostais e ou neopentecostais na cidade de Salvador são alguns fatores que poderiam explicar o envolvimento da bancada iurdiana nos conflitos que marcaram a legislatura 1997-2000. A “terra de todos os santos e de todas as magias” parecia cada vez mais estar se transformando na “Bahia de Jesus Cristo”, antigo sonho dos evangélicos baianos, inclusive dos iurdianos, e sua presença no espaço público apareceu como um meio de afirmação.

Capítulo III

O Reino de Deus entre a cabeça e a coroa: perfis femininos e masculinos na Igreja Universal



Assim como a Igreja se submete em amor e é intensamente amada pelo Senhor Jesus, a mulher também deve se submeter em amor e ser imensamente amada pelo seu marido.¹³⁶

A emergência da chamada história das mulheres enquanto tema historiográfico relaciona-se com a efervescência do movimento feminista americano que lutava contra a condição subalterna das mulheres na realidade social, assim como o papel que a História lhe havia relegado. Desse modo, explica-se o porquê, inicialmente, de na história desse movimento, como um objetivo nitidamente político de afirmação, a oposição homens versus mulheres se fez de forma bastante acentuada, uma vez que estas, independente das diversas diferenças internas, tiveram sempre em comum essa posição marginalizada, incluídas também entre os excluídos da História, como os pobres, negros, índios e outros grupos. (Scott, 1990: 3)

Num segundo momento de maior reflexão sobre as implicações teóricas e práticas desta perspectiva foram repensados alguns problemas enfrentados pela sua adoção, ou seja, pensar as mulheres como uma categoria homogênea, sem levar em conta que assim como existem diferenças entre as diversas partes da sociedade, também existem diferenças entre as mulheres. Diferenças estas que podem ser raciais, de educação, classe, religião, cultura. Além do mais, até o próprio conceito do que seja mulher, como todos os conceitos, foi e continua sendo historicamente construído.

As relações de gênero passaram a ser incorporadas nos estudos históricos do Brasil, principalmente sob influência da nova História Social e da Nova História, a partir de uma rediscussão da História das Mulheres, feita nos pós-estruturalismo. A crítica interna de muitas dos praticantes desse tipo de historiografia também contribuiu para essa mudança de rumo no sentido de discutir as relações de gênero. A não adequação da utilização da expressão a História das mulheres mostrou-se mais do que evidente, tornando-se importante sim, perceber o papel das mulheres na História. Dessa forma não se cairia no erro de fazer uma história das mulheres em oposição à história dos homens, até bem pouco tempo considerada como a verdadeira história, e sim, uma história das relações sociais entre homens e mulheres. Gênero é, portanto, um conceito que se refere ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam as funções, papéis, ocupações e as relações que estes desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações não são determinados pela Biologia, mas sim

¹³⁶ *Folha Universal* 15/12/1996 p.1b

pelo contexto social, cultural e político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra.¹³⁷

O conceito analítico de “gênero” se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que a “biologia é o destino”. Ele transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre os homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais. (Stolcke, 1991: 103)

As discussões a cerca do papel desempenhado pelas mulheres no cristianismo sempre ressaltaram o papel subalterno que estas teriam ocupado. Práticas patriarcais presentes nos textos bíblicos ocupavam um papel relevante nestas pesquisas, sendo ressaltadas pelos estudiosos do tema. A posição subalterna ocupada pela mulher foi tomada como um dado para retratar o período e não como um problema a ser investigado. Elisabeth Fiorenza, no entanto, em interessante estudo sobre o papel da mulher nas origens do cristianismo foi de encontro a este princípio ao problematizar a questão. Através de consulta de vasta bibliográfica e documentação, Fiorenza conseguiu situar seu trabalho em três tempos. Fez uma análise das discussões a cerca da relação entre gênero e religião e como estudiosos, tanto feministas quanto não feministas, consideraram a situação de subalternidade da mulher como um dado, sem questionar se realmente esta teria se apresentado no período de constituição do Cristianismo. A partir disto, a autora analisou as origens cristãs identificando o papel ativo desempenhado por mulheres na construção da Igreja Primitiva, assim como a sua progressiva eliminação no processo de elaboração do texto bíblico.

A lembrança dos sofrimentos das mulheres no patriarcado religioso deve ser indagada estruturalmente para liberar a força emancipatória da comunidade cristã, que não se enraíza teologicamente nem no dimorfismo espiritual-sexual nem na dominação patriarcal eclesial, mas numa visão igualitária e em relações sociais altruístas que não podem ser “sexualizadas”.

Mulheres pertencentes a um grupo submerso na antiguidade, puderam desenvolver liderança no movimento cristão emergente, porque este estava em conflito com o ethos patriarcal dominante no mundo grego-romano. Por isso, a luta e interação das mulheres no movimento missionário cristão só se pode reconstruir como parte integrante da luta entre o movimento cristão emergente e sua visão alternativa, por um lado, e o ethos patriarcal dominante no mundo grego-romano, por outro. Nesta luta, a liderança das mulheres veio a ser de novo submersa, transformada ou relegada às margens das igrejas primitivas. Todavia as correntes igualitárias do cristianismo primitivo jamais foram eliminadas. Nem as igrejas principais patriarcais do

¹³⁷ Para uma análise das discussões teóricas e metodológicas da aplicação desse conceito na História ver Scott, 1990 e Stolcke, 1991.

século quarto nem as do século vinte podem-se entender sem esta “corrente subterrânea crista”. (Fiorenza, 1992: 123)

Foi a partir da adoção do conceito de gênero e de suas implicações analíticas que se observou o discurso acerca do comportamento ideal a ser seguido pelos homens e mulheres que fizeram parte da Igreja Universal. Este estava definido em termos oficiais pelos líderes religiosos:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1988: 17)

Roger Chartier partilhou as contribuições dadas pela Lingüística, sem cair na armadilha teórica de considerar que não existiria uma realidade independente do discurso:

Acredito ser preciso lembrar que não é lícito restringir as práticas constitutivas do mundo social à lógica que governa a produção dos discursos. Afirmar que a realidade só é acessível através dos discursos que querem organizá-la, submetê-la, ou representá-la (e, para o historiador, discursos que são sempre textos escritos), não significa postular a identidade entre a lógica logocêntrica e hermenêutica que comanda a produção desses discursos e a lógica prática, o “sentido prático” que regula as condutas cuja trama define as identidades e as relações sociais. (Chartier, 1995:12)

O processo de criação de um discurso iurdiano de gênero certamente se deu a partir de representações sobre as mulheres e homens que já se encontravam presentes na sociedade, mas ao mesmo tempo aparenta ter forjado, também, ao longo dos trinta anos da existência deste grupo religioso, suas próprias imagens, que se converteram em perfis: perfis de homens e mulheres de Deus. Somente um estudo das práticas e apropriações poderia revelar em que medidas estes “tipos ideais”¹³⁸ corresponderam à realidade circundante.

O homem é a cabeça da Igreja?

Quando se analisa o corpo sacerdotal da Igreja Universal do Reino Deus observa-se que em relação às posições de poder as mulheres perderam muito quando comparadas aos

¹³⁸ Weber fala em tipos ideais que seriam modelos para pensar os processos históricos. Ele mesmo considera que estes são sempre mais dinâmicos do que estes “tipos ideais”, embora seus trabalhos sigam este modo de investigação. (Weber, 2004: 42). Aqui, utiliza-se esta expressão apenas como recurso retórico. As contribuições que porventura aparecem no trabalho relacionadas a este autor serão, sobretudo, a partir da articulação operada por Bourdieu entre Marx e Weber.

homens. O maior posto de prestígio ocupado pela maioria das mulheres iurdianas é o de obreira, uma espécie de ajudante do culto, que auxilia o pastor e seus assistentes na realização da cerimônia. No entanto, quando se examina o início da Igreja Universal, no final da década de 1970, tempo em que ainda não havia sido estipulado o bispado, nota-se que no grupo existiam pastoras, o maior cargo a ser exercido, estando, portanto, as mulheres neste momento em posição de aparente igualdade com os homens. É claro que se deve levar em conta que os sócios fundadores eram homens e que embora se intitulassem pastores até 1981, quando então Macedo e Lopes passaram a bispos, ocupavam o posto de maior prestígio e poder. (Campos, 1997: 391). Posteriormente as mulheres foram paulatinamente excluídas das funções sacerdotais. Quais as explicações para essa exclusão? Hoje ainda existem algumas pastoras, possivelmente egressas deste grupo inicial,¹³⁹ todavia, nenhuma ocupa quaisquer funções dentro do Conselho de Bispos, maior instância de poder dentro da IURD.

Em quais condições foi construído esse processo de subordinação da mulher ao homem e sua impossibilidade de exercer plenamente o sacerdócio? Acredita-se que as lideranças iurdianas (masculinas) reproduziram comportamentos de gênero que já eram praticados por grupos pentecostais que as antecederam, além de valores machistas que fizeram parte do repertório social brasileiro. Clara Mafra observou que pode ser bastante produtivo tentar perceber o que levou os pentecostais a aceitar da sociedade esses valores machistas, enquanto rejeitaram outros mais igualitários, levando em conta que houve a criação no universo do cotidiano de situações às vezes mais vantajosas para as mulheres pentecostais em relação às outras que não contavam com a rede de proteção desse grupo, mas ao mesmo tempo foi mantido no plano discursivo, no lar e dentro do espaço do templo, essa situação de subalternidade:

O cerne da questão está na especificidade e na *eficácia simbólica do padrão evangélico* que parece, por um lado, recusar o modelo ibero-americano tradicional, aderindo a uma noção de compartilhamento de tarefas entre progenitores, a algumas noções de livre arbítrio e autonomia, e por outro lado, mostra-se impermeável às problematizações colocadas em pauta pelo discurso feminista, tais como o aborto, a homossexualidade, o direito à escolha sexual. (...) O que está contido na narrativa evangélica propriamente dita, que é capaz de formar convicções e um *ethos* social a meio caminho entre estes dois modelos, um herdado tradicional – que se apóia num certo *status quo* – e outro moderno igualitário – que se sustenta num certo devir cosmopolita? (Mafra, 1998).

¹³⁹ Não foi possível saber se todas as pastoras que existem hoje são ou não remanescentes desse período inicial de consagração.

O “papel social” desempenhado pela Igreja Universal foi ressaltado pela socióloga Maria das Dores Campos Machado, o que lhe valeu um lugar de destaque na *Folha Universal*. Comentado a discriminação que a mulher ainda sofria no mercado de trabalho, o jornal iurdiiano salientou o papel desempenhado pela IURD na estruturação da vida de muitas mulheres:

A socióloga Maria das Dores Machado, professora da UFRRJ e bolsista da Fundação Macarthur, tem dado entrevistas a diversos jornais citando freqüentemente a Igreja Universal ao avaliar o novo comportamento da mulher diante da sociedade após a sua experiência religiosa. Maria das Dores, que não é evangélica e que não está filiada a nenhuma igreja, afirma que o seu trabalho é puramente de pesquisa. Em conversa com a *Folha Universal*, ela conta suas descobertas sobre a mulher Universal. (...) As mulheres que se filiam à igreja independente de seus maridos adquirem uma certa autonomia frente a esses maridos (...) O outro lado da teologia da prosperidade é que ela, de uma certa forma ajuda as mulheres a entrar no mercado de trabalho.¹⁴⁰

Um dos traços positivos do Neopentecostalismo, também presente em outros grupos protestantes, teria sido o fortalecimento da auto-estima das mulheres e o encorajamento dado para ajudá-las no enfrentamento dos problemas, deixando espaço para que estas assumissem funções concomitantes às desempenhadas por homens no ambiente eclesiástico e no ambiente pára-eclesiástico, como ensinar, evangelizar, escrever e, também, a liderança em movimentos de batalha espiritual, mesmo que não realizadas em igualdade de condições.

O processo de reestruturação da vida de mulheres realizado pela Igreja Universal do Reino Deus foi percebido em trabalho realizado pela antropóloga Lívia Fialho. Esta autora mostra o papel importante que a conversão de mulheres a este grupo religioso teve no sentido de ajudá-las a enfrentar os conflitos cotidianos, uma vez que:

Trata-se de uma comunidade de fieis centrada na emoção – com objetivos terapêuticos (restituição da saúde através da libertação/exorcismo) e, ao mesmo tempo, num compromisso ético – a restauração física e moral do individuo não se pode realizar senão a partir de um engajamento efetivo, racional, que compreende um estilo de vida “crente”: administrar o mal consiste em extirpar todos os traços contrários a um ideal de vida digno de redenção, cujos atributos são desenhados e elaborados no seio da Igreja e partilhados pelos membros. (Fialho, 2007: 345).

Místicos e emocionais, estes movimentos ao compartilharem a ideologia da igualdade espiritual, teriam favorecido a revisão dos tradicionais arranjos familiares. Ao condenar o

¹⁴⁰ *Folha Universal*, 29/06/1997, p. 1 b.

orgulho, a arrogância e o uso da violência, e reforçar a passividade, a generosidade e a humildade em homens e mulheres, a doutrina pentecostal ajudava a mudar o poder relativo dos esposos, criando um modelo alternativo para a tradicional família patriarcal ou um novo ethos familiar. (Machado, 1996: 122).

A presença feminina no pastorado nestes trinta anos, mesmo na década de 1980, que corresponde ao período de efetiva ordenação de pastoras, esteve marcada por uma lógica de identificação de gênero, que criou uma delimitação de papéis a serem ocupados por homens e mulheres, em termos desfavoráveis para estas últimas. Foi traçado um quadro geral destes papéis através da observação dos perfis masculinos e femininos valorizados e difundidos pelas publicações iurdianas, pois identificá-los contribuiria para compreensão da situação “especial” vivenciada pelas mulheres que ocuparam posições de poder, seja no espaço do templo, seja na esfera política.

A mulher e o homem de Deus

“Assim como a Igreja se submete em amor e é intensamente amada pelo Senhor Jesus, a mulher também deve se submeter em amor e ser imensamente amada pelo seu marido”. Esta é uma definição exemplar da crença iurdiana sobre o equilíbrio que deveria existir nos relacionamentos entre homens e mulheres para que estes vivessem uma vida “abençoada por Deus”. Observa-se aí uma palavra chave para entender a lógica da relação de gênero que esteve presente nas doutrinas da Igreja Universal do Reino de Deus: submissão. Entendida como o caminho para a harmonia familiar, considerada como essencial para a constatação de uma real transformação da vida do crente.¹⁴¹

A beleza da mulher reside neste comportamento diante do marido que, em retribuição, a ama com sublime e fiel amor, de modo que nada e ninguém tome o seu lugar enquanto ela viver. (...)

O casal só pode ser verdadeiramente feliz e deixar uma herança bendita para os seus filhos e a sua descendência, quando sua união acontece de acordo com os ensinamentos da palavra de Deus. O temor de Deus é a condição básica para isso.¹⁴²

¹⁴¹ Os grupos pentecostais atribuem a existência de uma vida familiar equilibrada como consequência de uma verdadeira prática cristã. (Mafra, 1998: 233).

¹⁴² *Folha Universal* 15/12/1996 p. 1b.

Temer ao marido significava se submeter a Deus, fazendo a Sua vontade, interpretada pelas lideranças através de uma lógica patriarcal:

É fato que submeter-se ao marido é quase sempre muito difícil, especialmente se ele não quer se parecer em nada com nosso Senhor Jesus. Porém, um marido incrédulo (não-cristão) precisa que a sua mulher seja cristã o bastante para que, no fim, ele próprio se torne um homem de Deus. Ele precisa ser capaz de ver algo na esposa que seja diferente de todas as outras mulheres no mundo.

Que diferença é essa? O amor dela? Mas muitas mulheres até morreriam por amor! A beleza dela? Creio que não. A amizade dela? Não é isso o que qualquer um pode oferecer?

A diferença em sua esposa é justamente esta: a submissão. Na realidade, nenhuma mulher no mundo consegue ser submissa, a não ser a que vive pela palavra de Deus.¹⁴³

Este discurso que coloca a mulher cristã como obediente ao marido foi reproduzido em praticamente todas as publicações iurdianas e repetido nos templos. Ele sempre esteve presente no Cristianismo, tanto católico quanto protestante, e ao longo da História legitimou situações de subalternidade da mulher na sociedade, como por exemplo, a impossibilidade de exercer liderança sacerdotal em muitos grupos. Esteve fundamentado em textos bíblicos, em especial Efésios 5: 22 – 31, e I Coríntios 7. “As mulheres sejam submissas aos seus maridos, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido” (Efésios 5.22-24). Este foi um dos trechos mais citados pelos autores iurdianos, e que de certa forma sintetiza a versão oficial do papel da mulher adotada pelo grupo. Soma-se a isso o fato de ter sido a mulher dentro da tradicional história cristã a responsabilizada por ter levado Adão a comer do fruto proibido, condenando o homem a deixar o paraíso e viver do produto de seu trabalho.

A Eva pecadora levando o homem ao mau caminho em contraste com a “mulher de Deus” foi uma imagem muito recorrente nas publicações da IURD. “O maior problema da mulher que não tem temor a Deus não é o gênio ruim ou o mau temperamento; o maior mesmo é quando se torna instrumento de Satanás”. (Macedo, 2001b: 22). Não por acaso, provavelmente, um dos trechos mais citados pelos iurdianos evidenciou esta oposição: “A mulher sábia edifica sua casa, mas a insensata, com as próprias mãos a derruba”. (Provérbios 14.1) Pode-se ver uma sistematização de tais pensamentos em duas obras publicadas na década de 1990. *O perfil do homem de Deus* foi distribuído pela Gráfica Universal em 1994 e

¹⁴³ *Folha Universal* 17/04/2005, *Folha Mulher*, Cristiane Cardoso.

nela se encontram orientações feitas pelo bispo Edir Macedo para aqueles homens que desejam ter o comportamento de um “escolhido por Deus”. Apesar dos conselhos se dirigirem aos representantes do sexo masculino, existia uma série de considerações acerca dos procedimentos femininos mais adequados.¹⁴⁴ Em 1997 (1996?)¹⁴⁵ o líder máximo da IURD lançou *O perfil da mulher de Deus* onde se dirigiu mais diretamente às mulheres, para cumprir o papel de capacitá-las a seguirem adequadamente o caminho necessário para que fosse uma “co-responsável” pelo sucesso do parceiro.¹⁴⁶

Quem afinal era o homem de Deus? Para Macedo foi aquele que se converteu de fato e colocou sua vida a serviço do Seu Reino. Um servo que deveria tirar as pessoas do caminho do mal e levá-las ao encontro do Senhor, colocando Deus em primeiro lugar, acompanhado da família e da realização da obra divina na terra. A valorização da família foi considerada pelo bispo da IURD como indispensável ao comportamento de um verdadeiro servidor de Cristo. Em uma reportagem publicada pela *Folha Universal* na comemoração dos 20 anos da fundação da Igreja Universal foi observado pelo próprio grupo o papel que este teria na valorização da família, uma vez que constataram que 80% das pessoas que chegavam a Igreja Universal tinham problemas familiares. No sentido de ajudar tais pessoas era realizado as quintas-feiras a “corrente da família”. Um dos objetivos desta seria evitar que Satanás agisse para destruir a família, devido à importância desta para a constituição de uma vida espiritual ordenada.

Fica então explicado o porquê de ser a família o principal alvo de ataque do diabo. É ela o início de tudo, é a base da sociedade e um dos fatores que influenciam uma vida alicerçada com Deus. Satanás sabe que é por meio de um casamento desfeito ou de uma família desestruturada que muitas pessoas enveredam pelo caminho dos vícios, recorrem às seitas e até tentam o suicídio.¹⁴⁷

A necessidade de constituição de uma família que atendesse a tais princípios levou as lideranças iurdianas a dar algumas instruções para a sua realização. O Bispo Macedo estabeleceu duas características essenciais a esposa ideal de um homem de Deus: beleza no coração e ser batizada com o Espírito Santo.¹⁴⁸ Estes pré-requisitos deveriam ser

¹⁴⁴ Novamente se percebe como a questão de gênero é sempre relacional. Aos comportamentos masculinos corresponderam determinados comportamentos femininos.

¹⁴⁵ Apesar dos direitos autorais serem de 1997, existe referências desta obra, anteriores a este período.

¹⁴⁶ Mais recentemente os livros foram reunidos numa coleção que visaria colaborar para a formação de um “verdadeiro cristão”. Completaram a obra *O perfil da família de Deus* e *O Perfil do jovem de Deus*.

¹⁴⁷ *Folha Universal*, 06/07/1997, p. 3b.

¹⁴⁸ Também conhecido como batismo de fogo, ocorria quando o membro do grupo era tomado pelo Espírito Santo. A glossolalia (falar em línguas estranhas) apresentava-se como uma evidência da realização deste, mas, segundo

acompanhados por outras qualidades, tais como a futura esposa estar disposta a pagar qualquer preço para com seu marido somar.

Isso não significa que ela será sua serva, mas que ele é o cabeça ou que a ele cabe a última palavra, além de ter que estar preparada para assumir essa submissão a partir do coração e nunca por obrigação, ou porque está escrito! Se o homem de Deus, por acaso, observar qualquer indício contrário a esse respeito antes do matrimônio, é melhor desfazer o noivado e procurar outra que satisfaça plenamente essa condição. (Macedo, 2001a: 16)

A mulher deveria também ser mais jovem que seu marido, de preferência da mesma raça para evitar situações de discriminação que poderiam vir a surgir de um relacionamento inter-racial. Quanto às relações sexuais, todos os deveres conjugais teriam que ser cumpridos porque a cama foi considerada por Macedo a base do casamento, sendo fundamental para o bem estar familiar, que o casal tivesse uma vida sexual perfeita. “O homem de Deus precisa manter o seu leito imaculado, mas sempre em atividade”. (Macedo, 2001a: 19) O que não significou a ausência de limites. Um destes foi a relação considerada pelos líderes iurdianos como contra a natureza: a sodomia. Outras restrições foram o sexo praticado fora do casamento, considerado como um ato de prostituição, assim como o homossexualismo. Deve-se, no entanto, lembrar que os outros grupos evangélicos e mesmos os católicos (pelo menos teoricamente) não eram favoráveis a estas práticas sexuais. Bispo Macedo sugeriu que até as mulheres iurdianas casadas com homens que não fizessem parte deste grupo religioso aconselhassem seus maridos a abandonar esta prática, pois “a própria natureza ensina que, no sexo, há um lugar para cada coisa e cada coisa deve ser colocada no seu devido lugar (...) a mulher não é homossexual, para se submeter a tal infâmia diabólica”. (Macedo, 2001b: 19)

Macedo referiu-se em um capítulo específico aos defeitos que os “homens de Deus” deveriam evitar: a insubmissão, o orgulho e a desobediência. Estes seriam os caminhos trilhados pelos que se afastavam do Reino de Deus.

A autoridade que recebemos de Deus é para o serviço e glória exclusivos do nosso Senhor Jesus Cristo! Se o nosso trabalho vai bem, graças e glórias a Deus! Se não vai, então há alguma coisa impedindo o fluxo de unção para executar a vontade de Deus. Quanto a isso, vale a pena lembrar que a igreja que o Senhor colocou sob a sua autoridade espiritual

Edir Macedo, para que este fenômeno não fosse confundido com presença de “espíritos imundos” agindo no corpo dos fiéis, era necessário, para comprová-lo, que este viesse acompanhado de uma série de mudanças comportamentais. Devendo aqueles que o possuísem “manifestar um caráter de verdadeiro cristão, independente daqueles que estão ao seu redor, demonstrando na sua maneira de ser os frutos do Espírito Santo”. Macedo, 2004: 116.

será abençoada ou não dependendo da execução dessa unção. (Macedo, 2001a: 86)¹⁴⁹

É inevitável observar que os traços desvalorizados pelo líder iurdiano disseram respeito à condição ou não de submissão do membro. Da mesma forma que o discurso oficial do grupo defendeu a obediência da mulher em relação ao seu marido (homem), advogou a deste a Deus, representado pela Igreja Universal.

No reino do mundo, a palavra submissão significa servidão. Os mais fracos são obrigados a se submeter aos mais fortes. No Reino de Deus, no entanto, submissão significa grande prazer em servir pelo amor. Enquanto nesse mundo as pessoas mais fracas são subjugadas às mais fortes pelo poder do dinheiro, da posição ou até mesmo pela dor física, no mundo de Deus Seus servos fazem questão de servi-Lo de todo coração e com todas as suas forças, movidos pelo espírito do amor. (Macedo, 2001b: 40)

Na Igreja Universal do Reino Deus existiu uma forte hierarquia interna que não esteve presente de forma tão rígida na maioria dos grupos evangélicos que a antecederam. Apesar de combater a Igreja Católica, a IURD se orgulhava de ter esta característica também presente na sua concorrente. Caberia ao membro (homem ou mulher) obedecer às determinações do grupo religioso. Todavia, as mulheres acabavam enfrentando uma dupla sujeição: a que foi aplicada a todos independente de condição de gênero, e a que lhes foi imposta, por esta situação. Entretanto, apesar da estruturação do poder presente na Igreja Universal provavelmente ter contribuído para o acirramento das relações desiguais entre homens e mulheres, existia um limite para isso, uma vez que os próprios batistas, presentes há bastante tempo no campo religioso brasileiro e baiano, terem sido um grupo mais “democrático”,¹⁵⁰ apresentaram também representações sobre papéis femininos e masculinos bastante semelhantes aos partilhados pela IURD.

Percebemos então que o perfil da mulher que serve como modelo a ser alcançado por todas as mulheres convertidas às doutrinas batistas é o de uma mulher que busca a pureza e deseja manter-se pura diante de Deus e da sociedade, uma mulher que entenda a grandeza de ser uma mãe zelosa, uma filha dedicada e uma esposa fiel. Ela deve ser virtuosa e edificar seu lar. (Daeb's, 2006: 80)

¹⁴⁹ A lógica da Igreja Universal se coloca de uma forma bastante clara nesta passagem: quando as coisas iam bem, o mérito era do Senhor, quando não saiam como deviam Deus não poderia ser responsabilizado, muito menos a IURD.

¹⁵⁰ As mulheres têm direito ao voto desde 1916. No regime congregacional a Assembléia era considerada soberana. (Daeb's, 2006: 14)

Bianca Daeb's fez um trabalho comparativo do papel desempenhado por mulheres batistas de duas congregações situadas em bairros com características sociais diferentes, na cidade de Salvador. A Igreja Batista do Sião, freqüentada por pessoas de classe média e alta e a Igreja Batista de Plataforma, cuja maioria da membresia era composta por pessoas das classes sociais subalternas da sociedade. Apesar de apresentarem diferenças significativas o mesmo "ideal de mulher" foi partilhado por ambos os grupos, embora as condições econômicas das batistas de Plataforma tornassem mais difíceis sua concretização, uma vez que tinham que freqüentar a rua, "espaço do pecado", para complementar a renda familiar ou mesmo garantir o sustento da família.

Daeb's analisou como na história do Cristianismo a submissão da mulher sempre foi atribuída à sua suposta inferioridade corporal, mental e moral. Observando o discurso de importantes autores protestantes como Lutero e Calvino, demonstrou como as imagens que traçaram sobre o papel feminino continuaram a se reproduzir na sociedade. A justificativa calvinista se adequou perfeitamente a imagem que foi difundida pela Igreja Universal do Reino Deus para justificar a obediência feminina:

A subordinação das mulheres aos homens não é uma questão de inferioridade, nem na natureza nem na História pós-queda. Reflete, antes, a ordem social criada por Deus, pelo qual ele ordenou o domínio de alguns e a subjugação de outros: governantes sobre súditos, senhores sobre servos, maridos sobre esposas, pais sobre filhos. (...) O homem domina não porque seja superior, mas porque Deus lhe ordena que o faça. (Daeb's, 2006: 53)

O Perfil da Mulher de Deus não seria uma leitura muito apreciada pelas feministas, inclusive, o Bispo Edir Macedo fez uma referência a este grupo:

A Bíblia diz que a língua é como uma fagulha que põe em brasas uma grande selva. A palavra de uma mulher tem tanta influência que o diabo a usou para fazer o homem cair. Ela não precisa participar dos movimentos feministas para tentar impor os seus direitos, pois estes ela já os tem quando usa sua língua. (Macedo, 2001b: 43)

A palavra da mulher tanto poderia levar o homem à salvação quanto à perdição. Seria a função da "mulher de Deus" levá-lo ao segundo caminho, cuidando da saúde espiritual da família. O estereótipo de rainha do lar, herança de uma sociedade machista, não foi questionado pelas lideranças da IURD, sendo em muitos casos reforçado, inclusive no que se relaciona ao papel de homens e mulheres na família.

A magnitude da importância da mulher é tão grande que, se fosse criada sem o homem, ainda sim teria a capacidade de encher a terra, pois

Deus poderia fazer o mesmo que fez com a virgem Maria: conceber através da ação do Espírito Santo. Isso não seria possível com o homem. A ele foi dada a capacidade de sujeitar a terra e dominar todo tipo de animal. A ela, porém, a grandeza de poder gerar um filho no seu ventre. (Macedo, 2001b: 12)

Considerando a palavra de Deus, no ensino de que a mulher sábia é quem edifica a sua casa, cabe a mulher a responsabilidade da estrutura básica do seu lar. A educação dos filhos faz parte desta estrutura. É ela quem cuida da casa, providencia o alimento para as crianças e lava a roupa, enfim, cuida de tudo o que se relaciona aos membros da família. (Macedo, 2001b: 53)

Apesar destas demonstrações de conservadorismo da Igreja Universal do Reino Deus é importante lembrar que este comportamento não representou uma exceção dentro do universo pentecostal, ou mesmo da sociedade brasileira. Pesquisas recentes sobre as transformações na condição feminina no Brasil demonstraram que apesar de durante a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, terem sido estabelecidas várias conquistas relativas à condição de trabalho e de vida das mulheres, entre elas a ampliação da licença-maternidade, a fixação de limites diferentes na aposentadoria para homens e mulheres, a instituição da reciprocidade no casamento e a igualdade entre marido e esposa, o reconhecimento do direito das mulheres de ser chefe de família e a concessão às mulheres do campo do direito de registrar no seu nome os títulos de propriedade de terra, ainda hoje, os salários femininos são em torno de 25% menores que os masculinos e a maioria das mulheres mantém dupla jornada de trabalho, conciliando seu papel profissional com as atividades domésticas, que continuam sendo, basicamente relegadas às mulheres.

Na década de 1990 elas continuaram ainda se consagrando três vezes mais as tarefas domésticas e parentais que os homens. Quarenta por cento da população economicamente ativa passou a ser composta por mulheres, no entanto, desse total, apenas metade tinha carteira assinada (isso quer dizer que havia mulheres que trabalhavam e nem se quer entravam nas estatísticas). Metade das mulheres ainda ganhava menos que os homens para exercer o mesmo trabalho. (Priore, 2004) Apesar de conquistarem cada vez mais a rua, o ambiente doméstico ainda continuava sendo sua responsabilidade.

As publicações iurdianas comentaram a situação conflituosa vivenciada pelas mulheres ao assumir novos papéis sociais:

A verdade é que a mulher de hoje, moderna, bem sucedida, independente e cheia de atitude, se vê escrava de suas conquistas. Ela alcançou um novo posto, mas não conseguiu se livrar do antigo. Suas obrigações aumentaram, mas as cobranças não diminuíram.

As mulheres estão à frente de multinacionais, ocupam posições políticas de grande responsabilidade, provaram que são excelentes administradoras e peças-chave para um futuro próspero e promissor. Mas, na verdade, muitas delas, no fundo no fundo, gostariam de ter alguém que lhes abrisse a porta do carro.¹⁵¹

A reportagem não terminou conclamando as mulheres a se rebelarem contra a situação injusta do acúmulo de papéis que ela tinha que desempenhar, mas apelou para a constatação de uma possível frustração da mulher “moderna” diante das “perdas” sofridas durante a sua emancipação.

Observando, no entanto, a Igreja Universal do Reino Deus dentro do universo evangélico, talvez, se compreenda como um discurso com estas características conservadoras conseguiu se manter e possuir um considerável número de seguidores na sociedade. Comparando o comportamento exigido pelos grupos evangélicos que antecederam a Igreja Universal se identifica que os valores sobre o papel de homens e mulheres, com algumas variações,¹⁵² foram praticamente os mesmos. Pode-se afirmar que houve até alguns “avanços”, porque do ponto de vista comportamental, o Neopentecostalismo inaugurado pela IURD, significou um sopro de liberalismo, que afetou inclusive, o comportamento posterior de grupos que a antecederam no campo religioso brasileiro. Rompeu com o estereótipo traçado para os evangélicos no Brasil, visto como um grupo profundamente marcado pelo ascetismo contracultural. O discurso iurdiano não proibiu que seus membros vestissem roupas da moda, usassem cosméticos e demais produtos de embelezamento, freqüentassem locais públicos, como praias, cinemas, teatros, estádios de futebol, praticassem esportes variados, assistissem a televisão e vídeos, tocassem e ouvissem diferentes ritmos musicais. Inclusive, estas “concessões” podem ter favorecido o proselitismo:

Nas rodinhas de pastores sempre aparecia alguém contanto alguma piada de profundo mau gosto sobre as mulheres da Assembléia de Deus, que, diziam, não se depilavam e não usavam desodorante por considerarem pecado.

A Igreja Universal, onde era proibido proibir, era apresentado como o único caminho da felicidade. (Justino, 1995: 46)

Esta nova visão do “crente” mais aberta à sociedade foi reproduzida pela Igreja Universal do Reino Deus nas suas publicações, sobretudo, com citações de passagens da Bíblia, nas “orientações” dadas pelos bispos iurdianos para os que tiveram dúvidas sobre esta

¹⁵¹ *Folha Universal*, 06/03/2005, Editorial p. 2 a, O forte sexo frágil.

¹⁵² A Igreja do Evangelho Quadrangular foi fundada por uma mulher e neste grupo existe a ordenação pastoras. Esta também apresentou durante o período de seu aparecimento uma maior liberalização. (Campos. 1993: 83)

questão, reproduzindo inclusive um argumento que já tinha sido usado anteriormente por Edir Macedo, ao traçar o seu perfil da mulher de Deus. “Não há absolutamente nada de errado quando a mulher se maquia, arruma o cabelo com adereços, corta, pinta, enfim, faz tudo o que acredita ser o melhor para ter uma aparência bonita”. (Macedo, 2001b: 37) O casamento ganharia com este comportamento, uma vez que tendo uma pessoa bem cuidada em casa não haveria motivos para o cônjuge procurar outra na rua. Observe-se uma orientação à uma aspirante à obreira:

Acessórios

Tenho 16 anos e sou batizada no Espírito Santo e candidata à obreira. Já me libertei de tudo, mas não consigo deixar de usar brincos, cordão, pulseira e maquiagem. Gostaria de saber se esta atitude atrapalha o meu lado espiritual! Oriente-me.

Julia Silva por e-mail

R: não entendi! Pedro, dirigido pelo Espírito Santo, diz que mais importante que os adereços exteriores é o que está dentro de nós. Aliás, de que adianta não usar nenhum adereço exterior se o interior está podre? E ele não diz que é proibido usar! Julgando que o que está no interior é o Espírito Santo, o mais importante é que você já se libertou. Nada contra!¹⁵³

O interessante desta resposta dada pelo bispo Jerônimo Alves foi que o mesmo argumento usado por outros grupos para proibir o uso de tais enfeites, na Igreja Universal serviu para autorizar o seu uso. “Mais importante que os adereços exteriores é o que está dentro de nós”. Os usos e abusos da apropriação das passagens bíblicas lembraram as palavras de Chartier:

A apropriação tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, que as categorias mais aparentemente invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (Chartier, 1988: 26)

Embora o discurso que afirmou que o homem era o “cabeça da família” tivesse uma grande divulgação dentro do universo evangélico, a releitura dos membros não foi apenas a pretendida pelos líderes. Uma observação interessante deste suposto papel subalterno feminino pode ser visto numa entrevista de uma frequentadora da Igreja Renascer em Cristo:

¹⁵³ *Folha Universal*, 09/04/2006, *Orientação*, p. 6.

Concordo, é o cabeça da família, mas a mulher é a coroa, então ele tem que saber deixar bem 'bonitinha' a cabeça (...) a coroa também faz parte da beleza, então também tem que estar junto, não é só ele falar, não, a mulher também tem que estar dando as idéias dela, porque ele não mora ali sozinho. (Toledo-Francisco, 2002: 144)

Esta entrevista foi realizada pela socióloga Crislaine Toledo-Francisco, que em sua dissertação de mestrado fez uma interessante análise das relações de gênero nas igrejas pentecostais, observando as diferentes apropriações feitas em torno dos discursos dos grupos religiosos estudados. Exemplos destas leituras diferenciadas puderam ser encontrados em algumas das perguntas e respostas coletadas no jornal oficial da IURD e que acabaram por revelar situações em que os receptores da mensagem iurdiana revelaram descontinuidades em relação ao discurso oficial e o questionamento das representações femininas e masculinas que circulam no grupo, mesmo sendo este reproduzido durante todo o período de sua existência. Dois exemplos coletados foram considerados bastante representativos.

Casamento

Frequente a Igreja Universal e gosto muito de participar das reuniões. Mas há algum tempo, venho reclamando da indiferença de meu companheiro, a frieza dele é muito grande, nem mesmo nos abraçamos e isso muito tem me incomodado.

Na semana passada, após sairmos da reunião, discutimos muito, e se não tivesse me calado com certeza teria chegado à agressão.

Devo pressioná-lo para ir embora ou me conformar e continuar agindo como "Amélia", lavando, passando, sendo muito infeliz e aguardando a solução em Deus?

Ansiosa do Rio por e-mail.

R: Amiga, se você acredita que mandar seu marido embora mudará sua vida para melhor, então não precisa de Deus. Pois a mulher mundana age assim; já aquela que pertence a Deus, aceite (a?) o desafio. Vejo que você permitiu que o ressentimento entrasse em seu coração e isso é ruim, pois pode colocar tudo a perder. Sei que não é fácil lutar por alguém que não milita a nossa fé, mas aí é que está a diferença, pois, uma vez ele transformado, o nome do nosso Deus será glorificado. Continue lutando, pois a vitória está próxima. 154

Conselhos também foram dados aos homens, que insistiam em não seguir o padrão estabelecido pelo grupo:

Relacionamento

Tenho 29 anos e queria uma orientação a respeito de minha vida sentimental. Estou em um relacionamento há quase 9 anos. Estive afastado

¹⁵⁴ *Folha Universal* 16/04/2006, p. 4

durante um ano dela. Nesse meio tempo conheci uma outra menina, que eu namorei mas não ficamos juntos muito tempo. Voltei para a minha antiga namorada e estamos indo juntos na Igreja, mas o problema é que ainda tenho saudades e estou gostando muito de outra menina. O que devo fazer?

Amigo moreno por e-mail.

R: Você tem que decidir o que quer de sua vida, pois quase uma década de relacionamento mostra que você não sabe o que quer! Na verdade quem está precisando de orientação é a sua namorada. No seu caso não sei se vale a pena fazer corrente sentimental mas sim descarrego!!!¹⁵⁵

Mesmo que as perguntas e respostas sejam bastante selecionadas ou mesmo inventadas pelos produtores do jornal considera-se que a sua análise pode ser bastante significativa, podendo não representar diretamente as dúvidas dos fiéis, mas revelando indícios destas ou de situações que a geraram, uma vez que a própria preocupação de colocá-las já foi bastante reveladora

“Mesmo as representações colectivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos” – que têm por objectivos a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória de identidades – tanto a dos outro como a sua. (Chartier, 1988: 18).

Trata-se de dois casos que representaram descontinuidades em relação ao discurso oficial. A revolta apresentada pela “ansiosa do Rio” foi totalmente de encontro ao que estivera previsto para o comportamento de uma “mulher de Deus”. A resposta do pastor foi incisiva. Não agir desta maneira seria romper com um dos princípios fundamentais do discurso iurdiano sobre o comportamento adequado a uma esposa, mesmo que ela seja casada com uma pessoa que não fizesse parte do grupo religioso. Entre um dos dez mandamentos da “mulher de Deus” apresentado por Macedo estava a sensatez. Esta “sabe ser cuidadosa com suas palavras, especialmente quando seu marido é incrédulo. Os lamentos e as reclamações nunca surtem bom efeito nos ouvidos de quem os ouve. Se é sensata sabe como contornar uma situação desagradável, em vez de ficar reclamando todo o tempo”. (Macedo, 2001b: 70)

Quanto ao “amigo moreno”, o seu comportamento indeciso e de aparente falta de respeito para com um dos deveres mais salientados pela Igreja Universal do Reino Deus, a deferência à instituição do casamento, parecem ter despertado no bispo Jerônimo Alves, sempre sério nas suas respostas, a ironia. Demonstrou também que a despeito do que foi pregado nos cultos, divulgado pela sua mídia, as relações entre os homens e mulheres que freqüentaram seu grupo parecem não terem atendido as determinações idealizadas pelas

¹⁵⁵ *Folha Universal* 10/04/2005 p. 5 b.

lideranças. Mesmo que as “orientações” tenham aparecido apenas como estratégia de reforço do discurso, estas poderiam acabar por revelar muito mais do que o pretendido pelo seu emissor.

A coroa governa o mundo: a atuação das mulheres de Cristo no Reino da Política

O desempenho de Zelinda Novaes e Eron Vasconcelos como representantes da Igreja Universal do Reino Deus já foi observado. Entretanto, torna-se aconselhável o exame de suas atuações a partir dos interesses de gênero que julgaram também representar. E ao analisar a atuação legislativa destas políticas constatou-se que ao contrário do Rio de Janeiro, onde as candidatas iurdianas que usaram a sua condição de gênero como uma estratégia eleitoral não apresentaram um desempenho parlamentar voltado para este segmento, criando projetos de lei ou indicações favoráveis às mulheres, a deputada Zelinda Novaes, principalmente em seu último mandato na Assembléia Legislativa da Bahia, teve uma participação ativa no sentido de elaborar ações para melhorar a condição da mulher. O mesmo poderia ser dito da vereadora Eronildes Vasconcelos, pois a defesa dos interesses religiosos foi uma constante, entretanto, não se opôs a presença de outras pautas que governaram sua participação na vida pública.

A atuação de Zelinda Novaes

É muito difícil pensar a presença de Zelinda Novaes na política sem levar em conta que esta não era uma “mulher comum” em seu tempo. Isto pela sua formação educacional e atuação profissional. Quando foi acolhida pela Igreja Universal do Reino Deus, Novaes já possuía uma carreira profissional pública que lhe colocava acima da média educacional da maioria das lideranças iurdianas. Como pensar então o papel que Zelinda Novaes desempenhou levando em consideração esta sua condição?

Como já foi visto anteriormente, a atuação de Zelinda Novaes na Assembléia Legislativa foi pautada pela defesa dos interesses iurdianos e de grupos afins. Entretanto, também se identificou no material pesquisado a presença da deputada em questões ligadas aos interesses da mulher. O que se observou é que estes interesses cresceram à medida que Novaes assumiu novos mandados no Legislativo baiano.

Em sua atividade legislativa dois projetos apresentados por Zelinda Novaes no período de 1991 a 2002 visaram garantir direitos da mulher no mercado de trabalho. O primeiro foi o PL 9478/91 de 14/05/91 que determinava que os maridos das seguradas tivessem também o direito de receber benefícios de contribuição previdenciária da servidora. Outro, apresentado sete anos após esta, o PL 11474/98 de 19/05/98, foi uma tentativa de garantir melhorias para as mulheres trabalhadoras, e teve como objetivo dispor sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios contra a mulher praticados por pessoa jurídica estabelecidas no Estado da Bahia, estabelecendo mecanismos internos como a punição para empregadores que viessem a se aproveitar de sua condição para assediar suas funcionárias, por exemplo.

Indicações também foram realizadas neste sentido como a 7231/91 de 28/11/91 que solicitava ao governador do Estado que resolvesse os problemas das contribuintes do IAPSEB que estavam encontrando dificuldades para conseguir a pensão e emitir o cartão de seus maridos.

A indicação 10267/97 de 04/11/97 pedia ao governador que o atendimento fosse realizado nos postos de saúde aos sábados, domingos e feriados, na capital e no interior. A justificativa apresentada por Zelinda Novaes argumentava que muitas mulheres trabalhavam 44 horas e durante a semana não teriam tempo de levar seus filhos ao médico, necessitando, portanto, dos fins de semana para a realização de tal atividade.

As mulheres excluídas pela sociedade também foram fruto da preocupação da deputada iurdiana que através do projeto 11299/97 de 20/10/97 pediu a criação de uma Creche na Penitenciária Feminina. A indicação 8626/95 de 08/03/95 também sugeriu ao governador do Estado a instalação da Casa de Convivência na área do centro histórico da cidade de Salvador para auxiliar as mulheres marginalizadas que atuavam entre outras coisas, como prostitutas nestes bairros. Palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, encaminhamentos a hospitais e tratamentos, hábitos de higiene e fornecimento de remédios seriam algumas das ações que deveriam ser realizadas neste local como uma forma de tornar mais dignas suas condições de vida. Com este objetivo também foi mandada para o executivo estadual a indicação 10452/98 de 27/04/98 solicitando a realização de uma campanha educativa objetivando prevenir o câncer de mama entre as mulheres de baixa renda.

Embora não seja objetivo do trabalho analisar o desempenho de Novaes como deputada federal, uma vez que a está fora do horizonte cronológico da pesquisa, que é de 1980 a 2002, foi interessante observar alguns de seus projetos na Câmara Federal, onde atuou de 2003 a 2006. Foram identificados 10 projetos de lei de sua autoria. Destes, destacou-se o projeto 3122 de 2004 que dispunha sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios

ou atentatórios contra a mulher praticados por empregador. Dentre outras coisas considerava como ato discriminatório a inobservância de isonomia salarial em razão do sexo, um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho. Assim o justificou:

Inadmissível conceber atos praticados por empregadores discriminando ou atentando contra a dignidade da mulher, que, constantemente, vem sofrendo violências de todas as espécies, até mesmo quando da prática de trabalho honesto e digno.

Quando da admissão, muitas vezes a mulher tem a sua imagem denegrida por pessoas que ocupam cargos elevados ou de chefia imediata, que inescrupulosamente degradam o sexo feminino, deixando à margem o conhecimento técnico ou outras qualidades específicas que possuem. Isso continua ocorrendo após a admissão e mesmo até quando da demissão.

Faz-se mister, então, reprimir tais atos discriminatórios ou atentatórios contra a dignidade da mulher, em caráter nacional.¹⁵⁶

Em caráter nacional porque o projeto anteriormente comentado, o PL 11474/98 de 19/05/98 determinava estas modificações no estado da Bahia. Os discursos proferidos por Zelinda Novaes na Câmara dos Deputados deixaram perceber a opinião da então deputada federal sobre o papel feminino na sociedade e na política. Por ocasião da comemoração do dia internacional da mulher observou:

Este momento é de festa e de renovação de uma consciência permanente de luta que envolva mulheres de todos os segmentos sociais.

E começa por nós, mulheres políticas eleitas pela sociedade, a responsabilidade de alertar as demais para participarem mais ativamente da vida pública para que possam ter a oportunidade de sugerir, planejar, implementar e executar ações e projetos voltados para a necessidade da mulher e em consequência da família e da sociedade.

Somos também conscientes da grande importância do papel que exercemos no seio familiar e de que a nossa carta magna consagra a família como a base da sociedade.

Como mães, esposas e administradoras do lar, devemos cuidar para que a ascensão da mulher se dê sem que ocorra a desagregação da família.

É necessário portanto que a realização profissional da mulher venha se compatibilizar com a união familiar e a harmonia social.¹⁵⁷

Foi de especial interesse para Zelinda Novaes o papel exercido pelas donas-de-casa que muitas vezes eram consideradas como um “peso” para a família e a sociedade, mas que em sua opinião tinham um importante papel econômico:

¹⁵⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 27/03/2004, 13091.

¹⁵⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 13/03/2003, 06314.

O sucesso da mulher não pode incomodar, seja como dona-de-casa, seja como profissional, mesmo porque o sucesso daquela que gera mulheres e homens é o sucesso da sociedade como um todo.

É por isso que pesquisadores e estatísticos, a começar pelos responsáveis pelo IBGE, precisam deixar de considerar a dona de casa como inativa.

Artigo da socióloga da Fundação Carlos Chagas, Cristina Bruschini, publicado no informativo Mulheres em Dados, da Fundação SEADE, de São Paulo, aponta que se agregássemos ao número de brasileiras economicamente ativas o das que se ocupam dos afazeres domésticos, 95% das mulheres com mais de 10 anos poderiam ser consideradas trabalhadoras.

A dona de casa deve ter assegurado direitos trabalhistas e previdenciários, afinal, quando falamos do baixo nível educacional da mulher, verificamos que uma das causas é justamente o fato de ela estar ocupada integralmente como administradora do lar.

Um projeto lançado por Zelinda Novaes no seu último mandato no Legislativo baiano também veio ao encontro de uma maior valorização deste grupo. O PL 11691/99 de 14/05/1999 propôs a comemoração do dia estadual da dona de casa.

Na Assembléia Legislativa Zelinda Novaes participou ainda de duas comissões relacionadas às questões femininas, sendo vice-presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (1995-1998) e titular da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (2001-2002). Provavelmente, por esta atuação tenha recebido a Medalha Antonia de Barros, prêmio concedido pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 2001, para pessoas e instituições que se destacaram na defesa dos direitos da mulher.¹⁵⁸

A atuação de Eronildes Vasconcelos

Ao contrário de Zelinda Novaes, a vereadora Eron Vasconcelos teve sua entrada na vida pública marcada nitidamente pela influência da Igreja Universal do Reino Deus. Sua carreira profissional estava ligada ao grupo. Sua condição educacional também foi bastante diferente. Com formação de nível médio, em um curso técnico de administração, exerceu as funções de líder do Grupo de Jovens da IURD e esteve sempre ligada às suas obras sociais. Por estes antecedentes de trabalho social certamente foi escolhida para representar a Igreja Universal do Reino Deus na Câmara Municipal no pleito de 2000, em Salvador. Estas informações contrastam, de certa maneira, com os cursos de Economia, Direito e Administração de Zelinda Novaes e sua especialização em Orçamento e Finanças Públicas. Entretanto, é interessante observar que mais uma vez o discurso “uniformizador” da Igreja Universal do

¹⁵⁸ <http://www.al.ba.gov.br/biografia.cfm?varCodigo=103>

Reino Deus esteve presente, pois apesar de tantas diferenças, na hora de defender os “interesses iurdianos” as duas “políticas de Cristo” falaram uma linguagem muito parecida. O perfil da vereadora iurdiana no site de seu atual partido (DEM) revelou isto:

Eronildes Vasconcelos Carvalho (Tia Eron), 32 anos, viúva, mãe de dois filhos, obreira da Igreja Universal do Reino de Deus há vinte anos, através de trabalho desenvolvido a frente da Escola Bíblica Infantil - EBI - tornou-se conhecida como Tia Eron. No decurso do ano letivo de 1999 foi designada, pelo Espírito Santo, como candidata ao parlamento municipal como representante da Igreja Universal do Reino de Deus e conseqüentemente de todo Povo de Deus.

Assumiu o mandato no ano de 2000 com uma votação expressiva, 12.910 votos, sendo a mais bem votada do PFL. Como parlamentar requereu ao Plenário a criação de uma Comissão Temporária de Combate à Discriminação Contra a Mulher, a qual veio a ser presidente e desde então desempenha papel fundamental de auxílio e suporte a todas mulheres marginalizadas e em situação de risco na cidade do Salvador.

Como serva do Senhor sempre se manteve atenta a todas as proposições que tinham a finalidade de impedir o crescimento do evangelho de Cristo e retaliar o Seu povo, logo se manteve firme no propósito de aprovar uma emenda que cancelava todos os débitos antigos de IPTU e TL a todas entidades religiosas, além de isentá-las de futuros pagamentos. Com grande disposição e coragem visitou diversas secretarias e superintendências com o firme propósito de reivindicar benfeitorias à igreja de Cristo; ou seja, lutou e bradou, sempre que necessário, a fim de manter igrejas de bairros como Castelo Branco, São Rafael, Barra, Pituauçu, Santa Cruz, Tancredo Neves, Catedral, dentre outras, sempre abertas e ganhando almas para o Reino de Deus.¹⁵⁹

Quando Eronildes Vasconcelos assumiu o mandato em 2001 deu entrada ao pedido de criação da Comissão de Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. Posteriormente ocupou a presidência da Comissão de Combate à Discriminação Contra a Mulher, desenvolvendo ações no sentido de ampliar o combate a atos discriminatórios contra a mulher na cidade de Salvador. O ano de 2001 foi marcado pela estruturação desta comissão o que talvez explique porque apenas em 2002 apareceram o resultados das discussões promovidas pelo grupo através de indicações.

Um dos projetos criados pela Comissão de Combate à discriminação da mulher teve como objetivo instituir a “Casa de Apoio da Mulher”. Esta tinha como meta dar condições de

¹⁵⁹ Perfil da vereadora encontrado no site do Partido Democratas. http://view.busca.uol.com.br/imgres2.jhtm?q=Igreja%20Universal%20do%20Reino%20de%20Deus&imgurl=http://www.liderancadaoposicao.com.br/imagens/tiaEronPlenario.jpg&imgthumb=http://images-partners.google.com/images?q=tbn:9agNR6iWtUrkMM:http://www.liderancadaoposicao.com.br/imagens/tiaEronPlenario.jpg&imgrefurl=http://www.liderancadaoposicao.com.br/vereador.cfm?vereador_id=5&d=190x151&sz=10.7kB&title=tiaEronPlenario.jpg&ref=http%3A%2F%2Fbusca.uol.com.br%2Fimagem%2Findex.html%3Ffi%3D1%26ad%3Don%26q%3DIgreja%2BUiversal%2Bdo%2BReino%2Bde%2BDeus%26start%3D324&ubs=img Acesso em 05/09/2008.

moradia a vítimas de violência doméstica, lhes garantido a integridade física e psicológica. As mesmas poderiam ir para a casa, acompanhadas ou não de seus filhos.

Na justificativa do projeto Eronildes Vasconcelos observou que há cada quatro minutos uma mulher sofre violência física no Brasil. Em Salvador, este ano, segundo dados divulgados pela Delegacia de Proteção à Mulher, foram registrados 9.005 ocorrências relacionadas com agressões, lesões corporais e ameaças.¹⁶⁰

Em 2002, Eronildes Vasconcelos dirigiu uma indicação 91/01 ao então prefeito Antônio Imbassahy solicitando a criação de um programa de atendimento diferenciado na rede hospitalar do município para mulheres vítimas de todas as formas de violência. A sua justificativa foi novamente baseada em dados sobre a condição da mulher na sociedade soteropolitana:

A violência contra a mulher no município de Salvador não pode ser mais vista como algo normal, pois as estatísticas mostradas pela Delegacia de Proteção à mulher e as inúmeras diurnas denúncias que chegam na forma de denúncia através de várias organizações da sociedade civil organizada, sinalizam que este é um dos mais graves problemas sociais quotidianos da atualidade. Daí porque existe uma necessidade premente de um atendimento imediato, qualificado com capacitação e sensibilidade dos profissionais da área de saúde, a fim de identificar os ferimentos decorrentes de violência física prestando assistência adequada a cada caso.¹⁶¹

Este conhecimento provavelmente foi resultado das inúmeras discussões realizadas pela Comissão Especial de Combate à Discriminação Contra a Mulher que, ao longo de 2002 promoveu vários encontros com estudiosos do tema e militantes da causa feminina.¹⁶²

Candidatas à Assembléia Legislativa e à Câmara de Deputados e representantes de várias entidades de defesa dos direitos da mulher participaram, juntamente com as vereadoras Eronildes Vasconcelos, a Tia Eron (PFL), e Valquíria Barbora (PT do B), da reunião promovida pela Comissão Especial de Combate à Discriminação Contra a Mulher, dia 27, no auditório da Câmara Municipal de Salvador.

A reunião foi presidida pela advogada Gleyde Gurgel, presidente da Comissão Municipal da Mulher. A doutora em Ciências Políticas Analice Alcântara, presidente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM), fez a palestra “Políticas Feministas e Globalização – O olhar das candidatas ao Parlamento”.

As candidatas estaduais Olívia Santana, Lídice da Mata e Moema Gamacho, e federal Alice Portugal foram as principais debatedoras. O bispo da Igreja Universal do Reino Deus (IURD) Márcio Marinho também esteve

¹⁶⁰ DOM, *Diário do Legislativo*, 26/11/2001, p. 1

¹⁶¹ DOM, *Diário do Legislativo*, 27/03/2002, p. 4

¹⁶² DOM, *Diário do Legislativo*, 04/06/2002, 06/08/2002, 30/08/2002, 23/09/2002.

presente ao debate. Ele é candidato à Câmara de Deputados. Ao final, Tia Eron, presidente da comissão, afirmou que o evento demonstrou que as mulheres estão cada vez mais se capacitando para o debate e a prática política.¹⁶³

Foi louvável o fato de Eronildes Vasconcelos ter convidado políticos de oposição para participar do evento, demonstrando que a defesa da “causa feminina” poderia suspender, ainda que temporariamente, diferenças partidárias.

Também em agosto de 2002, quando estavam em curso as discussões para aprovação do Orçamento Municipal para o ano seguinte, Eronildes Vasconcelos propôs uma emenda para garantir a utilização dos recursos de publicidade através dos meios de comunicação social na divulgação dos programas de planejamento familiar, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, campanhas de vacinação e de combate à violência contra a mulher.¹⁶⁴ A comissão, presidida por Vasconcelos, sugeriu ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no mês seguinte a criação de um Juizado Especial para Crime de Violência de Gênero. A vereadora iurdiana observou que esta era uma demanda constante das organizações feministas.¹⁶⁵ Aliás, o problema da violência contra a mulher foi um dos temas constantes da vereadora.

Quando perguntada sobre o papel feminino na sociedade, Eronildes Vasconcelos observou como o crescimento da presença feminina na política poderia ter conseqüências também para sua condição na sociedade:

A mulher vem se destacando em muitos cenários, mas, ainda é pouco diante de nosso potencial. Meu papel como parlamentar também é fomentar nessas mulheres seu potencial, estimulando-as à participar mais ativamente das decisões do município e alertá-las sempre no tocante a seus direitos, e ao não acatamento das incidências de violência.¹⁶⁶

Assim como Zelinda Novaes, a vereadora iurdiana preocupou-se com o papel da dona-de-casa, ressaltando as atividades por elas desenvolvidas e que não eram valorizadas socialmente. O resgate da importância do trabalho doméstico implicou também na afirmação feminina na medida em que ao se negar o valor deste, se negava algo que durante boa parte da história brasileira foi desempenhado pelas mulheres. Embora o tema da previdência social para as donas de casa permanecesse como polêmico, a vereadora Eronildes Vasconcelos o enfrentou na sua atuação na Câmara Municipal: “percebemos que as donas de casa são,

¹⁶³ DOM, *Diário do Legislativo*, 30/08/2002, p. 1

¹⁶⁴ DOM, *Diário do Legislativo*, 06/08/2002, p. 1

¹⁶⁵ DOM, *Diário do Legislativo*, 08/04/2002, p. 1 e 23/09/2002, p. 1

¹⁶⁶ Entrevista realizada pela autora em novembro de 2008.

muitas vezes, chefes de família e têm jornada tripla de trabalho, sem qualquer reconhecimento”.¹⁶⁷

Como explicar como em um grupo onde as mulheres seriam tão submissas o surgimento de Eronildes Vasconcelos e Zelinda Novaes? O princípio do sacerdócio universal define que cada cristão, homem ou mulher, é um sacerdote e tem livre e direto acesso à presença de Deus, tendo como único mediador Jesus Cristo. As mulheres protestantes, portanto, de antemão e como condição necessária para o atendimento deste teriam uma maior autonomia em relação às católicas submetidas a autoridades eclesiásticas.

Entretanto, a suposta igualdade presente no Protestantismo não impediu que durante séculos a mulher continuasse a desempenhar um papel subordinado dentro dos diversos grupos religiosos. Assim haveria de se considerar também as exigências impostas pelo crescimento das reivindicações feministas na sociedade. Como observou Maria Machado ao analisar a atuação de candidatas evangélicas no Rio de Janeiro: “as necessidades do Pentecostalismo se adequar às tendências sociais seria um fator responsável pela transformação das mulheres em importantes atores sociais”. (Machado, 2006: 54)

A Igreja Universal do Reino Deus e questão do aborto

A postura da Igreja Universal do Reino Deus em relação ao aborto foi, em grande parte, diferente da maioria dos grupos pentecostais. Ainda em 1992, o deputado federal baiano Luiz Moreira encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que autorizava a interrupção da gravidez até a vigésima quarta semana nos casos em que o produto da concepção fosse portador de graves e irreversíveis anomalias físicas e mentais. Assim justificou Moreira a sua solicitação:

O presente projeto de lei tem como finalidade determinar as condições próprias que devem obedecer o princípio da interrupção da gravidez até a 24ª (vigésima quarta) semana, sempre precedida de parecer médico e consentimento formal da gestante, do cônjuge ou responsável legal e seja realizada em instituição hospitalar pública ou privada, em condições satisfatórias as necessidades básicas do procedimento de interrupção da gravidez.

Outrossim, coíbe, os procedimentos de interrupção de gravidez, feitas sem quaisquer critérios e, às vezes, por profissionais não especializados, em locais impróprios e com sérios riscos de vida para a gestante.¹⁶⁸

¹⁶⁷ *A Tarde*, <http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=998821> Acesso em 19/11/2008.

O aborto era neste momento encarado como um sério problema de Saúde Pública. A admissão do aborto nos casos especiais já era um significativo avanço se comparado a opinião de alguns deputados evangélicos da Constituinte de 1988 que ficaram famosos pelas observações polêmicas que fizeram a respeito do tema. Talvez, a formação profissional de Moreira explicasse a sua postura mais aberta à questão:

A minha entrada na Igreja Universal e a minha conversão para o evangelismo se deram de maneira diferente. Minha vida já estava estabilizada: uma vida de médico, com vários e vários anos de profissão, uma vida militar de vários e vários postos alcançados. Por questões de afinidade de trabalho e de um convite do Senador Antonio Carlos Magalhães, então Ministro das Comunicações, fui diretor da Dentel nos Estados da Bahia e Sergipe, já que era homem também da comunicação e radioamador há 47 anos. Depois de algum tempo, uma senhora, que foi contadora de nossa clínica, converteu-se e pediu-me para orientar o pessoal da Igreja Universal que tinha comprado a Rádio Bahia, em Salvador. Daí nasceu o relacionamento, o convívio sadio. Em certa época, encontrei-me com o Bispo Rodrigues, então pastor em Salvador. Entrei para a Igreja Universal, convertido e batizado pelo próprio Bispo Rodrigues. Já tinha na minha residência o esteio do evangelismo, porque minha senhora e meus filhos são batistas de berço. Aquele esteio que sustenta uma família na sua união e convívio deu-me o exemplo. Católico não-praticante, como a grande maioria dos povo brasileiro, converti-me e hoje me encontro no seio da família evangélica, que tanto trabalho tem realizado neste País na conversão de marginalizados.¹⁶⁹

O deputado federal Luiz Moreira tinha uma carreira consolidada na administração pública e ligação com Antonio Carlos Magalhães que precederam a sua entrada na Igreja Universal do Reino Deus. Este conhecimento possivelmente proporcionou as lideranças iurdianas condições mais favoráveis ao seu crescimento político. Talvez não seja coincidência o fato de Zelinda Novaes ter sido escolhida a representante no legislativo estadual e Luiz Moreira no Legislativo federal, uma vez que a ex-deputada iurdiana também tinha experiência na vida pública anterior a sua candidatura a cargos eletivos.

Embora se possa falar de uma postura mais aberta à questão do aborto por parte das lideranças iurdianas, oficialmente, pelo menos até as recentes declarações do bispo Edir Macedo, era condenado nos casos não previstos em lei. Os fiéis entrevistados mostraram-se em sua absoluta maioria contrários a adoção de tal medida. A legalização do aborto foi também combatida por amplos setores evangélicos, incluindo Zelinda Novaes, que em sua atuação como deputada federal lutou contra a sua discriminação, defendendo, inclusive, que

¹⁶⁸ *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), 28/01/1993, 1851.

¹⁶⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 09/08/2000, 41334.

este não seria legítimo em nenhum caso, incluindo os que já estavam previstos na legislação.

Um extrato do discurso da deputada:

Trago a esta tribuna, para reflexão da população e desta Casa, tema extremamente polêmico, que tem provocado a presença aqui de diversos representantes, dos mais variados segmentos da sociedade, que buscam contar com a compreensão, com a sensibilidade dos Parlamentares, para que o projeto de lei que descrimina o aborto saia de pauta, já que contraria valores éticos e religiosos. Por isso, Sr. Presidente, qualquer iniciativa que sugira a interrupção da vida, o dom supremo, não contará com o meu apoio.

Srs. Deputados, um dos mais importantes e fundamentais direitos do ser humano é, indubitavelmente, o direito à vida.

Nossa atual Carta Magna, ao contrário da anterior, traz logo no início e em lugar de destaque seu mais importante artigo, aquele que dispõe sobre os direitos e as garantias individuais.

Mas, a inviolabilidade do direito à vida, prevista pelo caput no art. 5º, está sendo ameaçada.

Por isso, estamos numa batalha pela vida.

Estamos lutando contra a pena de morte do inocente.

Estamos lutando contra a proposta que descrimina o aborto, e sob a vigilância da sociedade.

Aprovar essa proposta será condenar à morte aquele ser que nada fez de errado. Aqueles que preconizam a morte do feto, quando oriundo do estupro, por exemplo, não querem a do estuprador. Nessa história, quem afinal de contas foi o criminoso para merecer a pena capital: o ser humano que está em gestação, ou o violentador sexual?¹⁷⁰

Em relação ao aborto, os argumentos de Zelinda Novaes em nada se diferiram dos utilizados por setores católicos que consideravam que a gestante, vítima de estupro, deveria ter o filho de seu agressor, para que ela também não cometesse outro crime:

O aborto é homicídio, é assassinato. E não há argumentos, por mais dolorosos que sejam, que justifiquem a morte de um inocente.

(...) Praticar o aborto é eliminar a vida que se inicia, estamos diante de uma outra modalidade de homicídio. E, se por instinto de preservação, temos de resguardar a vida, há que se proteger também esta, o feto, que jamais se confundirá com o corpo da mãe.

Daí não se admitir a premissa abortista de que a mulher tem direito de dispor do próprio corpo. É inegável que qualquer um, homem ou mulher, poderá dispor de seu próprio corpo, mas não poderá dispor de outro corpo, de outro ser, objetivando eliminá-lo, porquanto não é seu corpo, seu apêndice, seu órgão, mas um sistema independente, todavia não autônomo, que, por força da natureza, se utiliza do útero da mulher, temporariamente, para se aperfeiçoar.¹⁷¹

¹⁷⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 09/12/2005, 60168.

¹⁷¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 09/12/2005, 60168.

Os dois discursos demonstraram as diferenças “morais” que existiam entre os próprios deputados iurdianos, pois Luiz Moreira pelo que revelou o projeto de sua autoria anteriormente citado, não era contrário ao aborto em todos os casos. Zelinda Novaes refletiu uma exceção ou a regra com sua rigorosidade ao tratar do tema? Talvez seja mais aconselhável supor que as opiniões dos iurdianos sobre o aborto seguiram variantes diversos a depender dos contextos em que foram colocadas. As permissões para casos específicos como a questão de gravidez resultante de violência sexual sofreram resistência dos evangélicos e de outros setores da sociedade, mas conseguiram aprovação ainda em 1988, todavia, a descriminação do aborto seria um “avanço” muito grande para que fosse defendida por este segmento social, mesmo em 2005. As exceções estavam já previstas, pois como observou o pastor iurdiano Cláudio Peixoto ao comentar o tema:

A cerca do aborto, o aborto que você está falando é uma ato de... é um crime, um dos maiores dos pecados, só que tem casos e casos, um exemplo: a jovem que foi estuprada, neste caso ai é melhor a pessoa chegar a fazer o aborto do que trazer a criança ao mundo e a criança ficar sofrendo ou então trazer doenças para a própria mãe. Tem casos e casos, depende do caso. Né que a igreja apóia, né que a igreja também é contra, entendeu. Tem casos e casos. Dependendo da situação que for, se for necessário fazer é melhor do que vir amanhã depois vir trazer problemas pra mãe e também para a criança.¹⁷²

A ambigüidade foi uma constante na fala do pastor iurdiano, mas esta pode ter sido reflexo da própria maneira como a sociedade brasileira tratou o tema de uma forma geral, especialmente os grupos populares, principais fiéis da Igreja Universal do Reino Deus. A condenação do aborto do ponto de vista moral, embora as pessoas não deixassem de praticá-lo de acordo com as circunstâncias da vida pareceu ter sido a lógica que governou o “comportamento médio” do brasileiro em relação à questão. Inclusive em outro pronunciamento Zelinda Novaes observou este fato:

Última pesquisa realizada sobre o tema, divulgada no mês passado, mostra que a população brasileira é favorável ao planejamento familiar, mas frontalmente contra o aborto de modo indiscriminado. E isso não é novidade.

O IBOPE, na última grande pesquisa realizada em todo o Brasil no ano de 2003, revelou que 90% da população brasileira é contrária à ampliação das leis que descrimnam o aborto. Essa mesma tendência foi verificada no ano seguinte, quando, em março de 2004, programa de televisão da Rede Globo mostrou que não só a maioria dos jovens brasileiros é contra o aborto em geral, como também em 12 de 14 capitais pesquisadas a maioria das jovens do sexo feminino é contrária à interrupção provocada da gestação. Em maio daquele mesmo ano, a revista ISTOÉ publicou dados preliminares de uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto da

¹⁷² Entrevista realizada pela autora com Pastor Cláudio Peixoto em 19 de março de 2008.

Cidadania - órgão oficial do Governo Federal -, que entrevistou 3.500 jovens e concluiu que 80% dos jovens brasileiros são contrários ao aborto.¹⁷³

A luta das feministas e simpatizantes à legalização do aborto como um instrumento de afirmação em defesa da autonomia e da liberdade para todas as mulheres, diante da mortalidade daquelas que, por viverem na pobreza, não tiveram acesso ao aborto seguro, tem sido marcado por inúmeras dificuldades, explicadas não apenas pelos grupos de pressão que atuaram na Câmara Federal para defender princípios que seriam, sobretudo, religiosos. Todavia estes grupos têm exercido um considerável papel no relativo atraso presente na legislação brasileira em relação à questão. Como revelou um dossiê sobre o aborto clandestino praticado nas cidades de Salvador e Feira de Santana, ao comentar os empecilhos enfrentados pelos que se aventuravam a praticar os abortos permitidos legalmente:

O funcionamento e a ampliação desses serviços ainda encontram resistências. Resistências orientadas pela mesma lógica das forças políticas que no Congresso Nacional se posicionaram contra a aprovação do divórcio, contra a união estável, que não reconhecem como legítimo e legal o amor entre pessoas do mesmo sexo, conseqüentemente são contrárias à união civil entre essas pessoas, forças que tudo fizeram para que o Supremo Tribunal Federal rejeitasse as pesquisas com células-tronco e que historicamente atuaram, até agora com êxito, para dificultar o debate e impedir todos os projetos de lei que ampliam os permissivos para a prática do aborto no Brasil. São os mesmos segmentos que se mobilizaram para reverter a liminar, em favor da confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, na argüição da inconstitucionalidade da proibição da interrupção da gravidez nos casos de anencefalia.¹⁷⁴

As dificuldades na aprovação da lei que descriminaliza o aborto não foram criadas apenas pelos evangélicos ou iurdianos, uma vez que católicos também se organizaram para combater a proposta. A diferença foi que não existia uma “bancada católica” que desse visibilidade aos protestos, o que provavelmente contribuiu para que os evangélicos assumissem a liderança do movimento.

A título de conclusão

Como conciliar o incentivo da entrada da mulher na política com uma posição doutrinária marcada por uma lógica de submissão feminina ao “cabeça da casa”. Este foi sem

¹⁷³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 05/08/2005, 35668.

¹⁷⁴ Simonetti, Cecília et alii. *Dossie: A realidade do aborto inseguro na Bahia: a ilegalidade da prática e seus efeitos na saúde das mulheres em Salvador e Feira de Santana*. Salvador, 2008.

dúvida um desafio enfrentado pela Igreja Universal do Reino Deus. Pode-se concluir, talvez, que presença das mulheres na política funcionou como uma “válvula de escape” para possíveis tensões advindas deste discurso ainda com tons conservadores em relação ao papel da mulher. Obviamente que outras existiram. Os discursos que as lideranças iurdianas fizeram circular não foram plenamente aceitos pelos fiéis. Outras formas de exercer o poder foram praticadas, uma vez que não se pode afirmar que no cotidiano dos templos as mulheres tenham permanecido à margem do exercício de poderes, mesmo que oficialmente não ocupassem posição alguma. A atuação de obreiras e mulheres de pastores, por exemplo, não pode ser ignorada ao pensar as relações de poder que se estabeleceram dentro do grupo religioso, como as batistas estudadas por Bianca Daeb’s que exerciam votos nas assembléias, mas sobretudo, puderam em muitos momentos atuar como grupos de pressão, exercendo “poderes paralelos” aos dos pastores, que precisariam contar com seu apoio. (Daeb’s, 2006: 67)

Permitir que as mulheres se tornassem “políticas de Cristo”, eis um caminho possivelmente trilhado para garantir que *carismas* femininos presentes na Igreja Universal do Reino Deus não significassem um problema para a hierarquia androcêntrica. O perfil de Eronildes Vasconcelos poderia ser apresentado como um exemplo de como um potencial de liderança feminino foi canalizado para a política. A ligação dela às instituições da IURD sugeriria que sua atividade como vereadora fosse pautada pela completa dependência ao grupo e uma tímida atuação, mas a observação dos primeiros dois anos de seu mandato foi de encontro a esta expectativa. Mulheres como Eronildes Vasconcelos e Zelinda Novaes encontraram no espaço legislativo um ambiente para desenvolver sua liderança, espaço que provavelmente não conseguiriam dentro da estrutura eclesiástica da Igreja Universal. Ao mesmo tempo, o controle das lideranças masculinas continuou a existir de maneira indireta. Negociação para evitar o conflito, esta parece ter sido a lógica que marcou a atuação das “mulheres de Cristo” na política.

Zelinda Novaes negou em sua trajetória o papel de subalternidade da mulher, embora estivesse subjugada a um grupo que se pautasse por valores machistas. O mesmo poderia ser dito de Eron Vasconcelos. Diferentes condições econômicas, sociais, educacionais unidas pela condição religiosa e de gênero. Críticas poderiam ser feitas as suas atuações, entretanto, tornou-se necessário reconhecer as suas contribuições para a emergência das mulheres no mundo político, espaço durante muito tempo relegado apenas aos homens, apesar destas terem se colocado contra algumas lutas importantes do movimento feminista nas últimas décadas,

como o aborto, principalmente. Todavia é necessário ressaltar que este não tem sido um tema controverso apenas para os evangélicos e católicos.

O compromisso religioso de Zelinda Novaes explicaria o seu comportamento em relação ao tema, mas como foi visto, este pautou a atuação não apenas desta, mas as dos próprios “políticos de Cristo”. Como afirmou Edir Macedo era preciso “ter sempre em mente que a autoridade que Deus nos delega é exclusivamente para se fazer a Sua santa vontade. Quando escolhe um homem ou mulher, é para determinada tarefa que Ele escolhe!”. (Macedo, 2001a: 87) “ter vocação política e conquistar a confiança dos líderes”, eis duas das condições necessárias aos candidatos e candidatas iurdianos. Os limites neste caso foram também apontados, pois estes líderes pertenciam ao Conselho de Bispos da IURD que nunca incluiu uma mulher entre seus representantes.

Capítulo IV



O Reino de Deus na Terra: Discurso e prática política jurídica

Porque a política é de Deus, não é pecado ser um político. Pecado é se corromper na política.¹⁷⁵

O século XX conheceu as mais diversas formas de atuação política dos evangélicos: o afastamento do mundo, que levou ao afastamento das questões públicas durante muitos anos; um Protestantismo Progressista que se organizou no Brasil a partir da década de 1950 preocupando-se com as questões sociais e políticas; e mais recentemente a participação aberta dos que passaram a buscar a construção do “Reino de Deus” aqui e agora, justificando a sua presença no meio político como uma forma de defesa de seus interesses religiosos.

Do final do século XIX aos primeiros decênios do século XX, os evangélicos representavam cerca de 1% da população brasileira. Os pentecostais chegaram ao início do século passado e cresceram lentamente até o final da década de 1960, atingindo 4,8 milhões de pessoas. O grande salto se deu nos anos 70, com o surgimento dos grupos neopentecostais. O censo de 1980 registrou 7,8 milhões, o de 1991, 13 milhões e o de 2000, 26,1 milhões. Esse crescimento vertiginoso deu margens à criação uma representação política proporcional a sua nova posição na sociedade. Nas eleições de 2002, os evangélicos aumentaram em 63% sua presença na Câmara. Naquela legislatura foram 44 parlamentares, a maior bancada evangélica da história. Em 1998 haviam sido 27 deputados federais. Estes números refletiram o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil e uma postura mais agressiva que muitas deles adotaram em relação à participação política.

Durante quase 80 anos, os evangélicos estiveram às margens da vida política, dedicados ao trabalho de propagação da Bíblia e preocupados em sobreviver aos preconceitos de um ambiente “hostil” dominado por uma maioria católica. O gradual crescimento da presença dos evangélicos nas eleições foi uma conseqüência, em grande medida, do aumento dos grupos pentecostais e neopentecostais. A explosão evangélica, considerada um dos grandes fenômenos sociais do País na segunda metade do século passado, ocorreu a partir do final da década de 70, mas notadamente a partir das eleições de 1986, com a eleição dos parlamentares que vieram a integrar o Congresso Constituinte. Esta participação foi impulsionada por vários fatores, inclusive pelos rumores de que haveria um movimento para transformar o catolicismo em religião oficial do Brasil. Além do aumento numérico, pois, em apenas cinco anos, o número de parlamentares evangélicos que chegou ao poder foi maior que em todos os anos anteriores, ocorreu uma modificação na composição eclesiástica. Os pentecostais, que não eram representativos até então, passaram a predominar, revelando sua vantagem numérica no

¹⁷⁵ Raquel, entrevista realizada em 23/03/2008.

campo, enquanto a quantidade de protestantes históricos permaneceu estável. Naquele ano, foram eleitos 32 deputados federais evangélicos. Na eleição seguinte, o número diminuiu um pouco e, em 1994, chegou a 27, sendo a década de 1990 marcada pelo crescimento político.¹⁷⁶

Como já foi observado, presença evangélica na política brasileira foi marcada por dois momentos: primeiro pela presença de políticos que buscaram o apoio de segmentos evangélicos para se elegerem e que faziam em troca deste apoio determinadas concessões a estes grupos, mas sem um maior comprometimento. A partir das eleições constituintes de 1986, o que se observou foi a modificação deste quadro, com a eleição dos “políticos de Cristo” para servir aos interesses dos grupos religiosos. Este “novo modelo político” se tornou predominante entre os evangélicos na década de 1990. Neste processo destacaram-se dois grupos, a Igreja Pentecostal Assembléia de Deus e a Igreja Universal do Reino Deus, que foram as principais responsáveis pela substituição do bordão “crente não se mete em política” pelo “irmão vota em irmão” e pela criação de novas práticas e representações em torno desta relação que sempre foi complexa entre Estado e Igreja. A idéia de que deveria haver um voto consciente do evangélico passou ser seguida por muitos grupos e justificada biblicamente:

O Evangelho não se esgota nas preocupações com a alma. Com o espírito. O Evangelho é uma solução para o homem integral. Para o corpo também.

Daí, a afirmativa de Jesus: “sois luz do mundo e sal da terra”. As duas partes se completam: luz do mundo para indicar o caminho espiritual, a salvação, o passaporte para a vida eterna com Cristo: sal da terra, para alterar a sociedade pecaminosa em que vivemos, transformando as estruturas apodrecidas, modificando as situações de injustiça, dando pão a quem tem fome, roupa a quem está despido, abrigo a quem está ao relento, vida digna a quem está na sarjeta. (Sylvestre, 1986: 52)

A Igreja Pentecostal Assembléia de Deus teve um destacado papel nesta mudança. Em 1986, o líder assembleiano Josué Sylvestre lançou um livro que serviu com referencial para pensar as mudanças discursivas da maneira como os evangélicos entendiam sua relação com a política. Denominado *Irmão vota em irmão*, objetivava dar início a um processo de conscientização da comunidade evangélica no sentido de entender o papel ativo que esta deveria exercer na sociedade, ressaltando a necessidade de nas eleições constituintes e nas que se seguiriam posteriormente, em nível municipal, estadual e federal os “irmãos” irem às urnas para eleger seus representantes.

Condenando o hábito que os evangélicos teriam de não votar em seus “irmãos”, observou que a corrupção se encontrava em todos os lugares e não adiantava o cristão se

¹⁷⁶ *Folha de São Paulo*, 01/02/1999.

afastar, pois agindo desta maneira cederia espaços às forças do mal, uma vez que a orientação divina indicava esta presença. Os motivos do antigo afastamento foram comentados:

É até compreensível que, em décadas passadas, alguns missionários, de boa fé, tenham usado esta argumentação ou defendido idéias parecidas para evitar problemas com a estrutura coronelista da política interiorana, tradicionalmente aliada ao clero católico-romano.

Estrangeiros e além do mais evangélicos, eles não poderiam demonstrar preferências políticas nem apoiar candidatos abertamente, pois iniciativas dessa ordem poderiam aumentar a incidência de perseguições e injustiças já cometidas contra os crentes em praticamente todos os Estados da Federação.

Todavia, insistir nesta tese nos dias atuais é fazer a vontade do maligno, que não deseja ver a influência benéfica de grande número de políticos crentes alterando, como sal, a atuação de pecado das nossas cúpulas dirigentes.

Deus permitiu o progresso evidente do evangelismo nacional e, como força preponderante no conjunto da sociedade, é preciso começar a ser o “sal da terra” e não apenas “luz do mundo”. (Sylvestre, 1986: 36)

Sylvestre escreveu *Irmão vota em irmão* apenas alguns meses antes das Eleições Constituintes de 1986 e indicava neste livro claramente que um “novo” papel se colocava para os “crentes” brasileiros. Se as lições dadas por Josué Sylvestre a seus irmãos foram aprendidas pelas lideranças da Igreja Universal do Reino Deus não é possível precisar, mas ao identificar o processo de construção dos discursos e práticas iurdianas a cerca do papel da política, percebe-se varias permanências desta homilia. Antigas representações políticas continuaram a ser exploradas ao lado de novas formas de inserção, pois no campo religioso brasileiro, a atuação da IURD ao mesmo tempo em que “refletiu”, criou novas formas de expressão política. Investigar algumas destas representações é o objetivo deste capítulo.

Para analisar o papel desempenhado pelo discurso ou discursos produzidos pela Igreja Universal do Reino Deus ao longo de sua trajetória foram examinados o material doutrinário e devocional da IURD relativos ao tema e os editoriais publicados na *Folha Universal* pelo Bispo Carlos Rodrigues, principal articulador político do grupo, comparando-os com as apropriações deste discurso realizadas pelos fiéis e identificadas nas entrevistas com pastores e membros. Procurou-se relacionar as informações presentes nas publicações oficiais iurdianas com reportagens produzidas pela *Folha de São Paulo*, jornal relacionado às questões nacionais, utilizado no trabalho.

Direita, esquerda ou centro: a trajetória política da IURD

A Igreja Universal do Reino Deus começou um processo de questionamento do governo federal e do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1998, depois de ter apoiado Collor, Itamar Franco e FHC (primeiro mandato). O processo de institucionalização teria levado a IURD a não ver mais como legítimo o discurso de perseguida e a uma reavaliação do juízo formado anteriormente a respeito de seus antigos “perseguidores”? Teria a IURD caminhado para a Esquerda empurrada pelas preocupações com os problemas sociais, desprezados pelo governo FHC?

Oficialmente, as lideranças religiosas iurdianas admitiram ter ocorrido uma evolução do pensamento político do grupo e que erraram ao apoiar Collor e Fernando Henrique Cardoso. Uma modificação tão drástica poderia ser compreendida se analisado o contexto em que foi gerada a rejeição pentecostal ao candidato Luis Inácio da Silva, em 1989. O medo de perseguição religiosa, principal argumento utilizado pela IURD para justificar a repulsa a Lula tinha certa plausibilidade a partir da perspectiva dos pentecostais. Como observou Freston:

Os pentecostais têm muitas histórias - verídicas ou não do que consideram discriminação por administradores petistas: espaços físicos negados para realização de eventos, cultos ao ar livre proibidos, pastores tratados com animosidade (...). Contudo, embora possa haver, por parte de alguns, um grau de manipulação em função de outros interesses, o fato é que havia um receio genuíno quanto a Lula. (Freston, 1993: 257)

O seu processo de institucionalização, realizado, sobretudo, na década de 1990, certamente contribuiu para a modificação de sua forma de pensar as questões políticas. Modificação que tornou possível a aliança do Partido Liberal (PL), principal “reduto político” iurdiano, com Luis Inácio da Silva nas eleições de 2002, levando o Bispo Rodrigues a no segundo turno ser um dos coordenadores políticos do candidato petista. (Ver imagem 9) Mas não foram apenas as lideranças



Imagem 9 - Evangélicos e iurdianos apoiaram Luís Inácio da Silva em 2002

iurdianas que se transformaram, foi necessário também que o Partido dos Trabalhadores se abrisse para o diálogo com os pentecostais, e conseqüentemente, com a IURD. O partido atacado pela Igreja Universal em 1989, não foi o mesmo que disputou as últimas eleições presidenciais, nem o que fez chapa com o PL em 2002 e no segundo turno das eleições teve nos templos iurdiano a voz dos pastores pedindo voto para seu candidato.

Geralmente ao se falar da aproximação de Luís Inácio da Silva, de setores do Partido dos Trabalhadores e da Igreja Universal do Reino Deus se tomou como referência o ano de 2002, mas já havia se delineado uma tentativa de aproximação nas eleições de 1998. A própria visita de Luís Inácio da Silva a Edir Macedo quando este foi preso em 1992 poderia ser pensado como um exemplo de que a parcela do eleitorado que o Bispo da IURD aparentemente comandava parecia não ser desprezada pelo candidato petista ou setores “menos” “escrupulosos” do PT. Os jornais do período testemunharam a aproximação:

De olho nos votos dos evangélicos, rebanho que tradicionalmente rejeita sua candidatura, o petista Luiz Inácio Lula da Silva fez elogios indiretos ao bispo Edir Macedo, dono da Igreja Universal do Reino de Deus, durante entrevista ao programa "Paulo Barboza" da rádio Record de São Paulo, no qual disse ainda que sempre acreditou em Deus.

"Sei que o tratamento da Igreja Universal nesta eleição será diferente do dado em 89 e em 94. O bispo Rodrigues me garantiu que desta vez não vão me satanizar, não vão me vender como demônio", disse Lula, referindo-se a uma conversa que teve com o bispo Carlos Rodrigues, coordenador político da Universal.

Ao falar sobre os problemas da agricultura nordestina ocasionados pela seca, o candidato petista mais uma vez fez referência à Igreja Universal do Reino de Deus.

"O bispo Edir Macedo doou 150 toneladas de alimentos para a cidade de Irecê, na Bahia. O governador do PT, Cristovam Buarque, doou 140 toneladas. Já o governo federal só deu 7 toneladas", comparou.¹⁷⁷

Enquanto uma postura mais neutra ou simpática em relação a Lula pode ser vista nas publicações da Igreja Universal do Reino Deus, as opiniões sobre Fernando Henrique Cardoso passaram a ser cada vez mais críticas. Exemplo desta nova postura foi encontrado em editorial da Folha Universal, de 17 de maio de 1998, que comentava a incapacidade do governo federal para resolver os problemas da seca no Nordeste:

O governo Federal não tem dado a importância devida para a região. O presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de ter ido recentemente ao Chile e à Espanha, e com viagem marcada para Genebra, na Suíça, demorou muito a se aventurar a visitar a área afetada pela seca e conhecer de perto a desventura dos nordestinos. Disse ainda, durante um jantar no Itamaraty, que a solução para a seca do Nordeste não depende só do governo: “Depende de Deus, do tempo e da chuva”, arrematou ele.

Sem buscar anteriormente solução para um problema tão previsível, o presidente se eximiu de responsabilidade e “entregou o problema a Deus”. Durante meses e meses ele teve a “dica” de Deus através de informes meteorológicos sobre a falta de chuva e as conseqüências do fenômeno El Niño, que agravariam a seca no sertão nordestino. Preferiu “lavar as mãos”

¹⁷⁷ *Folha de São Paulo*, 21 de julho de 1998.

e foi além, afirmando que era caro transportar alimentos doados até municípios atingidos pela estiagem.¹⁷⁸

“Coisas da Política”. O “diabo barbudo” de 1989 havia se transformado num político sério, que inclusive, fazia elogios públicos aos seus antigos detratores. Mas a recíproca também foi verdadeira e inúmeros depoimentos dos Bispos atestavam as “novas” “velhas” virtudes de Luis Inácio da Silva. Em 1998, Carlos Rodrigues surgiu nas publicações da Gráfica Universal fazendo elogios ao candidato petista Luis Inácio da Silva: “Luís Inácio já demonstrou ser um político diferente, homem de vida simples, desapegado dos bens materiais, aquele que vive por um ideal”. (Rodrigues, 1998b: 32) Interessante observar que quatro anos atrás, em 1994, Lula apareceu na *Folha Universal*, devido a seu suposto envolvimento com a “magia”. Este envolvimento era então condenado pelos líderes iurdianos, conforme relatado pela *Folha de São Paulo*:

A Igreja Universal do Reino de Deus, comandada pelo bispo Edir Macedo, faz campanha aberta contra a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência.

Três exemplares recentes do jornal "*Folha Universal*" trouxeram Lula em sua capa. Um deles tinha a seguinte manchete, escrita em letras vermelhas: "Lula apela para o candomblé".

Abaixo dela, há uma foto de Lula na Baixada Fluminense com a mãe-de-santo Nitinha.

A vinculação com o candomblé não é bem vista pelos evangélicos. A "*Folha Universal*" explora esse aspecto e insinua que Lula procura integrantes de várias religiões, inclusive evangélicos, na esperança de receber seus votos¹⁷⁹.

Nas eleições de 1989, Luis Inácio da Silva foi acusado pela Igreja Universal do Reino Deus, ora de ser um representante dos interesses católicos (mais especificamente os grupos ligados à Teologia da Libertação) ou de ser um ateu convicto que ao chegar ao poder acabaria com as igrejas no Brasil. Em 1994, o seu envolvimento com o Candomblé passou a ser ressaltado pela IURD como mais um argumento utilizado para convencer seus fiéis a não votarem em Lula, uma vez que estava se configurando os acordos que possibilitaram o apoio dado ao candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso.¹⁸⁰

Associar Luís Inácio da Silva às religiões de origem africana significava um ataque forte à sua candidatura. É possível imaginar o impacto negativo que esta associação teve durante o processo eleitoral junto ao público iurdiano, já que o candidato petista acabou por

¹⁷⁸ *Folha Universal*, 17/05/1998, p. 2 a.

¹⁷⁹ *Folha de São Paulo*, 08/08/1994.

¹⁸⁰ *Folha de São Paulo*, 03/10/1994.

“glorificar” outros deuses. O “ecumenismo” de Luis Inácio da Silva não era bem visto pelos iurdianos, que mantiveram a condenação à magia dos outros grupos religiosos também na sua inserção política, embora não se opusessem à manutenção de suas próprias práticas mágicas. O Ecumenismo era algo condenado pelas lideranças iurdianas, e Odenir Laprovita Vieira, na época deputado federal, afirmou que esta prática propusesse que Deus estivesse “de mãos dadas como o diabo”. Membro fundador da Igreja Universal do Reino Deus, Odenir Laprovita Vieira, foi um dos primeiros deputados federais iurdianos, tendo exercido dois mandatos, de 1991 a 1995, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e de 1995 a 1999, como candidato do Partido Progressista (PP), ambos representando o estado do Rio de Janeiro. Odenir sempre foi uma importante liderança da IURD e formava, junto com o Bispo Carlos Rodrigues, o grupo de homens fortes da política iurdiana. Outra liderança, o Bispo Carlos Roberto Silva, também foi ao encontro de Vieira ao observar que era “uma armadilha diabólica vinda diretamente de Satanás”. A entrada na política seria mais uma batalha na guerra que a Igreja Universal estaria travando com as forças do mal, uma luta contra as forças demoníacas que dominavam o cenário político nacional, e Luis Inácio da Silva estava do “lado errado”.¹⁸¹

Em 1998, o cenário começou a ficar diferente e esta modificação fez-se perceber nas publicações iurdianas:

Em recente declaração ao jornal *O Globo*, Lula deixou claro que precisa do apoio de todos os brasileiros, principalmente aqueles que estiverem contra o presidente Fernando Henrique. Não esqueceu de mencionar literalmente os evangélicos.

- Aceito o voto de todos os brasileiros. Não me importo com ideologia, cor ou religião. Não quero saber se são de direita, de esquerda, branco, preto, amarelo, católico, evangélico.

Apesar dessas palavras serem bem próprias de candidatos em período de campanha eleitoral, a declaração deixa muita gente aliviada, principalmente os evangélicos, já que há alguns anos, tentar argumentar com o Lula era uma coisa bastante difícil. Devido a essa posição, muitos cristãos chegaram a afirmar que, caso ele vencesse as eleições, o Brasil teria um segundo Fidel Castro: totalmente avesso à religiosidade e perseguidor do povo de Deus. Mas, de uns tempos para cá, até o próprio presidente cubano tem se mostrado bastante maleável com os religiosos, mesmo que isso se dê por interesses políticos.¹⁸²

Os problemas com o governo FHC contribuíram para este início de mudança de perspectiva. Início por que no final do processo eleitoral o apoio ao candidato do PSDB foi

¹⁸¹ *Folha Universal*, 27/10/96, 5 b e 24/11/96, 7 b, respectivamente.

¹⁸² *Folha Universal*, 12/04/1998, p. 7b.

dado em troca das antigas concessões que marcaram as relações da maioria dos políticos evangélicos com o poder constituído:

O comportamento dos evangélicos pendeu para o lado de FHC, candidato à reeleição graças a uma mudança constitucional aprovada em seu governo. Contudo, na campanha eleitoral para a presidência, a IURD se aproximou de Lula, publicando nas páginas de seu jornal oficial entrevistas e frases que simpatizavam com ele. Porém, aparentemente, a Igreja Universal queria apenas demonstrar com isto reservas em relação à FHC, por suas atitudes e atos contrários a essa Igreja. Graças a esta estratégia, a IURD conseguiu estabelecer compromissos eleitorais em diversos Estados e em nível federal, com a entourage do presidente, conseguindo, em troca disso, barrar alguns processos que contra ela estavam em andamento na justiça. (Campos, 2006: 74).

No entanto, as relações ficaram estremecidas e o período entre 1998 e 2002 foi marcado pela crescente aproximação de setores do PL ligados à Igreja Universal do Reino de Deus com setores do Partido dos Trabalhadores, pelo menos, os dispostos a não perder mais uma eleição por “rivalidades mesquinhas”. Isto porque setores do PT e muitos de seus aliados não tiveram uma opinião assim tão favorável das lideranças iurdianas. Contestações surgiram de vários lados, principalmente questionamentos da chamada “ala radical” do partido:

Um coro de cerca de 3.000 militantes e simpatizantes petistas - gritando "com o PL não, aliança com o povão"- interrompeu as primeiras palavras do discurso do pré-candidato do PT à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, ontem pela manhã, em Poços de Caldas (MG).

Lula participou do 2º Encontro Nacional Fé e Política, evento ecumênico, mas com preponderância de movimentos católicos. O PL, com o qual o PT discute aliança na eleição presidencial, tem uma ala ligada aos evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus.

Lula ouviu o coro por dois minutos e retomou o discurso, dizendo que não falaria de política, mas, em entrevista, comentou a reação do público. "Foi uma manifestação democrática, que valoriza o PT. Mas aliança não é vontade pessoal. É decisão partidária. Eu defendo a aliança com o PL", como petista e candidato. Mas a decisão é do partido."¹⁸³

Os chamados “moderados” também não deixaram de se manifestar também contrários ao acordo com um partido com tantas diferenças programáticas:

Há muita resistência à aliança no PT. No domingo, os diretórios de São Caetano e Campinas (SP) fizeram consultas sobre a união, com mais de 80% de rejeição.

Ontem, o candidato do partido ao governo gaúcho, Tarso Genro, também criticou a possibilidade. "Se dependesse exclusivamente de mim, essa aliança seria descartada. Aliança se faz entre semelhantes, e

¹⁸³ *Folha de São Paulo*, 18 de março de 2002.

o PT e o PL têm programas diferentes", declarou Tarso, que é da ala moderada.¹⁸⁴

As diferenças programáticas acabaram não interferindo na formulação da aliança e as justificativas das similitudes apesar das divergências predominaram:

Segundo Dirceu, o PL votou com a oposição nas principais questões debatidas no Congresso. "O PT não está discutindo com a Igreja Universal do Reino de Deus. Não vamos fazer aliança em torno de "questão religiosa", disse, referindo-se à presença de políticos ligados à igreja no PL. (...)

Anteontem, Lula, Dirceu e a cúpula do PL -incluindo o coordenador político da Universal, deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ)- jantaram juntos. O encontro abriu o debate sobre o limite das concessões que os petistas estão dispostos a fazer.

"É a primeira vez que sinalizamos para a sociedade a idéia de construir um novo contrato social, com alguém que conhece o mundo do trabalho e outro que conhece o empresarial", diz Lula.¹⁸⁵

Em uma sessão especial realizada na Câmara Federal em 8 de agosto de 2000 para comemorar os 23 anos de fundação da Igreja Universal do Reino Deus, os problemas anteriores deste grupo com o Partido dos Trabalhadores foram lembrados pelo então líder do PT, Aloizio Mercadante, mas para apontar como novas formas de relacionamento estavam se construindo:

Fiz questão de participar desta homenagem porque, quando comemoramos os 20 anos do PT, o Deputado Bispo Rodrigues subiu à tribuna e fez muito franco, honesto e oportuno discurso sobre a dificuldade de relacionamento existente no passado entre a igreja e o Partido dos Trabalhadores. Disse S. EX^a. que deveríamos nos respeitar e reconhecer o papel que cada um tem na sociedade brasileira. Ecumenismo significa respeito à diferença, à opção, às várias formas de Cristianismo e às diversas igrejas; na vida democrática respeito às diversas opções partidárias. Exatamente por essa atitude democrática e, mais do que isso, pelo aprendizado que tivemos no convívio com essa bancada – Liderada pelo Deputado Bispo Carlos Rodrigues, que se mantém firme e independente, sempre defendendo os interesses maiores da democracia, da ética na política, em momentos muito difíceis nesta Casa, como na votação do salário mínimo – registro publicamente: é um aprendizado mútuo. Espero que possamos construir um Brasil mais solidário junto com aqueles que militam na Igreja, construindo o Reino de Deus, e como os que estão na política, não perdendo, com isso, sua dimensão de fé, sobretudo em relação à ética, à economia e à política. Parabéns à Igreja Universal pelos seus 23 anos. Muito obrigado pelo trabalho que os senhores fazem.¹⁸⁶

¹⁸⁴ *Folha de São Paulo*, 20 de março de 2002

¹⁸⁵ *Folha de São Paulo*, 21 de fevereiro de 2002.

¹⁸⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 09/08/2000. 41329.

O Partido dos Trabalhadores teve que ceder neste processo de aproximação, no entanto, ao deixar fora do programa algumas bandeiras históricas como a ampliação do direito de aborto e a união civil de homossexuais, assim como a descriminalização do uso de drogas, que também esteve presente no plano de governo. A imprensa nacional especulou que esta nova postura do candidato Luis Inácio da Silva e dos partidos dos trabalhadores seria em decorrência da aliança com o Partido Liberal:

Na semana passada, integrantes da Igreja Universal do Reino de Deus, que controla parte do PL, pediram que Lula evitasse abordar os temas polêmicos em sua campanha. Seria uma condição para o PL apoiar a candidatura.

Palocci declara que não há nenhuma relação entre o pedido feito pelos evangélicos e a decisão de não mencionar o tema no programa de Lula.¹⁸⁷ "Não é para facilitar composição política", diz.¹⁸⁸

Não seria mera coincidência estes pontos polêmicos terem “desaparecido” do programa de governo de Lula na mesma época em que o PT fez acordo com o Partido Liberal, controlado pela Igreja Universal do Reino Deus, que sempre se manifestou contrária ao aborto, a união civil entre homossexuais e a descriminalização do uso de drogas. Setores da Igreja Católica que tradicionalmente apoiaram Lula sentiram também o impacto destas “pequenas alterações programáticas”:

Cooperação e pressões, participação e distanciamento crítico, diálogo e cobranças. Assim deverá ser, entre tapas e beijos, o relacionamento da Igreja Católica com o governo do PT.

Os canais entre a instituição e o partido que de alguma forma ela ajudou a fundar sempre estiveram desobstruídos, mas nesta eleição, por conta do pragmatismo do estilo "Lulinha paz e amor", em várias ocasiões houve tensão e desconfiança. Principalmente quando o PT decidiu não participar do plebiscito contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), liderado pela igreja, e quando fez a aliança com o PL, que abriga a parte política mais importante da Igreja Universal.¹⁸⁹

Que as relações entre o Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva e setores dirigentes da Igreja Universal do Reino Deus se transformaram parece um fato bastante visível quando se analisam as ações e discursos de tais protagonistas a partir de 1998. Mas e os fiéis iurdianos que haviam recebido a informação dada por Macedo em 1989 de que Lula seria um representante das “forças demoníacas” e que continuaram a votar nos opositores destes em 1994 e 1998, como reagiram a esta modificação? Uma das entrevistadas, Maria, afirmou ter

¹⁸⁷ O tema a que Palocci se refere é o da descriminalização do uso de drogas.

¹⁸⁸ *Folha de São Paulo*, 2 de março de 2002.

¹⁸⁹ *Folha de São Paulo*, 2 de março de 2002.

votado em Lula nas eleições de 2002. Sua votação teria sido fruto das mudanças de Lula que passara de um provável “perseguidor de cristãos” a um político com grandes qualidades cristãs. O discurso da fiel foi bastante semelhante ao das lideranças. O passando “comunista” de Lula foi lembrado, mas ele no segundo turno das eleições de 2002 apareceu como “única” opção:

O primeiro mandato dele eu voltei no segundo turno, o homem ganhou na disparada (...) Votei porque não tinha outro pra votar. Não tinha outro. Eu ia votar em quem? Em... como era o nome dele? Serra, Serra que não fazia nada, coitado. Serra estava enrolado num “pau de charuto” (...) Todo mundo já estava falando mal dele, como é que eu ia votar? (...)

A primeira vez, quando Lula foi se candidatar para presidente, ele foi contra a Igreja Universal e disse que quando ele fosse presidente, que ia tirar a bandeira do Brasil e ia botar vermelha. Aonde ele vai tirar esta bandeira do Brasil pra botar vermelha. Ele não tem esse poder. Ele hoje é presidente. Ele tirou? Ele tirou? Falar tudo é fácil, agora fazer é preciso ver. (...) Lula falou muito das igrejas, ia fechar as igrejas evangélicas. Não era a Igreja Universal só não. Ele ia fechar. (...) O presidente pode fechar, mas Jesus dá o livramento. Ele pode fechar na boca, agora a consequência... Ninguém responde, só aquele pai, o Criador. Quando o Criador faz alguma coisa, ninguém pode desfazer não. E a Igreja Universal não é pra todo mundo chegar, dizer assim: vou fazer e acontecer.¹⁹⁰

A despeito do “acordo” com o PL ter sido feito no primeiro turno, o apoio da Igreja Universal do Reino Deus se deu apenas no segundo. As lideranças da Igreja Universal do Reino Deus se aliaram ao candidato do PSB. Inclusive, Antony Garotinho, dentre outras atividades político-religiosas, visitou o Projeto Nova Canaã, empreendimento iurdiano no sertão baiano, já em 2001, período em que ainda “costurava” sua candidatura:

A visita teve duplo propósito: inaugurar a nova sede do PSB no município e visitar a Fundação Nova Canaã, uma vila agrícola com 300 hectares irrigados que a Universal do Reino de Deus construiu na região, inspirada nos kibutzim israelenses. O prefeito de Irecê, Beto Lélis (PSB), que é membro da Igreja Batista, disse que a prefeitura não gastou “um centavo sequer” com a visita. O almoço da comitiva, segundo ele, foi oferecido pelo bispo Crivella. (...)

Garotinho chegou a Juazeiro no sábado à tarde. O pretexto da viagem foi a comemoração dos 123 anos da cidade com um evento evangélico no estádio Aduino Moraes. Segundo o pastor batista José Kenaity, que recepcionou o governador, várias igrejas participaram do evento. A presença de Garotinho foi precedida por anúncios nas emissoras de televisão de Juazeiro e de Petrolina. Foram organizadas também caravanas para levar fiéis para o estádio.

¹⁹⁰ Entrevista realizada com D. Maria, em 18 de janeiro de 2008.

Kenaity disse que os gastos com o evento devem chegar a R\$ 5.000 e serão pagos pelos pastores locais. Segundo ele, Garotinho voltou para o Rio às 22h de sábado para poder participar do culto com a família no domingo.

A última pesquisa nacional do Datafolha indicou que Garotinho, que tinha 11% das intenções de voto no país em um dos cenários (situação A), alcançava o dobro dessa média (22%) entre os evangélicos pentecostais. Desde novembro de 1999, Garotinho vem fazendo viagens religiosas para se tornar conhecido nacionalmente.¹⁹¹

A prédica “evangélico vota em evangélico” mostrou o seu efeito também em 2002. Garotinho conseguiu o apoio de vários setores protestantes brasileiros, inclusive da própria Igreja Universal do Reino Deus. O apoio do Partido Liberal à Lula não garantiu que recebesse muitos votos do “rebanho” iurdiano no primeiro turno. No segundo turno, este foi conquistado plenamente, mas é importante observar que o próprio Garotinho apoiou Lula neste momento. Aliás, até o reeleito senador Antonio Carlos Magalhães declarou-se favorável. “Todos contra FHC” foi o lema, embora os motivos que os levaram a apoiar Lula fossem os mais diversos. ACM, por exemplo, rompeu com Fernando Henrique nos últimos dois anos, por ocasião do processo de cassação que sofreu por violar o painel de votação de Senado em 2001.¹⁹²

Ao analisar a caminhada de Garotinho para a candidatura à presidência nas eleições de 2002, o sociólogo Ronaldo de Almeida fez uma interessante observação sobre como os aspectos religiosos e políticos se conjugaram na campanha do então governador do Rio de Janeiro:

A maioria dos políticos evangélicos fez o caminho do púlpito ao palanque. Garotinho parece marchar do palanque ao púlpito. O político virou pregador. Mas para ampliar o palanque. Que vocação o governador pregador está seguindo? Essa confusão existe em sua campanha e contribui para um péssimo começo do debate eleitoral.

Qual o alcance dessa candidatura? Afinal, não se trata de uma eleição proporcional, em que a vinculação a um segmento é estratégica. Ao se firmar cada vez mais sobre uma base evangélica em um processo eleitoral majoritário e nacional, Garotinho atrairá a desconfiança de outros religiosos e os ataques de interesses dos meios de comunicação, além de acentuar a antipatia de quem vê essa mistura entre política e religião, evangélica ou católica, como um retrocesso na construção da democracia e suas instituições.¹⁹³

¹⁹¹ *Folha de São Paulo*, 23/07/2001.

¹⁹² O painel do Senado foi violado durante a cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), em junho de 2000, pela ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges. José Roberto Arruda (ex-PSDB-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) receberam a lista de votação. Em fevereiro de 2001, ACM disse a procuradores que tinha visto a lista. O Senado investigou o caso. Posteriormente Regina confessou o crime e acusou Arruda e ACM que, para não serem cassados e perderem seus direitos políticos, renunciaram em maio. *Folha de São Paulo*, 09/06/2001.

¹⁹³ *Folha de São Paulo*, 04/09/2001.

Não se pode afirmar que no período anterior às eleições de 1998 a Igreja Universal do Reino Deus não tenha elaborado um “discurso político”, pois reportagens colhidas por Leonildo Campos, quando analisou o ano eleitoral de 1994 já demonstravam o quando a IURD se interessou por discutir estas questões a fim de dar margens ao seu crescimento nesta área. (Campos, 2006) Entretanto, é interessante observar o ano de 1998, pois este representou um momento em que o grupo, que tradicionalmente esteve “do lado” dos poderes estabelecidos, nitidamente numa relação de trocas políticas, passou a iniciar um processo de oposição a este poder. O que a levou a esta mudança foi a observação de que estas trocas estavam sendo desvantajosas e que seria possível com um “novo” governo fazer “contratos” melhores, ou estas modificações foram realmente em decorrência das questões sociais “abandonadas” pelo governo FHC? Não é possível responder a esta questão de forma simples, unívoca, entretanto, a análise das transformações que o discurso iurdiano sobre o papel da política sofreram neste período talvez torne este processo mais inteligível. Em 1998, uma série de comunicados assinados por Paulo Rodrigues e Alfredo Paulo intituladas de “Carta aberta aos cidadãos do Reino” foi publicada ao longo de várias edições do jornal *Folha Universal*. As cartas apresentaram justificativas bíblicas para a participação política dos evangélicos, de uma forma bastante estruturada, como nunca antes esteve presente nas publicações iurdianas.

Percursos discursivos da IURD na política

Nas décadas de 1970 e 1980, em um cenário religioso marcado pela mobilização de setores do Protestantismo e do Catolicismo em relação às questões sociais e a tentativa de organização dos grupos populares a partir de um diálogo com o marxismo, as lideranças iurdianas optaram por manter-se afastada das questões políticas até pelo menos 1986, quando a Igreja Universal do Reino Deus apoiou Ronaldo Augusto Lopes, e posteriormente passou a reproduzir as práticas políticas seguidas por outros grupos pentecostais, sendo a atuação de seus representantes marcada pela defesa de interesses específicos do grupo através de “trocas” com os governos estabelecidos.



Imagem 10 - A IURD e os problemas sociais.

O papel social da IURD seria cumprido através da Evangelização da população e os políticos foram eleitos para facilitar este processo. Em 14 de junho de 1998, a *Folha Universal*

publicou um editorial intitulado “O alimento espiritual” que foi uma reflexão sobre o papel social dos grupos religiosos. Os editores do jornal continuaram a defender a idéia de que a sua função principal seria fornecer o “alimento espiritual”, se defendendo de críticas daqueles que reivindicavam outros papéis para este grupo. “A missão da Igreja é fundamentalmente espiritual, no sentido de pregar o Evangelho, libertar as pessoas, apresentar-lhe o Senhor Jesus e encaminhá-las, pela palavra de Deus, a buscarem a vida eterna”. Não seria função da IURD ajudar na resolução dos problemas sociais, se ela o fazia não era enquanto dever primordial:

A Igreja procura amenizar a situação dessa gente sofrida levando, além de alimentos, a assistência médica, dentária e jurídica, sem contar os serviços que permitam o exercício da cidadania, como por exemplo o fornecimento de documentos, etc. a Igreja Universal do Reino Deus tem procurado atender aos necessitados, porém sem esquecer da sua missão fundamental, que é conduzir as pessoas a Deus, falando da necessidade da conversão e da libertação dessas pessoas. Acreditar que o bem-estar físico e material, simplesmente, são provas de bênçãos divinas e sinônimo de salvação é falta de conhecimento da Palavra de Deus. Além do alimento físico, e muito mais do que deles, qualquer pessoa necessita de alimento espiritual.¹⁹⁴

A charge que acompanha a reportagem reforça a idéia defendida no editorial. (Ver imagem 10) Um pastor em frente ao que pode ser facilmente identificado como um templo da IURD assistia confuso e espantado a uma passeata que seguia em sua direção. As pessoas com faixas em punho reivindicavam comida, terra e emprego. Seria papel das igrejas fornecerem a solução para tais problemas? Esta é a questão sugerida pelo chargista Max. Como foi observado o texto escrito que acompanhou ou foi acompanhado pela imagem afirma categoricamente que não. Se a Igreja o fazia estava na verdade “ocupando a lacuna deixada pelas instituições governamentais”. Ao mesmo tempo em que se eximiu de qualquer responsabilidade direta face a resolução dos problemas sociais, a Igreja Universal do Reino Deus deixou margens a intervenções nesta área, seja através da caridade, feita não como condição para a “salvação” como praticavam os espíritas, mas em decorrência do “amor” que resultava em fazer parte do “povo de Deus”, seja através da participação política de seus membros, pois se o grupo não poderia ser responsabilizado por tais problemas, os “cidadãos do Reino”, sim.

Paulo D. Siepierski justificou que o interesse político de grupos neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino Deus, teriam como origem suas concepções pós-milenaristas.

¹⁹⁴ *Folha Universal*, 14/06/1998, p. 2 a.

Estas concepções os levariam a tentar conquistar em terra o que antes fora prometido para o além túmulo:

Ao contrário do pré-milenarismo que aguardava o iminente retorno de Cristo, os pós-milenarismo afirmam que o retorno de Cristo será em um futuro distante e imprevisível. De fato, a negação do retorno iminente de Cristo é um dos principais traços do pós-milenarismo. Como Cristo não retornará imediatamente, e como a melhora da sociedade é pré-condição para o seu retorno, os pós-milenaristas são convocados a efetuarem as transformações sociais. Daí seu interesse na política. (Siepierski, 2003: 84)

Ao contrário de Siepierski, Antonio Gouvêa Mendonça considerou que seria justamente a condição pré-milenarista de tais grupos que justificaria a entrada na política. Esta busca de participação dos protestantes poderia ser pensada a partir de sua condição de pequena comunidade, dentro de uma lógica minoritária. Suas lideranças teriam entrado apenas para conseguir ganhos imediatos, enquanto os “fiéis” mantiveram-se afastados.

Os modelos de Siepierski e Mendonça são tipos ideais, pois estas duas vertentes podem conviver dentro da trajetória dos grupos religiosos, uma vez que Daniel Rocha, estudando a presença de concepções milenaristas no Pentecostalismo brasileiro, observou como na maioria das vezes tendências pré-milenaristas e pós-milenaristas conviveram dentro do mesmo grupo. (Rocha, 2008) A mesma conclusão pode ser encontrada ao analisar o discurso político da Igreja Universal ao longo da década de 1990. Quando a IURD encontrava dificuldades e passava por crises o que se observou foi a predominância do discurso defensivo. O que este discurso advogava era que nada deveria se esperar dos políticos e da política:

Difícilmente os problemas reais da nação como: moradia, educação, saúde, desemprego, segurança, etc., serão resolvidos ou minorados pelos governantes, que na capital das decisões, onde se formam as políticas administrativas e gerenciais, só se interessam por temas bilionários onde estavam envolvidas altas somas.

É mais fácil o governo liberar um bilhão de dólares para um banqueiro falido do que construir dez casas que estejam para cair do alto de uma ribanceira.

Não se ouve ninguém falar dos reais problemas do povo brasileiro, que na verdade são pequenos mas se tornam grandes, pois são muitos os deserdados. Aqui em Brasília, nessa cidade amorfa, ninguém se interessa pela miséria do povo. Por isso, nós pastores temos que continuar pregando que os cidadãos não esperem nada dos governantes e sim de si mesmo e de Deus.

Se você, leitor, pensa que os nossos governantes vão fazer alguma coisa para lhe ajudar vai esperar em vão. Sair da miséria depende unicamente de você e de Deus.¹⁹⁵

¹⁹⁵ *Folha Universal*, 15/12/1996 p. 3 a

A solução só poderia ser conseguida através da ação divina e dos esforços individuais. Dessa maneira a participação política dos “cidadãos do reino” não teria sentido algum porque os espaços do poder não visariam atender o bem comum. Este pessimismo esteve presente também em outras reportagens do jornal iurdiano, principalmente ao comentar casos de corrupção que apareceram na imprensa nacional:

O certo é que enquanto existem seres humanos existem pecados. Não dá para separar desses escândalos coisas como orgulho, vaidade, paixão desenfreada pelo poder, ambição e tantas outras, que levam, inevitavelmente, ao roubo, à maldade, à falta de solidariedade e tantos outros comportamentos e ações que refletem a ausência de Deus nos corações das pessoas.

Marx e Engels, pensadores do comunismo, idealizaram um paraíso no qual as pessoas tivessem tudo em comum, sem exploração do outro, ambições, etc. Erraram em um ponto principal: acharam possível felicidade sem Deus; esqueceram da maldade humana, inerente à sua essência em consequência do pecado e, mais ainda, a constante ação do diabo no intuito de denegrir, desmoralizar e degenerar o ser humano. Deu no que deu.

Do mais alto dignitário do país ao mais simples operário ou desempregado, nosso povo precisa mesmo é de conversão ao Senhor Jesus. Amém”.¹⁹⁶

Novamente Deus apareceu como único capaz de resolver os problemas humanos. Assim não é com surpresa que a modificação no discurso político iurdiano, principalmente a partir de 1998, ano que já anunciava a sua aproximação com o Partido dos Trabalhadores, tenha se utilizado também do discurso bíblico para respaldar-se. Neste ponto a identificação de uma concepção pós-milenarista aparece muito claramente na fala de Rodrigues:

O povo de Deus nesse final de milênio tem sido canal do Senhor Jesus para transmitir não somente as verdades bíblicas, mas também a implantação da prática moral, social e política na população de um modo geral.

O nosso Mestre Jesus Cristo ensina que somos o “*sal da terra*” (Mateus 5.13). Entendemos que o servo sal da Terra não deve ficar dentro de sua igreja e esperar os aflitos, vítimas do descaso, da corrupção e da violência social. O sal da Terra, no nosso entender, deve avançar com sabedoria e salgar o tecido social ainda não deteriorado. Essa é a função da Igreja de Deus a que nos propomos servir, não por opção literária ou filosófica, mas por um chamado expresso do Deus Vivo.¹⁹⁷

Os bispos Alfredo Paulo e Carlos Rodrigues assinaram um “manifesto” na semana seguinte, em 12 de abril de 1998, que corroborou estas observações, utilizando-se de trechos bíblicos que posteriormente foram incorporados ao discurso político iurdiano:

¹⁹⁶ *Folha Universal*, 06/04/1997 p. 2 a.

¹⁹⁷ *Folha Universal*, 05/04/1998, p. 3 a.

Foram uma vez as árvores a ungir para si um rei; e disseram a oliveira: Reina tu sobre nós. Mas a oliveira lhes respondeu: deixaria eu a minha gordura, que Deus e os homens em mim prezam, para ir balouçar sobre as árvores?

Então disseram as árvores a figueira: Vem tu, e reina sobre nós. Mas a figueira lhes respondeu: Deixaria eu a minha doçura, o meu bom fruto, para ir balouçar sobre as árvores?

Disseram então as árvores a videira: Vem tu, e reina sobre nós. Mas a videira lhes respondeu: Deixaria eu o meu mosto, que alegra a Deus e aos homens, para ir balouçar sobre as árvores?

Então todas as árvores disseram ao espinheiro: Vem tu, e reina sobre nós. O espinheiro, porém, respondeu às árvores: Se de boa fé me ungis por vosso rei, vinde refugiar-vos debaixo da minha sombra; mas, se não, saia fogo do espinheiro, e devore os cedros do Líbano. Juízes 9.8-15 ¹⁹⁸

Os bispos iurdianos fizeram uma leitura política da parábola, justificando a entrada dos homens de Deus nas esferas do poder e atentando para os efeitos nefastos advindos da recusa de participação.

As árvores da parábola significam o povo; a oliveira, a figueira e a videira eram boas árvores e significam os homens de Deus, que não quiseram assumir funções políticas por acharem que estavam cumprindo muito bem as suas funções naturais.

O espinheiro representa o homem sem Deus, sem segurança, sem critérios e temor, que aceita os cargos públicos mas se preocupa apenas com a sua posição, ameaçando inclusive os que não se abrigam na sua sombra.

Deus está nos alertando para, como Seu povo, escolhermos as boas árvores, ou seja, homens de Deus, a fim de assumirem os cargos políticos para governar nosso país. Tal qual na parábola, muitos homens de Deus fogem a essa responsabilidade alegando suas ocupações e responsabilidades. Muitos até são contrários à participação do cristão na política. O resultado é que temos escolhido espinheiros para nos governar, que só tem causado miséria e procuram destruir o povo de Deus.

O cidadão do Reino de Deus tem de ter consciência disso e se esforçar para mudar essa situação. Comece por tirar o seu título de eleitor ou transferi-lo para a cidade onde você está morando. Não permita que o espinheiro reine sobre você. O título de eleitor atualizado é o seu certificado de cidadão. Não deixe que mais espinheiros vivam por aí reinando e perseguindo o povo de Deus. ¹⁹⁹

Assim a primeira “carta” publicada “título de eleitor” fundamentou biblicamente a participação da Igreja Universal do Reino Deus nas eleições, sugerindo que os “cidadãos do reino de Deus” tirassem seus títulos de eleitores a fim de evitar que os “espinheiros” dominassem a política. A “parábola do espinheiro” parece ter tido uma boa socialização dentro

¹⁹⁸ *Folha Universal*, 12/04/1998, p. 12 b.

¹⁹⁹ *Folha Universal*, 12/04/1998, p. 12 b.

do grupo, uma vez que foram identificadas nas entrevistas falas que atestaram a sua recepção. Também nestas a política apareceu como um espaço legítimo de atuação para os iurdianos: “a igreja vê a política com bons olhos, mas a gente sabe que há a corrupção. Mas a Bíblia fala que no passado existia a política, né. Alguns apóstolos eram políticos então eles olham com bons olhos.”²⁰⁰

A resposta de outra entrevistada, Antonia, 62 anos, vendedora autônoma, moradora da Chapada do Rio Vermelho, membro da IURD há 24 anos, também corroborou o que foi dito por Gilcéia uma vez que afirmou ter compartilhado durante um tempo a idéia de que o espaço político não deveria ser ocupado pelos cristãos, mas que ao ler mais sobre o tema (nas publicações iurdianas ou a Bíblia?) chegou a conclusão de que seria



Imagem 11 - O voto dos iurdianos e a “orientação divina”.

sim, pois no “passado”, no “tempo de Jesus” já existiam políticos que “defendiam” o “povo de Deus”, “Deus deixou para defender as coisas d’Ele”.²⁰¹ Certamente, aprenderam através de discursos e representações que Jesus deveria guiar os votos dos fiéis. (Ver imagem 11)

A aceitação deste novo discurso, no entanto, não se deu sem maiores contestações o que pode ser identificado a partir da observação de um debate que ocorreu no próprio jornal iurdiano. A necessidade de divulgações de várias “cartas” ao longo de 1998 pode ser apontada como indício, mas também a observação de outros meios utilizados pela *Folha Universal*, como a publicação de correspondências enviadas à redação por leitores, em que as duas posições, a favorável e a contrária à participação, foram confrontadas. Isto talvez explique porque as “cartas” tenham continuado nas edições seguintes.²⁰²

No segundo manifesto “Sábria direção” o que predominou foram as críticas feitas ao sistema político brasileiro, que não seria administrado de forma correta pela falta de capacidade intelectual da elite política, e sim, pela ausência de vontade dos seus governantes e da “liderança divina”:

Sábria direção. É isso! E só pode haver sábria direção se Deus está orientando aquele que dirige. O maior problema do nosso país é a falta de Deus nas vidas daqueles que têm sido eleitos para legislar e governar sobre o nosso povo. Sem Deus no coração, tudo o que as pessoas fazem é fruto do egoísmo, interesse próprio, vaidade ou maldade.

²⁰⁰ Raquel, 41 anos, empregada doméstica, moradora do Vale das Pedrinhas. Entrevista realizada em 23/03/2008.

²⁰¹ Entrevista realizada pela autora em 20/01/2008.

²⁰² *Folha Universal*, 22/03/1998, p. 2 a.

Na política não é diferente. Os cristãos, que conhecem esta verdade, não podem se deixar iludir. Na hora de votar, votemos em homens que se colocam sob direção de Deus.²⁰³

A solução apresentada foi confirmar a direção divina como único meio capaz de transformar o destino do País. Apenas a partir do momento em que homens e mulheres de Deus governassem os destinos nacionais, problemas relacionados à saúde, habitação, meio ambiente, miséria estariam resolvidos, pois para o Bispo Carlos Rodrigues e o Bispo Alfredo Paulo estas dificuldades já seriam de conhecimento dos políticos profissionais que apenas não as resolviam pela “ausência de Deus em seus corações”. Não por acaso citou a Bíblia em Provérbios 11.14 “Quando não há sabia direção, o povo cai; mas na multidão de conselheiros há segurança”.

A terceira carta analisada foi denominada “A unção faz a diferença”. Ela revelava as características necessárias aos políticos eleitos pela IURD. Para as lideranças iurdianas os homens da política deveriam ter como elemento decisivo a “unção”, ou seja, deveriam ser escolhidos por Deus para realizar aquela função:

Precisamos ter pessoas escolhidas pelo Senhor para lutar pelo nosso povo, para não deixar que sejam criadas leis que venham prejudicar o bom andamento da Obra de Deus. Mas não pode ser qualquer um, tem que ser pessoas que mostrem o poder de Deus, que sejam unguidas e comprometidas com o Evangelho. Cabe então a nós, evangélicos, eleger, em 3 de outubro, candidatos que preencham esses requisitos e que possam ajudar a nossa nação a deixar de ser ímpia.²⁰⁴

As outras duas cartas publicadas em junho, “Cegos guiando cegos” e “A Deus o que é de Deus”, foram uma condenação explícita aos políticos que seriam os fariseus dos tempos modernos, que apenas pensariam em poder e dinheiro, não se interessando pela solução dos problemas da população.

Os políticos são os césores corruptos e perversos do nosso tempo. Infelizmente, homens interesseiros e avarentos, preocupados com a fama, o poder e o dinheiro, tomam de assalto a nossa sociedade e, usando de todos os métodos possíveis, se elegem para as diversas funções e cargos políticos, com o propósito de fazer fortuna e trabalhar apenas em prol dos seus próprios interesses.²⁰⁵

²⁰³ *Folha Universal*, 17/05/1998, p. 12 b.

²⁰⁴ *Folha Universal*, 24/05/1998, p. 12 b.

²⁰⁵ *Folha Universal*, 21/06/1998, p. 12 b.

Novamente a forma de resolução apontada foi a presença de “homens de Deus” no poder. Assim, num país de “cegos governando cegos” apenas os que tivessem a luz poderiam exercer corretamente qualquer autoridade.

Nós, que fomos alcançados pela maravilhosa luz do Evangelho e somos guiados pelo Espírito Santo, devemos nos esforçar com a nossa vida e nossos atos para sermos a luz deste mundo: “Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade, situada sobre um monte” (Mateus 5.14) Não podemos mais nos omitir, ou seja, nos esconder, vamos, com fé, escolher e votar em pessoas comprometidas com o amor de Deus.²⁰⁶

Observa-se que as mudanças no posicionamento político da Igreja Universal, de 1989 até 2002, revelam que a busca da defesa de seus interesses foi a grande razão de sua entrada na política nacional. Esses interesses se modificaram, mas a despeito de tudo que foi divulgado pelos seus opositores, continuaram mantendo considerável coerência com as suas crenças e seus discursos, um pré-milenarista para os momentos de crise e questionamento de uma postura mais ativa dos fiéis e um pós-milenarista para justificar a “sede de poder” que cada vez mais dominou o discurso de suas lideranças:

Felizmente o povo de Deus não estacionou e acompanhou as mudanças. Agora temos maior consciência de nossa cidadania e compreendemos melhor a nossa responsabilidade como cidadãos não somente do Reino dos Céus, mas também do reino dos homens. Sabemos mais ainda que Jesus Cristo é o verdadeiro Senhor desse mundo.²⁰⁷

A unção como característica principal do “político de Cristo”, no entanto, garantiu os limites para esta cidadania evangélica, ao estabelecer papéis bem marcados para líderes e fiéis. A estrutura verticalizada iurdiana exerceu influência na sua forma de inserção nas questões políticas, pois, seus líderes fizeram uso da autoridade para buscar o apoio dos fiéis aos candidatos que o grupo escolheu. Uma vez que as palavras dos pastores, dentro da visão de mundo iurdiana deveriam vistas como inspiradas pelo Espírito Santo, também as indicações políticas realizadas no púlpito respaldar-se-iam na mesma lógica. O papel estabelecido para pastores e bispos foi o de indicar os candidatos, cabendo aos membros votar ou não. Entretanto, os livros e outras publicações que falavam sobre o papel da política deixaram bem claras as conseqüências de seguir ou não as orientações dos pastores:

²⁰⁶ *Folha Universal*, 14/06/1998, p. 12 b.

²⁰⁷ *Folha Universal*, 21/06/1998, 3 a.

Se não tivéssemos pastores, bispos, e irmãos fiéis a Deus no Congresso, certamente muitas igrejas evangélicas estariam sendo fechadas pela “lei”.

Povo de Deus de todo país, fique atento nas próximas eleições, pois temos nosso direito de voto, e temos que saber usá-lo para o benefício e o crescimento do reino de Deus em nossa terra.²⁰⁸

Outras reportagens publicadas no período de 1998 atestaram esta mudança de perspectiva do papel dos eleitores iurdianos. “O voto consciente do evangélico” foi uma delas. Presente na *Folha Universal* de 14 de junho de 1998, discutiu o papel que os evangélicos poderiam ter no processo eleitoral, defendendo que estaria havendo uma maior conscientização da população nordestina que diante dos problemas da seca estaria percebendo que estas dificuldades poderiam ser resolvidos com um pouco de vontade política. Neste “processo de conscientização”, segundo o jornal iurdiano, os evangélicos teriam uma grande responsabilidade.

A reportagem defendeu ainda que os nordestinos transformariam sua situação se elessem políticos que realmente se comprometessem a resolver os problemas da seca, que não foi visto como um flagelo natural, uma vez que outras regiões do planeta sofreram do mesmo mal, e conseguiram se desenvolver, mas sim, como um problema social, fruto da irresponsabilidade política.

A solução ideal apontada para a resolução destes problemas foi a eleição de políticos evangélicos, que realmente estivessem comprometidos com os problemas da população mais pobre. Mas não seriam todos os evangélicos candidatos que deveriam ser eleitos, e sim os “verdadeiros políticos evangélicos”, ou seja, os que estivessem ligados aos grupos religiosos que os elegeram.

Uma forma particular da luta pelo monopólio que se instaura quando a Igreja detém um monopólio total dos instrumentos de salvação consiste na oposição entre a ortodoxia e a heresia (homóloga da oposição entre a Igreja e o profeta) que se desenvolve segundo um processo mais ou menos constante. O conflito pela autoridade propriamente religiosa entre os especialistas (conflito teológico) e/ou o conflito pelo poder no interior da Igreja conduz a uma contestação da hierarquia eclesiástica que toma a forma de uma heresia do momento em que, em meio a uma situação de crise, a contestação da monopolização do monopólio eclesiástico por parte de uma fração do clero depara-se com os interesses anticlericais de uma fração dos leigos e conduz a uma contestação do monopólio eclesiástico enquanto tal. (Bourdieu, 2005: 62)

²⁰⁸ *Folha Universal*, 22/03/1998, 2 a.

A necessidade de organização na escolha dos políticos já havia sido colocada a público pelo jornal iurdiano em uma coluna assinada pelo cantor evangélico Sérgio Lopes, na época, contratado da gravadora Line Records, propriedade da Igreja Universal do Reino Deus. Lopes defendeu a tese de que não seria mais possível aos evangélicos se deixar levar por “proveitadores” que apenas utilizavam-se deles e nada davam em troca. O recado em especial foi dado para os cantores evangélicos que acabavam promovendo políticos que apenas se aproveitavam deles.²⁰⁹

Esta crítica se destinava ao, na época, dono da Rádio Melodia, Francisco Silva. Existiam boatos de que emissora de rádio seria vendida para a Legião da Boa Vontade (LBV). A IURD fez um jogo duplo em relação ao caso: na mesma edição publicou na coluna Opinião censura ao Francisco Alves, ao mesmo tempo em que fez numa reportagem no segundo caderno “Chega ao fim boato sobre a venda da Rádio Melodia” em que trouxe informações obtidas numa entrevista com seu dono, em que este afirmava nunca ter pretendido vender sua rádio para a LBV, entidade classificada pelo jornal iurdiano como de “filosofia espírita-kardecista”.²¹⁰

Francisco Alves foi um conhecido empresário, dono de uma emissora de rádio gospel, que no período estava entre as de maior audiência no Rio de Janeiro. Foi também deputado federal em 1990, 1994 e 1998. Alguns autores observaram que a partir da inserção de Alves no meio evangélico o seu potencial político foi aumentado, o que possibilitou que em 1998 fosse o deputado federal mais votado em seu estado:

Ausente da televisão, menina-dos-olhos de muitos, Francisco Silva construiu seu império de prestígio por intermédio de duas rádios. Primeiro a se estabelecer na FM, certamente não se arrependeu. A sua filiação denominacional é uma incógnita, (...). Alguns chegam a apontar que não é evangélico. Como dono da segunda principal rádio FM do Rio de apresentador de um programa “campeão de audiência em seu horário”, Silva conseguiu expressiva votação em todo estado do Rio de Janeiro. (Fonseca, 1998: 92).

A Igreja Universal do Reino Deus afirmava ter entrado no mundo das comunicações para divulgar o Evangelho, não visando qualquer lucro ao se lançar em tais empreendimentos, mas não deixaram de utilizá-los para outros fins, inclusive, como uma forma de aumentar o potencial político que poderiam proporcionar as suas muitas emissoras de rádio no país. Os ataques a Francisco Alves poderiam “refletir” as disputas que se faziam no campo midiático e

²⁰⁹ *Folha Universal*, 06/09/1998, p. 4 a.

²¹⁰ *Folha Universal*, 06/09/1998, p. 6 b.

político brasileiro, que como observou Alexandre Brasil Fonseca, não estavam separados em nosso País:

A relação entre o poder público e os meios de comunicação é notória. No Brasil, para se conseguir uma concessão de rádio ou TV sempre foi fundamental o trabalho político. Somente o governo libera esse uso, e caso não se tenha as relações certas o objetivo se tornar impossível. O poder que representa um canal de televisão ou emissora de rádio, quando bem usado é tremendo. A mídia já foi apontada como responsável pela eleição e deposição de presidentes na recente história brasileira. Conhecidos como o “quarto poder”, os meios de comunicação patrocinam a eleição de deputados – um em cada seis parlamentares da atual legislatura federal é dono de uma concessão de rádio ou TV. É o que poderíamos chamar de “coronelismo eletrônico”. (Fonseca, 1998: 91)

O coordenador político da Igreja Universal do Reino Deus, Bispo Carlos Rodrigues, ressaltou em vários momentos o papel que os meios de comunicação tiveram para o crescimento do grupo. Ao comentar a compra de um milhão de Bíblias para distribuir em templos e presídios observou que:

Antes de a Igreja comprar um carro, um ar condicionado, um telefone, ela comprou um mimeógrafo, daqueles usados a álcool pelas professoras, que toda escola pública tinha. Nossas mãos ficavam sujas de tinta, mas sempre tinha um colaborador rodando o mimeógrafo. Da manivela, passou-se para um elétrico, depois compramos uma pequena máquina off-set usada para imprimir mais rapidamente a Palavra de Deus. Algo que falasse de Jesus, um salmo, uma oração, uma mensagem etc. a preocupação era uma só: espalharmos a mensagem do Senhor Jesus. O Bispo Macedo sempre dizia que os comunistas faziam suas revoluções através da escrita. Antes de vir as armas, vinham os livros de Lênin, etc.²¹¹

A despeito da imagem associada aos neopentecostais como “não leitores” da Bíblia, a circulação de algumas obras “clássicas” produzida pela IURD entre os seus fiéis relativiza um pouco esta representação ou leva a tentar compreender em que medida esta aparente contradição poderia ser explicada. Livros como *Libertação da Teologia*, *Vida com Abundância* e *Orixás, caboclos e guias* foram facilmente encontrados nas casas dos fiéis, assim com as revistas e o jornal produzidos pelo grupo. Alguns elementos poderiam explicar este interesse da Igreja Universal do Reino Deus pelos meios de comunicação. Como o próprio Bispo Rodrigues deu a entender, se tratava de uma estratégia proselitista que inclusive, já havia sido utilizada por outros grupos. Funcionava também como um meio de arrecadação de divisas, pois, muitas vezes livros e jornais foram “trocados” por ofertas “simbólicas”. Soma-se a isto a relação que a Igreja Universal do Reino Deus sempre manteve com a lógica

²¹¹ *Folha Universal*, 23/03/1997, 3 a.

do “Mercado”, espaço onde o marketing representa um papel fundamental. Mas a principal justificativa utilizada pelas lideranças iurdianas foi ainda a que respaldou também o seu envolvimento com as atividades econômicas e políticas. Nas palavras do próprio Bispo Carlos Rodrigues, fazer uso dos meios de comunicação seria lutar com as mesmas armas presentes nas mãos de seus “inimigos”, mas desta vez não para destruir os “seguidores do Senhor”, mas para defender a causa evangélica:

Para nós, cristãos, a verdade do Estadão, da Bandeirantes, da Globo, do Jornal do Brasil, etc., deixa de ser absoluta. Quando lemos estes jornais ou vemos os noticiários, sabemos que é a opinião deles, cada um está “vendendo seu peixe”. Mas aprendemos na Bíblia que devemos reter o que é bom (Provérbios). (Rodrigues, 1999: 46)

O “bom” seria o uso da mídia para “difundir o Evangelho”, denunciar as “calúnias e difamações” e defender a “moral e os bons costumes”, tendo em vista que o diabo era “o verdadeiro dono dos meios de comunicação”, cabia aos evangélicos transformá-los em “veículos importantes para a evangelização”.²¹²

A título de conclusão

Com certeza o ano de 1998 representou um ponto de inflexão mais do que consciente do papel que as lideranças iurdianas passaram a atribuir à política. Não por acaso foram lançados neste mesmo ano três livros do Bispo Carlos Rodrigues: *A Igreja e a Política*, *A Igreja e o Social* e *A Igreja e a Mídia* em que este pensamento apareceu já estruturado. Em sua maioria os capítulos que compuseram estes livros foram editoriais assinados por Rodrigues durante o ano de 1998 na *Folha Universal*, comentando grandes temas nacionais, notadamente os políticos. A inflexão da postura da IURD e sua “nova” preocupação com o social foram, inclusive, destacadas pelo coordenador político da Igreja Universal do Reino Deus na imprensa nacional:

“A maioria dos governantes acha que nós só servimos para o trabalho corpo a corpo de rua com o povão. Mas não servimos para participar da construção da sociedade em seu governo”, reclama o bispo Carlos Rodrigues, coordenador político da Universal.

²¹² *Folha Universal*, 11/05/1997, p. 4 b.

Por isso, esta eleição marca uma mudança na participação política da igreja, que torna sua atuação eleitoral totalmente explícita e pretende criar no próximo ano o PAS (Partido da Ação Social).²¹³

A criação do Partido da Ação Social não teve êxito, mas, as motivações que estavam por trás deste projeto continuaram. Em 2003, foi instituído o Partido Municipalista Renovador (PMR). A formação deste partido contou com as assinaturas de fiéis da Igreja Universal do Reino Deus que foram colhidas durante os cultos. Dois anos depois, em 2005, ocorreu a mudança de nome do mesmo que passou a se chamar Partido Republicano Brasileiro – PRB. As ligações da IURD com o PMR-PRB se tornaram explícitas, semelhante com a que mantivera com o Partido Liberal, que em 2006, se fundiu com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona) e passou a se chamar Partido da Republica.²¹⁴

Na mesma entrevista para a *Folha de São Paulo* em 1998, o Bispo Rodrigues comentou o espírito aguerrido com que a Igreja Universal do Reino Deus estava se lançando no processo eleitoral salientando que a IURD deixara de mandar os filhos, passando a utilizar-se dos pais. “Antes a gente mandava os filhos, agora vão os pais. São pastores, bispos, pessoas mais conhecidas e influentes. As leis serão refeitas e revisadas, e nós queremos ter lá, na feitura dessas leis, a mente de Cristo”.²¹⁵

“A mente de Cristo” eis o argumento central que justificou esta nova postura. A mente de Cristo para resolver os problemas sociais, além de continuar a defender os interesses do grupo, principalmente contra os seus supostos adversários. “A mente de Cristo”, a mente dos pastores e bispos deputados estaduais e federais que passaram a circular cada vez mais nos “palanques” iurdianos, os púlpitos. Os homens e mulheres que Leonildo Campos chamou de “políticos de Cristo”, um *tipo ideal*, para designar os políticos que teriam como objetivo inicial apenas servir aos interesses de seu grupo religioso, arrebanhados principalmente dentro do próprio grupo e dependendo da estrutura política deste para eleger-se e se manter no poder:

O comportamento dos “políticos de Cristo”, ao contrário da forma de atuar de muitos dos antigos “políticos evangélicos”, não passa pela valorização do sistema partidário, nem pela defesa de ideologias políticas, propriamente ditas. Justamente porque a ação política deles se orienta muito mais pelas demandas corporativas, oriundas de suas respectivas associações religiosas, as quais transcendem os partidos, situação que explica a filiação dos “políticos de Cristo” a quaisquer partidos, independente de suas plataformas ou ideologias. Os partidos ou programas não lhes fazem diferença alguma, porque o essencial para eles é a manutenção do apoio da igreja que os elegeu. Sem essa igreja, ele nada é; perde a função de locutor,

²¹³ *Folha de São Paulo*, 26/07/1998.

²¹⁴ <http://www.partidodarepublica.org.br/PR22/manifesto.htm>, acesso em 23/03/2009.

²¹⁵ *Folha de São Paulo*, 26/07/1998.

pois o discurso não lhe pertence; não passa de um mero ator coadjuvante, que participa de uma dramaturgia que não dirige, e recebe da instituição que o acolheu um script pronto para uma atuação fundamentada na plena, total e irrestrita obediência às autoridades religiosas. (Campos, 2006: 85)

Embora o discurso da necessidade de defesa diante da perseguição que seria empreendida pelos seus “inimigos” tenha continuado a servir para justificar suas atividades na esfera política, cada vez mais seus teólogos avançaram no sentido de considerar a política como espaço onde os cristãos estivessem presentes por outros motivos. A teologia da Igreja Universal do Reino Deus ao considerar que os que estivessem na presença do Senhor deveriam ter uma vida vitoriosa em todos os aspectos, respaldaria também este envolvimento político. Foram bastante esclarecedoras as palavras do Bispo João Mendes de Jesus:

Durante muito tempo, a Igreja Evangélica pensava que a política e administração pública era competência de mundanos irreparáveis. Temos visto e aprendido que não é bem assim: a vida pública foi estabelecida para que os verdadeiros servos de Deus possam realizar Seus desejos para aquele tempo, naquelas condições, naquela sociedade. (Jesus, 2001: 115)

É relevante ressaltar, no entanto, os “Seus desejos” do texto, que seriam os desejos do Senhor Jesus, supostamente interpretados pelas lideranças iurdianas, com a função de escolher estes representantes. E o que estes representantes deveriam fazer? Todos os fiéis entrevistados para a composição desta dissertação tiveram uma resposta muito parecida com a do pastor Cláudio: “existe os políticos para defender os direitos da igreja, as leis que surgem para querer atingir os interesses da igreja. eles estão lá para defender a obra de Deus. Só isso”.²¹⁶ Estas respostas significariam uma indicação da resistência dos fiéis a se tornarem “cidadãos do reino” ou uma desconfiança política presente nas classes populares, que forma a maioria da membresia iurdiana? Mais uma vez, mais perguntas que respostas.

²¹⁶ Entrevista realizada pela como o pastor José, em 19/03/2008.

Considerações finais

A Igreja Universal do Reino Deus começou seu trabalho evangelístico na cidade de Salvador em um pequeno templo no início dos anos 1980. Na década seguinte construiu uma edificação que ostentava o seu crescimento, a Catedral da Fé. Esta simbolizou a visibilidade que o grupo alcançou em terras baianas, assim como em outras partes do Brasil e do mundo. Em seus primeiros momentos na cidade, a Igreja Universal do Reino Deus foi classificada pela imprensa como uma “igreja de empregadas domésticas” que estariam sendo enganadas por “espertalhões”. Apesar do preconceito que pode ser facilmente identificado nos termos que foram utilizados, fica o dado de que já neste período era inquestionável a forte presença de mulheres nos templos da IURD. Esta maior participação feminina se tornou evidente a cada ano, embora não seja uma característica exclusiva da Igreja Universal, uma vez que marcou também outros grupos evangélicos e o próprio Pentecostalismo, de uma forma geral.

O primeiro candidato iurdiano em Salvador foi eleito nas eleições municipais com um total de 8.481 votos. Excetuando-se 1992, quando o mesmo conseguiu a vaga com menos da metade dos votos que o elegeram na primeira vez, 3.255, o número de pessoas que votaram nos candidatos apoiados pela IURD ampliou-se, ficando em torno de 20.000, que bem distribuídos puderam sagrar em 1996 três vereadores, contabilizando 20.951 votos. Em 2000, o número de eleitos diminuiu, entretanto, a votação foi de 20.663, muito próxima da anterior. A presença de três vereadores nas eleições que se seguiram, 2004 e 2008, demonstra que houve uma estabilização desta presença, somada a ampliação do número de votantes, pois os candidatos, nos pleitos citados contabilizaram um total de 47.064 e 40.326 votos, respectivamente. A ampliação de seu poder se tornou visível não apenas pelo aumento de templos, mas também pela ampliação de seu capital político.

No decorrer do trabalho foi traçado um panorama da atuação da Igreja Universal do Reino Deus no plano político institucional, tentando mostrar que existiu um modo iurdiano de fazer política. Mas observou-se também que esta forma especial de atuação teve antecedentes na sociedade baiana e soteropolitana. O potencial eleitoral evangélico, notado no plano nacional a partir da Constituinte de 1988 também teve uma história dentro da capital baiana. A bancada evangélica soteropolitana mostrou a mesma heterogeneidade política presente no plano nacional e manteve a mesma postura organizada na defesa de seus interesses.

Outros grupos religiosos, como batistas e assembleianos, já tinham firmado suas bases quando os representantes iurdianos passaram a também atuar nesta esfera e “ensinaram”

muitas lições aos “novatos”, além deles mesmos aprenderem com as novas práticas. Tanto na esfera estadual como na municipal, o assistencialismo e as trocas políticas estiveram presentes, resultantes de uma tradição de “manejo da coisa pública” brasileira, baiana, soteropolitana e que se fez também evangélica. Infelizmente, a quase ausência de estudos sobre a presença de evangélicos na política baiana impediu que se determinasse até que ponto a ação da IURD representou uma inovação ou se dialogou com outras práticas políticas.

Destacou-se a participação das mulheres iurdianas na política institucional, enfatizando a sua tripla condição: de mulher, política e religiosa. Se a questão central no primeiro momento foi identificar se existia um modo de fazer política iurdiano, a discussão do conceito de gênero teve como pretensão perceber em que medida as diferenças entre mulheres e homens produziram atuações divergentes, motivadas pelos papéis femininos e masculinos criados e recriados pelo grupo e apropriados pelos seus membros. Constatou-se uma aparente contradição na situação das mulheres iurdianas, uma vez que embora a Igreja Universal, como o Pentecostalismo de uma maneira geral, tenha oferecido conquistas, estas muitas vezes, estiveram limitadas pelas características androcêntricas desses grupos. Este fato, no entanto, não impediu que estas fizessem apropriações ao discurso de gênero produzido pela IURD, criando táticas que garantiram a criação de espaços de poder e a esfera política apareceu como um desses mecanismos de afirmação.

Construiu-se um mapa das transformações discursivas da Igreja Universal do Reino Deus em relação ao papel da política e seu posicionamento diante das mudanças na sociedade brasileira, ressaltando os caminhos e descaminhos que a cúpula dirigente da IURD percorreu até a sua aproximação com o Partido dos Trabalhadores, que durante a década de 1990 foi o principal representante da chamada Esquerda. Este painel da atuação da Igreja Universal no plano nacional permitiu perceber que alguns movimentos foram realizados como um todo. Por exemplo, a construção de um discurso que legitimou o crescimento eleitoral do grupo a fim de garantir que o “Reino de Deus” fosse constituído na Terra. Possibilitou também perceber as diferenças locais na realização deste “plano maior” como as advindas da situação “especial” vivenciada pelo Partido Liberal na Bahia e em Salvador, umbilicalmente ligado ao Partido da Frente Liberal, comandado por Antonio Carlos Magalhães. Nacionalmente, o PT e o PL, liderado pela IURD, se aproximaram, mas os políticos iurdianos baianos e soteropolitanos não acompanharam esta mudança porque também estavam ligados a outros projetos políticos.

Embora a Igreja Universal do Reino Deus não tenha inaugurado a bancada evangélica, sua presença representou um momento decisivo para a consolidação deste segmento, uma vez que seu modo de atuação serviu como modelo a ser seguido por muitos grupos, que já tinham

o potencial político, mas que não detinham os meios necessários para aproveitá-lo, o que a Igreja Universal soube fazer através de uma forte centralização política e do uso da mídia.

O diálogo com outros grupos religiosos evangélicos apareceu de maneira constante quando se analisou a presença iurdiana na política soteropolitana. Protestantes Históricos, Pentecostais e Neopentecostais pareceram não apresentar muitas diferenças na hora de agir como um “político de Cristo”, seja para protestar contra benefícios que supunham ter outros religiosos, seja para pedir concessão de benefícios para os seus próprios grupos. Mas esta é uma hipótese que necessitaria de uma maior investigação para ser comprovada. Não é possível afirmar que este tenha sido o único modo de atuação de setores protestantes na política soteropolitana, uma vez que foi mostrado, embora de maneira menos aprofundada, a existência de uma “Esquerda Protestante” na Bahia. Os valores políticos partilhados por este grupo certamente resultou num desempenho institucional diferenciado. Uma comparação da atuação legislativa de variados atores político-religiosos pode ser uma boa direção para entender melhor o caminho trilhado pela presença evangélica na política baiana e soteropolitana. O sonho iurdiano de construção do “Reino de Deus” teve projetos mais antigos, como os de políticos de outras denominações que os antecederam.

Fontes

Impressas

1 – Centro de Pesquisas Religiosas (CPR) – UEFS – Feira de Santana

- *Jornal Folha Universal* – 1996-2002
- *Revista Plenitude*

2 – Setor de Arquivo e Microfilmagem da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia

- Moções apresentadas pela deputada estadual Zelinda Novaes (1991-2002)
- Indicações apresentadas pela deputada estadual Zelinda Novaes (1991-2002)
- Projetos apresentados pela deputada estadual Zelinda Novaes (1991-2002)
- Moções apresentadas pelo deputado estadual José de Arimatéia (1999-2002)
- Indicações apresentadas pelo deputado estadual José de Arimatéia (1999-2002)
- Projetos apresentados pelo deputado estadual José de Arimatéia (1999-2002)
- Projetos apresentados pelo deputado estadual Gerson Gomes (1987-1990)

3 – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Jornais

- *Folha de São Paulo*
- *A Tarde*
- *Correio da Bahia*
- *Diário Oficial do Município*
- *Revista Panorama da Bahia*

4 – Arquivo pessoal

- **Publicações da Gráfica Universal**

CAETANO, Geraldo. *Os cinco poderes que regem o universo*. Rio de Janeiro, Universal, 2002.

CABRAL, J. *Religião, seitas e heresias*. Rio de Janeiro, Universal, SD.

JESUS, João Mendes. *Servindo a Deus na vida Pública*. Rio de Janeiro, Universal, 2001.

MACEDO, Edir. *Orixás, Caboclos e Guias*. Rio de Janeiro, Universal, 1984.

MACEDO, Edir. *A libertação da teologia*. Rio de Janeiro, Universal, 1997.

MACEDO, Edir. *O Perfil do Homem de Deus*. Rio de Janeiro, Universal, 2001.

MACEDO, Edir. *O Perfil da Mulher de Deus*. Rio de Janeiro, Universal, 2001.

- MACEDO, Edir. *Vida com abundância*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 2003.
- MACEDO, Edir. *Os mistérios da Fé*. Rio de Janeiro, Universal, 2003.
- MACEDO, Edir. *O perfeito sacrifício*. Rio de Janeiro, Universal, 2003.
- MACEDO, Edir. *Nos passos de Jesus*. Rio de Janeiro, Universal, 2003.
- MACEDO, Edir. *O Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Universal, 2004.
- MACEDO, Edir. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2008.
- RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e o Social*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998a.
- RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e a Política*. Rio de Janeiro, Gráfica Universal, 1998b.
- UNIVERSAL. *Jubileu de Prata: 25 anos da Igreja Universal do Reino de Deus: Do coreto às catedrais*. Rio de Janeiro, Universal, 2003.

- **Memórias de membros e ex-membros**

- TAVOLARO, Douglas. *O Bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo, Larousse do Brasil, 2007.
- JUSTINO, Mario. *Nos bastidores do reino: a vida secreta na Igreja Universal do Reino de Deus*. São Paulo, Geração Editora, 1995.

- **Fontes de outros grupos religiosos**

- SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília, Pergaminho, 1986.
- SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*. Brasília, Papiro, 1988.
- SYLVESTRE, Josué. *Problemas do Brasil à luz da Bíblia*. Curitiba, Mensagem, 1995.

Orais

Entrevistas registradas com seis fiéis que freqüentaram a Igreja Universal do Reino Deus desde a década de 1980, incluindo um pastor e uma obreira, todos, membros da IURD.

Iconográficas

Imagem 1 – *A Tarde*, 25/10/1995, p. 6.

Imagem 2 – *Folha Universal*, 06/09/1998.

Imagem 3 – *Folha Universal*, 22/02/1998, p.8 b.

Imagem 4 – *Folha Universal*, 21/06/1996, p. 1 b.

Imagem 5 – http://www.panoramablogmario.blogspot.com.br/nani_evangelicos.jpg

Imagem 6 – *Folha Universal*, 17/05/1998, p. 7 b.

Imagem 7 – *Folha Universal*, 17/05/1998, p. 1 b.

Imagem 8 – *A Tarde*, 02/04/1998, p. 7.

Imagem 9 – Folheto distribuído nas eleições de 2002.

Imagem 10 – *Folha Universal*, 14/06/1998, p. 2 a.

Imagem 11 – *Folha Universal*, 14/06/1998, p. 6 b.

Bibliografia

- ANTONIAZZI, Alberto et alli. *Nem Anjos, Nem Demônios, interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. São Paulo, Petrópolis, Vozes, 1994.
- ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- BACELAR, Afonso Jeferson. *A família da prostituta*. São Paulo, Ática, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed., São Paulo, Perspectiva, 2005.
- CAMPOS, Roberta B. C. *Emoção, magia e racionalização: as múltiplas faces da Igreja Universal do Reino de Deus*. PE, UFPE, 1995. Dissertação de Mestrado em Antropologia.
- CAMPOS, Leonildo. *Teatro, Templo e Mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento pentecostal*. São Bernardo, Insto Met. Ens. Superior, 1996.
- CAMPOS, Leonildo. “De políticos evangélicos – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil”. In: Machado, Maria das Dores Campos e Burity, Joanildo. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana, 2006.
- CAMPOS JUNIOR, Luiz de Castro. *Pentecostalismo: sentido da palavra divina*. São Paulo, Ática, 1995.
- CARVALHO NETO, Joviniano. *Igreja Universal no Reino da Política*. Bahia, APUB, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Brasília, Editora UnB, 1994.
- CORTEN, André. *Os pobres e o Espírito Santo: o Pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- COSTA, Iraneidson Santos. *Que papo é esse?: Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985)*. Bahia, UFBA, 2007. Tese de Doutorado em História.
- DAEB’S, Bianca. *Uma história das mulheres batistas soteropolitanas 1930-1960*. Bahia, UFBA, 2006. Dissertação de Mestrado em História.
- DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco*. Rio de Janeiro, Graal Editora, 1988.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006

FERRETI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o Sincretismo*. São Paulo, Edusp, 1995.

FIALHO, Lúvia. “Tocando o fundo do poço: uma análise do papel de conversão de mulheres à Igreja Universal do Reino de Deus”. In: Bellini, L., Sampaio, G. R., Sales Souza, E. *Formas de crer: Ensaio de História religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, sécs. XIV-XXI*. Salvador, Edufba, Corrupio, 2006.

FIORENZA, Elisabeth S. *As origens cristãs a partir da Mulher: Uma nova hermenêutica*. São Paulo, Edições Paulinas, 1992.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993. Tese de doutorado em Ciências Sociais.

FRESTON, Paul. “Breve histórico do Pentecostalismo brasileiro”. In: ANTONIAZZI, Alberto et alli. São Paulo, Petrópolis, Vozes, *Nem Anjos, Nem Demônios, interpretações sociológicas do Pentecostalismo* 1994.

GASPAR, Dowyvan Gaspar. “*É dando que se recebe*”: Igreja Universal do Reino de Deus e o Negócio da Fé em Moçambique. Bahia, UFBA, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

GUSDORF, George. *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo, Ática, 1994

HOUTART, François. *Religion, Sociedad y Mercado em el Liberalismo*. México, Editora Eletrocomp S.A, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Unicamp, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Pentecostais e Carismáticos: os efeitos da adesão religiosa na esfera família*. São Paulo: ANPOCS, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. “Igreja Universal: uma organização providência”. In: ORO, Ari Pedro et alli (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos e Burity, Joanildo. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana, 2006.

MAFRA, Clara. “Gênero e estilo eclesial entre evangélicos”. In: FERNANDES, Rubem César et alii. *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

MARIANO, Ricardo. “O Reino da prosperidade da Igreja Universal”. In: ORO, Ari Pedro et alii (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

MARIZ, Cecília. “Libertação e Ética”. In: ANTONIAZZI, Alberto et alii. São Paulo, Petrópolis, Vozes, *Nem Anjos, Nem Demônios, interpretações sociológicas do Pentecostalismo* 1994.

MARTINI, Gerlaine. *A uniformização do típico em uma tradição culinária Afro-brasileira*. Brasília, UNB, 2007. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. “Evangélicos e pentecostais: um campo religioso em ebulição”. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MENESES, Jonatas Silva. *A participação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no estado de Sergipe: estratégias e ações para um projeto político*. Bahia, UFBA, 1995. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ORO, Ari Pedro et alii (org). *Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRIORY, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2004.

REINHARDT, Bruno. *A troca e a guerra entre o Neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador*. Brasília, UNB, 2006. Dissertação de Mestrado Antropologia Social.

ROCHA, Daniel. *Concepções escatológicas e vida social no Pentecostalismo Brasileiro*. São Paulo, UNESP, 2008. Trabalho apresentado no X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. *O poder legislativo na Bahia (1989-1930)*. Salvador, Assembléia Legislativa - UFBA, 1985.

SANCHIS, Pierre. “O repto pentecostal à cultura católico-brasileira”. In: ANTONIAZZI, Alberto et alli. *Nem Anjos, Nem Demônios, interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. São Paulo, Petrópolis, Vozes, 1994.

SIEPIERSKI, Paulo D. “Contribuições para uma Tipologia do Pentecostalismo Brasileiro”. In: GUERRIERO, Silas (Org.). *O Estudo das Religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo, Paulinas, 2003.

SILVA, Célia Santana. *Identidade feminina no contexto pentecostal da Assembléia de Deus*. Pernambuco, UFPE, 2001. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

SILVA, Elizete da. “Protestantismo e representações políticas”. In: BRANDÃO, Sylvana. *História das religiões no Brasil*. Pernambuco, Editora Universitária, 2002.

SILVA, Igor José Trabuco da. “*Tu não participarás*”: *A Assembléia de Deus de Feira de Santana e os dilemas da participação política (1972 - 1990)*. Bahia, UEFS, 2008. Monografia de Especialização.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Transes em transito. Continuidades e rupturas entre neopentecostais e religiões afro-brasileiras*. Rio de Janeiro, Vozes, 2006.

SIMONETTI, Cecília et alii. *Dossie: A realidade do aborto inseguro na Bahia: a ilegalidade da prática e seus efeitos na saúde das mulheres em Salvador e Feira de Santana*. Salvador, 2008.

STEPAN, Nancy Leys. “Raça e gênero: o papel da analogia na ciência”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, pp. 72-96.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Os Batistas na Bahia 1882-1925 - Um estudo de História Social*. São Paulo, UFBA, 1975. Dissertação de Mestrado em História.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia. Crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO-FRANCISCO, Crislaine Valéria de. *Passagens híbridas: relações de gênero e Neopentecostalismo*. São Paulo, UFLCH-USP, 2002. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

WEBER, Max. *A ética protestante e “espírito” do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *CEAS: Jesuítas e a Questão Social durante a Ditadura Militar*. BA, UFBA, 2007, Dissertação de Mestrado em História.

Artigos

AUGÉ, Marc. Religião. In: *Enciclopédia Einaudi – Religião e rito*, vol. 30. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

CHARTIER, Roger. *Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico*. *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 16, Rio de Janeiro, 1995.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Lideranças Evangélicas na mídia: trajetórias na política e na sociedade civil*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, Volume 19, Número 1, 1998.

GOMES, Wilson. *Cinco teses equivocadas sobre novas seitas populares*. *Cadernos do CEAS CXXXIX*, 1992.

GOMES, Wilson. *Demônios ao fim do século. Curas, ofertas e exorcismo na IURD*. In: *Cadernos do CEAS CILVI*. 1993.

KRAYCHETE, Gabriel. *A crise econômica e suas conseqüências para as classes populares*. *Cadernos do CEAS LXXXIII*, 1983.

KRAYCHETE, Gabriel. *A região metropolitana de Salvador nos anos 80: alguns indicadores econômicos e sociais*. *Cadernos do CEAS CL*, 1994.

MARIANO, Ricardo. *Igreja Universal do Reino de Deus: A Magia Institucionalizada*. *Revista da USP*, Set/Nov., 1996.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS corpo, 1990.

SILVA, Elizete da. *Religião, identidade brasileira e Globalização*. Washington, Brasa, 1997.

SILVA, Elizete da. *Conflitos no campo religioso baiano: protestantes e católicos no século XIX*. In: *Revista Sitientibus*. Feira de Santana-Ba, nº21, jul./dez., 1999.

SILVA, Elizete da. *Os batistas e o governo Militar: Deus salve a Pátria*. São Paulo, UNESP, 2008.

STOLCKE, Verena. *Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?*. *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, jun. 1991.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)